

Relatório de análise dos comentários e  
sugestões formulados no período de consulta  
pública do projeto de regulamento de relações  
comerciais dos serviços de águas e resíduos

Consulta Pública n.º 02/2016

Agosto de 2017

## Índice

1. Enquadramento .....	8
2. Objeto .....	8
3. Identificação das entidades que se pronunciaram.....	9
4. Comentários na generalidade.....	11
4.1. Enquadramento legal e normativo .....	12
4.2. Âmbito subjetivo e objetivo de aplicação do regulamento .....	13
4.3. Reforço dos deveres e direitos existentes e implementação de novas obrigações .....	14
4.4. Contraordenações.....	Error! Bookmark not defined.
4.5. Obrigação de ligação versus contratualização dos serviços .....	16
4.6. Eventual subordinação das entidades gestoras em baixa às entidades gestoras em alta Error! Bookmark not defined.	
4.7. Entrada em vigor do regulamento.....	Error! Bookmark not defined.
5. Comentários na especialidade e observações da ERSAR.....	Error! Bookmark not defined.
QUADRO - Análise dos comentários ao regulamento de relações comerciais dos serviços de águas e resíduos.....	19
Artigo 1.º Objeto .....	Error! Bookmark not defined.
Artigo 2.º Âmbito subjetivo de aplicação.....	19
Artigo 3.º Definições e siglas .....	20
Artigo 4.º Princípios gerais de relacionamento comercial.....	39
Artigo 5.º Instrumentos legais e jurídicos que regulam a relação entre entidades gestoras e entre as entidades gestoras e os utilizadores finais .....	41
Artigo 6.º Ónus da prova .....	43
Artigo 7.º Entidade titular e entidade gestora dos serviços .....	44
Artigo 8.º Entidade gestora do serviço em alta e entidade gestora do serviço em baixa .....	44
Artigo 9.º Utilizadores dos serviços .....	46

Artigo 10.º Entidade reguladora .....	46
Artigo 11.º Deveres das entidades gestoras de serviços em alta para com as entidades gestoras dos serviços em baixa.....	47
Artigo 12.º Deveres dos utilizadores municipais.....	55
Artigo 13.º Direito à informação.....	60
Artigo 14.º Ligação técnica dos serviços de águas .....	64
Artigo 15.º Qualidade da água.....	68
Artigo 16.º Características dos efluentes.....	68
Artigo 17.º Análises e fiscalização.....	70
Artigo 18.º Regras de receção/utilização de infraestruturas de gestão de resíduos .....	71
Artigo 19.º Horário de funcionamento das infraestruturas de receção resíduos urbanos, lamas e águas residuais recolhidas por meios móveis .....	72
Artigo 20.º Articulação técnica .....	73
Artigo 21.º Interrupção dos serviços de águas e resíduos.....	74
Artigo 22.º Contrato com os utilizadores municipais .....	79
Artigo 23.º Vigência dos contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos.....	81
Artigo 24.º Prestação e restituição da caução .....	82
Artigo 25.º Transmissão da posição contratual.....	84
Artigo 26.º Denúncia .....	85
Artigo 27.º Tarifas a aplicar pela prestação dos serviços .....	87
Artigo 28.º Aprovação das tarifas .....	90
Artigo 29.º Medição dos serviços de águas .....	92
Artigo 30.º Instrumentos de medição de águas.....	95
Artigo 31.º Medição do serviço de gestão de resíduos urbanos .....	100
Artigo 32.º Instrumentos de medição de resíduos urbanos.....	102

Artigo 33º Faturação .....	103
Artigo 34º Conteúdo da fatura .....	106
Artigo 35º Acertos de faturação .....	110
Artigo 36º Deveres das entidades gestoras .....	110
Artigo 37º Deveres dos utilizadores.....	124
Artigo 38º Direito à prestação do serviço .....	129
Artigo 39º Serviços auxiliares .....	135
Artigo 40º Direito à informação .....	140
Artigo 41º Atendimento ao público.....	145
Artigo 42º Obrigação de ligação ao sistema público de abastecimento de água e/ou ao sistema público de drenagem de águas residuais.....	146
Artigo 43º Dispensa de ligação aos sistemas públicos .....	151
Artigo 44º Responsabilidade pela execução, conservação, renovação e substituição de ramais de ligação e respetivos custos.....	156
Artigo 45º Responsabilidade pelas redes prediais de águas .....	162
Artigo 46º Instalação de reservatórios no sistema de distribuição predial.....	167
Artigo 47º Inspeção aos sistemas prediais no âmbito de reclamações de utilizadores, perigos de contaminação ou poluição ou suspeita de fraude .....	169
Artigo 48º Pressão do serviço de fornecimento de água e procedimentos em caso de diminuição .....	172
Artigo 49º Redes de incêndios particulares .....	173
Artigo 50º Lançamentos e acessos interditos .....	176
Artigo 51º Descargas de águas residuais industriais .....	178
Artigo 52º Manutenção, recolha, transporte e destino final de lamas de fossas sépticas individuais .....	180
Artigo 53º Prioridades de fornecimento.....	184
Artigo 54º Interrupção do serviço de abastecimento de água por razões de exploração.....	184

Artigo 55º Interrupção do serviço de abastecimento de água por facto imputável ao utilizador .....	187
Artigo 56º Restabelecimento do fornecimento .....	193
Artigo 57º Interrupção ou restrição na recolha de águas residuais urbanas por razões de exploração .....	196
Artigo 58º Interrupção da recolha de águas residuais urbanas por facto imputável ao utilizador .....	198
Artigo 59º Interrupção da recolha de águas residuais urbanas por facto imputável ao utilizador .....	206
Artigo 60º Exclusão da responsabilidade da entidade gestora.....	208
Artigo 61º Dimensionamento do equipamento de deposição .....	209
Artigo 62º Localização e colocação de equipamento de deposição .....	210
Artigo 63º Acondicionamento dos resíduos urbanos.....	Error! Bookmark not defined.
Artigo 64º Deposição dos resíduos urbanos.....	Error! Bookmark not defined.
Artigo 65º Regras de deposição de resíduos urbanos.....	211
Artigo 66º Recolha dos resíduos urbanos.....	Error! Bookmark not defined.
Artigo 67º Recolha porta a porta.....	213
Artigo 68º Recolhas dedicadas de resíduos urbanos .....	214
Artigo 69º Horário de deposição .....	Error! Bookmark not defined.
Artigo 70º Interrupção ou restrição do serviço de gestão de resíduos urbanosError! Bookmark not defined.	
Artigo 71º Legitimidade para a contratação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas ou de gestão de resíduos urbanos .....	215
Artigo 72º Contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos .....	220
Artigo 73º Contratos especiais .....	225
Artigo 74º Domicílio convencionado .....	229

Artigo 75º Vigência dos contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos.....	229
Artigo 76º Suspensão e reinício do contrato de fornecimento e/ou de recolha .....	231
Artigo 77º Prestação de caução .....	235
Artigo 78º Restituição da caução.....	239
Artigo 79º Transmissão da posição contratual.....	240
Artigo 80º Denúncia dos contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos.....	242
Artigo 81º Caducidade .....	244
Artigo 82º Tarifas a aplicar pela prestação dos serviços .....	245
Artigo 83º Utilizadores com carência económica .....	248
Artigo 84º Aprovação das tarifas .....	251
Artigo 85º Medição do consumo de água por contadores.....	254
Artigo 86º Contadores para usos de água que não originem águas residuais urbanas.....	257
Artigo 87º Tipo de contadores .....	259
Artigo 88º Responsabilidade pelo contador .....	261
Artigo 89º Verificação metrológica e substituição de contadores.....	261
Artigo 90º Medição de águas residuais por medidores de caudal .....	262
Artigo 91º Localização e tipo de medidores de caudal .....	268
Artigo 92º Manutenção e verificação de medidores de caudal.....	268
Artigo 93º Periodicidade das leituras e acesso aos instrumentos de medição .....	269
Artigo 94º Estimativa de consumo de água .....	269
Artigo 95º Estimativa do volume de águas residuais urbanas recolhidas.....	275
Artigo 96º Avaliação do volume de águas residuais urbanas quando não exista medidor de caudal .....	277
Artigo 97º Medição do serviço de gestão de resíduos urbanos .....	279

Artigo 98º Faturação .....	282
Artigo 99º Conteúdo da fatura .....	284
Artigo 100º Acertos de faturação .....	287
Artigo 101º Modalidades de pagamento .....	291
Artigo 102º Prazo de pagamento .....	298
Artigo 103º Quitação parcial .....	298
Artigo 104º Mora .....	300
Artigo 105º Interrupção do fornecimento ou da recolha por falta de pagamento.....	304
Artigo 106º Faturação durante a interrupção do fornecimento ou da recolha .....	306
Artigo 107º Exigência e utilização de caução por mora no pagamento.....	310
Artigo 108º Cobrança coerciva .....	311
Artigo 109º Prescrição e caducidade .....	312
Artigo 110º Reclamações .....	312
Artigo 111º Resolução de litígios e arbitragem necessária .....	Error! Bookmark not defined.
Artigo 112º Julgados de paz .....	314
Artigo 113º Fiscalização do regulamento .....	Error! Bookmark not defined.
Artigo 114º Fiscalização do regulamento .....	314
Artigo 115º Norma remissiva .....	Error! Bookmark not defined.
Artigo 116º Aplicação no tempo.....	316
Artigo 117º Entrada em vigor .....	318

## **1. Enquadramento**

A ERSAR tem por missão, no quadro dos respetivos Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, a regulação e a supervisão dos sectores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, abreviadamente designados por serviços de águas e resíduos, incluindo o exercício de funções de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

De acordo com o estabelecido na alínea c) do artigo 11.º dos Estatutos da ERSAR (aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março), compete à ERSAR a elaboração e a aprovação de um regulamento com eficácia externa que proceda à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Este regulamento tem por objetivo desenvolver, detalhar e operacionalizar as regras legais existentes e aplicáveis às relações comerciais entre entidades gestoras e os utilizadores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, sejam eles entidades gestoras utilizadoras (serviços em alta) ou utilizadores finais (serviços em baixa) e assim garantir a clareza, a segurança e a uniformidade de procedimentos.

## **2. Objeto**

Nos termos dos artigos 12.º e 35.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, o projeto de regulamento de relações comerciais foi submetido a consulta pública e à audição do Conselho Consultivo.

O projeto foi aprovado pelo Conselho de Administração da ERSAR em reunião de 29 de dezembro de 2016.

No âmbito do processo de Consulta Pública da ERSAR n.º 04/2016, que decorreu entre 30 de dezembro de 2016 e 31 de maio de 2017, a ERSAR recebeu comentários e sugestões de diversas entidades, designadamente, entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos e associações



de consumidores. Os comentários recebidos sobre essas alterações regulamentares foram objeto de integração no processo de análise e implementação do regulamento de relações comerciais.

Foi ainda promovida a audição do Conselho Consultivo, que discutiu o projeto de regulamento em reunião de 24 de fevereiro de 2017.

O relatório que agora se publica aborda as principais questões colocadas pelos participantes e a posição da ERSAR quanto às mesmas. Partilha-se, assim, com os participantes na consulta pública e quaisquer interessados, o resultado das reflexões adicionais a que a análise dos contributos conduziu.

### **3. Identificação das entidades que se pronunciaram**

Para além do parecer do Conselho Consultivo da ERSAR, no decurso do período da consulta pública, pronunciaram-se 65 entidades sobre o projeto de regulamento.

Apresentaram comentários ou sugestões de alteração as seguintes entidades:

- AEPSA – Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Águas de Alenquer, S.A. (AdAlenquer)
- Águas de Cascais, S.A.
- Águas de Portugal, S.A. (AdPortugal)
- Águas de S. João, E.M., S.A. (AdSJoão)
- Águas do Algarve, S.A.
- Águas do Ribatejo, EM, SA. (AdRibatejo)
- AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM
- AQUAPOR – Serviços, S.A.
- Associação de Consumidores de Portugal (ACOP)
- Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC)
- Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA)
- Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH)
- BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos
- Câmara Municipal da Azambuja
- Câmara Municipal da Moita

- Câmara Municipal de Águeda
- Câmara Municipal de Alenquer
- Câmara Municipal de Estremoz
- Câmara Municipal de Évora
- Câmara Municipal de Lagos
- Câmara Municipal de Lousada
- Câmara Municipal de Mafra
- Câmara Municipal de Ourém
- Câmara Municipal de Palmela
- Câmara Municipal de Santo Tirso
- Câmara Municipal de Sesimbra
- Câmara Municipal de Viana do Alentejo
- Câmara Municipal do Barreiro
- Câmara Municipal do Seixal
- CAP - Confederação Agricultores de Portugal
- CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EEM (AdPorto)
- DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
- EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A.
- EMAR - Águas e Resíduos de Vila Real
- Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M, S.A.
- ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos
- Esposende Ambiente
- Fernando Vilas Boas
- INDAQUA Fafe
- INDAQUA Feira
- INDAQUA Matosinhos
- INDAQUA Oliveira de Azeméis
- INDAQUA Santo Tirso/Trofa
- INDAQUA Vila do Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde, S.A.
- Joaquim Silva
- José Colarejo

- LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
- Macedo Alves
- Pedro Cardoso
- Serviços Intermunicipalizados de Oeiras e Amadora
- Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo
- Serviços Municipalizados de Sintra
- SOMAGUE Ambiente (em nome das concessionárias Águas de Barcelos, S.A, Águas do Marco, S.A. e Águas de Paços de Ferreira, S.A.)
- Tratolixo - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A.
- VIMÁGUA, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.

Responderam ainda à consulta pública n.º 4/2016, ainda que manifestando concordância e/ou ausência de sugestões de melhoria ao projeto de regulamento apresentado, as seguintes entidades:

- A.S. - Empresa das Águas de Santarém - EM, S.A.
- Câmara Municipal da Guarda
- Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
- Câmara Municipal de Caminha
- Câmara Municipal de Lagoa
- Câmara Municipal de Ponte de Barca
- EMAS – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja, E.M.
- Resíduos do Nordeste, EIM.

#### **4. Apreciação dos comentários recebidos**

A participação dos destinatários das normas no processo de elaboração das mesmas é essencial para a prossecução de vários objetivos, permitindo antecipar problemas na sua aplicação, quer porque os destinatários estão mais alertados para certas dificuldades de execução, concretas, quer porque se anteveem, desde logo, resistências através do contraditório.

Na sequência da consulta pública, que se revelou participada e um instrumento essencial à consolidação de ideias e conceitos relativos ao novo regulamento, foram acolhidas algumas sugestões de alteração relativamente à proposta da ERSAR.

Na generalidade, as entidades enaltecem o propósito do regulamento, por sistematizar e clarificar as principais regras de relacionamento das entidades gestoras com os respetivos utilizadores, densificando, harmonizando e estabilizando o quadro aplicável, sem prejuízo das críticas, comentários e sugestões que a seguir se apresentam e analisam.

O Conselho Consultivo reconhece igualmente a pertinência do regulamento de relações comerciais, sendo o parecer globalmente favorável

#### **4.1. Apreciação dos comentários gerais**

Destacam-se as seguintes questões estruturais e transversais ao projeto de regulamento, ou que não se referem especificamente à redação proposta levantadas na consulta pública:

##### **a) Enquadramento legal e normativo**

Algumas entidades, como a AdP, a Câmara Municipal do Seixal, a Câmara Municipal de Palmela e a Câmara Municipal de Lagos, ou os Serviços Municipalizados de Sintra criticam o projeto de regulamento pelas normas que consideram ir para além do previsto na lei, condicionando a atuação das entidades gestoras e impondo-lhes as posições e entendimentos da ERSAR, o que não entendem legítimo.

A Câmara Municipal de Lagos faz notar que o regulamento de relações comerciais esvazia de conteúdo o poder regulamentar dos municípios no que respeita à elaboração e aprovação dos regulamentos de serviço.

É também neste contexto do quadro legal aplicável à prestação dos serviços e às competências da ERSAR que vários municípios incluindo para além dos acima apontados, o de Évora e Sesimbra, a EMAR de Vila Real e a VIMÁGUA, criticam o projeto de regulamento (de forma mais generalizada ou relativamente a aspetos pontuais) por entenderem que põe em causa o princípio da autonomia local.

A este propósito, cumpre notar que ERSAR não pretendeu contrariar as regras legais aplicáveis, sendo que algumas incongruências foram corrigidas após a devida nota pelas entidades. As inovações preconizadas no documento balizam-se integralmente nos dispositivos legais, bem

como nos poderes de atuação da ERSAR previstos nos seus Estatutos (Lei n.º 10/2014, de 6 de março) e demais legislação aplicável.

No que respeita à defendida autonomia dos municípios para organizarem a forma de prestação dos serviços de águas e resíduos, que se reconhece, não se pode deixar de notar que, tratando-se de serviços públicos essenciais, deve existir um núcleo mínimo e harmonizado de regras (direitos e deveres das entidades gestoras e dos utilizadores), destinado a garantir o equilíbrio entre as partes e a proteção dos interesses dos utilizadores, o que faz parte das atribuições desta entidade reguladora<sup>1</sup>.

A AEPSA considera que o regulamento em apreço deverá ser compatibilizado com os diplomas em revisão. Sobre este ponto, a ERSAR reitera que a elaboração do presente regulamento teve em atenção o quadro legal vigente (não podendo fazê-lo de outra forma). Sem prejuízo, procurou-se garantir alguma flexibilidade para adaptação a algumas das revisões em curso, sendo que, caso tal se venha a revelar indispensável face à revisão do quadro legal, o regulamento será revisto em conformidade.

#### **b) Âmbito subjetivo e objetivo de aplicação do regulamento**

Atento o conteúdo do projeto, a AdPorto considera que o mesmo regula mais do que as relações comerciais entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas e os seus utilizadores, vinculando um conjunto alargado de terceiros, não necessariamente cocontratantes com a entidade gestora. Propõe assim que seja designado de regulamento de relações com os utilizadores, usando-se sempre essa expressão em vez de relações comerciais (tal como é feito pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto). Não se alcançando a diferença apontada entre "relações comerciais" e "relações com os utilizadores", ou os terceiros não cocontratantes a que se refere a AdPorto, importa notar que a designação do regulamento decorre da norma habilitante constante dos Estatutos da ERSAR, sendo que se considera que o conteúdo do projeto vai de encontro ao âmbito definido na referida norma<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Nos termos da alínea e) do n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR é atribuição desta, em matéria de regulação comportamental, "assegurar a salvaguarda dos direitos e interesses dos utilizadores em relação a tarifas, serviços e qualidade de serviço e promover a resolução de litígios destes com as entidades gestoras".

<sup>2</sup> Nos termos da alínea c) do artigo 11.º dos Estatutos compete à ERSAR elaborar e aprovar um regulamento relativo às "c) Relações comerciais, através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais".

A Esposende Ambiente questionou a opção de elaboração de um documento único que engloba as três áreas destes serviços essenciais – água, saneamento e resíduos – por considerar que as entidades gestoras dos serviços são usualmente distintas. Admitindo que ao nível das entidades gestoras poderá fazer mais sentido a separação entre serviços de águas e serviços de gestão de resíduos, do ponto de vista do utilizador final os três serviços estão ligados por via da faturação e do cálculo das respetivas tarifas, o que leva ainda a uma associação da contratação dos três serviços. Tendo ainda presente que é significativo o número de normas comuns ou idênticas para os três serviços, entende-se haver vantagens no tratamento conjunto.

### **c) Relacionamento das entidades gestoras do serviço em alta e em baixa**

Os SMAS de Sintra consideram que o projeto de regulamento não trata de igual forma o relacionamento das entidades gestoras em alta com a entidades gestoras em baixa (capítulo III), por um lado, e o relacionamento comercial das entidades gestoras em baixa com os utilizadores finais (capítulo IV), por outro, sustentando que o projeto apresentado tem implícita uma subordinação das entidades gestoras em baixa face às entidades gestoras em alta. Como exemplo é apontada a regulação de medição, que não se encontra tão densificada como a das entidades gestoras em baixa para utilizadores finais, assim como o facto de o artigo 14.º estabelecer que as entidades gestoras do serviço em baixa devem respeitar as determinações impostas pela entidade gestora do serviço em baixa para a realização das ligações, não admitindo eventuais contributos que a entidade gestora do serviço em baixa possa dar para o efeito, nem lhe considerando a possibilidade de pronúncia.

A propósito da comparação das normas dos diferentes capítulos acima identificados, a ERSAR procurou tratar as mesmas matérias-chave do relacionamento comercial em ambos os capítulos. De todo o modo, cumpre notar que o posicionamento relativo das partes em cada um dos relacionamentos comerciais não é idêntico. O utilizador final está claramente numa posição mais vulnerável perante a entidade gestora do serviço em baixa do que esta perante a entidade gestora do serviço em alta. Por esse motivo o próprio legislador decidiu tratar aquele primeiro relacionamento com mais detalhe (veja-se a Lei dos Serviços Públicos Essenciais), o que, inevitavelmente se refletiu igualmente no presente regulamento. Acresce que em determinadas matérias como o exemplo dado da medição, existem regras de metrologia legal aplicáveis apenas aos contadores para medição do serviço aos utilizadores finais, que o regulamento manda aplicar. No caso dos serviços em alta, a medição não está sujeita à metrologia legal por opção do

legislador, pelo que, sem prejuízo de se procurar garantir um mínimo de harmonização de procedimentos, se entende dever permitir alguma margem de liberdade às partes na definição daqueles mesmos procedimentos (sendo ainda de notar que se pretende complementar as normas deste regulamento com uma recomendação de melhores práticas). Quanto à possibilidade de a entidade gestora do serviço em alta determinar as condições da ligação, não se pode deixar de notar que o mesmo se passa quanto às ligações dos utilizadores finais ao serviço em baixa.

A Direção-Geral das Autarquias Locais destacou a estrutura tarifária dos serviços prestados pelas entidades gestoras em "alta" às entidades gestoras que operam em baixa, salientando a existência de litígios relativamente à inclusão, na faturação dos serviços de saneamento, dos volumes de água pluvial não tratada. Cumpre referir que se entendeu não ser este o regulamento a sede própria para dirimir esta questão, remetendo-se para o futuro regulamento tarifário dos serviços de águas. Por sua vez, a CCDR-Alentejo manifestou o entendimento de que as tarifas dos serviços de abastecimento de água em "alta" deveriam integrar uma componente fixa e uma componente variável e ser fixadas por prazos de vigência superiores a um ano. A este propósito reitera-se o acima exposto remetendo-se esta questão, tarifária, para o futuro regulamento tarifário dos serviços de águas.

#### **d) Impacto nas concessões existentes**

Várias entidades gestoras, em especial as concessionárias do grupo Indaqua, alertaram que o regulamento, ao estabelecer e desenvolver novas obrigações para as entidades, determinará, necessariamente a verificação da manutenção do equilíbrio económico-financeiro dos contratos de concessão em vigor, manifestando preocupação quanto ao impacto das novas regras preconizadas pela ERSAR.

A título genérico, cumpre referir que uma das características dos contratos administrativos é a sua mutabilidade ao interesse público, bem como a eventuais necessidades de eficiência e economicidade decorrentes de alterações legislativas ou regulamentares. De todo o modo, será sempre necessário avaliar casuisticamente se as mesmas importam novos custos não previstos e com impacto no equilíbrio financeiro da concessão, exigindo a tomada de medidas para a sua reposição. Considera-se que a generalidade das regras constantes do presente regulamento não constitui uma inovação face ao atual quadro, pelo que não se antecipam impactos significativos

e/ou generalizados. Sem prejuízo, se o presente regulamento impuser novas condições omissas ou regulamentadas de forma diferente do previsto nos contratos de concessão existentes, terão de ser avaliadas, casuisticamente a fim de aferir a necessidade de reposição do equilíbrio e respetivos termos.

A EGF alegou que a imputação, através do presente regulamento, de novas obrigações para as entidades gestoras, implicarão novos custos, os quais deverão ser aceites em sede de ajustamentos, o que corresponde a uma preocupação idêntica à manifestada pelas concessionárias municipais acima indicadas, mas transposta para um quadro regulatório diferente, sendo que o esclarecimento acima exposto é igualmente aplicável.

#### **e) Obrigação de ligação versus contratualização dos serviços**

A Esposende Ambiente, a título geral, destacou a questão da obrigação de ligação/contratualização dos serviços, asseverando que aquela dicotomia – os utilizadores são obrigados a ligarem-se às redes públicas, não sendo imperativo a contratualização dos serviços - impõe constrangimentos à prossecução de políticas que visam a sustentabilidade dos sistemas, a preservação do ambiente e dos recursos naturais, bem como a saúde pública.

Existe de facto uma distinção entre a obrigação de ligação aos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, e a obrigação de contratualização destes serviços.

A lei impõe a obrigação de ligação de todos os edifícios com acesso ao serviço de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais aos respetivos sistemas (ligação física dos imóveis, correspondente à construção dos ramais de ligação que asseguram o abastecimento desde a rede pública até ao limite da propriedade a servir e subsequente canalização).

Em complemento e reforço desta obrigação, o regime jurídico da utilização dos recursos hídricos (artigos 42.º e 48.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio) estabelece que as soluções particulares de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais só podem funcionar se não existir rede pública disponível (ou seja, se estiver a uma distância superior a 20 metros da propriedade a servir), constituindo contraordenação nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, quando se trate de captações sujeitas a licença, , ou seja, com capacidade de extração superior a 5 cv.



Assim, cumprindo a lei, se o ocupante de um imóvel em local com rede pública disponível pretender consumir água ou produzir águas residuais e sendo o sistema público a única solução legítima, terá, naturalmente, de contratar os respetivos serviços.

A razão de ser da obrigação de ligação às redes públicas e da proibição de utilização de soluções particulares quando aquelas estejam disponíveis prende-se com a necessidade de garantir a qualidade da água consumida, o tratamento adequado dos efluentes e a gestão racional e sustentada dos recursos hídricos.

De todo o modo, não existe atualmente qualquer dispositivo legal que imponha a obrigação de celebração de contrato de abastecimento público de água e/ou saneamento de águas residuais. Note-se que pode haver imóveis desocupados localizados a menos de 20 metros da rede pública relativamente aos quais não se considera exigível a celebração de contrato de fornecimento de água e de recolha de águas residuais, porque não há necessidade de utilização desses serviços.

Como forma de incentivar a ligação e utilização voluntária das redes públicas, a ERSAR tem vindo a recomendar a não cobrança autónoma dos custos com a execução dos ramais domiciliários (até 20 metros) e da ligação, assim como com a contratação (passando os mesmos a ser recuperados pelas tarifas cobradas mensalmente pela normal prestação do serviço), na medida em que, para além de constituírem atividades inerentes à normal prestação do serviço, os valores das respetivas tarifas podem constituir um obstáculo à acessibilidade económica dos serviços (vide Recomendação Tarifária n.º 1/2009).

Outras soluções, mais impositivas, passarão necessariamente pela via legislativa, extravasando as competências regulamentares da ERSAR, como por exemplo através do estabelecimento de sanções para a utilização, para consumo humano, de captações de águas particulares com uma capacidade de extração inferior a 5 cv quando exista rede pública de água disponível (na medida em que para a utilização das demais captações, sujeitas a licenciamento pela autoridade ambiental, já existirão sanções no regime contraordenacional aplicável), ou outras medidas mais abrangentes.

#### **4.2. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de regulamento**

No presente capítulo são elencados os comentários e sugestões com impacto direto na redação proposta, assim como apresentada a ponderação que os mesmos mereceram por parte da

ERSAR, nomeadamente as razões de aceitação ou rejeição das propostas recebidas e consequentemente a redação final do mesmo.

Transcrevem-se apenas as disposições que mereceram comentários por alguma das entidades participantes na consulta pública.

.

## Quadro de análise dos comentários ao regulamento de relações comerciais dos serviços de águas e resíduos

### Artigo 2.º Âmbito subjetivo de aplicação

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
O presente regulamento aplica-se a todos os intervenientes nas relações comerciais por si abrangidas, designadamente, a todas as entidades responsáveis pela prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, independentemente do respetivo título e modelo de gestão, que se encontram sujeitas à atuação da ERSAR, nos termos previstos no artigo 4.º dos respetivos Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, assim como aos utilizadores daqueles serviços.	<b>BRAVAL</b>	Importa clarificar se o regulamento se aplica às relações entre entidades gestoras (sejam elas municípios, associações de municípios, entidades multimunicipais, em alta, em baixa, etc.) ou às relações que estas entidades estabelecem não só entre si mas também com outras entidades, por exemplo produtores de resíduos (empresas privadas, utilizadores particulares) que procedam à entrega de resíduos diretamente nas suas instalações.	O regulamento aplica-se às entidades gestoras e respetivos utilizadores (no serviço em alta e em baixa), desde que no âmbito da prestação dos serviços públicos regulados, que constituem o âmbito de intervenção regulatória da ERSAR.	Sem alteração.
	<b>AdPortugal</b>	Devem concretizar-se as entidades às quais o presente projeto de Regulamento se aplica, ainda que por remissão para o disposto no artigo 4.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.	Não se compreende o alcance da sugestão, uma vez que a norma já remete para o artigo 4.º dos Estatutos.	

### Artigo 3.º Definições e siglas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. No presente regulamento são utilizadas as seguintes siglas:	<b>CM de Águeda</b>	A lista de siglas deve compreender todas as siglas do documento, devendo ser acrescentada as em falta, por exemplo, ETAR, RCD, INE e CAE, entre várias outras.	Acolhe-se a sugestão tendo-se incluída a sigla RCD, a única que é utilizada no texto sem descrição do seu significado. INE e CAE são utilizadas apenas uma vez, tendo a descrição do seu significado nesse mesmo ponto.	e) (nova) RCD: Resíduos de construção e demolição;"
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Falta a sigla para RCD.		
2. Para efeitos do presente regulamento entende-se por:	<b>LIPOR</b>	Apresenta um rol muito extenso de definições (mais de 60). Torna-se necessário que tais definições estejam “alinhas” com os demais normativos legais, em particular o Regime Geral de Gestão de Resíduos.	As definições em apreço atendem ao normativo legal, sendo que algumas foram alteradas no sentido de acomodar as sugestões efetuadas pelas entidades gestoras.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Águeda</b>	A lista de definições poderia ser também complementada com outras variáveis (e.g. ecoponto).	Acolhe-se a sugestão	x) (nova) «Ecoponto»: conjunto de contentores, colocados na via pública, escolas, ou outros espaços públicos, e destinados à recolha seletiva de papel, vidro, embalagens de plástico e metal ou outros materiais;
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Boca-de-incêndio ou Hidrante». PROPOSTA: equipamento na rede predial ou pública destinado ao fornecimento de água exclusivamente para combate a incêndio.	Não se aceita a sugestão uma vez que este conceito nunca é mencionado ao longo de todo o documento	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Câmara de receção e bombeamento ou câmara de bombeamento». PROPOSTA: órgão integrado na rede predial de águas residuais para recolha e armazenamento, à pressão atmosférica, de águas residuais com a	Não se aceita a sugestão uma vez que este conceito nunca é mencionado ao longo de todo o documento	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		finalidade de posterior drenagem por sistema elevatório		
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Conduta». PROPOSTA: tubagem, em geral enterrada, destinada a assegurar a condução das águas para abastecimento público	Acolhe-se a sugestão.	o) (nova) «Conduta»: tubagem destinada a assegurar a condução da água para consumo humano ou a drenagem das águas residuais (apenas para escoamento em pressão – conduta elevatória);
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Filtro». PROPOSTA: órgão destinado a reter matérias em suspensão transportadas pela água.	Acolhe-se a sugestão.	dd) (nova) «Filtro»: órgão destinado a reter matérias em suspensão transportadas pela água;
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Fiscalização». PROPOSTA: ações levadas a efeito pela entidade gestora para verificação de conformidades/inconformidades com o projeto aprovado e das instruções dadas por aquela, quanto ao funcionamento dos sistemas prediais;	Sugestão não aceite tendo em atenção que o termo fiscalização, não se limita à verificação das (des)conformidades apontadas, estando associado ao poder sindicar o cumprimento um conjunto generalizado de deveres, nomeadamente para efeitos de processo contraordenacional, extravasando o relacionamento comercial .	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Imóvel». PROPOSTA: prédio, sua parte ou fração cujas respetivas redes prediais se encontrem ligadas às redes públicas de abastecimento de água e de recolha de águas residuais., nos termos deste regulamento e da legislação aplicável em vigor, em condições de poder ser abastecido e/ou drenado.	Não se acolhe a sugestão dado que o presente regulamento possui já a noção de local de consumo integrando-se aqui o conceito de imóvel. Nos mesmos termos o artigo 69.º do DL 194/2009, de 20 de agosto também já dispõe sobre esta matéria.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Medidor de caudal»: PROPOSTA: dispositivo que tem por finalidade a determinação do volume de água residual produzido podendo, conforme os modelos, fazer a leitura do caudal instantâneo e do volume utilizado, ou apenas	Acolhe-se a sugestão	jj) (nova) «Medidor de caudal»: dispositivo que tem por finalidade a determinação do volume de água ou de água residual, que passa numa dada secção de tubagem, num determinado intervalo de tempo e

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		deste, e ainda registar esses volumes. Será de tipo mecânico ou eletromagnético e possuirá, eventualmente, dispositivo de alimentação de energia e emissão de dados;		que poderá ter associados outros instrumentos eletrónicos que, designadamente, totalizem o caudal, o registem e/ou façam a sua transmissão à distância;
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de “Serviços auxiliares”. PROPOSTA: os serviços prestados pela entidade gestora, de carácter conexo com os serviços de águas e águas residuais, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;	Sugestão parcialmente aceite, procedendo-se à inserção da definição de serviços auxiliares.	ddd) (nova) «Serviços auxiliares»: serviços prestados pela entidade gestora, de carácter conexo com os serviços de águas e resíduos urbanos, mas que, pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, devidamente habilitado, ou de incumprimento contratual são objeto de faturação específica;
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Válvula de corte selada (adufa)». PROPOSTA: válvula de seccionamento, instalada a montante do contador, na caixa ou nicho do mesmo, permitindo interromper o fornecimento de água ao sistema predial, sendo exclusivamente manobrável por pessoal da entidade gestora e, em caso de urgência, estando em causa a segurança de pessoa e bens, pessoal da Proteção Civil e/ou dos Bombeiros.	Foi clarificada a definição de "válvula de corte", que foi alterada para "Válvula de seccionamento do ramal de ligação" e incluída uma nova alínea com a definição de "Válvula de seccionamento a montante ou a jusante do contador", de forma a definir a função específica de cada válvula face à sua localização.	rrr) (nova) «Válvula de seccionamento a montante ou a jusante do contador»: válvula destinada a seccionar a rede a montante ou a jusante do contador, permitindo interromper o fornecimento de água à fração, sendo exclusivamente manobrável por pessoal da entidade gestora; sss) (reordenada e revista) «Válvula de seccionamento do ramal de ligação»: válvula destinada a seccionar, o ramal de ligação de água do prédio, permitindo interromper o fornecimento de água ao prédio, sendo exclusivamente manobrável

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				por pessoal da entidade gestora e/ou da Proteção Civil.
	<b>AdPorto</b>	Deve introduzir-se a definição de «Vistoria». PROPOSTA: ações levadas a efeito pela entidade gestora no início e/ou conclusão da realização de obras para estabelecimento e exploração dos sistemas públicos, em obras de urbanização ou loteamentos da responsabilidade de terceiros, e prediais.	Acolhe-se a parcialmente a sugestão, tendo presente que, para efeitos do presente regulamento, apenas relevam as vistorias dos sistemas prediais a pedido dos utilizadores. Para evitar confusões terminológicas eliminou-se o termo "vistoria" relativo ao auto elaborado na sequência de uma inspeção (artigos 47.º, 55.º e 58.º).	ttt) (nova) «Vistoria»: ações levadas a efeito pela entidade gestora, por solicitação do utilizador, no início e/ou conclusão da realização de obras nos sistemas prediais;
	<b>CM de Mafra</b>	Dever ser aditada a definição de «tratamento de águas residuais».	Sugestão aceite.	nnn) (nova) «Tratamento de águas residuais»: processo destinado à redução da carga poluente e à redução ou eliminação de certos poluentes específicos, de forma a tornar essas águas residuais tratadas aptas a ser rejeitadas no ambiente;
	<b>CM da Moita</b>	Devem ser incluídas neste artigo as definições de: a) estrutura tarifária, b) serviços auxiliares, c) tarifa de disponibilidade, d) tarifa variável.	Aceite a sugestão de incluir a definição de serviços auxiliares e de «Estrutura tarifária». Relativamente à 'Tarifa de disponibilidade e variável' a mesma encontra-se prevista no artigo.º 82 (estrutura tarifária), não sendo necessário a sua menção neste artigo.	cc) (nova) «Estrutura tarifária»: conjunto de tarifas aplicáveis por força da prestação dos serviços de águas e resíduos urbanos e respetivas regras de aplicação;  Definição de serviços auxiliares apresentada acima a propósito de comentário d AdPorto.
	<b>Joaquim Silva</b>	Incluir uma entrada nas definições para "RT	Já consta da lista de siglas. Sendo um documento, não se considera necessário apresentar definição.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>Joaquim Silva</b>	A seguir a válvula de corte (que é normalmente a válvula de ramal) acrescentar a válvula de suspensão, que é a válvula junto ao contador (olho de boi).	Foi clarificada a definição de "válvula de corte", que foi alterada para "Válvula de seccionamento do ramal de ligação" e incluída uma nova alínea com a definição de	Ver redação a apresentada a propósito da sugestão da AdPorto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			"Válvula de seccionamento a montante ou a jusante do contador", de forma a definir a função específica de acessório face à sua localização.	
	<b>VIMÁGUA</b>	Estão em falta algumas definições essenciais ao Regulamento e à relação com os utilizadores, designadamente, conduta, intervalo metrológico, medidor de caudal, diâmetro comercial, estação elevatória de água, estação elevatória de esgotos, hidropressor e sobrepressora.	Acolhe-se a sugestão para inclusão das definições de "Conduta" e de "Medidor de caudal". Não se considera de incluir as definições de "intervalo metrológico", "diâmetro comercial", "estação elevatória de água", "estação elevatória de esgotos", "hidropressor" e "sobrepressora", uma vez que estes conceitos nunca são mencionados ao longo de todo o documento.	Definição de conduta apresentada acima a propósito do comentário da AdPorto.
c) «Águas pluviais»: as águas resultantes do escoamento de precipitação atmosférica, originadas quer em áreas urbanas quer em áreas industriais, considerando-se equiparadas a águas pluviais as provenientes de regas de jardim e espaços verdes, de lavagem de arruamentos, passeios, pátios e parques de estacionamento, normalmente recolhidas por sarjetas, sumidouros e ralos;	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Devem ser consideradas equiparadas a águas pluviais as águas provenientes de drenagem de piscinas. - «Águas pluviais»: as águas resultantes do escoamento de precipitação atmosférica, originadas quer em áreas urbanas quer em áreas industriais, considerando-se equiparadas a águas pluviais as provenientes de regas de jardim e espaços verdes, drenagem de piscinas e de lavagem de arruamentos, passeios e pátios, normalmente recolhidas por sarjetas, sumidouros e ralos;	Acolhe-se a sugestão.	c) «Águas pluviais»: as águas <u>que resultam</u> da precipitação atmosférica <u>caída diretamente no local em bacia limítrofes contribuintes e que apresentam, geralmente, baixa quantidades de matéria poluente, particularmente de origem orgânica.</u> Consideram-se equiparadas a águas pluviais as provenientes de regas de jardim e espaços verdes, <u>de drenagem de piscina</u> , de lavagem de arruamentos, passeios, pátios e parques de estacionamento, normalmente recolhidas por sarjetas e sumidouros;
g) «Áreas predominantemente rurais»: freguesia do território nacional classificada de acordo com	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ser incluída a abreviatura do INE e a partir daí utilizar sempre o Acrónimo	Só existe referência ao INE neste ponto do documento, pelo que se considera desnecessário.	Sem alteração



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a tipologia de áreas urbanas, para fins estatísticos, definida pelo Instituto Nacional de Estatística;	EGF	Onde se refere que a tipologia é definida em função das áreas urbanas, devia referir-se “áreas rurais”.	A menção a "tipologia de áreas urbanas" está diretamente relacionada com a classificação de tipologia de áreas urbanas utilizada para fins estatísticos, pelo o Instituto Nacional de Estatística, constante da Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014. Neste sentido, a referência à "área urbana" não deve ser dissociada da classificação de tipologia de áreas urbanas (TIPAU).	
h) «Avaria»: evento detetado em qualquer componente do sistema que necessite de medidas de reparação/renovação, incluindo causado por:	AdPortugal	A definição não deve incluir medidas de “renovação”. A necessidade de renovação não decorre necessariamente de avaria;	Não se acolhe a proposta de alteração, pois embora a necessidade de renovação não decorra necessariamente de uma avaria, uma avaria pode originar a necessidade de renovação	Sem alteração quanto a este aspeto.
i) Seleção inadequada ou defeitos no fabrico dos materiais, deficiências na construção ou relacionados com a operação; ii) Corrosão ou outros fenómenos de degradação dos materiais, externa ou internamente; iii) Danos mecânicos externos, por exemplo, devidos à escavação, incluindo danos provocados por terceiros; iv) Movimentos do solo relacionados com efeitos provocados pelo gelo, por períodos de seca, por tráfego pesado, por sismos, por inundações ou outros;	DECO	A definição deve aludir também à necessidade de substituição de componentes, e não apenas de reparação/renovação, devendo, em conformidade, ser incluída uma definição de “substituição”.	Sugestão parcialmente aceite. Considerando o conceito de reabilitação da alínea nn), que integra a substituição e a renovação, entende-se alterar o termo renovação para reabilitação.	h) «Avaria»: evento detetado em qualquer componente do sistema que necessite de medidas de reparação/ <u>reabilitação</u> , incluindo causado por: (...);

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
i) «Câmara de ramal de ligação»: o dispositivo através do qual se estabelece a ligação entre o sistema predial e o respetivo ramal, devendo localizar-se junto ao limite da propriedade e em zonas de fácil acesso e cabendo a responsabilidade pela respetiva manutenção à entidade gestora, quando localizada na via pública, ou aos utilizadores, nas situações em que a câmara de ramal ainda se situa no interior da propriedade privada;	<b>AdRibatejo</b> <b>Joaquim Silva</b>	Deve clarificar-se que esta definição se aplica apenas às redes de drenagem;	Aceita-se a sugestão	i) «Câmara de ramal de ligação»: o dispositivo através do qual se estabelece a ligação entre o sistema de <u>drenagem</u> predial e o respetivo ramal (...)
	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Esta definição contraria o n.º 1 do artº 250.º do Dec-Reg 23/95 - «Câmara de ramal de ligação»: o dispositivo através do qual se estabelece a ligação entre o sistema predial e o respetivo ramal, devendo localizar-se na extremidade de jusante dos sistemas prediais, junto ao limite da propriedade, preferencialmente fora da edificação, em logradouros quando existam, junto à via pública e em zonas de fácil acesso e cabendo a responsabilidade pela respetiva conservação em condições de funcionamento e salubridade aos utilizadores.	Não se acolhe o entendimento relativo à atribuição da responsabilidade à passar para o utilizador, quando a câmara de ramal de ligação se situar na via pública, dado que nessas situações o utilizador não possui qualquer possibilidade de intervenção na mesma.	Sem alteração quanto a este aspeto.
j) «Canalização»: a tubagem, destinada a assegurar a condução das águas para o abastecimento público;	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>CM de Alenquer</b>	A definição de canalização parece confusa. Canalização também se usa para águas residuais. Veja-se mm). PROPOSTA: «Canalização»: tubagem destinada a assegurar a condução da água para consumo humano; Sugere-se que, em vez de "canalização" possa designar-se por "conduta"	Foi retirado o termo "Canalização" e substituído por "Conduta".	Eliminada a alínea j) do projeto.
	<b>AdPorto</b>	Canalização tanto pode ser referida a água ou águas residuais. Entende-se que quando se pretende particularizar deve referir-se conduta, para água, e coletor, para águas residuais. PROPOSTA: j) «Canalização»: a tubagem, destinada a assegurar a condução		Ver acima redação da nova alínea o) com a definição de «Conduta».

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		das águas para o abastecimento público ou de águas residuais para drenagem pública;		
k) «Casos fortuitos ou de força maior»: todo e qualquer acontecimento imprevisível ou inevitável, exterior à vontade da atividade da entidade gestora que impeça a continuidade do serviço, apesar de tomadas pela entidade gestora as precauções normalmente exigíveis, tais como cataclismos, guerra, alterações de ordem pública, malfeitorias, atos de vandalismo, incêndio, sempre que possivelmente comprovados, não se considerando as greves como casos de força maior;	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>CM de Alenquer</b>	Não se considera que as greves devam ser objeto de exclusão. PROPOSTA: «Casos fortuitos ou de força maior»: todo e qualquer acontecimento imprevisível ou inevitável, exterior à vontade da atividade da entidade gestora que impeça a continuidade do serviço, apesar de tomadas pela entidade gestora as precauções normalmente exigíveis, tais como cataclismos, guerra, greves, alterações de ordem pública, malfeitorias, atos de vandalismo, incêndio, sempre que possivelmente comprovados;	Não se acolhe a sugestão pois a definição reflete o estatuído no n.º 4 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, não podendo por isso ser alterada sob pena de se desvirtuar a estatuição legal.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	A alínea k) do n.º 2 deve ser alterada conforme o que a seguir se apresenta: (...) exterior à vontade e à atividade da entidade gestora (...)"	A referência a "atividade" constituiu um lapso de escrita agora corrigido esse lapso.	j) (reordenação) «Casos fortuitos ou de força maior»: todo e qualquer acontecimento imprevisível ou inevitável, exterior à vontade da entidade gestora (...)
l) «Caudal»: o volume, expresso em m³, de águas residuais numa dada secção num determinado período de tempo;	<b>AdCascais</b> <b>AdPortugal</b> <b>AEPSA</b> <b>APDA</b> <b>CM de Águeda</b> <b>CM de Palmela</b> <b>Joaquim Silva</b>	“Caudal” não é só referente a águas residuais, faltando a referência a água para abastecimento público..	Acolhem-se as sugestões, clarificando-se a definição de "Caudal".	k) (reordenação) «Caudal»: o volume de água ou de águas residuais, numa dada secção, num determinado período de tempo;
	<b>AdRibatejo</b> <b>AdPorto</b>	A definição não se aplicará apenas a águas residuais e não tem de ser necessariamente em m³.		
p) «Consumidor»: utilizador do serviço a quem a água é fornecida para uso não profissional;	<b>CM de Mafra</b>	A definição de «consumidor» deveria ser melhor clarificada, já que não é perceptível o que é o «uso não profissional».	A definição reflete o conceito estabelecido na Lei n.º 24/96, de 31 de julho, pelo que se considera desnecessária reformulação. A referida lei define como consumidores	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			aqueles que adquirem os serviços para fins alheios à sua atividade profissional, circunstância que os coloca numa posição de maior fragilidade e menor poder de negociação e de informação junto do prestador do serviço e por isso merecedora de proteção reforçada. No quadro do presente regulamento serão consumidores os que adquirem os serviços de águas e resíduos para utilização no âmbito da sua habitação, ou, ainda nas partes comuns da habitação. A generalidade dos utilizadores não domésticos adquirem os serviços no âmbito da sua atividade profissional (comércio, serviços, etc).	
	<b>CM de Lagos</b>	Esta é uma definição do Direito do Consumo, não se optando pela nomenclatura de “utilizador”, utilizada mais frequentemente no DL 194/2009. Até nas alterações a este último diploma se foi “perdendo” tal nomen iuris. Mesmo na Lei n.º 23/96, de 26 de julho se utiliza “utente”, ao invés de “consumidor”. E será que faz sentido dizer “uso não profissional” ou “uso não comercial”? Tudo isto apenas para a noção ser utilizada para efeitos do at.º 77.º?	Considera-se pertinente a inclusão do conceito de consumidor pois beneficia de um regime diferente dos demais utilizadores nomeadamente, na proibição de exigência de caução no momento da contratação ou na inaplicabilidade de juros comerciais pelo atraso no pagamento. Acresce que o presente regulamento integra também o conceito de utilizador, justificando-se, pelos motivos supra indicados, a sua autonomização.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>DECO</b>	A definição de consumidor deve abranger os serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos.	Acolhe-se a sugestão.	p) «Consumidor»: utilizador dos serviços de águas e resíduos para uso não profissional;
	<b>AdPortugal</b>	Na alínea p) do n.º 2 apenas está referido o consumidor enquanto utilizador do serviço		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		de fornecimento de água. Falta a referência para a recolha de águas residuais.		
q) «Contador»: instrumento concebido para medir, totalizar e indicar o volume, nas condições da medição, da água que passa através do transdutor de medição;	<b>AdCascais</b>	A definição de contador parece confusa. Deverá incluir as águas residuais. PROPOSTA: «Contador»: instrumento metrológico concebido para medir, totalizar e indicar o volume de água que por este passa;	Foi clarificada a definição de "Contador", como instrumento destinado a medir a água fornecida aos utilizadores finais (domésticos e não domésticos) e incluída uma alínea com a definição de "Medidor de caudal", instrumento destinado à medição de águas residuais (ou o fornecimento de água em alta).	q) «Contador»: instrumento concebido para medir de forma contínua, registar e indicar o volume de água, fornecido ao utilizador final, nas condições normais de funcionamento, incluindo, pelo menos, o transdutor da medição, o calculador e um dispositivo de indicador;
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	A definição de contador parece confusa. Deverá incluir as águas residuais. PROPOSTA: q) «Contador»: instrumento concebido para medir, totalizar e indicar o volume, nas condições da medição, da água ou da água residual que passa através do transdutor de medição; Ou introduzir mais uma alínea x) «Medidor de caudal»: dispositivo que tem por finalidade a determinação do volume de água residual produzido podendo, conforme os modelos, fazer a leitura do caudal instantâneo e do volume produzido, ou apenas deste, e ainda registar esses volumes;		
	<b>AdPorto</b>	Sugestão de melhoria do conceito de contador. «Contador de água»: De acordo com a Norma Europeia EN 14154-1:2005 e a portuguesa NP EN 14154-1:2008, é o instrumento concebido para medir de forma contínua, registar e indicar o volume de água que passa através dele, nas condições normais de funcionamento. Um contador inclui, pelo menos, o transdutor da medição, o calculador, incluindo um dispositivo de regulação ou correção, caso exista, e um		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		dispositivo indicado. podendo estes três dispositivos ser instalados no mesmo ou em alojamentos diferentes.		
r) «Contrato»: vínculo jurídico estabelecido entre a entidade gestora e qualquer pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, referente à prestação, permanente ou eventual, do serviço pela primeira à segunda, nos termos e condições do presente regulamento;	<b>AdPorto</b>	Deve referir-se também a “legislação em vigor”, não apenas o “presente regulamento”.	Acolhe-se a sugestão.	r) «Contrato»: vínculo jurídico estabelecido entre a entidade gestora e qualquer pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, referente à prestação, permanente ou eventual, do serviço pela primeira à segunda, nos termos e condições <u>da legislação aplicável</u> e do presente regulamento;
	<b>DECO</b>	A definição de “Contrato” deve especificar que está em causa um vínculo jurídico que assume a forma escrita.	Sugestão não acolhida. Sem prejuízo de existir a obrigação de entrega ao utilizador das condições contratuais escritas (n.º 3 do artigo 73.º), a celebração do contrato nem sempre é feita com base num suporte escrito e subscrito por ambas as partes, <i>maxime</i> , no caso do serviço de recolha de resíduos urbanos, que se pode considerar contratado através do comportamento de utilização dos equipamentos de deposição (sendo as condições contratuais remetidas em data posterior).	Sem alteração quando a este aspeto.
u) «Deposição seletiva»: deposição efetuada de forma a manter o fluxo de resíduos separado por tipo e natureza (como resíduos de papel e cartão, vidro de embalagem, plástico de embalagem, resíduos urbanos biodegradáveis, REEE, RCD, resíduos volumosos, verdes, pilhas), com vista a tratamento específico;	<b>AMBILITAL</b>	Sugere-se a inclusão da menção a “metal de embalagem”	Sugestão aceite, foi um lapso a não inclusão do “metal de embalagem”.	u) «Deposição seletiva»: deposição efetuada de forma a manter o fluxo de resíduos separado por tipo e natureza (como resíduos de papel e cartão, vidro de embalagem, plástico de embalagem, <u>metal de embalagem</u> , resíduos urbanos biodegradáveis, REEE, RCD, resíduos volumosos,

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				verdes, pilhas), com vista a tratamento específico;
v) «Diâmetro Nominal»: designação numérica do diâmetro de um componente que corresponde ao número inteiro que se aproxima da dimensão real em milímetros;	<b>AdPortugal</b>	Atentos os vários tipos de materiais dos componentes, deve ser clarificado que nuns casos se aproxima do diâmetro interno (aço, FFD, entre outros), e noutros casos do diâmetro externo (PEAD, PVC, entre outros).	Foi clarificada a definição de "diâmetro nominal".	v) «Diâmetro Nominal»: designação numérica do diâmetro de um componente que corresponde ao número inteiro que se aproxima da dimensão real em milímetros, <u>considerando-se o diâmetro interno ou o diâmetro externo conforme a natureza do material utilizado;</u>
z) «Ecocentro»: local de receção de resíduos dotado de equipamentos de grande capacidade para a deposição seletiva de resíduos urbanos passíveis de valorização, tais como de papel/cartão, de plástico, de vidro, de metal ou de madeira, aparas de jardim e objetos volumosos fora de uso, bem como de pequenas quantidades de resíduos urbanos perigosos;	<b>AdPorto</b>	A alínea refere-se a «Ecocentro», pelo que a sua localização após «Entidade titular» está deslocalizada. Deve passar para uma localização entre as alíneas v) e w).	Atenta a ordem alfabética as alíneas são retificadas.	Passa a corresponder à alínea w).
cc) «Gestão de resíduos urbanos»: a recolha, o transporte, a valorização e a eliminação de resíduos urbanos cuja produção diária, por produtor, não exceda os 1100 litros;	<b>DECO</b>	A definição não contempla a disponibilização e manutenção dos equipamentos para deposição.	A presente definição decorre, com a devida adaptação, da definição de «Gestão de resíduos» constante no DL n.º 178/2006, de 5 de setembro. Não obstante o referido e para melhor clarificar que a contentorização está incorporada na recolha procedeu-se à sua inclusão explícita na definição de recolha.	Sem alteração da redação desta alínea. Reformulada redação da alínea ss) «Recolha de resíduos»: a apanha de resíduos, <u>incluindo a disponibilização de equipamentos de deposição</u> , a triagem e o armazenamento preliminares dos resíduos, para fins de transporte para uma instalação de tratamento de resíduos;
dd) «Inspeção»: atividade conduzida por funcionários da entidade gestora	<b>AdAlenquer AdCascais</b>	A definição de inspeção desconsidera as que decorrem dos regulamentos das EG. -	Acolhe-se a sugestão.	gg) (reordenação) «Inspeção»: atividade conduzida por funcionários

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
ou por esta acreditados, que visa verificar se estão a ser cumpridas todas as obrigações decorrentes do presente Regulamento, sendo, em regra, elaborado um relatório escrito da mesma, ficando os resultados registados de forma a permitir à entidade gestora avaliar a operacionalidade das infraestruturas e informar os utilizadores de eventuais medidas corretivas a serem implementadas;	<b>AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	«Inspeção»: atividade conduzida por funcionários da entidade gestora ou por esta acreditados, que visa verificar se estão a ser cumpridas todas as obrigações decorrentes da legislação em vigor, do presente Regulamento e do Regulamento da Entidade Gestora, sendo, em regra, elaborado um relatório escrito da mesma, ficando os resultados registados de forma a permitir à entidade gestora avaliar a operacionalidade das infraestruturas e informar os utilizadores de eventuais medidas corretivas a serem implementadas;		da entidade gestora ou por esta acreditados, que visa verificar se estão a ser cumpridas todas as obrigações decorrentes <u>da legislação em vigor</u> , do presente Regulamento e <u>dos regulamentos de serviço das entidade gestora</u> , sendo, em regra, elaborado um <u>auto</u> escrito (...);
	<b>AdPortugal</b>	A definição de “inspeção” deverá ser relativa a “inspeção ou fiscalização”.	Sugestão não aceite por se entender que o conceito de fiscalização é mais amplo (vide acima resposta à sugestão da AdPorto de aditar a definição de fiscalização.	Sem alteração quanto a este aspeto.
ee) «Ligação técnica entre sistemas»: conjunto de infraestruturas que se destinam à entrega da água para abastecimento, fornecida pelo serviço em alta, no ponto de entrega e/ou para entrega das águas residuais, do serviço em baixa ao serviço em alta, no ponto de recolha, compreendendo, em princípio, um ramal de ligação e uma câmara de inspeção;	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não faz sentido esta especificação. Eliminar referência a "um ramal de ligação e uma câmara de inspeção" - "[...] no ponto de recolha.	Aceite a eliminação da parte final da definição da "ligação técnica entre sistemas", tendo ainda esta definição sido reformulada.	hh) (reordenação) «Ligação técnica entre sistemas»: conjunto de infraestruturas que se <u>destina</u> à entrega da água para abastecimento, fornecida pelo <u>sistema</u> em alta <u>ao sistema de distribuição em baixa</u> , e/ou à entrega das águas residuais <u>provenientes do sistema de drenagem</u> em baixa até ao serviço em alta, compreendendo, em regra, uma câmara de inspeção <u>e um troço de tubagem de ligação entre dois sistemas</u> ;
	<b>AdPortugal</b>	A redação deverá ser reformulada de modo a torná-la coerente com as definições de “ponto de entrega”, “ponto de recolha”, “ramal de ligação” e a evidenciar as diferenças entre as ligações alta/baixa e as ligações baixa/“predial”. Sendo o ponto de entrega o “ponto de fronteira entre o serviço em alta e o serviço em baixa, que corresponde ao local físico	Aceite a proposta de alteração da definição de "ligação técnica entre sistemas".	



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>onde é feita a entrega de água para consumo humano” e o ponto de recolha “ponto de fronteira entre o serviço em alta e o serviço em baixa, que corresponde ao local físico onde é feita a recolha de águas residuais urbanas” e sendo a ligação técnica da responsabilidade da entidade gestora do serviço em alta, então tanto o ponto de entrega como o ponto de recolha se situam no limite do sistema em baixa. Ou seja, a ligação técnica permite a entrega da água no ponto de entrega do sistema em baixa ou a recolha das águas residuais desde o ponto de recolha até ao sistema em alta.</p> <p>Por outro aldo, o “ramal de ligação” é definido como o troço de canalização que permite a ligação entre o sistema público e o sistema predial, pelo que, para evitar confusões, esta designação não deve ser utilizada no âmbito da ligação entre os sistemas alta e baixa.</p>		
ff) «Local de consumo»: imóvel que é ou pode ser abastecido, nos termos do contrato de abastecimento, do Regulamento e da legislação em vigor;	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Um local de consumo pode não ser um imóvel. Existem locais temporários como feiras, circos, obras entre outros tipos de utilização. Não são só imóveis. - «Local de consumo»: local que é ou pode ser abastecido, em baixa, nos termos do contrato de abastecimento, do Regulamento e da legislação em vigor;	Considera-se que a definição, conforme disposto no artigo 204.º do Código Civil, se adequa ao conceito de coisa imóvel, abrangendo esta quer os prédios urbanos quer os prédios rústicos onde se desenvolvem as atividades indicadas pela entidade gestora.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>DECO</b>	Deve ser substituído o termo “abastecido” por “servido” por forma a englobar os 3 serviços.	Acolhe-se a sugestão.	ii) (reordenação) «Local de consumo»: imóvel que é ou pode ser <u>servido</u> (...);

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
jj) «Pré-tratamento das águas residuais industriais»: processo, a cargo do utilizador, destinado à redução da carga poluente, à redução ou eliminação de certos poluentes específicos, ou à regularização de caudais, de forma a tornar essas águas residuais aptas a ser rejeitadas no sistema público de drenagem de águas residuais;	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Porquê só industriais? Ou seja a classificação/definição engloba p.e. restaurantes ou atividades comerciais que possam gerar águas que se possa exigir pré-tratamento? Clarificar redação.	Aceite a eliminação de "industriais" na definição de "Pré-tratamento de águas residuais industriais", de modo a ser aplicável a outras entidades cuja atividade implique a necessidade de pré-tratamento.	nn) (reordenação) «Pré-tratamento das águas residuais»: processo (...);
kk) «Pressão de serviço»: pressão disponível nas redes de água, em condições normais de funcionamento;	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Existem redes prediais que não estão devidamente mantidas e que diminuem a pressão consideravelmente. Desta forma clarifica-se onde é que esta pressão de serviço é medida. kk) Pressão de serviço»: pressão disponível no ramal de ligação de água, em condições normais de funcionamento;	Não foi aceite a alteração da definição de "Pressão de serviço", uma vez que esta pode/ deve ser medida em qualquer ponto da rede e não apenas no ramal de ligação de água (por exemplo nos casos de reclamações de utilizadores a ERSAR recomenda a medição da pressão ao nível do arruamento e nos dispositivos de utilização do imóvel).	Sem alteração quanto a este aspeto.
ll) «Ramal de ligação de água»: troço de canalização destinado ao serviço de abastecimento de um prédio, compreendido entre o limite da propriedade do mesmo e a conduta da rede pública em que estiver inserido;	<b>SMAS de Sintra</b>	Urge clarificar a noção de ramal de ligação de água, porquanto, embora definido na alínea ll) do nº 2 do artigo 3º, replicada a norma do artigo 69º do DL nº 194/2009 (nos artigos 38º e 44º do Projeto), o certo é que não há uma harmonização de procedimentos no território nacional, entendendo algumas entidades gestoras que esta definição de ramal não é mais que a «extensão da rede pública de abastecimento», valendo-se desta interpretação para cobrar o respetivo serviço, ainda que os imóveis a ligar não distem mais de 20 metros da rede pública.	Foi clarificada a definição de "ramal de ligação de água", mantendo a concordância com o disposto no n.º 1 do artigo 32.º e no artigo 146.º do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto.	pp) (reordenação) «Ramal de ligação de água»: troço de canalização destinado ao serviço de abastecimento de um prédio, <u>que tem por finalidade assegurar o transporte de água entre a rede pública e o limite da propriedade do utilizador;</u>
	<b>AdAlenquer AdCascais</b>	Sugere-se redação de acordo com n.º 1 do art.º 32.º do DR 23/95. "Ramal de ligação:		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	assegura o abastecimento predial de água, desde a rede pública até ao limite da propriedade a servir, em boas condições de caudal e pressão."		
	<b>VIMÁGUA</b>	<p>Considera-se que as definições de ramal de ligação de água e válvula de corte devem ser revistas, existindo incoerência entre o que é referido na alínea nnn) do artigo 3.º e no número 2 do artigo 40.º do Projeto de Regulamento.</p> <p>Entende-se que as caixas de ramal de ligação, nos ramais de saneamento da VIMÁGUA, são parte integrante do próprio ramal, para permitir ações de limpeza e manutenção da rede e dos ramais e ações de fiscalização, sendo este acessório o delimitador de propriedade e de responsabilidade do ramal, em lugar do limite de propriedade preconizado pela ERSAR.</p> <p>Para melhor precisar este entendimento propõe-se alterar a definição de: «Sistema de drenagem predial»: conjunto constituído por instalações e equipamentos privativos de determinado prédio e destinados à evacuação das águas residuais até à rede pública, ainda que possam estar instalados em domínio público.</p> <p>A adoção da posição da ERSAR, neste aspeto, poderia ter o efeito pernicioso de os particulares ou os promotores do imóvel serem tentados a colocar a maior parte possível das condutas que constituem a rede predial em terreno do domínio público para</p>	<p>Foi clarificada a definição de "válvula de corte" e de "ramal de ligação de água". Na oportunidade, a definição de "válvula de corte" foi alterada para "Válvula de seccionamento do ramal de ligação" e incluída uma nova alínea com a definição de "Válvula de seccionamento a montante ou a jusante do contador", de forma a definir a função específica de cada válvula face à sua localização.</p>	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		posteriormente se poderem furtar à responsabilidade por quaisquer avarias, deficiências ou danos em tal sistema predial, imputando-o, assim, livremente à VIMÁGUA.		
mm) «Ramal de ligação de águas residuais»: troço de canalização que tem por finalidade assegurar a recolha e condução das águas residuais domésticas e industriais desde o limite da propriedade até ao coletor da rede de drenagem;	<b>SMAS de Sintra</b>	Urge clarificar a noção de ramal de ligação de águas residuais, porquanto, embora definido na alínea mm) do n.º 2 do artigo 3.º, e se encontra replicada a norma do artigo 69.º do decreto-lei n.ºs 194/2009 (nos artigos 38.º e 44.º do Projeto), o certo é que não há uma harmonização de procedimentos no território nacional.	Foi clarificada a definição de "ramal de ligação de águas residuais", mantendo a concordância com o disposto no n.º 1 do artigo 32.º e no artigo 146.º do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto.	qq) (reordenação) «Ramal de ligação de águas residuais»: troço de <u>coletor</u> que tem por finalidade assegurar a recolha e condução das águas residuais domésticas e industriais desde o limite da propriedade até ao coletor da rede de drenagem;
pp) «Rede pública»: o sistema público de abastecimento de água e/ou o sistema público de drenagem de águas residuais;	<b>CM de Mafra</b>	Esta definição também deveria contemplar o tratamento/depuração de águas residuais.	No que diz respeito à definição de "rede pública", esta já inclui o sistema público de drenagem de águas residuais, no entanto, face à repetição de conceitos da alínea pp) com as alíneas fff) e hhh), eliminou-se a alínea pp), reformulando as definições das alíneas fff) e a alínea hhh).	Eliminada.
ccc) «Serviços em alta»: serviços prestados a utilizadores que tenham por objeto da sua atividade a prestação desses mesmos serviços a terceiros;	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se que seja aditado o seguinte teor "«Serviços em alta»: serviços prestados a utilizadores que tenham por objeto da sua atividade a prestação desses mesmos serviços a terceiros, primordialmente, a entidades gestoras dos serviços em baixa e, excecionalmente, também a utilizadores finais."	A noção em referência visa designar o que se entende por «serviço em alta» (que corresponde à "atividade grossista") e não a prestação de serviços exercida pelas diferentes entidades gestoras. Por sua vez, o artigo 8.º n.º 2 já esclarece quem são os titulares da relação jurídica, quando se refere que as entidades gestoras por um serviço em alta podem igualmente prestar o serviço a utilizadores finais.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
hhh) «Sistema público de drenagem de águas residuais»: sistema de canalizações, órgãos e equipamentos destinados à recolha, transporte e destino final adequado das águas residuais, em condições que permitam garantir a qualidade do meio recetor, instalado, em regra, na via pública, em terrenos da entidade gestora ou em outros, cuja ocupação seja do interesse público, incluindo os ramais de ligação às redes prediais;	<b>CM de Mafra</b>	Esta definição também deveria contemplar o «tratamento de águas residuais».	Não se acolhe a sugestão, uma vez que o sistema de drenagem diz respeito efetivamente apenas à drenagem e não ao tratamento.	Sem alteração.
III) «Utilizador»: qualquer pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem seja assegurado, de forma contínua, o serviço, o qual pode ser classificada como: i) «Utilizador municipal»: município ou entidade gestora do respetivo serviço municipal, que tenha por objeto da sua atividade a prestação desses mesmos serviços a terceiros; ii) «Utilizador final» ou «cliente»: utilizador doméstico ou não doméstico, que não tenha como objeto da sua atividade a prestação desses mesmos serviços a terceiros;	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	O que significa "o serviço"? Uniformizar com restante redação do documento. "[...] de forma contínua, os serviços em baixa, o qual pode ser classificada como: [...]"	O termo "serviço" refere-se aos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas ou gestão de resíduos urbanos prestados pela entidade gestora (em alta ou em baixa), não se considerando necessária clarificação da redação.	ppp) (reordenada) «Utilizador»: qualquer pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem sejam assegurados, de forma contínua, os <u>serviços de águas e resíduos</u> , podendo ser classificada como: (...)
		Existem empresas que adquirem os serviços de águas e resíduos (como utilizadores não domésticos) e os prestam a um nível mais reduzido, como os centros comerciais, parques industriais e/ou abastecimentos a navios. III) ii) «Utilizador final» ou «cliente»: utilizador doméstico ou não doméstico, que não seja uma entidade gestora e/ou entidade titular.	Sugestão não aceite. Nas situações indicadas não se afigura poder considerar que essas empresas têm como objeto da sua atividade o fornecimento dos serviços regulados a terceiros, pois a disponibilização inclui-se no âmbito de um serviço mais lato (arrendamento de um espaço comercial com um conjunto de serviços associados).	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Mafra</b>	A definição de utilizador municipal afigura-se incongruente com as definições de serviços em alta e em baixa.	Não se considera haver inconsistência (tendo presente que também não se considera atendível a proposta de alteração da definição de serviço em alta)	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se uma nova redação para a definição de utilizador final ou cliente: " utilizador doméstico ou não doméstico, <u>que usufrua dos serviços públicos de águas ou resíduos prestados, maioritariamente, pelas entidades gestoras em baixa e, excecionalmente, pelas entidades gestoras em alta</u> "	O que importa aqui para designar o utilizador final é a ausência de prestação do serviço a outrem, isto é não faz parte da sua atividade, pelo que a concretização de quem lhe presta o serviço é irrelevante.	
nnn) «Válvula de corte»: válvula de seccionamento, destinada a seccionar a montante o ramal de ligação do prédio, permitindo interromper o fornecimento de água, sendo exclusivamente manobrável por pessoal da entidade gestora e/ou da Proteção Civil.	<b>AdRibatejo</b>	A válvula de corte pode não estar localizada a montante do ramal de ligação, normalmente está junto ao limite da propriedade, como se refere no n.º 2 do Artigo 40.º. Redação alternativa proposta: "válvula de seccionamento, destinada a seccionar o ramal de ligação do prédio e/ou local de consumo, de forma a regular o fornecimento de água, sendo exclusivamente manobrável por pessoal da Entidade Gestora e Proteção Civil."	Aceite a eliminação da referência a "montante". Não aceite acrescentar "e/ou local de consumo", pois o ramal de ligação está compreendido entre o limite de propriedade do prédio (e não o local de consumo) e a conduta da rede pública, conforme a definição de "ramal de ligação de água". Não aceite alterar "permitindo interromper o fornecimento de água" por "de forma a regular o fornecimento de água", pois o objetivo principal da válvula de corte é efetivamente proceder à interrupção do fornecimento em caso de necessidade. No entanto, a definição de "válvula de corte" foi clarificada e alterada para "Válvula de seccionamento do ramal de ligação" e incluída uma nova alínea com a definição de "Válvula de seccionamento a montante ou a jusante do contador", de forma a definir a função específica de cada válvula face à sua localização.	Sem alteração.
	<b>AdPorto</b>	É de acrescentar também Bombeiros e referir que a operação pela Proteção Civil e/ou Bombeiros apenas deve ocorrer em caso de urgência, estando em causa a segurança de pessoa.	Não se considera necessário acrescentar a possibilidade de manobra pelos Bombeiros, uma vez que estes já se encontram contemplados no pessoal da proteção civil (Lei 27/2006, de 3 de julho, na redação atual).	

#### Artigo 4.º Princípios gerais de relacionamento comercial

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
O relacionamento comercial entre entidades gestoras e entre as entidades gestoras e os utilizadores finais, bem como com os demais sujeitos intervenientes, deve processar-se de modo a que sejam observados, quando aplicáveis, os seguintes princípios gerais:	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se que seja aditado o princípio da garantia da proteção dos interesses dos utilizadores, em conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sugestão aceite, procedendo-se à alteração da alínea e) no sentido de incluir 'proteção dos interesses dos utilizadores'	Ver abaixo alínea e).
a) Garantia de fornecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais urbanas, gestão de resíduos urbanos, em termos adequados às necessidades dos utilizadores;	<b>AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	Pode restringir o âmbito que as EG têm concessionado - o exclusivo atribuído é para o fornecimento de água para consumo público. Esta restrição pode ter impactos nos Utilizadores Industriais.	Sugestão aceite, sendo o articulado alterado em conformidade	a) Garantia de fornecimento de água para <u>consumo público</u> , saneamento de águas residuais urbanas, gestão de resíduos urbanos, em termos adequados às necessidades dos utilizadores;
	<b>CM de Lagos</b>	Será este um novo princípio da proporcionalidade? Na adequação de meios aos fins?	Tratando-se de um serviço público, a entidade gestora está adstrita ao cumprimento de obrigações específicas de serviço público (fornecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos atendendo às necessidades gerais dos utilizadores), princípio que se pretende estatuir na alínea a) em apreço.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
c) Qualidade e continuidade dos serviços prestados;	CM de Mafra	Deve ser reformulada a redação em conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. PROPOSTA: “ <u>Garantia da</u> qualidade e continuidade dos serviços prestados”.	Acolhe-se a sugestão.	c) <u>Garantia da</u> qualidade e continuidade dos serviços prestados;
e) Igualdade de tratamento e de acesso;	CM de Mafra	Sugere-se nova redação, em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. PROPOSTA: “Garantia da igualdade de tratamento e de acesso”.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se ainda a redação na sequência da proposta da CM de Mafra de inclusão da referência à proteção dos utilizadores (ver acima).	e) <u>Garantia da proteção dos interesses dos utilizadores e da</u> igualdade de tratamento e de acesso;
f) Concorrência, sem prejuízo do cumprimento das obrigações de serviço público;	AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	No caso das concessões este princípio só se verifica no momento da adjudicação das mesmas. Posteriormente, vigora o princípio da exclusividade. Sendo um regulamento dirigido ao relacionamento entre Entidades Gestoras e Utilizadores, não deve consagrar-se aqui este princípio.	Sugestão não aceite – sem prejuízo do enunciado, no que se refere ao direito de exclusivo da entidade gestora, cumpre referir que de acordo com o estatuído no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio (aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis n.os 18/2003, de 11 de junho, e 39/2006, de 25 de agosto, e procede à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro), as empresas públicas, as entidades públicas empresariais e as empresas às quais o Estado tenha concedido direitos especiais ou exclusivos encontram-se abrangidas pela mencionada lei.  Para além da existência de concorrência no momento da atribuição de concessões, ou da seleção de parceiros privados para empresas municipais, os princípios e regras de concorrência podem ainda impor-se na	Sem alteração.
	APDA	Parece forçada a previsão do princípio da concorrência, uma vez que a entidade gestora é sempre a mesma num determinado espaço territorial e, por outro lado, o conteúdo do regulamento se refere à relação já estabelecida entre fornecedor e utilizador e não à formação dos contratos.  Se se pretender invocar o princípio da concorrência, deve o mesmo ser circunscrito		



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		apenas aos casos em que a lei prevê tal concorrência na contratação de entidades gestoras.	prestação de outros serviços não abrangidos pelo exclusivo e no âmbito de atividades complementares.	
	<b>CM de Lagos</b>	É algo novo a introdução, aqui, do princípio da concorrência, abrindo um pouco o setor aos princípios do direito privado comercial – tal seria desnecessário, pois reproduz o que se encontra vigente.		
j) Princípio do utilizador-pagador	<b>AdSJoão</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	Tratando a drenagem de águas residuais industriais o princípio de poluidor-pagador também merecerá referência.	Sugestão não aceite dado que a definição de utilizador-pagador abrange todos os serviços.	Sem alteração.

#### Artigo 5.º Instrumentos legais e jurídicos que regulam a relação entre entidades gestoras e entre as entidades gestoras e os utilizadores finais

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Os direitos e os deveres dos utilizadores e das entidades gestoras são os que resultam: a) Da legislação específica aplicável;	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM da Moita</b> <b>CM de Alenquer</b>	Os contratos têm de ser estabelecidos em conformidade com os regulamentos e por conseguinte não se lhes podem sobrepor. Logo as alíneas d) e e) devem trocar de	Sugestão aceite, sendo o articulado alterado em conformidade.	1. (...) d) Dos regulamentos de exploração ou tratamento ou dos regulamentos de serviço.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>b) Dos regulamentos da ERSAR com eficácia externa;</p> <p>c) Dos contratos que transferem a responsabilidade pela gestão dos serviços, sempre que a entidade titular não opte pela gestão direta;</p> <p>d) Dos contratos de fornecimento de água e de recolha de águas residuais e de entrega e receção de resíduos;</p> <p>e) Dos regulamentos de exploração ou tratamento ou dos regulamentos de serviço.</p>	<p><b>AdPorto</b></p>	<p>posição, de modo a que a regra de prevalência fixada no nº 2 seja aceitável.</p> <p>É necessário clarificar o que está previsto na alínea e). Tratando-se de regulamentos emanados pelo governo ou pelas autarquias, no uso das suas atribuições e competências, já estão incluídos na alínea a). Não podem é ser colocados hierarquicamente após os contratos previstos nas alíneas c) e d). Tendo presente a ordem de prevalência estabelecida no n.º 2, como está, se um contrato for celebrado em desconformidade com o estabelecido em regulamento de exploração ou tratamento ou dos regulamentos de serviço, nunca a ilegalidade eventualmente constante do contrato poderia ser apreciada à luz das normas regulamentares em questão. Propõe-se que os regulamentos da alínea e) passem para terceiro lugar da ordenação.</p>	<p>Os regulamentos de exploração ou tratamento e os regulamentos de serviço (emanados/aprovados pelas entidades titulares, ou seja, pelas autarquias), são, nos termos do 241.º da CRP, hierarquicamente inferiores às leis, não tendo por isso o mesmo valor jurídico. Por outro lado, cumpre referir que os contratos que transferem a responsabilidade pela gestão dos serviços são hierarquicamente superiores, tendo os regulamentos de exploração ou tratamento ou dos regulamentos de serviço de se coadunar com aqueles, bem como com os dispositivos legais aplicáveis – neste sentido veja-se, a título de exemplo, o estatuído na Base XXXII do Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, na redação dada pelo decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, e artigo 62.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.</p>	<p>e) Dos contratos de fornecimento de água e de recolha de águas residuais e de entrega e receção de resíduos.</p>
<p>2. Em caso de divergência entre o disposto nos instrumentos jurídicos previstos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.</p>	<p><b>AdSJoão</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b></p>	<p>O impacto das normas do Regulamento pode originar situações de reequilíbrio.</p>	<p>Comentário sem impacto na redação. Vide apreciação dos comentários gerais (alínea d) do ponto 4.1).</p>	<p>Sem alteração</p>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	INDAQUA Vila do Conde			
	CM de Santo Tirso	Entende-se que será importante acautelar que este projeto de regulamento, não irá colidir com as regras estabelecidas entre o Município e as diversas entidades gestoras, sob pena de implicar a revisão dos contratos já estabelecidos e em vigor, bem como os respetivos reequilíbrios económico financeiros desses modelos.		

## Artigo 6.º Ónus da prova

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Cabe à entidade gestora a prova de todos os factos relativos ao cumprimento das suas obrigações e diligências decorrentes da prestação dos serviços a que se refere o presente regulamento, nos termos da Lei dos Serviços Públicos Essenciais, a Lei n.º 23/96, de 26 de julho.	CM de Águeda	Além da referência à Lei n.º 23/96, de 26 de julho, deveriam ser salientadas as posteriores alterações, de forma genérica ou particular.	Considera-se implícito que qualquer remissão para um diploma legal é feito para a redação em vigor a cada momento.	Sem alteração.
	CM de Lagos	No art.º 6.º há uma menção à questão do ónus da prova já objeto de previsão legal normativa diretamente aplicável aos casos concretos – tal será desnecessário, pois, reproduz o que se encontra vigente.	Tal como mencionado na nota justificativa do regulamento, este concretiza e desenvolve o que se encontra previsto em vários diplomas legais, designadamente, na Lei n.º 23/96, de 26 de julho.	
	CM de Viana do Alentejo	O Município é que terá de fazer prova de todo o processo, pelo que convirá articular com os municípios as plataformas para o	Não se entende o alcance do comentário. Esta norma refere-se de forma geral a todas as obrigações decorrentes da prestação dos serviços públicos a que se refere este	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		efeito, efetivando assim o desenrolar dos processos.	regulamento. A propósito de algumas obrigações específicas são concretizados os meios de prova exigidos (ex: aviso prévio de suspensão do serviço).	

#### Artigo 7.º Entidade titular e entidade gestora dos serviços

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. São entidades titulares dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, o Estado ou os municípios, na prossecução das respetivas atribuições.	CM de Águeda	Questiona-se a legitimidade de referir o Estado se aquelas atribuições estão na esfera da administração local.	A menção a Estado é relativa à titularidade da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais que pertence ao Estado (vide. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho)	Sem alteração.

#### Artigo 8.º Entidade gestora do serviço em alta e entidade gestora do serviço em baixa

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. São entidades gestoras do serviço em alta aquelas que são responsáveis pela prestação, total ou parcial, do serviço a outras entidades gestoras, sendo aplicável	CM de Mafra	A definição de entidade gestora do serviço em alta afigura-se correta, no entanto, não se afigura coerente com as definições que constam das alíneas ccc) e III) i) do n.º 2 do artigo 3.º.	Não se identifica a contradição enunciada.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a este relacionamento comercial o estabelecido no Capítulo III.	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Verificação desta situação, por causa dos consumidores de percurso das condutas, em que o serviço é prestado diretamente pela Alta, donde se devem agilizar as relações Alta/Baixa/Utilizador Final, para que não se dupliquem estruturas de cobrança não coerentes entre si.	Sugestão não aceite – O regulamento está estruturado tendo em consideração o tipo de serviço e não a entidade gestora que o presta. As relações da entidade gestora com os municípios (serviço em alta) são tratadas no capítulo III, enquanto as relações das entidades gestoras com os utilizadores finais (serviço em baixa) são tratadas no capítulo IV, pelo que cada entidade gestora deve aplicar as normas regulamentares que se adequam a cada serviço prestado.	Sem alteração.
4. No caso da recolha seletiva de resíduos urbanos, que pode ser assegurada pela entidade gestora do serviço em alta ou em baixa, é aplicável o estabelecido no Capítulo IV, com as necessárias adaptações decorrentes da ausência de tarifas específicas para este serviço.	<b>EGF</b>	O n.º 4 do artigo 8º parece prever a aplicação do capítulo IV à recolha seletiva de resíduos urbanos, “com as necessárias adaptações decorrentes da ausência de tarifas específicas para este serviço. Não se vê vantagem neste regime, que deixa dúvidas sobre que regras se aplicam às entidades gestoras dos serviços em alta que, claramente, nestas situações atuam no âmbito de uma relação com os municípios e não com os utilizadores finais. Propõe-se que as regras referentes à recolha seletiva sejam tratadas no âmbito do capítulo III, sob pena de se criar um regime de incerteza, contrário ao espírito e objetivo do presente regulamento.	Sugestão não aceite: considerando a existência de relações contratuais com os municípios e os utilizadores finais, entendeu-se que a regulamentação autónoma das mesmas será mais transparente e prática para as entidades envolvidas.	Sem alteração.

## Artigo 9.º Utilizadores dos serviços

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>2. O utilizador final pode ser classificado como:</p> <p>a) Utilizador doméstico: aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais;</p> <p>b) Utilizador não-doméstico: aquele que não esteja abrangido pela alínea anterior, incluindo-se, nomeadamente, os condomínios, o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos setores empresariais do Estado e das autarquias.</p>	<p><b>CM de Águeda</b> <b>CM de Mafra</b></p>	<p>A definição de utilizador doméstico e utilizador não-doméstico deveria constar nas “Definições”.</p>	<p>Sugestão não aceite - sendo este um artigo com o propósito de indicar e definir os utilizadores dos serviços, entendemos oportuno definir todos os tipos de utilizadores neste artigo.</p>	<p>Sem alteração quanto a este aspeto.</p>
	<p><b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b></p>	<p>Propõe-se que só possam ser utilizadores domésticos as pessoas singulares que usem o local de consumo para fins habitacionais.</p>	<p>Concordando-se com o âmbito do conceito de utilizador doméstico subjacente à proposta, optou-se por uma formulação alternativa que pretende clarificar o pretendido, mantendo harmonização com a definição de utilizador não-doméstico.</p>	<p>a) Utilizador doméstico: aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais <u>do próprio e/ou do seu agregado familiar</u>;</p>
	<p><b>EGF</b></p>	<p>Não se vê vantagem na classificação do utilizador final, que, aliás, não tem depois reflexo em sede do regulamento. A este propósito saliente-se que o conceito de resíduos urbanos abrange quer utilizadores domésticos, quer não domésticos, pelo que a diferenciação constante deste número pode criar incertezas de conceito indesejáveis.</p>	<p>Sugestão não aceite – Esta norma pretende classificar o utilizador final do serviço como doméstico ou não doméstico, em função da atividade exercida, não estando em causa a tipologia de resíduos que produz.</p>	<p>Sem alteração quanto a este aspeto.</p>

## Artigo 10.º Entidade reguladora

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>A ERSAR é a entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos urbanos, competindo-lhe a</p>	<p><b>AMBILITAL</b></p>	<p>Tendo em conta os procedimentos administrativos necessários para efetuar alterações em regulamentos e tendo em</p>	<p>Sugestão não aceite – eventuais alterações no nome do regulador não invalidam a sua</p>	<p>Sem alteração.</p>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
fiscalização do cumprimento do presente Regulamento e a supervisão das reclamações apresentadas pelos utilizadores dos serviços no âmbito do relacionamento comercial com as entidades gestoras.		conta a eventualidade de possível alteração em futuro da designação da entidade reguladora, sugere-se que neste artigo não se faça menção à ERSAR, mas sim a entidade reguladora.	designação, nem pressupõem a alteração do regulamento no sentido de adequá-la.	

#### Artigo 11.º Deveres das entidades gestoras de serviços em alta para com as entidades gestoras dos serviços em baixa

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. As entidades gestoras encontram-se vinculadas, nas relações que estabelecem entre si, aos deveres de cooperação, coordenação e colaboração administrativas.	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se que, para além dos deveres de cooperação, coordenação e colaboração administrativa, as entidades gestoras também devam estar vinculadas aos deveres técnicos nas diferentes especialidades correlacionadas com o âmbito dos serviços públicos prestados.	Sugestão não aceite - os aludidos deveres técnicos estão densificados nos números seguintes.	Sem alteração.
2. São obrigações das entidades gestoras de serviços em alta em matéria de relacionamento comercial com os utilizadores municipais:	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ficar definido o reporte de informação, que não deve ser apenas anual (por exemplo, relatório de gestão trimestrais ou semestrais).	Não é perceptível o alcance da mesma, entendendo-se que o artigo estabelece com razoabilidade a entrega da mesma – vide a este propósito a alínea g) do n.º 4 do artigo em apreço.	Sem alteração.
a) Assegurar a constituição de registo com a identificação e a tipologia dos utilizadores;	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não se entende o que se pretende. Se os utilizadores são municipais, o que se pretende com tipologia e identificação dos mesmos? Eliminar essa referência..	Acolhe-se a sugestão porque esta disposição apenas se aplica aos utilizadores municipais.	a) Assegurar a constituição de registo com a identificação dos utilizadores;

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Verificar que informação terá de ser prestada à Alta e se estão incluídas as descrições de tipologias especiais, dado as suas lógicas específicas de tarifários, assim como os tarifários que representam as soluções particulares de serviços (Recolha de águas residuais através de meios móveis)	Sugestão não aceite – A ERSAR considera que as obrigações das entidades gestoras aqui enunciadas são genéricas e mínimas para a gestão do serviço.	Sem alteração quanto a este aspeto.
b) Promover a atualização anual do tarifário, nos termos do disposto no RT, e assegurar a sua divulgação junto dos utilizadores, designadamente nos postos de atendimento e no respetivo sítio da internet;	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Existe uma referência aos postos de atendimento, mas as EG em alta não têm estes postos. "[...] junto dos utilizadores no respetivo sítio da internet."	Sugestão não aceite. Apenas aplicável a quem disponha de postos de atendimento ao público.	Sem alteração.
	<b>AdSJoão AEPSA INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	As datas de atualização tarifária dos serviços em alta devem ser compatibilizadas com as datas de revisão tarifária dos serviços em baixa.	O presente artigo elenca os deveres das entidades gestoras, enquanto princípio geral, pelo que a questão das datas de atualização tarifária é objeto de tratamento no Regulamento de Procedimentos Regulatórios.	
c) Proceder, em tempo útil, à emissão e envio das faturas correspondentes aos serviços prestados e à respetiva cobrança;	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ser clarificado a questão do “tempo útil”.	Acolhe-se a sugestão, remetendo-se para os prazos legais e regulamentares.	c) Proceder, <u>dentro dos prazos definidos na lei e no presente regulamento</u> , à emissão e envio das faturas correspondentes aos serviços prestados e à respetiva cobrança;
3. Compete às entidades gestoras dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento	<b>AEPSA</b>	Proposta de nova alínea com a seguinte redação: "Garantir a qualidade, regularidade e continuidade do serviço,	Acolhe-se a sugestão.	a) (nova) Garantir a qualidade, regularidade e continuidade do serviço, salvo em casos fortuitos ou



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
de águas residuais urbanas em alta, designadamente:		salvo em casos fortuitos ou de força maior, que não incluem as greves, sem prejuízo da tomada de medidas imediatas para resolver a situação e, em qualquer caso, com a obrigação de avisar de imediato os utilizadores”.		de força maior, que não incluem as greves, sem prejuízo da tomada de medidas imediatas para resolver a situação e, em qualquer caso, com a obrigação de avisar de imediato os utilizadores;
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	À semelhança do disposto para as EG de serviços públicos de resíduos, deve prever-se o cumprimento das metas estratégicas nacionais. Propõe-se aditar nova alínea: "Garantir o cumprimento das metas para o setor previstas nos documentos estratégicos em vigor".	Sugestão aceite. Foi introduzida uma nova alínea no documento.	i) (nova) Garantir o cumprimento das metas para o setor previstas nos documentos estratégicos em vigor;
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Ao contrário da alínea b) do nº 2, do artigo 12º não se prevê que a entidade gestora dos serviços em alta deve permitir o acesso da entidade gestora em baixa às ligações técnicas e aos pontos de entrega para efeitos da realização de ações de fiscalização ou leitura, verificação, instalação, substituição ou levantamento dos medidores de caudal ou outros equipamentos da entidade gestora em alta, importante para a confirmação das leituras/volumes faturados. Rever redação.	Sugestão aceite. Foi introduzida uma nova alínea no documento.	j) (nova) Permitir o acesso dos colaboradores da entidade gestora em baixa às ligações técnicas e aos pontos de entrega, quanto estes estejam localizados na sua propriedade/instalações, para efeitos da realização de ações de fiscalização ou leitura dos medidores de caudal ou outros equipamentos da entidade gestora em alta, para a confirmação das leituras/volumes faturados;
a) Garantir o abastecimento público de água e a recolha de águas residuais urbanas nas áreas dos municípios utilizadores, abstendo-se de diferenciações entre os utilizadores que não resultem	<b>CM de Mafra</b>	Considera-se que esta norma deveria estar melhor especificada, sob pena de se tornar discriminatória.	Não se considera possível tipificar as possíveis situações que justificam a diferenciação, mas a mesma terá sempre de ser fundamentada nalgum dos critérios indicados na norma e passível de ser sindicada, no limite, judicialmente.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
apenas da aplicação de critérios ou condicionalismos legais ou regulamentares ou, ainda, da diversidade manifesta das condições técnicas de entrega e dos correspondentes custos;	<b>AdPortugal</b>	O âmbito desta obrigação de garantia excede largamente o âmbito e o alcance do artigo 29/5 do Decreto-lei n.º 92/2013, de 11 de julho, (que seria a sua fonte) padecendo, por isso, de ilegalidade.	Sugestão não aceite dado que o sentido da redação é exatamente o mesmo (a norma legal apenas admite diferenciações justificadas por razões ponderosas de ordem técnica ou económica).	
c) Efetuar o controlo dos parâmetros de qualidade da água fornecida e dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados;	<b>AdPortugal</b>	Nem todos os contratos das entidades gestoras de serviços em alta preveem todas as obrigações nele constantes.	A obrigação constante desta alínea deverá ser observada por todas as entidades gestoras, nos termos da legislação aplicável.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>APA</b>	Exorta-se a ERSAR a sublinhar junto das entidades gestoras dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, em alta e em baixa, a importância decisiva destas efetuarem o controlo dos parâmetros de qualidade da água captada e fornecida e (propõe-se que seja retirada a expressão “dos parâmetros sanitários”) dos efluentes tratados, assim como da qualidade da água no meio recetor (em vez dos meios recetores) em que os mesmos sejam descarregados, em consonância com o que ficar definido no título de utilização dos recursos hídricos emitido ao abrigo da Lei da Água.	Sugestão aceite no diz respeito à retirada da expressão 'parâmetros sanitários da alínea c).  Relativamente à questão de sensibilização do controlo dos parâmetros, e embora se trate de uma matéria que extravasa as atribuições da ERSAR, esta entidade sempre preconiza a importância do cumprimento das normas ambientais.	c) Efetuar o controlo dos parâmetros de qualidade da água fornecida e dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados;"
d) Comunicar eventuais incumprimentos dos valores paramétricos aos utilizadores municipais, nos termos da legislação em vigor;	<b>AdPortugal</b>	Sugere-se nova redação “Comunicar, aos utilizadores municipais, eventuais incumprimentos dos valores paramétricos na água fornecida, nos termos da legislação em vigor”	Sugestão não aceite dado que o sentido da redação é exatamente o mesmo.	Sem alteração.
	<b>AEPSA</b>	Sugere-se nova redação: "Comunicar, até ao final do dia útil seguinte ao	Sugestão não aceite, uma vez que a legislação em vigor referida, já prevê a	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		acontecimento, eventuais incumprimentos dos valores paramétricos aos utilizadores municipais, nos termos da legislação em vigor."	transmissão da informação à entidade gestora em baixa até ao final do dia útil seguinte àquele em que tiveram conhecimento da sua ocorrência.	
e) Proceder à divulgação periódica, no mínimo trimestral, dos resultados obtidos da verificação da qualidade da água obtidos na implementação do programa de controlo da qualidade da água aprovado pela autoridade competente, nos termos fixados na legislação em vigor;	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se que o âmbito da norma seja também alargado à divulgação dos resultados da monitorização da qualidade dos efluentes tratados e descarregados no meio ambiente nos territórios municipais afetados.	Sugestão não aceite, uma vez que a divulgação dos resultados obtidos de verificação da qualidade da água decorre de imposição legal e visa informar os utilizadores sobre a qualidade da água consumida pelos mesmos, enquanto que a qualidade dos efluentes tratados deve ser comunicada pela entidade gestora à autoridade ambiental.	Sem alteração.
	<b>AEPSA</b>	Deveria ser inserido um prazo para proceder à divulgação dos resultados trimestrais (ex: até ao final do mês seguinte ao fecho do trimestre, de modo a não prejudicar o cumprimento de idêntica obrigação da EG em baixa até ao final dos 2 meses seguintes ao fecho do trimestre).	Sugestão não aceite, uma vez que os prazos para divulgação dos resultados trimestrais se encontram definidos na legislação em vigor.	
f) Tomar as medidas necessárias para evitar danos nos sistemas de distribuição de água, a jusante, resultantes de pressão excessiva ou variação brusca de pressão nas condutas adutoras do sistema em alta.	<b>AdSJoão</b> <b>AEPSA</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	Devem definir-se responsabilidades em caso de pressão excessiva ou variações bruscas.	Em termos de responsabilidade pelos danos ocorridos deverá atender-se às normas gerais de responsabilidade civil, bem como, <i>a contrario</i> , ao artigo 60.º do presente regulamento relativo à exclusão de responsabilidade da entidade gestora.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Deve clarificar-se o que se entende por "pressão excessiva" e quantificar limites. Para além da pressão existem fatores como as características físico-químicas presentes na água (ex. água muito incrustante) que provocam graves danos nos sistemas de abastecimento. Proposta: "(...) nos sistemas de distribuição de água, a jusante, resultantes de pressão excessiva acima de XXX, características físico-químicas presentes na água comprada ou variação brusca de pressão nas condutas adutoras [...]"	Sugestão não aceite, uma vez que o limite já se encontra quantificado na legislação aplicável.	
g) Assegurar a aferição, a fiscalização e a calibração periódica dos instrumentos de medição.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Clarificar a terminologia instrumentos de medição, que não consta das definições. Pode ser medição de caudal, nível, pressão, cloro residual, etc.	Sugestão não aceite dada a natureza do artigo. Entende-se que a terminologia "instrumentos de medição" diz respeito a instrumentos de medição de caudal.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>José Colarejo</b>	Há, pelo menos, mais de duas dezenas de anos que o termo "Aferição" foi erradicado do léxico da Metrologia. Em sua substituição, existem os termos "Calibração" (VIM 2.39), "Verificação" (VIM 2.44) e "Ajuste" (VIM 3.11), cada um deles a ser usado no respetivo contexto, pelo que se sugere a revisão da redação.  Na presente alínea o termo "aferição" deveria ser substituído por "verificação".  Considera-se ainda inadequado o termo "calibração periódica" aplicado a contadores de água, uma vez que "calibração" é uma operação complexa (ver	Acolhe-se a sugestão.	h) (reordenação) Assegurar a fiscalização e a verificação periódica dos instrumentos de medição.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		definição no VIM) e que não se justifica neste contexto.  Tal como preconizado na Metrologia Legal, deveria ser utilizado o termo "verificação periódica", a qual é imposta legislativamente às entidades de baixa e, na ausência de legislação específica para as entidades de alta, nada impedirá que os mesmos conceitos sejam extrapolados para estas.		
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Deveria ser estabelecida uma periodicidade mínima para a calibração dos instrumentos de medição.	Sugestão não aceite – as regras relativas à metrologia decorrem das normas técnicas previstas em legislação em própria, sendo que deve ser atendida a periodicidade estabelecida na mesma.	Sem alteração quanto a este aspeto.
4. Compete à entidade gestora do serviço público de recolha seletiva e de tratamento de resíduos urbanos, designadamente:	<b>CM de Águeda</b>	Poderia ser também incluído que as entidades gestoras em alta deveriam assessorar ou apoiar as entidades gestoras em baixa na gestão de outros fluxos específicos de resíduos, em caso de solicitação.	Atendendo ao facto de existir legislação específica, entende-se que a aludida questão deverá ser articulada entre as partes, não sendo o presente regulamento o lugar próprio para a sua definição.	Sem alteração.
a) Assegurar aos utilizadores o tratamento dos resíduos urbanos gerados na sua área de intervenção, abstendo-se de diferenciações entre utilizadores que não resultem apenas da aplicação de critérios ou condicionalismos legais ou regulamentares ou, ainda, da diversidade manifesta das	<b>CM de Águeda</b>	Deve ser incluída também a 'recolha seletiva', dado que este ponto "compete à entidade gestora do serviço público de recolha seletiva e de tratamento de resíduos urbanos".	Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º, à recolha seletiva, sendo um serviço prestado a utilizadores finais, é aplicável o capítulo IV. A referência à recolha seletiva no proémio do n.º 4 constituiu um lapso, agora corrigido.	Sem alteração.
	<b>EMARP</b>	Deve acrescentar-se "Assegurar aos utilizadores o tratamento <b>efetivo</b> dos resíduos urbanos...";	A efetividade do tratamento é inerente ao princípio previsto de assegurar o tratamento.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
condições técnicas de entrega e dos correspondentes custos.				
c) Garantir o cumprimento das metas para o setor previstas nos documentos estratégicos em vigor para o sistema;	EGF	Sem pôr em causa a obrigação constante em sede legal e contratual, não se entende a sua inserção na presente sede.	Trata-se de uma obrigação dos sistemas em alta que tem interface com a atividade desenvolvida pelas entidades gestoras em baixa.	Sem alteração.
d) Assegurar a limpeza dos equipamentos de deposição seletiva dos resíduos da sua responsabilidade e área envolvente;	EGF	“Área envolvente” é um conceito indeterminado, sem previsão legal ou contratual. Propõe-se a sua eliminação ou, em alternativa, a definição do que considera área envolvente (em sede de aprovação dos proveitos permitidos, algumas das empresas concessionárias viram os custos de limpeza não aceites, pelo que qualquer agravamento das obrigações nesta sede deve ser devidamente ponderado pela ERSAR e com reflexo no âmbito dos ajustamentos à tarifa).	A inclusão desta alínea constituiu um lapso, dado que termos do n.º 4 do artigo 8.º, à recolha seletiva, sendo um serviço prestado a utilizadores finais, é aplicável o capítulo IV. Esta mesma obrigação já consta do n.º 4 do artigo 36.º do projeto de regulamento.  A propósito do comentários apresentados importa referir que não se pretende impor nenhuma exigência acrescida em termos de limpeza face ao que hoje já constituem obrigações de qualquer entidade gestora responsável pela recolha seletiva, designadamente assegurar a remoção dos resíduos que se encontrem junto aos equipamentos de deposição seletiva e devessem ter sido colocados nesses mesmos equipamentos (muitas vezes por falta de capacidade disponível dos mesmos).	Eliminada.
	EMARP	Proposta de nova redação: Assegurar a limpeza dos equipamentos de deposição seletiva dos resíduos e área envolvente, desde que sejam públicos.		
e) Disponibilizar o comprovativo de entrega dos resíduos urbanos com a identificação do utilizador, matrícula da viatura, horário, código LER e respetiva pesagem;	TRATOLIXO	Onde refere matrícula da viatura, acrescentar “ou código da viatura ou código do circuito” (também aplicável às alíneas f) e g))	Sugestão não aceite: A norma determina os deveres mínimos que deverão ser cumpridos, considerando-se que a matrícula é uma identificação mais facilmente rastreável, até pelo utilizador.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
g) Enviar aos utilizadores, com a respetiva faturação, um relatório mensal com informação discriminada do serviço prestado, designadamente os registos de todas as entregas de resíduos, discriminados por código LER, quantidades, matrícula de viatura, horário de entrega e destino dado aos resíduos.	TRATOLIXO	Retirar a exigência de informação relativa à matrícula de viatura, horário de entrega. Atendendo ao quantitativo de resíduos mensal recebido (acima dos 30.000 toneladas no caso da TRATOLIXO), não se afigura exequível o envio mensal com o detalhe referido.	Sugestão não aceite – a ERSAR considera que os elementos solicitados são fundamentais para a gestão eficiente do serviço, constituindo ainda uma mais valia para as partes envolvidas.	Sem alteração.

## Artigo 12.º Deveres dos utilizadores municipais

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Compete às entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão dos resíduos urbanos em baixa, na qualidade de utilizadores municipais, designadamente:  a) Cumprir as regras de utilização das infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão dos resíduos urbanos;	AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	Em que situações é que se aplica disposição presente nesta alínea às EG em baixa? As EG em baixa não têm acesso às infraestruturas de abastecimento de água em alta... Propõe-se eliminar a referência às infraestruturas de abastecimento.	Esta disposição aplica-se ao relacionamento entre as entidades gestoras em alta e as entidades gestoras em baixa. Uma vez que as entidades gestoras em baixa não tem acesso às infraestruturas de abastecimento ou de saneamento da entidade gestora em alta, eliminam-se ambas as referências.	Eliminada a alínea a) do n.º 1 e aditada nova alínea b) ao n.º 3, que respeita especificamente aos deveres dos utilizadores dos serviços de resíduos urbanos:  b) Cumprir as regras de utilização das infraestruturas de gestão dos resíduos urbanos;

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Palmela</b>	Propõe-se o seguinte texto da alínea a). Cumprir as regras contratadas/acordadas de utilização das infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão dos resíduos urbanos;	Sugestão não aceite – existem regras/normas de utilização das infraestruturas que não se encontram previstas no contrato celebrado entre as partes, designadamente, regras previstas em legislação específica bem como nos regulamentos de serviço, as quais devem ser observadas. A criação de novas obrigações decorre necessariamente de aditamento/alteração ao contrato já existente ou de normas/regulamentos em vigor.	Sem alteração quanto a este aspeto.
2. Compete às entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas em baixa, na qualidade de utilizadores municipais, designadamente:	<b>AdPortugal</b>	Sugere-se acrescentar as seguintes obrigações para os utilizadores municipais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprimento das disposições do regulamento de exploração dos serviços de abastecimento e/ou de saneamento dos sistemas em alta;</li> <li>• Consulta prévia à entidade gestora em alta no caso da ligação de a novas urbanizações ou indústrias com impacto no sistema em alta</li> <li>• Consulta prévia à entidade gestora no caso de introdução de modificações nos sistemas em baixa não previstas e com impacto no sistema em alta e comunicação das demais,</li> <li>• Informação dos editais relativos à qualidade da água do sistema municipal,</li> <li>• Abstenção de atos que possam provocar a contaminação da água, designadamente, a deposição de</li> </ul>	Sugestão não atendida face ao nível de detalhe que não cabe neste artigo. Sem prejuízo do exposto, verifica-se que parte das matérias já têm cabimento no presente regulamento.	Sem alteração quanto a estes aspetos.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>resíduos ou outros detritos em zonas de proteção das infraestruturas de abastecimento do sistema em alta;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Adoção de medidas que minimizem as afluências indevidas aos sistemas de drenagem municipais.</li> </ul>		
	<b>AdAlgarve</b>	Deve acrescentar-se a obrigação dos utilizadores municipais comunicarem eventuais incumprimentos dos valores paramétricos às EG em alta e procederem à divulgação periódica dos resultados obtidos na rede de distribuição em baixa, sendo que se considera importante esta relação seja estabelecida no sentido do melhor conhecimento e interação relativa à qualidade da água para consumo humana, num sentido mais amplo (alta e baixo) no Ciclo Urbano da Água.	Sugestão não atendida - nos termos da legislação em vigor (artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, e 27 de agosto), as entidades gestoras em baixa devem publicar, trimestralmente, os resultados analíticos obtidos na implementação do PCQA, onde se incluem eventuais situações de incumprimento, podendo assim a entidade gestora em alta avaliar os dados que pretende.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdAlgarve AdPortugal</b>	Deve ser referido que os utilizadores municipais <u>não podem</u> utilizar captações próprias, nas zonas de exclusividade do abastecimento público de água da EG em alta.	O princípio da exclusividade é estabelecido para alguns serviços em alta ( <i>maxime</i> sistemas multimunicipais) mas não tem aplicação universal pelo que se julga não ser adequado incluí-lo nesta norma de aplicação universal. Acresce que a regra está salvaguardada no regime legal dos sistemas multimunicipais.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdAlgarve</b>	Deve ser referido que os utilizadores municipais deverão comunicar à EG em baixa, previsíveis alterações de distribuição de água, intervenções ou modificações previstas nas redes de distribuição e nos	Sugestão parcialmente aceite, aditando-se nova alínea e).	d) (nova alínea) Comunicar previsíveis alterações de distribuição de água, intervenções ou modificações previstas nas redes de distribuição e nos reservatórios que

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		reservatórios que possam ter impacto na prestação de serviços em alta.		possam ter impacto na prestação de serviços em alta;
	<b>AdAlgarve</b>	Deve ser referido que os utilizadores municipais deverão enviar mapas previsionais de consumo, nem prazo para o efeito.	Sugestão aceite, inserindo-se nova alínea no articulado	e) (nova alínea) Remeter mapas previsionais de consumo, com a periodicidade acordada com a entidade gestora do serviço em alta.
	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ser incluída uma referência à qualidade da água.	Sugestão não aceite, uma vez que a obrigação das entidades gestoras em baixa fornecerem água com a qualidade necessária se impõe essencialmente no seu relacionamento com os utilizadores finais, estando já consagrada no artigo 36.º (35.º na versão final).	Sem alteração quanto a este aspeto.
a) Manter, conservar e reparar as infraestruturas que integram os seus sistemas de distribuição de água que sejam relevantes para o correto funcionamento do sistema em alta;	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Esta disposição é ambígua: clarificar o que se entende por "que sejam relevantes para o correto funcionamento do sistema em alta".	Tendo por referência o comentário, o articulado foi alterado, eliminando-se a mencionada expressão.	a) Manter, conservar e reparar as infraestruturas que integram os seus sistemas de distribuição de água e <u>de saneamento de águas residuais</u> ;
	<b>AEPSA</b>	Deve ser igualmente considerado saneamento de águas residuais - "...distribuição de água e saneamento de águas residuais...".	Sugestão aceite	
c) Informar a entidade gestora em alta de anomalias nos instrumentos de medição de que tenham conhecimento, bem como de todo e qualquer funcionamento deficiente das infraestruturas de abastecimento de água e/ou saneamento de águas residuais urbanas e respetivos equipamentos	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Não é razoável exigir-se às EG em baixa a obrigação de informar maus funcionamentos dos sistemas em alta. Esta situação insere-se no âmbito das boas práticas que as EG devem ter entre si, mas nunca pode ser uma obrigação. "Informar a entidade gestora em alta de anomalias nos instrumentos de medição de que tenham conhecimento."	Sugestão não aceite. O bom funcionamento dos instrumentos de medição, que servem de base à faturação, constitui interesse de ambas as partes.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
e acessórios que tenham verificado ou tido conhecimento, nomeadamente, no que respeita a fugas, roturas, roubos ou perdas de água ou que possam pôr em causa a qualidade da água distribuída.	<b>CM de Palmela</b>	Retirar "(...) nomeadamente, no que respeita a fugas, roturas, roubos ou perdas de água ou (...)")	Sugestão não aceite, o elenco permite clarificar o âmbito da norma. Por outro lado, as obrigações mencionadas não se limitam à 'qualidade da água'.	Sem alteração.
3. Compete às entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos em baixa, na qualidade de utilizadores municipais, designadamente:  a) Entregar à entidade gestora todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade, nos termos da legislação aplicável, gerados nas respetivas áreas de intervenção, em observância do direito de exclusivo da entidade gestora;	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Crê-se que esta alínea se refere à Entidade Gestora em Alta e, neste caso, devia estar explicitado.	Sugestão aceite.	a) Entregar à entidade gestora <u>do serviço em alta</u> todos os resíduos urbanos (...);
b) Reportar à entidade gestora em alta eventuais anomalias ou inexistência do equipamento destinado à deposição de resíduos urbanos da sua responsabilidade;	<b>CM de Palmela</b>	Propõe-se a eliminação das alíneas b) e c) do n.º 3 do art.º 12.º, por não se considerar justificados tais reportes de informação às entidades em alta.	Sugestão não aceite – os deveres elencados, são estabelecidos no interesse de ambas as partes, estabelecendo-se uma corresponsabilidade, bem como a resolução atempada das anomalias detetadas com claro benefício para os utilizadores.	Sem alteração
c) Avisar a entidade gestora em alta de eventual subdimensionamento do equipamento de deposição de resíduos urbanos da sua responsabilidade.	<b>AdAlenquer AEP SA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não é razoável exigir-se às EG em baixa a obrigação de informar maus funcionamentos dos sistemas em alta. Esta situação insere-se no âmbito das boas práticas que as EG devem ter entre si, mas nunca pode ser uma obrigação. "Informar a entidade gestora em alta de anomalias nos		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		instrumentos de medição de que tenham conhecimento."		

### Artigo 13.º Direito à informação

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. As entidades gestoras dos serviços em baixa têm o direito a ser informadas de forma clara e conveniente pela entidade gestora do serviço em alta das condições em que o serviço é prestado, em especial no que respeita aos tarifários aplicáveis.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	A data em que as EG em baixa são informadas dos tarifários das EG em alta é fundamental para a atualização dos tarifários das EG em baixa. Compatibilizar prazos com o disposto no Regulamento dos Procedimentos Regulatórios. "[...] no que respeita aos tarifários aplicáveis, os quais devem ser conhecidos até XXX no ano anterior a que respeitam".	O presente artigo refere-se ao direito à informação enquanto princípio geral, sendo que a questão da articulação das datas de atualização tarifária é objeto de tratamento no Regulamento de Procedimentos Regulatórios, considerando-se dispensável a duplicação da mesma regra.	Sem alteração.
2. As entidades gestoras do serviço em alta devem enviar às entidades gestoras do serviço em baixa com periodicidade no mínimo trimestral, os resultados obtidos da verificação da qualidade da água obtidos na implementação do programa de controlo da qualidade da água aprovado pela autoridade competente, nos termos fixados na legislação em vigor.	<b>AEPSA</b>	Deveria ser inserido um prazo para o envio dos resultados trimestrais. Poderia ser até ao final do mês seguinte ao fecho do trimestre, de modo a não prejudicar o cumprimento de idêntica obrigação da EG em baixa até ao final dos 2 meses seguintes ao fecho do trimestre.	O Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, estabelece um prazo de dois meses para o reporte de tal informação (n.º 4 do artigo 17.º), não podendo, por esse motivo definir-se o prazo proposto. A remissão para "os termos fixados na legislação em vigor" refere-se ao mencionado legal, permitindo que sejam aplicáveis prazos diferentes caso haja alteração legislativa.	Sem alteração.
3. As entidades gestoras do serviço em alta devem disponibilizar toda a	<b>AEPSA</b>	Deverá ser inserido um prazo para que a EG em alta disponibilize a informação solicitada	Sugestão não aceite, na medida em que esta informação pode ser de teor díspar não	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
informação solicitada pela entidade gestora em baixa desde que a mesma se relacione com a prestação do serviço.		pela EG em baixa. Sugerimos um prazo de 15 dias úteis.	sendo possível, à partida, fixar um prazo único para a sua disponibilização.	
	<b>AMBILITAL</b>	Deve clarificar-se se cada entidade gestora em baixa só pode pedir informações e ter acesso a informações relacionadas com a sua relação comercial com a entidade gestora em alta.	No sentido de clarificar o alcance da disposição, optou-se por reformular a redação do n.º 3.	3. As entidades gestoras do serviço em alta devem, <u>nos termos legais</u> , disponibilizar a informação solicitada pela entidade gestora em baixa, <u>nomeadamente</u> a que se relacione com a prestação do serviço.
	<b>AdPortugal</b>	O âmbito do direito a (“toda a”) informação ultrapassa o âmbito do direito à informação e corrompe as limitações à prestação de informação decorrentes do código comercial e do código das sociedades comerciais (nomeadamente aos utilizadores acionistas), a que estão obrigadas as entidades gestoras enquanto sociedades comerciais que são. Assim, melhor seria que o direito à informação e o dever de informar ficassem subordinados às disposições legais que o restringem ou limitam ou que estas fossem ressalvadas no início do artigo		
4. A entidade gestora do serviço em alta dispõe de um <b>sítio na internet</b> no qual é disponibilizada a informação essencial sobre a sua atividade, designadamente:	<b>EMARP</b>	Sugere-se nova alínea para exigir a disponibilização do relatório de caracterização dos resíduos	Acolhe-se a sugestão.	m) (nova) Relatório de caracterização de resíduos;
	<b>Joaquim Silva</b>	Os aspetos a) a m) não se aplicam igualmente aos serviços de águas ou resíduos. Proposta: A entidade gestora do serviço em alta deve dispor, .....designadamente, <u>conforme aplicável</u> :	Se a atividade da entidade gestora não incluir determinado serviço, água ou resíduos, infere-se que tal informação não será disponibilizada pela mesma.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
b) Estatutos e contrato relativo à gestão do sistema e suas alterações, quando aplicável;	<b>CM de Águeda</b>	Incluir também “e seus anexos”.	Os anexos são parte integrante do contrato.	Sem alteração.
f) Condições contratuais relativas à prestação dos serviços aos utilizadores, em especial horários e localização das infraestruturas e dos equipamentos de deposição da sua responsabilidade;	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado que se trata dos horários e localização de infraestruturas necessárias ao relacionamento comercial. Por razões de segurança dos serviços e produtos deve ser ponderada a lógica de disponibilização de informação sobre as infraestruturas e/ou equipamentos operacionais..	Os horários e localização das infraestruturas são indicados como condições contratuais da prestação do serviço aos utilizadores, pelo que a presente redação só abrange infraestruturas com relacionamento com os utilizadores.	Sem alteração
	<b>EGF</b>	Abrangendo esta norma, a localização dos ecopontos, para algumas das empresas concessionárias, está em causa investimentos não previstos em sede de contas reguladas.	A limitação elencada a propósito de eventuais investimentos que não se encontrem previstos em sede de contas reguladas afigura-se exagerada, atendendo a que as entidades gestoras do universo da EGF dispõem do levantamento georreferenciado de equipamentos destinados à recolha seletiva e que existem ferramentas simples e de utilização gratuita que permitem disponibilizar esta informação para consulta expedita pelos utilizadores. Acresce que o comentário apresentado pela EGF deixa ainda implícito o facto de algumas empresas concessionárias disponibilizarem já nos correspondentes sítios da internet este tipo de ferramentas. Por outro lado, a referida informação pode ser apresentada na forma de uma simples listagem que permita ao utilizador a identificação da localização dos referidos equipamentos, não requerendo	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			assim qualquer investimento por parte das entidades gestoras. Considera-se, por fim, que a referida informação é relevante para a adesão do utilizador à recolha seletiva, contribuindo deste modo para o cumprimento dos objetivos de serviço público a que as concessionárias se encontram vinculadas.	
g) Avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, devendo conter, no mínimo, a informação da ficha correspondente à última avaliação realizada e divulgada pela entidade reguladora;	CM de Águeda	Deve incluir-se a informação por município	Este artigo respeita à prestação de informação sobre o serviço em alta. No caso de serviços multimunicipais ou intermunicipais a avaliação da qualidade de serviço ou da qualidade da água realizada pela ERSAR abrange toda a área de intervenção do sistema, não sendo desagregada a informação por município servido (o que nem sempre é sequer compatível com a gestão integrada do sistema).	Sem alteração
h) O resultado do controlo da qualidade da água, bem como outros indicadores da qualidade do serviço prestado aos utilizadores;	CM de Águeda	Deve incluir-se a informação por município		Sem alteração
	CM de Mafra	O âmbito da norma devia ser também alargado à divulgação dos resultados da monitorização da qualidade dos efluentes tratados e descarregados no meio ambiente nos territórios municipais afetados.	Não existindo qualquer obrigação legal, e ainda que a ERSAR não se oponha à divulgação da informação referida, considera-se que esta situação deverá ser articulada com a entidade ambiental competente.	
i) Informação sobre as operações de gestão de resíduos urbanos realizadas;	CM de Águeda	Deve incluir-se a informação por município	Este artigo respeita à prestação de informação sobre o serviço em alta. No caso de serviços multimunicipais ou intermunicipais, sendo a gestão integrada para toda a área de intervenção poderá não ser possível a desagregação por município.	Sem alteração
j) Informação sobre o destino dado aos diferentes resíduos recebidos,	CM de Águeda	Deve incluir-se a informação por município		Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
identificando as respetivas infraestruturas;				
k) Informações sobre interrupções do serviço;	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado se as interrupções de serviço são as planeadas	Refere-se a todas as interrupções do serviço, programadas e não programadas. Não se pretendendo restringir, considera-se suficiente a expressão adotada.	Sem alteração.
	<b>CM de Águeda</b>	Deve incluir-se a informação por município	Este artigo respeita à qualidade do serviço em alta. No caso de serviços multimunicipais ou intermunicipais, sendo a gestão integrada para toda a área de intervenção poderá não ser possível a desagregação por município.	
m) Contactos.	<b>CM de Águeda</b>	Além do geral deveriam ser incluídos também contactos individuais para facilitar as solicitações.	Sugestão não aceite, por não se considerar adequada a divulgação no sítio da internet de contactos individuais, sem prejuízo de os mesmos deverem ser disponibilizados diretamente aos utilizadores.	Sem alteração.

#### Artigo 14.º Ligação técnica dos serviços de águas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Propõe-se o aditamento dos seguintes números:  “3 - Todos os trabalhos de conceção e execução da ligação técnica entre sistemas são executados pela entidade gestora em	Sugestão aceite, adaptando-se a redação proposta de forma a atender a preocupações de garantia de tratamento equitativo de todos os utilizadores.	3. A execução da ligação técnica entre sistemas é da responsabilidade da entidade gestora em alta, sendo os encargos faturados autonomamente ao respetivo utilizador.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>alta, sendo os encargos faturados autonomamente ao respetivo utilizador.</p> <p>4 - O utilizador pode solicitar que os trabalhos de execução da ligação técnica sejam realizados por si, desde que assegure as condições técnicas definidas pela entidade gestora e o mesmo prazo de execução.</p> <p>5 – Todos os trabalhos de manutenção, reparação, renovação ou substituição da ligação técnica são executados pela entidade gestora em alta.</p> <p>6 - Excluem-se do disposto no número anterior os casos derivados de utilização indevida pelo utilizador, em que as expensas correm a seu cargo”.</p>		<p>4. (novo) O utilizador pode solicitar que os trabalhos de execução da ligação técnica sejam realizados por si, desde que assegure as condições técnicas definidas pela entidade gestora e o mesmo prazo de execução.</p> <p>5. (novo) A entidade gestora do serviço em alta e o utilizador definem a localização do ponto de entrega e/ou recolha, que determina a fronteira entre os dois sistemas e a consequente responsabilidade pela manutenção, reparação, renovação ou substituição da ligação técnica.</p> <p>6. (novo) Na definição da localização do ponto de entrega e/ou recolha que implique a integração de infraestruturas associadas à ligação técnica, a entidade gestora do serviço em alta garante um tratamento equitativo dos seus utilizadores.</p>
1. A entidade gestora e os utilizadores devem articular-se por forma a estabelecer a ligação entre o serviço em baixa e o serviço em alta, devendo o utilizador respeitar as determinações que lhe forem feitas pela entidade gestora do	<b>AdAlenquer AQUAPOR CM de Alenquer</b>	As determinações impostas pela EG em alta têm de estar previstas nos respetivos regulamentos. Proposta: “[...] <i>entre o serviço em baixa e o serviço em alta, devendo as partes acordar as condições da ligação entre sistemas nos termos do disposto nos regulamentos de exploração da entidade gestora do serviço em alta</i> ”.	Sugestão não aceite – as determinações relativas à execução das ligações dependerão das circunstâncias específicas de localização e condições técnicas de cada ligação, pelo que não se entende possível a sua definição em termos abstratos num regulamento de serviço.	1. A entidade gestora e os utilizadores devem articular-se por forma a estabelecer a ligação entre o sistema em baixa e o sistema em alta, <u>devendo a respetiva conceção ser otimizada técnica e economicamente para ambas as partes</u> .

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
serviço em alta para a ligação entre os sistemas.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Não salvaguarda o eventual interesse da entidade em baixa. <i>"A entidade gestora e os utilizadores devem articular-se por forma a estabelecer a ligação entre o serviço em baixa e o serviço em alta, devendo o utilizador respeitar as determinações que lhe forem feitas pela entidade gestora do serviço em alta para a ligação entre os sistemas, sem colocar em causa a sustentabilidade técnica e económica da entidade gestora em baixa."</i>	Acolhe-se a sugestão	2. <u>Sem prejuízo do disposto no número anterior</u> , o utilizador deve respeitar as determinações que lhe forem feitas pela entidade gestora do serviço em alta para a ligação entre os sistemas,
	<b>AdAlgarve</b>	Atendendo às definições de «Utilizador», «Utilizador municipal» e «Utilizador final» ou «cliente» apresentadas no artigo 3.º, considera-se que a redação do artigo 14.º poderá não estar perfeitamente perçível.	Resulta do n.º 1 do artigo 8.º que este capítulo trata do relacionamento comercial das entidades gestoras em alta com as entidades gestoras em baixa (e não com os utilizadores finais). O n.º 1 do artigo em análise também é claro quando se refere à ligação entre o serviço em baixa e o serviço em alta.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>APDA</b>	Esta norma decorre das bases gerais em vigor, mas a experiência tem demonstrado as suas dificuldades reais de adaptação aos casos concretos, pelo que se preferiria uma norma que acompanhasse eventual evolução legislativa no sentido de um acordo entre serviços em alta e em baixa. Proposta: <i>"A entidade gestora e os utilizadores devem articular-se por forma a estabelecer a ligação entre o serviço em baixa e o serviço em alta nos termos da legislação aplicável."</i>	A regra enunciada encontra-se estabelecida para os sistemas multimunicipais, considerando-se adequada a sua generalização aos demais modelos de gestão, sendo que se procurou salvaguardar a posição dos utilizadores municipais acolhendo algumas das sugestões apresentada por várias entidades.	Ver redação acima apresentada.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Águeda</b>	Estas determinações devem ser razoáveis pelo que devem ser circunscritas.		
	<b>CM de Palmela</b>	Proposta de redação: <i>A entidade gestora e os utilizadores devem articular-se por forma a estabelecer a ligação entre o serviço em baixa e o serviço em alta, <u>devendo ser respeitadas as determinações acordadas entre a entidade gestora do serviço em alta e a entidade gestora do serviço em baixa para a ligação entre os sistemas.</u></i>	Sugestão não aceite. No entanto, este número foi reformulado no sentido de melhor acautelar a posição das entidades gestoras dos serviços em baixa, acolhendo a sugestão acima apresentada por várias entidades.	Ver redação acima apresentada.
	<b>SMAS de Sintra</b>	Esta norma reflete uma subordinação das entidades gestoras em baixa face às entidades gestoras em alta por não admitir os eventuais contributos que a entidade gestora do serviço em baixa possa dar, nem lhe considerando a possibilidade de pronúncia.	Respondido na apreciação dos comentários gerais (vide ponto 4.1 do relatório). No entanto, este número foi reformulado no sentido de melhor acautelar a posição das entidades gestoras dos serviços em baixa, acolhendo a sugestão acima apresentada por várias entidades.	Ver redação acima apresentada.
2. A ligação das infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é feita nos pontos de entrega e de recolha por intermédio de uma ligação técnica.	<b>AdPortugal</b>	Esta redação desconsidera a circunstância de o ponto de entrega nem sempre coincidir com (o ponto físico da) ligação técnica entre infraestruturas da alta e da baixa, questão de envergadura determinante a diversos níveis.	Reconhecendo-se que a redação proposta não contempla todas as situações existentes e não sendo possível integrá-las sem tornar a redação demasiado complexa, optou-se por eliminar (tendo ainda presente que existe uma definição do conceito de ligação técnica no artigo 3.º).	Eliminado

## Artigo 15.º Qualidade da água

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
A água distribuída pela entidade gestora do serviço em alta está sujeita aos parâmetros legais da água para consumo humano.	<b>AdAlgarve</b>	A água distribuída pela entidade gestora do serviço em baixa, não deverá que ter os mesmos requisitos?	O presente capítulo apenas se aplica ao serviço prestado em alta. A obrigação da entidade gestora do serviço em baixa cumprir os requisitos de qualidade da água consta da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º.	Sem alteração.
	<b>Joaquim Silva</b>	Em vez de “está sujeita aos parâmetros legais da” “deve respeitar os parâmetros legais para”	A redação apresentada implica a obrigação de respeitar os parâmetros.	

## Artigo 16º Características dos efluentes

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Proposta de aditamento de novo n.º: “2. Cada utilizador é responsável pela verificação e demonstração do cumprimento das obrigações quanto às características dos efluentes entregues, através de um programa de monitorização de autocontrolo, definido pela entidade gestora nos termos do regulamento de exploração do sistema multimunicipal”.	Acolhe-se a sugestão	2. (novo) Cada utilizador é responsável pela verificação e demonstração do cumprimento das obrigações quanto às características dos efluentes entregues, através de um programa de monitorização de autocontrolo, definido pela entidade gestora em alta, nos termos do regulamento de exploração do sistema em alta.
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser previsto um novo artigo relativo a descargas e acessos interditos, para o sistema público de saneamento e tratamento de água residuais, em alta, idêntico ao artigo 50º do Capítulo IV, pois	Sugestão não aceite, por se considerar que não se enquadra no âmbito do presente regulamento.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		todas as disposições são também aplicáveis a estes sistemas (e.g. a proibição de descarga de lamas e efluentes de limpezas de fossas séticas na rede do sistema em alta é aqui que fica salvaguardada).		
O regulamento de exploração estabelece as obrigações da entidade gestora do serviço em baixa quanto às características dos efluentes entregues.	Joaquim Silva	Proposta de nova redação: "O regulamento de exploração deve estabelecer (...)"	Sugestão não aceite – a utilização do presente do indicativo exprime uma obrigação (de forma categórica) para os destinatários da norma.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Palmela	Proposta de nova redação: "O regulamento de exploração estabelece as obrigações, acordadas entre a entidade gestora do serviço em alta e do serviço em baixa, quanto às características dos efluentes entregues pela entidade gestora do serviço em baixa".	Sugestão não aceite, uma vez que a definição das características dos efluentes aceites resulta das características e capacidade das infraestruturas de tratamento geridas pela entidade gestora em alta pelo que não são suscetíveis de acordo, sob pena de mau funcionamento das infraestruturas levando ao incumprimento dos limites de descarga das mesmas.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdPortugal	Deve acautelar-se também as características dos efluentes e lamas provenientes de limpezas de fossas séticas domésticas, entregues nas Estações de Tratamento de Águas Residuais do sistema em alta.	Acolhe-se a sugestão	1 (nova numeração) O regulamento de exploração estabelece as obrigações da entidade gestora do serviço em baixa quanto às características <u>das águas residuais drenadas para o sistema em alta e dos efluentes e lamas provenientes de limpezas de fossas sépticas domésticas.</u>

## Artigo 17º Análises e fiscalização

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Os utilizadores devem facultar à entidade gestora do serviço em alta o acesso à ligação técnica, de modo a proceder à colheita de amostras de água para consumo humano e de efluentes entregues, para efeitos de realização de análises, bem como aos instrumentos de medição, para efeitos de ensaios de funcionamento, com vista à fiscalização das condições de fornecimento e de recolha, de acordo com a legislação em vigor.	<b>AEPSA</b>	O facultar pode ser recíproco. Por exemplo, há pontos de entrega que são à saída de reservatórios que são da EGA. Neste caso é a EGA que faculta o acesso aos utilizadores. E há pontos de entrega, à entrada de reservatórios que são da baixa e então são os utilizadores que facultam.  PROPOSTA: "[...] de acordo com a legislação em vigor. O recíproco é também aplicável."	Sugestão parcialmente aceite, optando-se pela reformulação do artigo.	1. <u>O acesso pela entidade gestora do serviço em alta ou pelos utilizadores à ligação técnica, de modo a proceder à colheita de amostras de água para consumo humano e de efluentes entregues, para efeitos de realização de análises, bem como aos instrumentos de medição, para efeitos de ensaios de funcionamento, com vista à fiscalização das condições de fornecimento e de recolha, de acordo com a legislação em vigor, deve ser facultado pela parte em cujos terrenos/instalações esteja localizada a ligação ou ponto de entrega ou recolha, mediante solicitação prévia.</u>
2. A entidade gestora do serviço em alta pode ainda proceder a ações de fiscalização a pedido dos utilizadores, sendo os respetivos custos suportados por estes.	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não são definidas as ações de fiscalização em causa. Podem existir ações de fiscalização solicitadas pela entidade em baixa, relacionadas com o adequado funcionamento do sistema em alta.	Este número refere-se à fiscalização da ligação técnica e dos instrumentos de medição, que se relacionam com o adequado funcionamento do sistema em alta.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não faz sentido a EG em baixa suportar custos de ações de fiscalização que reportem anomalias no sistema da EG em alta. "[...]" pode ainda proceder a ações de fiscalização a pedido dos utilizadores, sendo os respetivos custos suportados por estes só para os casos em que os resultados das	Sugestão parcialmente aceite, optando pela reformulação do n.º 2 do presente artigo.	2. A entidade gestora do serviço em alta pode ainda proceder a ações de fiscalização a pedido dos utilizadores, sendo os respetivos custos suportados por estes <u>quando não se detete qualquer anomalia.</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		ações de aferição/ verificação solicitadas por estes utilizadores não lhes derem razão."		
	<b>AdAlgarve</b>	"Os utilizadores" nestes pontos só poderão ser "municipais" ou também poderão ser utilizadores Finais". Pensamos que deverá ser clarificado.	Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º quando a EG em alta presta serviço aos utilizadores finais aplica-se o capítulo IV e não esta norma.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	Devem contemplar-se, ainda, as ações de fiscalização, independentemente de pedido.	Sugestão não aceite, uma vez que as fiscalizações por iniciativa da entidade gestora do serviço em alta cabem no n.º 1 (e por isso se estabelece que os utilizadores têm de facultar o acesso).	Sem alteração quanto a este aspeto.

#### Artigo 18º Regras de receção/utilização de infraestruturas de gestão de resíduos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>As regras de receção/utilização de infraestruturas da entidade gestora são definidas no respetivo regulamento de tratamento de resíduos urbanos de forma ajustada à realidade existente, incluindo no mínimo:</p> <p>a) A identificação dos resíduos admissíveis de acordo com o código LER previsto na licença de exploração e as respetivas</p>	<b>CM de Águeda</b>	A designação do regulamento deveria ser alterada para "regulamento de gestão de resíduos urbanos".	Sugestão não aceite – o regime dos serviços multimunicipais (Decretos-Lei n.ºs 195/2009, de 20 de agosto, e 96/2014, de 25 de junho) adota esta designação, tendo-se optado por manter a mesma nesta norma aplicável a todos os modelos de gestão por uma questão de uniformização/harmonização.	Sem alteração.
	<b>CM de Palmela</b>	Proposta de nova redação: As regras de receção/utilização de infraestruturas da entidade gestora, previamente acordadas entre esta e a entidade gestora do serviço em baixa, são definidas no respetivo	Sugestão não atendida – os utilizadores podem apresentar contributos quanto ao conteúdo das regras a constar dos regulamentos na fase de consulta do projeto de regulamento. De todo o modo, tratando-	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>quantidades admissíveis, se aplicável;</p> <p>b) As regras de separação e acondicionamento por fluxo e fileira;</p> <p>c) As regras de acesso a cada uma das infraestruturas;</p> <p>d) As regras de circulação no interior das instalações da entidade gestora em alta.</p>		<p>regulamento de tratamento de resíduos urbanos de forma ajustada à realidade existente, incluindo no mínimo:</p>	<p>se da salvaguarda das boas condições de funcionamento das infraestruturas do serviço em alta, cabe à entidade gestora respetiva definir as respetivas regras de utilização. Sem prejuízo do exposto, o artigo 19.º, referente ao horário de funcionamento e o artigo 20.º referente à articulação técnica no que respeita à recolha seletiva já preveem articulação entre ambas as partes.</p>	

#### Artigo 19º Horário de funcionamento das infraestruturas de receção resíduos urbanos, lamas e águas residuais recolhidas por meios móveis

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>O horário de funcionamento das infraestruturas de receção resíduos urbanos, lamas e águas residuais recolhidas por meios móveis é definido no regulamento de tratamento de resíduos urbanos e no regulamento de serviço, respetivamente, da entidade gestora do serviço em alta, de forma a assegurar uma adequada articulação com a atividade das entidades gestoras do serviço em baixa.</p>	<b>CM de Águeda</b>	<p>A designação do regulamento deveria ser alterada para “regulamento de gestão de resíduos urbanos”.</p>	<p>Sugestão não aceite – o regime dos serviços multimunicipais (Decretos-Lei n.ºs 195/2009, de 20 de agosto, e 96/2014, de 25 de junho) adota esta designação, tendo-se optado por manter a mesma nesta norma aplicável a todos os modelos de gestão por uma questão de uniformização/harmonização.</p>	Sem alteração.



## Artigo 20º Articulação técnica

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Nas situações em que as entidades gestoras dos serviços em alta sejam responsáveis pela recolha seletiva, compete-lhes articularem-se com a entidade gestora do serviço em baixa, no sentido de definirem a localização dos equipamentos de deposição seletiva de resíduos urbanos a instalar.	<b>EMAR Vila Real</b>	Concordando com a estatuição proposta, consideramos que a mesma deveria ir um pouco mais longe. Partindo da nossa experiência prática, o problema no relacionamento comercial com estas entidades não se coloca na definição conjunta dos locais para instalação dos equipamentos de deposição, mas sim, na exígua capacidade por um lado para instalar todos os equipamentos que se vão revelando como necessários (com o crescimento dos aglomerados populacionais e com as suas novas exigências do quotidiano) e por outro, na deficiente periodicidade da recolha. Assim, propõe-se que esta estatuição, acomode também a correta prestação do serviço de recolha seletiva nestes dois aspetos: capacidade de disponibilização de equipamentos de recolha e periodicidade da mesma”.	<p>Sugestão não aceite: as entidades gestoras em alta têm objetivos mínimos de serviço que têm de cumprir e nesse sentido estão obrigadas a retomar determinadas quantidades de resíduos de embalagem, bem como a efetuar um determinado número de recolhas anuais por material.</p> <p>Por outro lado, o município sempre que detete que a recolha e sua frequência não se encontra ajustada às adequadas condições de salubridade deve utilizar os meios que dispõe para contactar a entidade responsável pela recolha. Além disso, a entidade gestora responsável pela recolha seletiva também tem que dar cumprimento ao artigo 36.º do presente do regulamento</p>	Sem alteração.

## Artigo 21º Interrupção dos serviços de águas e resíduos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM da Moita</b> <b>CM de Alenquer</b> <b>SMAS de Sintra</b>	Deve acrescentar-se norma exigindo que a EG em alta avise os utilizadores das interrupções programadas com uma antecedência mínima de 48h.	<p>Sugestão parcialmente aceite, optando-se pela introdução de um novo número no presente artigo, para os serviços de abastecimento e saneamento. Considera-se, de todo o modo, que a antecedência mínima de 48h é manifestamente reduzida, uma vez que, esse é o prazo que a entidade gestora em baixa tem para informar os utilizadores finais dessa mesma interrupção.</p> <p>No caso do serviço de resíduos não existirá interrupção absoluta do serviço, dado que a entidade gestora do serviço em alta é obrigada a assegurar o destino alternativo dos resíduos. Não obstante, aditou-se novo número para as situações em que a impossibilidade temporária de receção de resíduos numa infraestrutura exija a alteração do ponto de receção, impondo-se a necessidade de prévia articulação com a entidade gestora da baixa.</p>	<p>2. (novo) No caso de interrupção programada dos serviços de águas, a entidade gestora do serviço em alta informa a entidade gestora em baixa com a antecedência mínima de 4 dias.</p> <p>7 (novo) A alteração de um ponto de receção de resíduos, decorrente da impossibilidade temporária em infraestruturas da entidade gestora em alta, depende da prévia articulação com a entidade gestora em baixa.</p>
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser previsto um novo artigo relativo à exclusão da responsabilidade da entidade gestora do sistema em alta, semelhante ao artigo 60.º do Capítulo IV, uma vez que todas as disposições são também aplicáveis a estes sistemas.	O artigo 60.º do projeto de regulamento replica uma norma legal que delimita a responsabilidade das entidades gestoras por danos nos sistemas prediais (artigo 294.º do Decreto-Regulamentar n.º 23/95), não se considerando adequado replicá-la para o relacionamento entre alta e baixa.	Sem alteração quanto a este aspeto.
1. A entidade gestora do serviço em alta pode, de modo temporário e pelo período estritamente				

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
necessário, interromper os serviços de águas aos utilizadores nos seguintes casos:				
a) Avarias ou roturas nas infraestruturas do sistema desde que absolutamente inevitáveis e sempre que os trabalhos justifiquem essa interrupção;	<b>AdPortugal</b>	Não se alcança o sentido de “desde que absolutamente inevitáveis” no caso de ocorrência de avarias e roturas.	Eliminada a expressão porque redundante.	a) Avarias ou roturas nas infraestruturas do sistema sempre que os trabalhos justifiquem essa interrupção;
b) Obras nas infraestruturas do sistema, desde que absolutamente inevitáveis e sempre que os trabalhos justifiquem a interrupção do serviço;	<b>AdPortugal</b>	Deverá eliminar-se o segmento “desde que absolutamente inevitáveis” posto que frequentemente os trabalhos justificam a interrupção do serviço independentemente de se tratarem de obras “absolutamente inevitáveis”. Aliás, a maior parte das obras nas infraestruturas, não sendo “absolutamente inevitáveis”, são (absolutamente) necessárias.	Acolhe-se a sugestão	b) Obras nas infraestruturas do sistema sempre que os trabalhos justifiquem a interrupção do serviço;
g) Alteração das características das águas residuais urbanas recolhidas ou previsão da sua deterioração, quando ultrapassem os valores limite de descarga definidos no regulamento de serviço e possam vir a afetar o tratamento a conferir às águas residuais urbanas, com implicações sobre a saúde pública e a qualidade dos recursos hídricos;	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Na rede de águas residuais em baixa não existem válvulas que permitam fechar a rede e impeçam a drenagem do efluente. Ponderar danos ambientais a montante, resultantes de eventual interrupção do serviço. Propõe-se a eliminação desta alínea.	A interrupção prevista nesta alínea é necessária exatamente pelo risco de as descargas no sistema público, afetarem o tratamento a conferir às águas residuais urbanas, com implicações sobre a saúde pública e a qualidade dos recursos hídricos.  Nestas situações, cabe às entidades gestoras analisar, casuisticamente, qual a melhor forma de o executar.	Sem alteração.
h) Situações de força maior.	<b>AdSão</b> <b>INDAQUA Oliveira</b> <b>de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b>	O termo definido no artigo 3.º (alínea k) do n.º 2) é "Casos fortuitos ou de força maior". A expressão "situações de força maior"	Acolhe-se a sugestão.	h) Casos fortuitos ou de força maior.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	introduz incerteza. Deve ser substituída pelo termo definido.		
	AdPortugal	Devem ser adicionadas as situações de carácter urgente, posto que não se reconduzem, nem estão necessariamente compreendidas pelo conceito de “força maior” e/ou “caso fortuito”.	Não se entende o que se considera situações de carácter urgente e a razão pela qual se entende não estarem abrangidas pelas demais alíneas do presente número.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdPortugal	Deve ser aditado a inclusão de “entrada em carga do sistema de drenagem de águas residuais por excesso de caudal afluente”, e “anomalia no sistema de tratamento ou de descarga (e.g. emissário) de águas residuais”.	Sugestão não aceite, uma vez que as situações referidas se enquadram na "alteração das características das águas residuais urbanas recolhidas", constantes da alínea g) do presente artigo.	Sem alteração quanto a este aspeto.
2. No caso de interrupção imprevista dos serviços, mesmo parcial, a entidade gestora do serviço em alta informa os utilizadores afetados no prazo máximo de 12 horas após a ocorrência e a toma as medidas necessárias para repor o normal funcionamento dos serviços.	AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	Considera-se o prazo indicado demasiado lato, não permitindo a uma EG em baixa tomar as devidas medidas. Deve ainda ser informado o prazo previsto para restabelecimento do serviço, o qual deverá ser bastante reduzido, à semelhança do exigido às entidades em baixa.	Sugestões aceites e reformulado o articulado.	3 (renumerado). No caso de interrupção imprevista dos serviços <u>de águas</u> , mesmo parcial, a entidade gestora do serviço em alta <u>toma as medidas necessárias para repor o normal funcionamento dos serviços no menor tempo possível</u> e informa os utilizadores afetados no prazo máximo de <u>4 horas após a ocorrência, indicando o tempo estimado para a regularização da situação</u> .
	AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos	Tendo em conta o número reduzido de utilizadores e o facto de na sua maioria disporem de piquetes com disponibilidade permanente o prazo parece excessivo.		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde			
	AdPorto SMAS de Sintra	Considera-se excessivo o prazo de 12 horas, propondo-se 2 horas.		
	SOMAGUE Ambiente	Considera-se que 12 horas é um período demasiado longo para se efetuar a comunicação., propondo-se um prazo máximo de 4 horas.		
3. Quando a interrupção do serviço de abastecimento de água em alta seja determinada pela autoridade de saúde, a entidade gestora providencia uma alternativa de água para consumo humano, desde que aquela se mantenha por mais de 24 horas.	AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	Deveria estar associado à ponderação por uma medida de impacto dessa falha para ser aplicável aos casos mais graves.	Os casos mais graves estarão incluídos naqueles em que é necessário providenciar uma alternativa de água, quando a interrupção do serviço se mantenha por mais de 24h. Mais se refere que a gestão da capacidade de reserva dos utilizadores municipais já deve ter em consideração as respetivas áreas de influência.	Sem alteração.
	AdAlgarve	Não se considera viável que a EG em alta providencie meios alternativos da prestação do serviço, dados os elevados volumes de água que podem estar em causa em caso de avaria prolongada. Esta situação só poderá ser acautelada pela ativação de captações de emergência (também aplicável ao n.º 4).	Sugestão não aceite – a obrigação da entidade gestora do serviço em alta assegurar meios alternativos decorre do facto de lhe ser atribuído o exclusivo do fornecimento de água. Neste sentido, caberá também à entidade gestora dispor de captações de emergência, ou de preparar planos de contingência com os respetivos utilizadores de modo a assegurar esta capacidade de resposta.	
	AdPortugal	Pode não ser exequível.	Não se entende o alcance do comentário.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Águeda</b>	Deve ser clarificado que é a “entidade gestora do serviço em alta” que providencia essa alternativa. Medidas de compensação indemnizatória devem também ser previstas no regulamento.	Quando seja determinada uma interrupção do serviço em alta, cabe à respetiva entidade gestora assegurar uma alternativa de acordo com o plano de contingência preparado em conjunto com os respetivos utilizadores.  No que respeita a eventuais compensações, a sede mais adequada para as prever será o regulamento de qualidade de serviço.	
4. Nas demais situações, a entidade gestora deve providenciar meios alternativos da prestação do serviço, tendo em atenção a duração da interrupção ou restrição e a capacidade de reserva dos respetivos utilizadores municipais.	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não está definida a duração da interrupção, nem a capacidade de reserva que implica os meios alternativos. A capacidade de reserva existente não pode ser considerada de igual modo para todas as áreas de influência. "Nas demais situações, a entidade gestora deve providenciar meios alternativos da prestação do serviço, tendo em atenção a duração da interrupção ou restrição e a capacidade de reserva dos utilizadores municipais, tendo em conta as respetivas áreas de influência."	Sugestão aceite	5 (renumerado) (...) e a capacidade de reserva dos respetivos utilizadores municipais, <u>tendo em conta as respetivas áreas de influência</u> .
6. A prestação dos serviços de águas e resíduos em alta não pode ser interrompida em consequência de falta de pagamento pela entidade gestora dos serviços em baixa.	<b>LIPOR</b>	Percebe-se a preocupação no sentido que os utilizadores finais não sejam prejudicados no acesso ao serviço, mas também é importante assegurar o equilíbrio económico-financeiro dos Sistemas. Assim, somos a alvitrar uma solução mais equilibrada.	Sugestão não aceite – as entidades gestoras dos serviços em alta dispõem de diversos outros mecanismos para assegurar o pagamento e cobrança dos valores por si faturados (e.g. obrigação de transferência de ½ dos valores cobrados mensalmente aos utilizadores finais nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, e recurso à via judicial), pelo que se considera absolutamente desproporcionada a possibilidade de interrupção do serviço	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			pelos impactos que tem nos utilizadores finais.	
	<b>AMBILITAL</b>	Considera-se que não existe norma habilitante para que do regulamento conste o presente artigo, dado que as entidades em alta, na sua maioria não prestam serviços de recolha abrangidos pelo n.º 5 da Lei n.º 23/96 e pelo art.º 60 do DL n.º 194/2009.	Não se entende o alcance do comentário, dado que o n.º 6 do artigo em análise não decorre das normas legais referidas (sendo que se concorda que a Lei dos Serviços Públicos Essenciais não é aplicável).	

#### Artigo 22º Contrato com os utilizadores municipais

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Devem ficar consagradas normas que viabilizem a transferência dos contratos para o concessionário, ou para entidade gestora de parceria (e.g. Águas da Região de Aveiro, S.A., ou Águas do Norte - sistema do Noroeste), e cedência automática da posição contratual sem necessidade de consentimento ou de novo contrato.	Sugestão não atendida – matéria tratada no artigo 25.º	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	Não se contempla qualquer referência ao dever de pagamento de valores/caudais mínimos por incumprimento da exclusividade de fornecimento e dever de ligação, previstos no artigo 16º dos Decretos-lei n.º 92/2015 e 93/2015, ambos de 29 de maio, e artigo 20º do Decreto-lei	Sugestão não aceite – entende-se que tal condicionalismo tem cabimento na alínea e), do n.º 2 do artigo em apreço	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		n.º 94/2015 de 29 de maio, e das entidades gestoras recém criadas.		
2. Os contratos de fornecimento, de recolha e de entrega e receção devem incluir os seguintes aspetos:	Joaquim Silva	Proposta de alteração de redação: (...) os seguintes aspetos, <u>conforme aplicável</u> :	Sugestão aceite.	2. Os contratos de fornecimento, de recolha e de entrega e receção devem incluir os seguintes aspetos, <u>conforme aplicável</u> :
	AdPortugal	Devem ser aditados os seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As regras da afetação de infraestruturas, bens e direitos do utilizador municipal;</li> <li>▪ Os pontos de entrega e/ou os pontos de recolha;</li> <li>▪ A população servida;</li> <li>▪ Caudal de água a fornecer e/ou caudal de água residual a recolher;</li> <li>▪ Repartição dos consumos totais por ponto de entrega;</li> <li>▪ A obrigação de prestação de caução, quando aplicável;</li> <li>▪ A obrigação de subscrição de seguro de risco ambiental e o seguro de responsabilidade civil, quando aplicável.</li> </ul>	Sugestão parcialmente aceite. Apenas se pretende indicar o conteúdo mínimo a constar nos aludidos contratos, podendo as entidades gestoras adicionar outras questões que repute necessárias. Sem prejuízo, e pela sua relevância, foram aditados a este número alguns dos pontos propostos.	c) (nova) Identificação das infraestruturas municipais transferidas e condições da respetiva transmissão, quando não seja objeto de contratação autónoma;
c) Capacidade de reserva a assegurar pelas entidades gestoras do serviço de abastecimento público do serviço em alta e do serviço em baixa;	AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	A capacidade de reserva existente não pode ser considerada de igual modo para todas as áreas de influência.	Sugestão não aceite, uma vez que a inclusão da capacidade de reserva nos contratos de fornecimento de água não determina a igualdade da capacidade de reserva para todas as áreas de influência.	Sem alteração.
f) Condições de medição dos serviços;	SMAS de Sintra	Devem ser incluídas as condições técnicas em que o serviço é prestado, para que as entidades em baixa se possam inteirar de	Sugestão não aceite: o artigo 29.º identifica a forma de medição dos serviços de águas e o artigo 31.º identifica as condições técnicas que respeitam à medição do serviço de	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		todos os condicionalismos técnicos necessários.	gestão de resíduos urbanos nas entidades gestoras em alta.	
3. As entidades gestoras dos serviços em alta devem informar, com uma antecedência mínima de um mês, os seus utilizadores acerca de qualquer intenção de alteração das condições contratuais vigentes.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	O período de pré-aviso de 1 mês sobre alterações contratuais é claramente insuficiente. Acresce que as alterações contratuais deverão ter o acordo de ambas as partes, não podendo ser aceites alterações unilaterais de contratos em vigor. Propõe-se eliminar este número.	Sugestão não aceite – o preceito refere-se apenas à comunicação da intenção de alterações contratuais. Em função da razão que justifica a alteração poderá ou não ser necessário o acordo do utilizador (se decorrer de uma imposição legal ou da entidade titular do sistema poderá não estar na disponibilidade do utilizador municipal aceitá-la ou não).	Sem alteração.
	<b>CM de Palmela</b>	Propõe-se que as entidades gestoras em alta devam informar com a antecedência mínima de 180 dias da intenção de alteração das condições contratuais.	Sugestão não aceite – esta disposição refere-se à comunicação da intenção de alteração contratual e estabelece uma antecedência mínima que se considera razoável.	

### Artigo 23º Vigência dos contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
A vigência dos contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos fica subordinada à vigência do título que legitima a prestação do serviço em alta.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Clarificar o significado de "título que legitima a prestação do serviço em alta" (é o contrato de concessão?).	Sugestão parcialmente a aceite - o título que legitima a prestação dos serviços em alta depende do modelo de gestão adotado, podendo corresponder ao contrato de concessão, ao contrato de gestão delegada, à deliberação de transferência das competências municipais para uma associação de municípios ou a própria lei que atribui aos municípios a competência	A vigência dos contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos fica subordinada à vigência do título <u>jurídico</u> que legitima a prestação do serviço em alta.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			para gerir os serviços de águas e resíduos. Sem prejuízo do exposto, e por forma a clarificar o conceito, altera-se a redação do preceito adicionando-se 'jurídico' ao título.	

#### Artigo 24º Prestação e restituição da caução

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>Joaquim Silva</b>	O título deve ser só: Caução	Reconhece-se que o quadro legal vigente já estabelece alguns mecanismos de garantia de pagamento dos serviços prestados em alta (Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho), sendo que a prestação de caução poderá constituir um custo acrescido, tendo inclusive uma eficácia limitada, na medida em que não se considera admissível a suspensão do serviço por falta de prestação da caução.	Artigo eliminado
	<b>CM de Palmela</b>	Considera-se preocupante a possibilidade de obrigar os municípios ao pagamento de cauções no valor de milhões de euros, situação inaceitável		
1. Para garantia de pagamento dos serviços prestados, o contrato de fornecimento de água, recolha de águas residuais ou de entrega e receção de resíduos urbanos pode exigir a prestação de uma caução, cujo valor não pode exceder o equivalente ao volume previsional de água, de águas residuais ou de resíduos a fornecer, recolher ou recolher num período de três meses.	<b>AdPorto CM de Mafra</b>	A palavra “recolher” encontra-se em duplicado		
	<b>CM de Águeda</b>	Deve ser clarificada a legalidade da desta matéria.		
	<b>APDA</b>	Acerca da «Prestação e restituição da caução», confirma uma prestação de caução que se tem verificado de difícil cumprimento e tem custos cada vez mais elevados, se prestada através de garantia bancária.  Não se vê vantagem na intervenção deste Regulamento quanto a um aspeto específico da formação dos contratos de fornecimento ou recolha.		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>SIMAS Oeiras e Amadora</b>	<p>Sugere-se que não seja exigida caução pois comporta custos para as entidades gestoras em baixa, que será em ultima instância repercutida no utilizador final (as entidades gestoras em alta que prestam serviço aos SIMAS de Oeiras e Amadora, poderiam exigir uma caução que totaliza o valor de 5M€).</p> <p>Os municípios são acionistas da entidade Águas do Tejo Atlântico, S.A, podemos entender que esta situação se impõe às relações contratuais e ao respetivo contrato entre entidades gestoras.</p> <p>A existir garantia bancária, deve ser exigível apenas para entidades gestoras que possuem dividas em atraso às entidades em alta.</p>		
	<b>SIMAS de Sintra</b>	<p>Considera-se abusiva a exigência de caução, tanto mais tendo presente as regras relativas à obrigação de transferência por parte das entidades gestoras a favor da entidade gestora do serviço em alta prevista no artigo 5º do decreto-lei nº 114/2014, de 21 de Julho</p>		
2. A caução pode ser prestada sob a forma de garantia bancária " <i>on first demand</i> ", seguro-caução ou meio equivalente.	<b>AMBILITAL</b>	Deve ser acrescentada a possibilidade de prestação da caução em depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado.		
3. A entidade gestora do serviço em alta pode acionar a caução sempre que não haja pagamento do serviço	<b>AdPortugal</b>	Deve ser prevista a exigência de reforço e/ou reposição (do valor) da caução prestada (caso a inicial tenha sido acionada).		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
dentro do prazo de pagamento definido na respetiva fatura, fixando, nessa data, ao respetivo utilizador um prazo, não inferior a 60 dias, para a sua reconstituição.	<b>AMBILITAL</b>	Deve ser previsto neste artigo a obrigatoriedade de reconstituição ou reforço da caução, sob pena da suspensão do serviço.		
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Convém definir a lógica das cauções, a sua metodologia de aplicação e aferir se a mesma é condicente com os regulamentos do serviço das entidades em alta.		

#### Artigo 25º Transmissão da posição contratual

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>Joaquim Silva</b>	Questiona-se se não deve prever-se também a transmissão da posição contratual da entidade gestora em alta.	Sugestão aceite e adotados 3 novos números.	<p>6. (novo) Há transmissão da posição contratual da entidade gestora do serviço em alta no caso ocorrer uma substituição desta sem que haja alteração das condições de prestação do serviço,</p> <p>7. (novo) Nos casos previstos no número anterior, a transmissão opera na data em que a nova entidade gestora do serviço em alta iniciar atividade.</p> <p>8 (novo) Nos casos em que a substituição da entidade gestora do serviço em alta implique alteração das condições de prestação do serviço, designadamente em termos</p>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				de tarifas, é necessária a celebração de novo contrato.
1. A entidade gestora em alta não se pode opor à transmissão da posição contratual do utilizador municipal para a entidade a quem seja atribuída a gestão do respetivo serviço municipal de abastecimento público de água, de drenagem de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.	CM de Águeda	Não é clara a forma de comunicação entre as partes. Considera-se que este ponto deveria ficar clarificado	Não se entende o alcance da sugestão. A formalização da transmissão é feita através do acordo de cessão da posição a que se refere o n.º 3 deste artigo, o qual deve assumir a mesma forma do contrato transmitido, ou seja, por escrito. Não se vê necessidade de estipular a forma das comunicações anteriores.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Águeda	A expressão "drenagem de águas residuais" deveria ser substituída por "saneamento de águas residuais".	Acolhe-se a sugestão	1. (...) para a entidade a quem seja atribuída a gestão do respetivo serviço municipal de abastecimento público de água, de <u>saneamento</u> de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

## Artigo 26º Denúncia

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
As entidades gestoras em baixas não podem denunciar o contrato de fornecimento, de recolha e/ou de entrega e receção que tenham celebrado com a entidade gestora em alta, exceto no caso da sua desafetação do sistema	Joaquim Silva	Gralha: entidades gestoras em baixas	Acolhe-se correção.	As entidades gestoras em baixa (...)
	EMAR Vila Real	A proibição de denúncia põe em causa a autonomia contratual das entidades gestoras e dos utilizadores municipais, pelo que deve ser eliminada.	Sugestão não aceite – as entidades gestoras em baixa são utilizadoras de um serviço em alta quando os respetivos municípios se encontrem integrados num sistema intermunicipal ou multimunicipal. Assim, os municípios podem optar por uma solução alternativa (para a prestação do serviço em	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Águeda	Deveria ser prevista a possibilidade de denúncia por parte da entidade gestora em		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
multimunicipal/intermunicipal, nos termos da lei.	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	baixa para os casos de em casos de incumprimento substantivos/graves e reiterados do contrato.	alta) não por simples denúncia do contrato de fornecimento, de recolha e/ou de entrega e receção que tenham celebrado com a entidade gestora em alta, mas sim por deixarem de estar integrados no âmbito territorial de tal sistema. As condições para efetivação desta desafetação dependem do modelo de gestão do serviço em alta (e por isso se remete para os termos da lei), podendo corresponder a uma decisão unilateral do município (no caso de sistemas intermunicipais), ou necessitar de um despacho do representante do Estado-concedente (no caso de sistemas multimunicipais).	
	<b>AdPortugal</b>	Deve prever-se que as entidades gestoras em baixa também não poderão resolver os respetivos contratos (enquanto permanecerem como utilizadores dos sistema multimunicipal) e, bem assim enfatizar que a cessação do contrato, por denúncia ou resolução, determina a cessação do fornecimento, nos termos da lei.	Sugestão aceite.	(...) não podem denunciar <u>ou resolver</u> (...)

## Artigo 27º Tarifas a aplicar pela prestação dos serviços

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Na ausência de um Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas que tenha clarificadas as regras de cálculo da tarifa, e para a qual o artigo 27º deste Regulamento deva remeter sem inovar, o mesmo deve transpor as regras de definição de tarifas existentes, não podendo inviabilizar soluções tarifárias atualmente vigentes, porquanto as mesmas apresentam suporte legal e contratual (como os rendimentos tarifários (e a aplicação na faturação do método de caudais desfasados, resultando uma tarifa implícita), bem como a especificidade da Águas Públicas do Alentejo, que pratica um tarifário com termo fixo e variável).	<p>A elaboração do presente regulamento teve em atenção o quadro legal vigente, considerando-se prematuro determinar alterações que devem ser equacionadas e analisadas no quadro do futuro regulamento tarifário dos serviços de águas.</p> <p>De todo o modo, atentos os vários comentários apresentados sobre a definição da estrutura tarifária e no sentido de assegurar melhor articulação com o conteúdo que venha a ser definido nessa sede, optou-se por reformular a redação do artigo 27.º, remetendo para os Regulamentos Tarifários da ERSAR, nos quais serão especificados todos os eventuais casos particulares de tarifários a aplicar, tendo sido acrescentado ao n.º 2 o caso dos rendimentos tarifários.</p>	<p>1. Pela prestação do serviço de abastecimento público de água em alta é aplicável <u>um tarifário definido nos termos do regulamento tarifário dos serviços de águas.</u></p> <p>2. Pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas em alta <u>é aplicável um tarifário ou um montante de rendimentos tarifários definidos nos termos do regulamento tarifário dos serviços de águas.</u></p> <p>3. (novo) Aos encargos tarifários definidos nos termos dos números anteriores acresce o montante correspondente ao encargo suportado com a taxa de recursos hídricos e o IVA legalmente exigíveis."</p>
	<b>AdPortugal</b>	Sugere-se aditamento de modo a prever a existência de tarifas e regras de apuramento para todas as atividades concessionadas, como por exemplo para a limpeza de fossas sépticas, quando aplicável		
	<b>CM de Santo Tirso</b>	Alerta-se para a necessidade de compatibilizar o presente projeto de Regulamento com os diplomas em revisão, nomeadamente o Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas.		
	<b>EMAR Portimão</b>	Propõe-se o aditamento de um novo número: "5. As tarifas nunca terão efeitos retroativos".	Sugestão não aceite – a proibição de retroatividade é importante no que respeita aos serviços prestados aos utilizadores finais pois as tarifas visam modelar comportamentos e nesse sentido devem ser	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			conhecidas antecipadamente. No caso dos serviços em alta este argumento não é válido. Acresce que o regime jurídico aplicável aos sistemas multimunicipais já estabelece que <i>"Os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que respeitam, independentemente da sua data de aprovação (...)"</i> , não se considerando possível a ERSAR contrariar por regulamento esta norma ou adequado definir regra distinta para os demais modelos de gestão.	
1. Pela prestação do serviço de abastecimento público de água em alta é aplicável uma tarifa única, em função da quantidade de água fornecida, definida nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, à qual acresce o montante correspondente ao encargo suportado com a taxa de recursos hídricos e o IVA legalmente exigível.	<b>CCDR-Alentejo (no âmbito do Conselho Consultivo da ERSAR)</b>	A CCDR-Alentejo manifestou o entendimento de que as tarifas dos serviços de abastecimento de água em alta deveriam integrar uma componente fixa e uma componente variável e ser fixadas por prazos de vigência superiores a um ano.	Redação reformulada.	
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Contende, a título de exemplo, com o caso da faturação em alta do Sistema "Águas Públicas do Alentejo S.A. que ainda prevê no seu EVEF a aplicação de uma componente fixa (dependente dos alojamentos e da população servida) e de uma componente variável (em função da água fornecida aos sistemas / águas residuais recolhidas).	Redação reformulada.	
2. Pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas em alta é aplicável uma tarifa única, em função do volume de águas residuais urbanas recolhidas, definida nos termos das	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Esta disposição deve ser revista considerando que poderão existir tarifas distintas para situações de: (i) aflúncias indevidas de origem predominantemente pluvial (indo ao encontro da recomendação da ERSAR) e (ii) características/ qualidade	Redação reformulada.	



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
normas legais e regulamentares aplicáveis, à qual acresce o montante correspondente ao encargo suportado com a taxa de recursos hídricos e o IVA legalmente exigível.		dos efluentes recebidos (de acordo com o disposto nos regulamentos de descarga em vigor). Proposta: "Pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas em alta são aplicáveis tarifas distintas, em função do volume de águas residuais urbanas recolhidas e as suas características, [...]"		
3. Pela prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos em alta é aplicável uma tarifa única, em função da quantidade de resíduos urbanos entregues, definida nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, à qual acresce o montante correspondente ao encargo suportado com a taxa de gestão de resíduos e o IVA legalmente exigível.	<b>BRAVAL</b>	A regra da tarifa única em função da quantidade também se aplicará a todos os clientes e não apenas às entidades em baixa.	Sugestão não aceite - Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º esta regra apenas se aplica à tarifa aplicada aos utilizadores municipais	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Santo Tirso</b>	Sugere-se a seguinte redação: "Pela prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos em alta é aplicável uma tarifa única, em função da quantidade de resíduos indiferenciados e outros resíduos urbanos não sujeitos a valorização entregues, definida nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, à qual acresce o montante correspondente ao encargo suportado com a taxa de gestão de resíduos e o IVA legalmente exigível". (esta sugestão decorre da prática utilizada pela concessionária em Santo Tirso que fatura os resíduos verdes sem a sua efetiva valorização).	Reproduz-se a regra já existente no artigo 15.º do Regulamento tarifário do serviço de resíduos urbanos, tendo-se alterado a presente redação para o clarificar. Note-se que, nos termos dos artigos 49.º, 60.º e 78.º a quantidade de resíduos urbanos a considerar para cálculo da tarifa corresponde aos resíduos indiferenciados.	4. (renumerado) Pela prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos em alta é aplicável uma tarifa única, em função da quantidade de resíduos urbanos entregues, <u>definida nos termos do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos</u> , à qual acresce o montante correspondente ao encargo suportado com a taxa de gestão de resíduos e o IVA legalmente exigíveis.
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Para o cenário de tarifa única da alta prescindindo totalmente das transferências dos municípios, não dependentes do serviço de resíduos prestados, o que ainda hoje se verifica em alguns sistemas intermunicipais.	Não se entende o alcance do comentário.	Sem alteração quanto a este aspeto.

## Artigo 28º Aprovação das tarifas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Até à aprovação e vigência de regulamento tarifário dos serviços de águas, o artigo 28º do projeto de Regulamento permanecerá desconforme à legislação em vigor.	Atendendo aos vários comentários apresentados no que respeita aos prazos e procedimento e aprovação dos tarifários, alterou-se a epígrafe e o articulado no sentido de eliminar as regras relativas ao procedimento de aprovação das tarifas, que não são efetivamente essenciais para o relacionamento comercial com os utilizadores, sendo mais adequadamente estabelecidas no regulamento de procedimentos regulatórios.	<p>1. Os tarifários dos serviços de águas e resíduos produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de cada ano civil."</p> <p>2. A informação sobre a alteração dos tarifários a que se refere o número anterior acompanha a primeira fatura subsequente à sua aprovação.</p>
1. Nos sistemas de titularidade estatal, os tarifários dos serviços de águas e resíduos são fixados pela ERSAR, produzindo efeitos a 1 de janeiro de cada ano civil.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Indicar data de aprovação dos tarifários. "Nos sistemas de titularidade estatal, os tarifários dos serviços de águas e resíduos são fixados pela ERSAR até XXX, produzindo efeitos [...]"		
2. Nos sistemas de titularidade municipal, os tarifários dos serviços de águas e resíduos são aprovados pelos órgãos competentes para o efeito até ao termo do mês de setembro do ano civil anterior àquele a que respeitem, produzindo efeitos a partir de 1 de janeiro de cada ano civil.	<b>AdSão</b> <b>AEPSA</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	Parece que este ponto está desenquadrado do respetivo Capítulo III, que regula o relacionamento comercial das entidades gestoras em alta com as entidades gestoras em baixa. De qualquer modo os prazos são incongruentes com o definido no artº 26º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios, incompatível com os contratos de concessão e de gestão delegada, com as datas de aprovação dos tarifários em alta e com a publicação dos índices.		
	<b>APDA</b>	Não há coincidência entre o Art.º 28.º, n.º 2, e o Art.º 84.º, n.º 1, acerca da «Aprovação das tarifas», uma vez que, no Art.º 84.º, se determina que os tarifários são aprovados	O artigo 28.º refere-se aos tarifários das entidades gestoras que prestam o serviço a utilizadores municipais (serviço em alta), enquanto o artigo 84.º se aplica aos	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		até final de novembro, enquanto, no Art.º 28.º, se menciona que estes são aprovados até final de setembro.	tarifários das entidades gestoras que prestam os serviços de águas aos utilizadores finais (serviço em baixa).	
	<b>CM de Águeda</b>	Questiona-se a necessidade de ser tão cedo e se não é possível, pelo menos, ser em outubro ou novembro.	Ver resposta aos primeiros comentários a este artigo.	Ver redação apresentada acima.
	<b>CM de Palmela</b>	Nos sistemas de titularidade municipal, os tarifários dos serviços de águas e resíduos são aprovados pelos órgãos competentes para o efeito até ao termo do <i>mês de setembro</i> do ano civil anterior àquele a que respeitem, produzindo efeitos a partir de 1 de janeiro de cada ano civil.		
	<b>CM de Lousada</b>	Questiona-se a que tarifário está a ser feita referência, dado que no artigo 84.º volta-se a falar na aprovação dos tarifários.	O artigo 28.º refere-se aos tarifários das entidades gestoras que prestam o serviço a utilizadores municipais (serviço em alta), enquanto o artigo 84.º se aplica aos tarifários das entidades gestoras que prestam os serviços de águas aos utilizadores finais (serviço em baixa)..	Sem alteração quanto a este aspeto.
4. Os tarifários são publicitados na sede e/ou nos serviços de atendimento e no sítio da <i>internet</i> da respetiva entidade gestora e, nos casos a que se refere o n.º 1, os tarifários são ainda publicitados no site da <i>internet</i> da ERSAR.	<b>AdPortugal</b>	Por uma questão de transparência e equidade perante todas as Entidades Gestoras, a ERSAR deve publicitar no site todos os tarifários e incluir por isso neste artigo. Adicionalmente deve ficar claro e explicitado o prazo que a ERSAR tem para proceder à sua divulgação.	Sugestão parcialmente aceite e redação alterada no sentido de a ERSAR publicitar os tarifários das entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal e também municipal em alta.	3. (renumerado) Os tarifários são publicitados na sede e/ou nos serviços de atendimento e no sítio da <i>internet</i> da respetiva entidade gestora, <u>bem como no sítio da internet da ERSAR.</u>

## Artigo 29º Medição dos serviços de águas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	<p>Este artigo não prevê a forma de medição de lamas e efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas domésticas entregues pelos utilizadores nas infraestruturas do sistema em alta, quando esta atividade está concessionada, pelo que se sugere o aditamento de um novo número com a seguinte redação: A medição dos volumes de lamas e efluentes provenientes de fossas sépticas rececionados pode ser efetuada pelos seguintes métodos, de acordo com a seguinte ordem de preferência:</p> <p>a) Através de medidor de caudal instalado nos pontos de descarga das instalações de tratamento recetoras;</p> <p>b) De forma indireta, por intermédio da pesagem do veículo que processa a descarga;</p> <p>c) De forma indireta, admitindo-se o volume correspondente à capacidade máxima especificada para o veículo que processa essa mesma descarga”.</p>	Sugestão parcialmente aceite, adicionando-se um número novo ao presente artigo, por forma a contemplar a medição dos volumes de lamas e efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas entregues nas infraestruturas do sistema em alta.	<p>6. (novo) A medição dos volumes de lamas e efluentes provenientes de fossas sépticas rececionados pode ser efetuada pelos seguintes métodos:</p> <p>a) Através de medidor de caudal instalado nos pontos de descarga das instalações de tratamento recetoras;</p> <p>b) De forma indireta, admitindo-se o volume correspondente à capacidade máxima especificada para o veículo que processa essa mesma descarga.</p>
	<b>EMAR Vila Real</b>	No que se reporta à secção V do projeto (sob a epígrafe "Medição"), nada tendo a opor ao proposto, alerta-se somente para a necessidade de articular a aprovação e entrada em vigor deste projeto com o clausulado concreto dos contratos pelo mesmo abrangidos. Situação que deverá	Não se antecipam desconformidades relevantes dos contratos em vigor com as regras definidas na presente secção, sendo que, em qualquer caso, existe um período para adaptação ao regulamento.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		merecer a atenção do Regulador por ser potencialmente geradora de litígios.		
1. Os caudais de água fornecida e de águas residuais urbanas recolhidas são objeto de medição para efeitos de faturação.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Atualmente a faturação das águas residuais não é feita sobre a medição efetuada. Devem ser tidas em conta as especificidades dos sistemas. Proposta de redação: "Os caudais de água fornecida e de águas residuais urbanas recolhidas são objeto de medição para efeitos de faturação, nos termos dos respetivos contratos de fornecimento e de recolha."	Sugestão aceite, reformulando-se o n.º 1 acrescentando-se um novo n.º 6 (após o atual n.º 4 que é renumerado como n.º 5).	1. Os caudais de água fornecida e de águas residuais urbanas recolhidas são objeto de medição para efeitos de faturação <u>e/ou determinação dos rendimentos tarifários</u> .  5. (novo) Em situações específicas, em que a medição direta das águas residuais recolhidas não seja técnica e economicamente viável, a entidade gestora do serviço em alta e os respetivos utilizadores podem acordar métodos alternativos, a definir no respetivo contrato de recolha.
	<b>AdPorto</b>	A medição/leitura deverá ser realizada conjuntamente por elementos das duas entidades gestoras (alta e baixa). Proposta de redação: "Os caudais de água fornecida e de águas residuais urbanas recolhidas são objeto de medição e/ou leitura a ser realizada em conjunto por elementos das duas entidades gestoras (alta e baixa)."	Acolhe-se a sugestão.	3. (substitui o n.º 3 do projeto) A leitura dos instrumentos de medição é realizada em conjunto por elementos das duas entidades gestoras (alta e baixa), nos termos a definir nos contratos de fornecimento e/ou recolha.
	<b>AdPortugal</b>	Esta regra não está inteiramente compatibilizada com a existência de faturação em alta por método diferente de tarifa x caudal medido, como sejam os rendimentos tarifários.	Sugestão aceite a reformulada a redação do n.º 1.	Ver redação acima.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>APDA</b>	A obrigação de medição de águas residuais vai além da lei, (vide base XXIX, n.º 1 (Medição e fatura dos efluentes) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro), e determina uma obrigação sem limitações de medição, não tendo em conta as dificuldades e custos que uma medição para fins de faturação de águas residuais impõe aos sistemas em alta e, por isso, indiretamente aos sistemas em baixa e aos utilizadores finais. O n.º 4 não soluciona esta questão, pois parece ter apenas um âmbito de exceção a um sistema de medição para faturação já instalado.	Sugestão aceite, reformulando-se o n.º 1 acrescentando-se um novo n.º 5 (com renumeração dos subsequentes)	Ver redação acima.
4. Quando não possa ser realizada a leitura por razões técnicas, por impossibilidade de acesso aos instrumentos de medição ou noutras situações acordadas entre a entidade gestora do serviço do serviço em alta e a entidade gestora do serviço em baixa, após aprovação da entidade reguladora, o volume de água fornecida ou de águas residuais recolhidas é estimado de acordo com a metodologia definida no contrato de fornecimento e/ou recolha.	<b>AdPorto AEPSA APDA</b>	Gralha: expressão "do serviço" repetida	Acolhe-se a correção	4. Quando não possa ser realizada a leitura por razões técnicas, por impossibilidade de acesso aos instrumentos de medição ou noutras situações acordadas entre a entidade gestora do serviço em alta e a entidade gestora do serviço em baixa, o volume de água fornecida ou de águas residuais recolhidas é estimado de acordo com a metodologia definida no contrato de concessão e no contrato de fornecimento e/ou recolha, <u>após aprovação da entidade reguladora</u> .
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Propõe-se eliminar referência à aprovação da ERSAR pois não está prevista nas obrigações da ERSAR e se na redação desta cláusula é dito que se utiliza a metodologia definida no contrato de fornecimento não há necessidade de qualquer aprovação. "[...] e a entidade gestora do serviço em baixa, o volume de água fornecida [...]".	Foi reformulado o n.º 4 do presente artigo, por se considerar mais adequado que a aprovação da ERSAR respeite à metodologia de estimativa definida no contrato de fornecimento e/ou recolha..	
	<b>CM de Lousada</b>	Solicita-se que a ERSAR se pronuncie relativamente às estimativas. Atualmente já	Não se entende o alcance do comentário. De todo o modo, dado que cabe à ERSAR emitir parecer sobre os contratos de fornecimento	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		são poucas as que são feitas para efeitos de faturação.	e/ou recolha, terá oportunidade de se pronunciar sobre as metodologias de estimativa neles acordadas.	
	<b>SMAS de Sintra</b>	Sugere-se que o critério fixado do nº 4 do artigo 29º e do nº 5 do artigo 30º seja equivalente, devendo ainda prever-se a periodicidade da aferição e a obrigatoriedade de informar as entidades gestoras em baixa do resultado das calibrações.	Sugestão não aceite – os artigos elencados tratam de situações distintas.	Sem alteração quanto a este aspeto.

### Artigo 30º Instrumentos de medição de águas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPorto</b>	Propõe-se acrescentar um novo número n.º 6 com a seguinte redação: A aferição e/ou calibração periódica dos medidores de caudal nos pontos de entrega, promovida pela entidade gestora em alta, origina um relatório de aferição e/ou calibração, que deverá ser remetido à entidade gestora em baixa.	Sugestão aceite, tendo sido aditado um novo n.º 6 (na sequência de outros dois números novos sobre verificação dos instrumentos de medição).	6. (novo) Os relatórios da verificação dos instrumentos de medição, a que se referem os números anteriores, são remetidos pela entidade gestora ao respetivo utilizador.
1. Os instrumentos de medição são propriedade da entidade gestora do serviço em alta, que é responsável pela respetiva instalação, aferição, fiscalização, calibração periódica e substituição, não podendo os respetivos custos ser objeto de	<b>AdSão João INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos</b>	À semelhança do que se verifica nos contadores em baixa, onde se aplica a metrologia legal, devem ser definidos prazos máximos para as operações acima indicadas particularmente no que se refere às calibrações. Procura-se, desta forma, que o	Sugestão aceite, tendo sido aditados dois novos números. Tendo em conta uma melhor ponderação e conhecimento das matérias em causa, e por representar o estabelecimento de uma obrigação e já não uma simples recomendação (com os inerentes encargos), entendeu-se, porém,	4. (novo) A entidade gestora do serviço em alta promove a verificação periódica dos instrumentos de medição garantindo, no mínimo, os intervalos máximos estabelecidos na Metrologia Legal, salvo quando

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
faturação autónoma aos utilizadores.	<b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	Guia Técnico n.º 9 da ERSAR tenha aplicação obrigatória.	mais adequado estabelecer intervalos máximos superiores aos previstos no Guia n.º 9.	disponha de elementos estatísticos que sustentem outra periodicidade.
	<b>Joaquim Silva</b>	Propõe-se substituir "calibração periódica" por "verificação periódica"	Acolhem-se as sugestões.	1. Os instrumentos de medição são propriedade da entidade gestora do serviço em alta, que é responsável pela respetiva instalação, fiscalização, <u>verificação periódica</u> e substituição, não podendo os respetivos custos ser objeto de faturação autónoma aos utilizadores.
	<b>José Colarejo</b>	O termo "aferição" deveria ser substituído por "verificação". Também, o termo "calibração periódica", aplicado a contadores de água, parece-nos inadequado, uma vez que "calibração" é uma operação complexa (ver definição no VIM) e que não se justifica neste contexto. Tal como preconizado na Metrologia Legal, deveria ser utilizado o termo "verificação periódica", a qual é imposta legislativamente às entidades de baixa e, na ausência de legislação específica para as entidades de alta, nada impedirá que os mesmos conceitos sejam extrapolados para estas.		
2. Os instrumentos de medição são instalados em todas as ligações técnicas entre o serviço em alta e o serviço em baixa.	<b>AdAlgarve</b>	No SMAAA existem ligações técnicas entre a alta e a baixa que não possuem instrumentos de medição da AdA, em Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António e cujos volumes de águas são apurados por cálculo entre pontos de medição. Podem existir locais onde não é viável tecnicamente a instalação de medidores.	As situações de impossibilidade de medição já se encontram salvaguardadas no n.º 4 do artigo 29.º.	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AdPortugal</b>	<p>Nos sistemas multimunicipais recém-criados admite-se a utilização de métodos de estimativa, mediante acordo entre a sociedade e o utilizador, por motivos justificados do ponto de vista técnico e económico e para infraestruturas que sirvam pequenos aglomerados populacionais, sem prejuízo da equidade de tratamento entre os diferentes utilizadores, ou que ainda não disponham de contador ou medidor de caudal, por prazo a fixar no contrato de concessão.</p> <p>A realidade dos sistemas multimunicipais, no que respeita ao saneamento de águas residuais, está longe de cumprir esta regra que, a tornar-se uma obrigação, contrariando o disposto nos contratos de concessão, poderá ter impacto financeiro significativo com investimentos assinaláveis não previstos, para além da complexidade técnica exigida nalgumas situações para a implementação desta exigência</p>		
	<b>CM de Lousada</b>	Deve clarificar-se quem é responsável pelas ligações técnicas, sendo que tudo indica que são os utilizadores municipais face ao referido no n.º 1 do artigo 17.º .	A responsabilidade pela ligação técnica está definida no artigo 14.º do presente projeto de regulamento. Quanto à medição	Sem alteração.
3. Os instrumentos de medição que não estejam colocados na câmara de inspeção da ligação técnica devem ser preferencialmente instalados em terrenos que estejam na	<b>José Colarejo</b>	O termo "aferição" deveria ser substituído por "verificação" (ver comentário ao n.º 1)	Acolhe-se a sugestão.	3. (...) e com fácil acesso para leitura, manutenção, <u>verificação</u> e fiscalização (...).
	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b>	Não se concorda com a responsabilização da EG em baixa pelos danos, deterioração ou	Sugestão não aceite – do presente número resulta a presunção de responsabilidade da	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
propriedade, posse ou detenção das entidades gestoras do serviço em baixa e em recintos vedados e/ou fechados e com fácil acesso para leitura, manutenção, aferição e fiscalização, sendo aquelas responsáveis pela sua boa conservação, proteção e segurança, respondendo por todo o dano, deterioração ou desaparecimento que esses equipamentos possam sofrer, excetuando-se as avarias por uso normal.	<b>AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	desaparecimento dos instrumentos de medição, em casos que não lhe sejam manifestamente imputáveis, devendo aplicar-se o mesmo princípio dos utilizadores finais.	entidade gestora em baixa, enquanto responsável pela boa conservação dos instrumentos de medição, sua proteção e segurança. Não obstante, tal presunção pode ser ilidível pela mesma.	
	<b>AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	A Entidade Gestora em baixa não deverá ter qualquer responsabilidade face a danos, deteriorações e desaparecimentos, desde que não provocados pela própria.		
4. Considera-se avariado o instrumento de medição a partir do momento em que, sem motivo justificado, o mesmo haja começado a registar consumos que, face ao seu registo habitual e à época da ocorrência, se possam considerar anormais.	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Como se define "sem motivo justificado"? Indicar quais são os motivos considerados justificados. Rever redação.	Redação reformulada na sequência das sugestões acima apresentadas quanto à introdução de regras sobre a verificação dos instrumentos de medição. O registo de consumos anómalos servirá apenas para justificar o pedido de verificação.	5. (renumerado) <u>O utilizador do serviço em alta pode, ainda, solicitar a verificação do instrumento de medição quando</u> o mesmo haja começado a registar consumos que, face ao seu registo habitual e à época da ocorrência, se possam considerar anormais.
	<b>Joaquim Silva</b>	O nº 5 deve vir antes do 4		
	<b>Joaquim Silva</b>	Não parece acertado dizer que marcar fora do normal é avaria.		
5. No caso de avaria, dano, deterioração ou desaparecimento do instrumento de medição, o volume de água presumivelmente consumido é determinado pela média dos consumos dos 6 meses	<b>AdAlgarve</b>	No caso do SMAAA, com forte sazonalidade, a aplicação do referido no ponto 5. Poderá prejudicar quer a EG em alta, quer a EG em baixa, dado que os 6 meses anteriores têm consumos diferentes (crescentes ou decrescentes). Julga-se mais adequada a	Acolhem-se as sugestões	7. (renumerado) No caso de <u>comprovada</u> avaria, dano, deterioração ou desaparecimento do instrumento de medição, o volume de água presumivelmente consumido é determinado pela

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
anteriores à data em que presumivelmente tenha ocorrido a situação.		consideração dos consumos dos meses homólogos do ano anterior.		média <u>dos consumos do período homólogo do ano anterior</u> .
	<b>AdPortugal</b>	Esta metodologia difere da comumente praticada, ajustada (contratualmente) ou prevista legalmente (e.g. para utilizadores municipais da EPAL, o consumo é determinado de acordo com a metodologia definida contratualmente, ou acordada, com base no consumo registado no período homólogo).  No caso dos utilizadores dos sistemas multimunicipais criados em 2015, e as entidades gestoras recém-criadas, prevê-se que o consumo seja determinado pela média dos consumos do último mês homólogo com leituras reais, acrescido do crescimento do ano em curso, ou quando este não exista, pela média dos registos do mês anterior à data em que presumivelmente tenham ocorrido situações identificadas, ou por estimativa acordada entre a concessionária e o utilizador.		
	<b>AdAlenquer AdCascais AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não se concorda com a aplicação do período de 6 meses face ao risco do fator sazonalidade. Em contratos de fornecimento que já possuam cláusulas de acerto de faturação mais pormenorizadas, as mesmas deverão prevalecer. No caso de avaria, dano, deterioração ou desaparecimento do instrumento de medição, o volume de água		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		presumivelmente consumido é determinado pela média de consumo do período homologado do ano anterior.		
	CM de Águeda	Tendo em consideração a sazonalidade dos serviços, julga-se que devem ser considerados os consumos do ano anterior.		
	AdSJoão AEPSA INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	A regra de cálculo dos 6 meses anteriores à data em que presumivelmente tenha ocorrido a situação, poderá originar desvios significativos do volume real, principalmente em Entidades Gestoras em baixa com grande percentagem de população flutuante (sazonalidade). Seria mais adequado considerar, por exemplo, o mês homólogo do ano anterior, eventualmente corrigido proporcionalmente à evolução do número de clientes.		

#### Artigo 31º Medição do serviço de gestão de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. A pesagem dos resíduos urbanos é efetuada à entrada das infraestruturas, devendo ser registados os valores diários respeitantes a cada uma das entregas e indicado o utilizador, as horas de chegada, a matrícula da	BRAVAL	A redação atual não é clara relativamente ao número de pesagens das viaturas, dado que entanto o n.º 2 refere que a pesagem é efetuada à entrada das instalações, o n.º 4 refere que, em caso de avaria das viaturas, estas devem ser pesadas à saída. Parece isto significar que, na ausência de avaria, as viaturas não podem/devem ser pesadas à saída, o que implica que deve haver um	Acolhe-se a sugestão, alterando-se a redação do n.º 2 e eliminando-se o n.º 4.	2. A pesagem dos resíduos urbanos é efetuada <u>preferencialmente à entrada e à saída</u> das infraestruturas, devendo ser registados os valores diários respeitantes a cada uma das entregas e indicado o utilizador, as horas de chegada, a matrícula da

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
viatura, a classificação segundo o código LER e origens dos mesmos.		registo de taras das viaturas e todas as descargas serão apuradas por diferença entre o peso de entrada e a tara da respetiva viatura registada no sistema. Este método já foi praticado da BRAVAL mas foi abandonado, há já vários anos, por se considerar pouco fiável, dado que as variações do peso efetivo numa viatura vazia (tara) podem ser muitas: quantidade de gasóleo no depósito; tripulação (motorista; motorista e 1 ajudante ou 2 ajudantes); existência de sistema de elevação de contentores, etc. etc.). Neste momento, as viaturas pesam sempre à entrada e à saída, sendo o apuramento dos resíduos descarregados feito por diferença dos dois pesos. Por uma questão de fiabilidade dos números (pesagens), considera-se que deveria estar claro que a metodologia principal é a pesagem das viaturas à entrada e à saída.		viatura, a classificação segundo o código LER e as origens dos mesmos.
3. Por cada operação de pesagem concluída é emitido, automaticamente, um talão de pesagem.	CM de Águeda	Deve-se referir que o talão de pesagem deve ter uma cópia para entidade gestora e para o motorista.	Acolhe-se a sugestão.	3. Por cada operação de pesagem concluída é emitido, automaticamente, um talão de pesagem, <u>que é entregue ao condutor da viatura.</u>
4. No caso de avaria, dano ou deterioração dos equipamentos de medida, o peso de resíduos urbanos entregues é determinado pela média dos valores dos 30 dias	CM de Santo Tirso	À imagem do previsto no contrato do Município de Santo Tirso com a RESINORTE sugere-se a seguinte redação: “No caso de avaria, dano ou deterioração dos equipamentos de medida, o peso de resíduos urbanos entregues é determinado	Sugestão aceite, alterando-se o n.º 4 e retira-se o n.º 5 (deixa de fazer sentido).	4 No caso de avaria, dano ou deterioração dos equipamentos de medida, o peso de resíduos urbanos entregues é determinado <u>por</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
anteriores à data em que tenha ocorrido a situação.		por referência aos valores do mesmo período do mês homólogo do ano anterior.” (o registo histórico existente revela que existem meses em que se verificam quantidades mais elevadas de resíduos).		<u>referência aos valores do período do mês homólogo do ano anterior.</u>
	EGF	Esta metodologia pode dar origem a diferenças consideráveis. Propõe-se, em alternativa, o histórico do tipo de viatura e tipo de resíduos que entra nas instalações. Tal permite uma aferição mais aproximada.		
5. Numa situação de avaria, a entidade gestora em alta pode ainda solicitar aos utilizadores a pesagem prévia das viaturas em outro sistema de pesagem exterior ao local de entrega, sendo apresentado o talão de pesagem obtido.	CM de Águeda	Em situações de pesagem exterior, deve ser especificado quem é que atesta essa pesagem e quem é que paga por esse serviço.	Atenta a alteração introduzida ao n.º 4 elimina-se o n.º 5, o que também vai de encontro aos comentários apresentados a esta disposição.	Eliminado.
	CM da Azambuja	Discorda-se desta regra por poder obrigar a grandes desvios dos veículos de recolha para efetuar as pesagens;		
6. Sempre que por avaria das viaturas, estas não possam descarregar total ou parcialmente a sua carga, devem ser pesadas à saída.	EGF	Proposta de redação: “Sempre que por avaria das viaturas ou por razões de rejeição de carga estas não possam descarregar total ou parcialmente a sua carga, devem ser pesadas à saída.”	Considerando a nova redação dada ao n.º 2 deste artigo decidiu-se eliminar o n.º 6. É de notar que a nova redação do n.º 2 contempla a pesagem à entrada e saída, abrangendo, desta forma, a situação indicada.	Eliminado.

## Artigo 33º Faturação

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas, bem como os correspondentes impostos legalmente exigíveis.	<b>AdPortugal</b>	Esta redação não acautela as situações de exceção previstas nos diplomas e contratos de concessão, designadamente quanto aos rendimentos tarifários (e.g. previsto para a Águas do Centro Litoral, S.A.);	Acolhe-se a sugestão.	1. As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas <u>e /ou rendimentos tarifários</u> , bem como os <u>demaís encargos</u> e impostos legalmente exigíveis.
	<b>AdPortugal</b>	Nas faturas emitidas também são incluídas as taxas legalmente exigidas, como é o caso da Taxa de Recursos Hídricos	Redação reformulada, embora seja importante notar que quando são repercutidas nos utilizadores, a taxa de recursos hídricos e a taxa de gestão de resíduos já não assumem a natureza de taxa.	
2. A periodicidade das faturas é mensal.	<b>AdPortugal</b>	Não são acauteladas as situações em que está consagrada uma periodicidade diferente, nomeadamente por consentimento expresso ou tácito do utilizador, nos termos previstos no Regulamento de Serviços.	Acolhe-se a sugestão.	2. A periodicidade das faturas é mensal, <u>podendo as partes acordar outra periodicidade que considerem mais conveniente</u> .
	<b>AdPortugal</b>	Deverá prever-se um valor mínimo de débito de consumo abaixo do qual não se justifica a emissão da respetiva fatura, justificando-se a acumulação desse débito com o débito a faturar no período de faturação seguinte (e.g. na EPAL, se o valor a faturar for inferior a €2,50, não é emitida fatura e esse valor acumulará com o que for devido a quando da emissão da fatura seguinte).	Sugestão não atendida – nos serviços em alta (âmbito de aplicação do presente artigo) estarão sempre em causa valores que justificam a faturação.	
3. As faturas baseiam-se em medições ou estimativas do volume de água fornecido ou do volume de águas residuais urbanas tratadas e	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Não se entende como se procederá à faturação do volume de águas residuais urbanas tratadas? Onde são medidas? Nos	Redação reformulada no sentido de clarificar que são faturadas apenas as águas residuais recolhidas que sejam efetivamente tratadas (excluindo-se, portanto, o volume	3. As faturas baseiam-se em medições ou estimativas do volume de água fornecido ou do volume de

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
em pesagens no caso do serviço de gestão de resíduos urbanos, conforme, respetivamente, o Artigo 29.º e o Artigo 31.º.		pontos de recolha? Na saída da ETAR? Rever redação.	de águas recolhidas e descarregadas sem tratamento).	águas residuais urbanas <u>recolhidas</u> (...).  4. (novo) No caso do serviço de saneamento, o volume faturado não pode ser superior ao volume de efluente efetivamente tratado e descarregado.
4. No serviço de gestão de resíduos as faturas devem ser acompanhadas do descritivo de todas as entregas por código LER, quantidade de resíduos, matrícula de viatura, horário de entrega e destino dado aos resíduos.	EGF	Compreendendo o objetivo desta disposição, salienta-se que nem sempre será possível identificar o destino dado aos resíduos. Por ex. no caso dos RSU depositados em Estações de Transferência (ET) não se sabe qual o destino final do tratamento, pois são várias as descargas que enchem um veículo de transporte em alta e só quando os mesmos chegam aos CTRSU é que os mesmos têm “um destino final”.	Pretende-se que a fatura contenha informação que permita ao utilizador conferir os valores cobrados por referência às entregas realizadas. Por destino dados aos resíduos pretendia-se a indicação do local de entrega. Redação reformulada.	5 (renumerado). No serviço de gestão de resíduos as faturas devem ser acompanhadas do descritivo de todas as entregas por código LER, quantidade de resíduos, matrícula de viatura, horário <u>e local</u> de entrega.
5. O prazo de pagamento da fatura não pode ser inferior a 60 dias.	AMBILITAL	Entende-se que o prazo de pagamento de faturas não pode ser inferior a 30 dias (da lei), dado nos parece, salvo melhor opinião, que viola o estipulado no DL 62/2013 de 10 de maio, sendo o prazo geral de 30 dias. Solicita-se correção deste prazo.	O prazo de pagamento, previsto no Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, é de 30 dias, data a partir da qual começam a vencer-se juros de mora, podendo as partes convencionar outro prazo para o vencimento das faturas (n.º 3 do artigo 4.º), sendo que entre empresas, o prazo de pagamento não deve exceder em regra 60 dias, sem prejuízo de as partes poderem acordar expressamente um prazo superior, se tal não constituir um abuso manifesto face ao credor.  Tendo presente que o regime jurídico dos serviços multimunicipais de abastecimento	6. (renumerado) O prazo de pagamento da fatura <u>é de 60 dias, podendo as partes acordar um prazo distinto que considerem mais favorável</u> .



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos estabelece especificamente um prazo de pagamento de 60 dias, considerou-se mais adequado harmonizar todos os serviços em alta, usando-se como referencial aquela regra legal.	
	<b>BRAVAL</b>	Questiona-se se o prazo de 60 dias aplica-se ao serviço prestados aos municípios utilizadores que entregam resíduos nas instalações da entidade gestora do serviço em alta ou a qualquer cliente.	Todo o artigo apenas se aplica ao serviço prestado a utilizadores municipais. Caso a entidade gestora preste serviços a utilizadores finais, serão aplicáveis as regras do capítulo IV do regulamento, conforme consta expressamente do artigo 8.º.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>TRATOLIXO</b>	Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, que transpõe para a Diretiva n.º 2011/7/EU, que veio estabelecer medidas contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais e atento o disposto na “Nota Justificativa” e no art.º 4.º do presente Projeto de Regulamento, em que é patente e manifesto o cuidado da ERSAR em garantir o fornecimento dos serviços, a promoção da acessibilidade económica aos serviços, a qualidade e continuidade dos serviços e a sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras dos serviços, entre outros; deverá ser corrigida a expressão “inferior” a “passando a constar antes “superior a”, garantindo-se assim o ora exposto, atendendo que meramente por lapso tal terá sido considerado. Acresce que	Ver acima resposta ao comentário da AMBILITAL.	Ver redação apresentada em resposta ao comentário da AMBILITAL.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		esta alteração é fundamental para a sustentabilidade financeira de todas as entidades gestoras.		
6. O atraso no pagamento, depois de ultrapassada a data limite de pagamento da fatura, permite a cobrança de juros de mora, calculados de acordo com o regime dos juros comerciais, assim como o acionamento da caução prestada.	<b>AdPortugal</b>	Atento a que o acionamento das cauções dependem se as mesmas tenham sido constituídas (por não ser exigido legalmente ou por não terem sido prestadas), o final da frase deve ter esta situação em consideração.	Tendo por referência a eliminação do artigo 24.º (caução), procedeu-se à adaptação do teor do n.º 6, eliminando-se a sua parte final, relativa ao acionamento da caução.	7. (renumerado) A falta de pagamento dentro do respetivo prazo fica sujeita à cobrança de juros de mora, calculados de acordo com o regime dos juros comerciais.
	<b>AdPortugal</b>	A cobrança de juros de mora é obrigatória nos termos da lei, pelo que a redação deve ser reformulada	Não se considera que a cobrança de juros de mora seja legalmente obrigatória, apenas sendo obrigatório o seu pagamento se exigido pelo credor (para o qual não é necessário, inclusive, qualquer interpelação). Sem prejuízo, procedeu-se à clarificação da redação.	
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Importará definir com as altas o valor da caução	Tendo-se eliminado o artigo 24.º referente à prestação de caução, assim como as demais referências nos restantes artigos do presente capítulo, entende-se não ser necessário proceder-se à mencionada definição.	

#### Artigo 34º Conteúdo da fatura

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Não é clara a forma como este artigo pondera as obrigações decorrentes do	O artigo 36.º do Código do IVA respeita, conforme sua epígrafe, ao "Prazo de	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		conteúdo das faturas que se encontra previsto no artigo 36º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.	emissão, formalidades das faturas e documentos equivalentes" aplicável as atividades económicas em geral, sendo que no artigo 34.º do Regulamento em análise pretende-se especificar a informação mínima a constar das faturas dos serviços de águas e resíduos, enquanto serviços públicos essenciais, e procurando dar cumprimento às obrigações de informação decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, não contendo nem dispensando o cumprimento do mencionado no Código do IVA.	
3. A informação específica a constar da fatura para cada um dos serviços prestados é, no mínimo, a seguinte:	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Deverá ser acrescentada a informação das leituras que dão origem à fatura. Leituras para efeitos do cálculo do volume faturado (data e volume).	Sugestão aceite, tendo sido acrescentada, nas alíneas a) e b) do n.º 3 nova subalínea, com renumeração das restantes subalíneas.	a) (...) e b) (...)  (iii) (nova subalínea) Datas e medições registados das últimas leituras.
	<b>AdPortugal</b>	Não são acauteladas as situações de exceção previstas nos diplomas e contratos de concessão, de gestão, de parceria, de fornecimento e/ou contratos de recolha quanto aos rendimentos tarifários (e.g. previsto para a Águas do Centro Litoral, S.A.) e à não aplicação na faturação de uma tarifa única aos seus utilizadores, sendo a estrutura tarifária mesmo composta por duas componentes nos termos da legislação (e.g. previsto para a Águas Públicas do Alentejo, S.A.).	Em consonância com a nova redação dada ao artigo 27.º do presente Regulamento e por forma a dar resposta ao comentário feito, foi alterada e aditada a redação do n.º 3.	a) (...)  (iv) Valor unitário da(s) tarifa(s) e valor resultante da sua aplicação ao período de prestação do serviço identificado que está a ser objeto de faturação;  b) (...)  (iv) Valor unitário da(s) tarifa(s) e valor resultante da sua aplicação ao período de prestação do serviço identificado que está a ser objeto de

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				faturação, ou rendimentos tarifários, quando previstos;
a) Quanto ao serviço de abastecimento de água: (i) Volume de água fornecida no período objeto de faturação; (ii) Indicação do método de aferição do volume de água fornecida: se por medição ou por estimativa; (iii) Valor unitário da tarifa e valor resultante da sua aplicação ao período de prestação do serviço identificado que está a ser objeto de faturação; (iv) Discriminação de eventuais acertos face a valores já faturados; (v) Taxa legal do IVA e valor do IVA; (vi) Valor correspondente à repercussão da taxa de recursos hídricos.	<b>AEPSA</b>	A fatura deveria incluir o volume faturado por ponto de medida, bem como indicação das leituras. Proposta para a subalínea (i): «Volume de água fornecida por ponto de medida e com indicação das leituras que permitam o cálculo do volume faturado, no período objeto de faturação.»	Acolhe-se a sugestão.	(i) Volume de água fornecida, <u>por ponto de entrega</u> , no período objeto de faturação;
	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir "método de aferição" na subalínea (ii) por "método de obtenção".	Substituído por método de avaliação, por se considerar mais adequado.	(ii) Método de <u>avaliação</u> do volume de água fornecida <u>e objeto de faturação</u> (medição ou estimativa);
	<b>José Colarejo</b>	Fora do contexto da Metrologia, mas suscetível de induzir confusões, o termo "aferição" usado na subalínea (ii) deve ser substituído por "avaliação" ou outro que se entenda mais adequado.	Acolhe-se a sugestão..	
b) Quanto ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas: (i) Volume de águas residuais urbanas recolhidas no período objeto de faturação; (ii) Indicação do método utilizado para aferição do volume de águas residuais urbanas recolhidas: se por medição ou por estimativa;	<b>AEPSA</b>	Relativamente ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas deve o texto da subalínea (ii) ser de idêntico à proposta do nº 3 a) (i) – acima: «Volume de água residual recolhida por ponto de medida e com indicação das leituras que permitam o cálculo do volume faturado, no período objeto de faturação.»	Acolhe-se a sugestão.	(i) Volume de águas residuais urbanas recolhidas, <u>por ponto de recolha</u> , no período objeto de faturação;
	<b>AdAlenquer AEPSA</b>	Compatibilizar a redação das subalíneas (i) e (iii) com a alteração proposta no art.27º,	Sugestão não aceite, face à alteração da redação do artigo 27.º (que passa a remeter	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
(iii) Valor unitário da tarifa e valor resultante da sua aplicação ao período de prestação do serviço identificado que está a ser objeto de faturação; (iv) Discriminação de eventuais acertos face a valores já faturados; (v) Taxa legal do IVA e valor do IVA; (vi) Valor correspondente à repercussão da taxa de recursos hídricos.	<b>AQUAPOR CM de Alenquer</b>	n.º2, indicando os caudais faturados e tarifas aplicadas de acordo com as características das águas residuais recolhidas.	para o regulamento tarifário, sede própria para a definição da estrutura tarifária).	(ii) Método utilizado para <u>avaliação</u> do volume de águas residuais urbanas recolhidas e <u>objeto de faturação</u> (medição ou estimativa);
	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir "método de aferição" na subalínea (ii) por "método de obtenção".	Substituído por método de avaliação, por se considerar mais adequado.	
	<b>José Colarejo</b>	Fora do contexto da Metrologia, mas suscetível de induzir confusões, o termo "aferição" usado na subalínea (ii) da alínea b) com deve ser substituído por "avaliação" ou outro que se entenda mais adequado.	Acolhe-se a sugestão.	
c) Quanto a serviço de gestão de resíduos urbanos: (i) Quantidade de resíduos urbanos entregues no período objeto de faturação; (ii) Valor unitário da tarifa e valor resultante da sua aplicação ao período de prestação do serviço identificado que está a ser objeto de faturação; (iii) Discriminação de eventuais acertos face a valores já faturados; (iv) Taxa legal do IVA e valor do IVA; (v) Valor correspondente à repercussão da taxa de gestão de resíduos.	<b>Joaquim Silva</b>	Acrescentar: indicação se o método de obtenção da quantidade de resíduos é por pesagem ou estimativa.	Sugestão não aceite dado que no caso do serviço de gestão de resíduos em alta existe sempre pesagem (salvo situações excecionais de avaria, dano ou deterioração dos equipamentos de medida, conforme previsto no artigo 31.º do presente regulamento).	Sem alteração.

### Artigo 35º Acertos de faturação

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4. Quando o valor apurado com o acerto de faturação resultar num crédito a favor do utilizador, o seu pagamento é efetuado por compensação na própria fatura que tem por objeto o acerto.	ACOP APDC	Relativamente à existência de um crédito a favor do consumidor entende-se que a compensação só deve ser realizada, se o consumidor optar por esta solução.	Sugestão não aceite – os acertos de faturação previstos neste artigo aplicam-se à relação comercial entre as entidades gestoras em alta com as entidades gestoras em baixa. Os acertos de faturação com os utilizadores finais, estão previstos no artigo 99.º, remetendo-se para os comentários constantes do mesmo.	Sem alteração.

### Artigo 36º Deveres das entidades gestoras

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	CM de Lagos	Neste artigo preveem-se vários deveres do Município enquanto entidade gestora, sendo que alguns, ou já constam do DL 194/2009, ou da Lei n.º 23/96, ou até dos regulamentos de serviço aprovados e em vigor. Ora a violação de um destes deveres originará a violação de vários instrumentos jurídico-legais que, no fundo, acautelam a mesma situação – criando-se aqui algumas questões de difícil adequação jurídica. De facto, a repetição do normativo já existente, poderá, em termos de técnica jurídica, não ser a solução mais adequada	Um dos principais objetivos deste regulamento de relações comerciais é a harmonização dos principais deveres e direitos, das partes envolvidas, plasmados em diferentes diplomas legais, pelo que o mesmo visa ser um instrumento uniformizador e de fácil acesso.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>1. Constituem deveres gerais das entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos:</p> <p>a) Dispor de um regulamento de serviço;</p>	<b>CM de Lagos</b>	A obrigação de dispor de um regulamento de Serviço também já se encontra no art.º 62.º do DL 194/2009, pelo que não se vê a utilidade da repetição em causa.	Um dos principais objetivos deste regulamento de relações comerciais é a harmonização dos principais deveres e direitos, das partes envolvidas, plasmados em diferentes diplomas legais, pelo que o mesmo visa ser um instrumento uniformizador e de fácil acesso.	Sem alteração.
	<b>DECO</b>	Deve ficar expressamente previsto que os regulamentos de serviço das entidades gestoras devem respeitar os regulamentos emitidos pela ERSAR.	A obrigação referida já resulta do artigo 5.º do regulamento, que no n.º 2 define a hierarquia dos instrumentos jurídicos que regulam a relação entre entidades gestoras e entre as entidades gestoras e os utilizadores finais.	
b) Promover a atualização anual do tarifário e assegurar a sua divulgação junto dos utilizadores, designadamente nos postos de atendimento e no sítio na internet da entidade gestora e da entidade titular;	<b>DECO</b>	Dado que os três serviços são, na maioria dos casos, faturados em conjunto, importa clarificar e realçar que a entidade responsável pela faturação tem a obrigação de informar os seus clientes sobre as tarifas de todos os serviços, uma vez que, na prática, a relação comercial com o cliente é da responsabilidade de uma única entidade. Acresce que, devem ser definidos os prazos para a informação aos utilizadores e para publicação das alterações tarifárias.	Sugestão não atendida. Entende-se que cabe a cada entidade gestora prestar informação sobre os respetivos tarifários (e garantir a fiabilidade dessa informação). No artigo respeitante ao conteúdo da fatura exige-se que a entidade gestora que a emite inclua informação sobre a identificação e contactos das entidades gestoras responsáveis pelos demais serviços faturados, o que permite aos utilizadores aceder à informação sobre os correspondentes tarifários.	Sem alteração.
c) Proceder em tempo útil à emissão e envio das faturas correspondentes	<b>DECO</b>	O conceito indeterminado “em tempo útil” deverá ser substituído pela definição e	Tendo por referência a sugestão apresentada, e atendendo ao facto de existirem disposições próprias neste	c) Proceder, <u>dentro dos prazos definidos na lei e no presente regulamento</u> , à emissão e envio das

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
aos serviços prestados e à respetiva cobrança;		indicação de um prazo concreto para a emissão e envio das faturas.	regulamento relativas à faturação e sua periodicidade, retira-se a menção ao tempo útil, remetendo-se esta questão para os preceitos abaixo relativos à faturação.	faturas correspondentes aos serviços prestados e à respetiva cobrança;
d) Disponibilizar meios de pagamento que permitam aos utilizadores cumprir as suas obrigações com o menor incómodo possível;	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Considera-se desnecessária e potencialmente originária de interpretações menos corretas a menção a "com o menor incómodo possível" propondo-se a eliminação desta expressão.	Sugestão não aceite – pretende-se que as entidades gestoras disponibilizem meios de pagamento alternativos ao tradicional pagamento via balcão de atendimento, que sejam mais práticos e permitam agilizar o processo de pagamento.	Sem alteração.
	<b>DECO</b>	Devem ser indicados expressamente os vários meios de pagamento que devem ser disponibilizados aos consumidores.	Sugestão não aceite, atentas as diferentes realidades das EG.	
e) Dispor de serviços de atendimento aos utilizadores, direcionados para a resolução dos seus problemas relacionados com o serviço público de saneamento de águas residuais urbanas, bem como com a apresentação de sugestões para a melhoria do serviço;	<b>AdPortugal</b> <b>AdRibatejo</b> <b>APDA</b> <b>CM de Águeda</b> <b>DECO</b> <b>Joaquim Silva</b>	Falta a referência aos serviços de abastecimento e de gestão de resíduos urbanos.	A referência apenas ao saneamento constituiu um lapso, ora corrigido, com a identificação dos 3 serviços.	e) (...) para a resolução dos seus problemas relacionados com os serviços públicos <u>de abastecimento de água</u> , saneamento de águas residuais urbanas <u>e/ou gestão de resíduos urbanos</u> , (...);
	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AdPorto</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b> <b>CM de Palmela</b> <b>SOMAGUE</b> <b>Ambiente</b>	Eliminar a referência ao serviço de saneamento na medida em que este dever é genérico.		
f) Assegurar a constituição de um registo com a identificação e	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b>	Considera-se a menção a "tipologia" demasiado vaga e, por isso, ineficaz.	Sugestão não aceite: a tipologia a considerar para efeitos do presente artigo é a que resulta do artigo 9.º n.º 2.	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
tipologia dos utilizadores por serviço;	<b>CM de Alenquer</b>	"Assegurar a constituição de um registo com a identificação dos utilizadores por serviço;"		
g) Manter um registo atualizado dos processos das reclamações dos utilizadores e garantir a sua resposta no prazo legal;	<b>DECO</b>	Deve ser garantida resposta fundamentada dentro do prazo legal estabelecido.	Esta questão é regulada com mais detalhe no artigo 110.º do regulamento (109.º na versão final)	
2. Compete às entidades gestoras do serviço de abastecimento público de água:  b) Garantir a qualidade, a regularidade e a continuidade do serviço, salvo casos excecionais expressamente previstos neste Regulamento e na legislação em vigor;	<b>AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	A alínea não considera os regulamentos das EG em baixa. "Garantir a qualidade, a regularidade e a continuidade do serviço, salvo casos excecionais expressamente previstos na legislação em vigor, neste Regulamento e no Regulamento de Serviço da Entidade Gestora;"	Sugestão não aceite – Considerando o direito à continuidade do serviço previsto no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, o mesmo só pode ser interrompido nos casos aí previstos, pelo que os regulamentos de serviço das entidades gestoras não podem estipular situações que não estejam contempladas na lei, razão pela qual a referência à legislação em vigor é suficiente.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir "salvo casos" por "salvo em casos".	Sugestão aceite.	b) (...) salvo <u>em</u> casos excecionais expressamente previstos neste Regulamento e na legislação em vigor;
c) Tomar as medidas adequadas para evitar danos nos sistemas prediais, resultantes de pressão de serviço excessiva, variação brusca de pressão ou de incrustações nas redes;	<b>AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não está referido de forma clara que as incrustações mencionadas dizem respeito às redes públicas. "Tomar as medidas adequadas para evitar danos nos sistemas prediais, resultantes de pressão de serviço excessiva, variação brusca de pressão ou de incrustações nas redes públicas;"	Esta alínea destina-se a prevenir eventuais problemas na qualidade do serviço prestado, sendo que um deles poderá resultar das características físico-químicas da água que poderão acarretar problemas na rede predial. Reviu-se a redação no sentido de a tornar mais clara.	c) Tomar as medidas adequadas para evitar danos nos sistemas prediais, resultantes de pressão de serviço excessiva, variação brusca de pressão <u>ou alteração das características físico-químicas da</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AdPortugal</b>	Deve eliminar-se o segmento “ou de incrustações nas redes”, posto que estas não são a causa dos danos na rede, são, como estes, dano ou efeito.		<u>água suscetíveis de causar</u> incrustações nas redes;
d) Promover a instalação, a substituição ou a renovação dos ramais de ligação;	<b>AdSão</b>	Acrescentar para as Empresas municipais delegatárias: "nos termos do tarifário em vigor"	Este artigo visa elencar os deveres das entidades gestoras face aos utilizadores finais, sendo a questão tarifária objeto de tratamento na Seção V do Capítulo IV relativa à estrutura tarifária.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	Acrescentar para as Concessões: "nos termos do tarifário em vigor".	Este artigo visa elencar os deveres das entidades gestoras face aos utilizadores finais, sendo a questão tarifária objeto de tratamento na Seção V do Capítulo IV relativa à estrutura tarifária.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir " a substituição ou a renovação" por "a substituição e a renovação".	Sugestão aceite.	d) (...) a substituição <u>e</u> a renovação dos ramais de ligação;
e) Fornecer, instalar e manter os contadores, as válvulas a montante e a jusante e os filtros de proteção aos mesmos.	<b>AdPorto</b>	Só o fornecimento, instalação e manutenção do contador e da válvula a montante (adufa) do contador devem ser da responsabilidade da entidade gestora.  As válvulas a jusante do contador são o acessório que de forma permanente e livre permite ao utilizador suspender o seu próprio fornecimento, devendo assim ser da	Sugestão não aceite. No entanto o presente número foi reformulado, introduzindo a referência aos filtros de proteção se aplicável. Relativamente às válvulas identificadas neste ponto são utilizadas para sectionar a rede de forma a poder retirar o contador, sendo esta uma tarefa executada em exclusividade pela entidade gestora, pelo que deve ser esta a responsável pelo	e) Fornecer, instalar e manter os contadores, as válvulas <u>de</u> <u>seccionamento</u> a montante <u>ou</u> a jusante <u>do</u> <u>contador</u> e, <u>quando aplicável</u> , os filtros de proteção aos mesmos.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>sua responsabilidade a instalação, manutenção e substituição.</p> <p>Podem também considerar-se a responsabilidade da entidade gestora pela sua manutenção e substituição quando esta, nos termos previstos nas suas disposições regulamentares, as forneçam. A prática generalizada das entidades gestoras é não fornecer e instalar estes acessórios, por os mesmos serem o primeiro acessório da rede predial.</p>	fornecimento, instalação e manutenção das mesmas.	
	<b>AdPortugal</b>	<p>As válvulas e os filtros integram (como acessórios) a rede predial e assim vêm previsto no Manual de Redes Prediais (e.g. EPAL). Os filtros e as válvulas (seja a montante, seja a jusante do contador) devem ser instalados pelos proprietários, usufrutuários ou clientes, previamente à instalação do contador pela entidade gestora (e.g. EPAL), razão pela qual o Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, não impondo à entidade gestora a instalação, manutenção e reparação das válvulas e dos filtros (acessórios da rede predial), apenas refere, no artigo 51º/4, que “Devem prever-se válvulas de seccionamento a montante e a jusante do medidor de caudal”.</p> <p>A entidade gestora deverá limitar-se a verificar, por ocasião da apreciação dos projetos de rede predial que lhe sejam apresentados, que nestes se preveem as</p>	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		ditas válvulas e filtros, a instalar (manter e reparar) pelos proprietários, usufrutuários ou clientes. Acresce que a instalação das válvulas e dos filtros (e as suas manutenção e reparação) deverá estar incluída na garantia que impende sobre o proprietário, prevista no artigo 45º/5 do projeto de Regulamento. Se é certo que aquelas válvulas e filtros não fazem parte do sistema público de abastecimento, a entidade gestora não tem por que responder pelos danos causados, nem pela interrupção de fornecimento resultantes de defeitos e avarias nas instalações prediais, conforme, aliás, previsto no artigo 60º/d) do projeto de Regulamento.		
	<b>AdRibatejo</b>	<p>Propõe-se a seguinte redação em dois pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Fornecer, instalar e manter os contadores;”</li> <li>• “Manter a válvula a montante do contador e os filtros de proteção aos mesmos, quando aplicados pela Entidade Gestora ou por sua indicação;”</li> </ul> <p>A válvula a jusante do contador é de uso do utilizador e é utilizada com maior ou menor frequência para manutenção da rede predial, por motivo de ausência, entre outros.</p>	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	
	<b>AdAlenquer AdCascais</b>	A menção de válvulas a jusante poderá ser incorretamente interpretada. Em caso de	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	fraude ou negligência, o utilizador deverá responder por tal situação. Na questão das válvulas existem regulamentos de EG que preveem regras diferentes, o que já foi objeto de discussão com a ERSAR, tendo sido mantido. Essa recomendação não foi então acatada com a seguinte fundamentação: "[...] não foi acomodada, na medida em que tem sido prática da EG não colocar estes elementos acessórios, pelo que a respetiva responsabilidade cabe ao utilizador". Proposta de redação: "Fornecer, instalar e manter os contadores, as válvulas a montante e os filtros de proteção aos mesmos, sem prejuízo de negligências ou fraudes imputáveis ao utilizador final ou de disposições contrárias previstas no regulamento de serviço da EG."		
	AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	É indicado que as válvulas a montante e a jusante também devem ser fornecidas e mantidas pelas EG, o que atualmente não se passa em grande parte das EG, o que irá, obviamente, incrementar custos não previstos nas EG. Assim, propõe-se que a instalação e manutenção destas válvulas sejam da responsabilidade do utilizador.	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	
	Pedro Cardoso	Não se considera razoável que a entidade gestora seja responsabilizada pela instalação, manutenção e substituição das válvulas imediatamente a montante e a	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>jusante do contador, nomeadamente pelas seguintes razões:</p> <p>1. Sobretudo numa situação de deterioração destas válvulas e da necessidade da sua substituição, no caso das instalações mais antigas e deterioradas, a entidade gestora vai ficar exposta ao risco de danos que poderão advir de roturas e fugas na rede predial a montante e a jusante, por falta de robustez mecânica das tubagens de suporte. Em alguns casos será mesmo impossível esse tipo de intervenção, caso o utilizador não esteja disposto a colaborar, o que por sua vez pode condicionar por exemplo os prazos legais para disponibilização dos serviços após contratação;</p> <p>2. Por exemplo no caso de edifícios com sistema hidropressor, que é uma instalação que integra a rede predial, a atuação da entidade gestora ficará sempre condicionada à disponibilidade de terceiros, nomeadamente do condomínio, para que sejam criadas as condições necessárias, por exemplo, para a substituição de uma válvula a montante do contador.</p> <p>Considera-se, por isso, que se trata de uma medida que apenas desresponsabilizará os utilizadores e sobrecarregará as entidades gestoras, dando maior facilidade aos utilizadores para assumirem posições de bloqueio ao bom desempenho dos sistemas</p>		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		prediais e à adequada prestação de serviço por parte das entidades gestoras.		
	<b>SIMAS de Oeiras e Amadora</b>	<p>A regra relativa à responsabilidade da entidade gestora pelas válvulas e os filtros a montante e jusante do contador é contraditória com a definição da fronteira entre a responsabilidade da entidade gestora e o proprietário, que, da definição de câmara de ramal de ligação (alínea j) do n.º 2 do artigo 3.º), se pode concluir ser o ramal de ligação</p> <p>Às entidades gestoras, no que se refere a material, compete apenas o fornecimento, instalação e manutenção do contador. Por exemplo, a existência prévia de válvula de corte é um requisito para aprovação do projeto de construção sendo colocado por quem executa a construção. As entidades gestoras não se devem imiscuir na colocação de materiais para além do ramal de ligação, excetuando-se o contador.</p> <p>Essa competência não pertence às entidades gestoras, mas ao proprietário do imóvel e não se trata apenas de limitação da responsabilidade há questões práticas que são preocupação dos clientes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia do trabalho e materiais instalados, a execução deste tipo de trabalhos vai exigir garantia dos materiais colocados e do trabalho efetuado, sendo que nenhuma entidade gestora pode</li> </ul>	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>garantir que terceiros adulterem os materiais e trabalho efetuado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Substituição de válvulas incrustadas nas paredes. Há diversos tipos de revestimentos, que têm que ser “destruídos” para proceder à instalação e manutenção de válvulas de corte, que dificilmente poderão ser substituídos, por não existirem ou causar prejuízos elevados. Tome-se como exemplo a existência de paredes revestidas a mármore ou outras pedras cuja substituição se torna dispendiosa.</li> <li>• Estado de conservação da rede predial. Não raras vezes a rede predial encontra-se em mau estado de conservação, pelo que quando se tenta colocar uma válvula ou outro acessório, com frequência a tubagem cede e provocam-se roturas que depois implicam a substituição de troços mais compridos de tubagem cuja responsabilidade vai ser depositada na entidade gestora, implicando em muitos casos a substituição de revestimentos que já podem não existir levando ao desagrado do cliente.</li> <li>• Uso das válvulas. É sempre efetuado pelos clientes, com exceção do corte de fornecimento, que é mesmo uma exceção num contrato de fornecimento, quem faz uso das válvulas é o cliente não a entidade gestora, por isso não deve ser responsável</li> </ul>		



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		pela mesma. Mesmo no caso de corte, a manipulação da válvula fica a dever-se ao cliente.		
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Entende-se que esta alínea não devia incluir as válvulas redutoras de pressão, bem como todas as válvulas a jusante dado que são manobradas pelo utilizador e, como tal, responsabilidade do mesmo.	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	
	<b>VIMÁGUA</b>	<p>Como se depreende da definição recomendada pela ERSAR para a aliena aa) do artº 7º («Local de Consumo»: ponto da rede predial de distribuição de água, através da qual o imóvel é ou pode ser abastecido ....) o local onde se instalará o contador é parte integrante da rede predial, não se entendendo o que motiva considerar a válvula de montante e de jusante e o filtro como não o sendo também.</p> <p>Nos casos em que o contador se encontra no interior do “imóvel” fração, a VIMÁGUA não pode proceder à manutenção se não tem acesso livre ao local, nomeadamente em caso de eventual sinistro de inundação como se procede.</p> <p>No que respeita à instalação no caso de propriedade horizontal (habitação coletiva), basta que uma unidade solicite o abastecimento para que a VIMÁGUA tenha que instalar a totalidade dos passadores, pelo menos os de montante, sob pena de, não o fazendo, ter que interromper o</p>	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>fornecimento ao prédio de cada vez que se acrescente um cliente.</p> <p>No caso de grandes consumidores, atendendo ao tipo de acessórios a utilizar e à necessidade de recorrer a procedimento administrativo para a sua aquisição, os tempos que este procedimento demora poderá não ser compatível com as necessidades do utilizador, não o sendo, garantidamente, com o que exige o n.º 2 do artigo 63º do DL 194/2009, de 20 de agosto. De resto, o serviço de instalar e manter os acessórios em causa terá um custo.</p> <p>Na situação atual, defendida pela VIMÁGUA, esse custo será suportado pelo respetivo utilizador.</p> <p>No caso de esse serviço ser efetuado nos moldes recomendados pela ERSAR, esse custo teria que ser incluído na tarifa mensal inerente ao serviço de abastecimento de água, tarifa essa que será suportada por todos os utilizadores, incluindo os que já suportaram o custo da instalação inicial e respetiva manutenção, situação que parece contrariar o princípio da igualdade entre os utilizadores.</p>		
3. Compete às entidades gestoras prestadoras do serviço de saneamento de águas residuais urbanas:				

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a) Recolher e transportar a destino adequado as águas residuais urbanas produzidas pelos utilizadores, assim como, quando for atribuição sua, as lamas das fossas sépticas existentes na sua área de intervenção;	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Confirmar metodologia de serviço, pois esta situação terá de ser adaptada a lógicas de economias de escala intermunicipal (ex: Serviço móvel de limpeza de fossas ao nível intermunicipal	Não se entende a sugestão dado que, relativamente às lamas das fossas sépticas, já se encontra salvaguardado na referida alínea, que é apenas aplicável "quando for atribuição sua".	Sem alteração.
c) Garantir a qualidade, regularidade e continuidade do serviço, salvo casos excecionais expressamente previstos neste Regulamento e na legislação em vigor;	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir "salvo casos" por "salvo em casos".	Sugestão aceite.	c) (...) salvo <u>em</u> casos excecionais expressamente previstos neste Regulamento e na legislação em vigor;
d) Definir para a recolha de águas residuais urbanas os parâmetros de poluição suportáveis pelo sistema público de drenagem e fiscalizar o seu cumprimento;	<b>AdAlenquer AdCascais AEPsA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	A fiscalização e controlo são feitos de forma indireta. "Definir para a recolha de águas residuais urbanas os parâmetros de poluição suportáveis pelo sistema público de drenagem e fiscalizar o seu cumprimento, nos termos do Regulamento da Entidade Gestora;"	Sugestão não aceite. A definição é efetuada em sede de regulamento da entidade gestora, pelo que já está implícito que a fiscalização do seu cumprimento advenha do referido regulamento.	Sem alteração.
	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ser feita referência ao saneamento de águas residuais.	A alínea d) do n.º 3 aplica-se exclusivamente ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas (parâmetros de poluição suportáveis pelo sistema público de drenagem).	Sem alteração.
e) Promover a instalação, a substituição ou a renovação dos ramais de ligação.	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir " a substituição ou a renovação" por "a substituição e a renovação".	Sugestão aceite.	e) (...) a substituição <u>e</u> a renovação dos ramais de ligação;

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>4. Compete às entidades gestoras prestadoras do serviço de gestão de resíduos urbanos:</p> <p>c) Assegurar a limpeza dos equipamentos de deposição indiferenciada e seletiva de resíduos e área envolvente.</p>	<b>BRAVAL</b>	Questiona-se se esta norma significa que cabe aos Municípios a limpeza dos ecopontos. Se cabe ao Município a responsabilidade da limpeza dos Ecopontos, questiona-se a quem pertence, efetivamente, a responsabilidade dos equipamentos de recolha seletiva, no que diz respeito à respetiva aquisição e instalação.	Cabe a cada entidade gestora assegurar a limpeza dos equipamentos de recolha indiferenciada e/ou seletiva em função do âmbito da sua responsabilidade. Não obstante, entende-se clarificar a redação.	<p>c) Assegurar a limpeza dos equipamentos de deposição indiferenciada e/ou seletiva de resíduos, <u>em função do tipo de recolha pelo qual seja responsável</u>, e <u>respetiva</u> área envolvente.</p>
	<b>CM de Palmela</b>	Julga-se que o conceito “Área envolvente” é vago, pelo que deve ser especificado/quantificado.	A obrigação de limpeza da área envolvente respeita à remoção dos resíduos que se encontrem junto aos equipamentos de deposição indiferenciada e/ou seletiva sob responsabilidade de cada entidade gestora e devessem ter sido colocados nesses mesmos equipamentos (muitas vezes por falta de capacidade disponível dos mesmos).	

### Artigo 37º Deveres dos utilizadores

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>1. Constituem deveres dos utilizadores dos serviços de águas, nos termos da legislação aplicável e das boas práticas do setor, designadamente:</p>	<b>AdPorto</b>	Ficará mais claro expressamente especificar, em vez de “águas”, “água e águas residuais”. PROPOSTA: Constituem deveres dos utilizadores dos serviços de água e de águas	Sugestão não aceite, uma vez que ao longo de todo o regulamento, sempre que se refere aos serviços de águas diz respeito aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		residuais, nos termos da legislação aplicável e das boas práticas do setor, designadamente:		
	<b>AdPorto</b>	Deve ser igualmente dever do utilizador o cumprimento de todos os requisitos regulamentares quando da ligação do serviço de abastecimento de água, após celebração do contrato, nomeadamente, no que respeita à instalação de todos os acessórios necessários para instalação do contador e da válvula a montante (adufa selada) do contador pela entidade gestora, designadamente a válvula a jusante do contador (passador de segurança). PROPOSTA: (nova alínea) "O cumprimento de todos os requisitos regulamentares quando da ligação do serviço de abastecimento de água, designadamente, a instalação de todos os acessórios necessários para instalação do contador e a válvula a jusante (passador de segurança) do contador"	Sugestão não aceite. Relativamente às válvulas identificadas neste ponto são utilizadas para seccionar a rede de forma a poder retirar o contador, sendo esta uma tarefa executada em exclusividade pela entidade gestora, pelo que deve ser esta a responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção das mesmas.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser aditado "Cumprir as disposições do regulamento de serviço".	Sugestão não aceite. No artigo 5.º já se estabeleceu que os regulamentos de serviço são vinculativos.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	Devem considerados questões relativas aos pluviais e às fossas sépticas, bem como deve ser ponderada a inclusão da obrigação de ligação ao sistema público.	Sugestão não aceite. As disposições relativas às fossas sépticas já constam no artigo 52.º do presente regulamento. As disposições relativas à obrigação de ligação ao sistema público já constam do artigo 42.º. No artigo 58.º permite-se a interrupção da recolha de águas residuais quando forem detetadas ligações indevidas ao sistema predial de	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			recolha de águas residuais urbanas, nomeadamente pluviais.	
	<b>CM de Lousada</b>	Devia ser acrescentada uma alínea no sentido de ser dever dos utilizadores manter a separação sistema prediais de distribuição de água de qualquer outra forma de distribuição de água com origem diversa e bem como da separação entre o sistema predial de águas residuais do sistema de águas pluviais.	Sugestão não aceite, uma vez que a obrigatoriedade da independência dos tipos de redes referidas, já se encontra prevista na alínea b), do n.º 5, do artigo 45.º.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Tendo em conta a possibilidade de existência de contadores para usos de água que não originem águas residuais urbanas (art. 86.º), deveria ser acrescentada uma nova alínea para acautelar a possibilidade do utilizador que tenha contratualizado a instalação de 2 contadores de água, um com produção de águas residuais e outro sem produção de águas residuais, não promova alterações na rede predial que gerem produção de águas residuais a partir do contador que não deveria produzir águas residuais. Proposta: “É dever do utilizador manter as redes prediais para que o contador que não produz águas residuais, conforme previsto no art.º 86.º, se mantenha sem produção de águas residuais ao longo da vigência dos contratos com a entidade gestora”.	Sugestão não aceite – o proposto já se encontra previsto em diversas alíneas deste artigo, como por exemplo a alínea b), f), etc., pelo que não se justifica a sua duplicação.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a) Não fazer uso indevido ou danificar qualquer componente dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, abstendo-se, nomeadamente de manobrar a válvula de corte;	<b>Joaquim Silva</b>	Proposta de redação: a válvula de corte ou a válvula de suspensão.	Sugestão aceite. Face à alteração da definição de "válvula de corte" para "Válvula de seccionamento do ramal de ligação" e inclusão de uma nova alínea com a definição de "Válvula de seccionamento a montante ou a jusante do contador", é revista a redação.	a) (...) abstendo-se, nomeadamente de manobrar a válvula de <u>seccionamento do ramal de ligação e as válvulas de seccionamento a montante e a jusante do contador</u> ;
f) Não proceder a alterações nas redes prediais sem prévia autorização da entidade gestora quando tal seja exigível nos termos da legislação em vigor e do presente Regulamento, ou se preveja que cause impacto nas condições de fornecimento em vigor;	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	A alínea não considera os regulamentos das EG. "Não proceder a alterações nas redes prediais sem prévia autorização da entidade gestora quando tal seja exigível nos termos da legislação em vigor, do presente Regulamento e do Regulamento da Entidade Gestora, ou se preveja que cause impacto nas condições de fornecimento em vigor;"	Sugestão aceite. Articulado alterado em conformidade	f) (...) nos termos da legislação em vigor, do presente Regulamento <u>e do Regulamento da entidade gestora</u> (...);
h) Permitir o acesso ao sistema predial por pessoal credenciado da entidade gestora, tendo em vista a realização de trabalhos no contador e/ou ações de verificação e fiscalização;	<b>AdPorto</b>	Em instalações mais antigas a válvula a montante do contador está no interior do imóvel, pelo que será importante referir expressamente o acesso à mesma.  Acrescentar: a válvula a montante (adufa) do contador para proceder à suspensão do fornecimento de água. PROPOSTA: h) Permitir o acesso ao sistema predial por pessoal credenciado da entidade gestora, tendo em vista a realização de trabalhos no contador, a suspensão do fornecimento de água na válvula a montante (adufa selada) do contador e/ou ações de inspeção e fiscalização.	Sugestão não aceite, uma vez que os trabalhos no contador já implicam o encerramento das válvulas de montante e de jusante.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Uniformizar a referência a contador/ medidor de caudal, à semelhança do disposto na alínea d) deste ponto. "[...] tendo em vista a realização de trabalhos no contador e nos medidores de caudal [...]"	Sugestão aceite. Será corrigida a referida alínea adicionando a referência ao medidor de caudal.	h) (...) tendo em vista a realização de trabalhos no contador <u>ou medidor de caudal quando exista</u> e/ou ações de verificação e fiscalização, <u>nos termos previstos no presente regulamento.</u> "
	<b>Joaquim Silva</b>	Sugere-se acrescentar que é necessário aviso prévio.	Os artigos 47.º, 89.º e 92.º regulam as condições em que é exigido o aviso prévio. Reformulou-se a redação no sentido de clarificar esta questão.	
	<b>SIMAS de Oeiras e Amadora</b>	Não refere a realização de trabalhos nas válvulas a montante e a jusante bem como nos filtros de proteção. Apenas refere o contador, que defendemos que é a única peça cuja responsabilidade pertence à entidade gestora, após o ramal de ligação no limite da propriedade.	Sugestão não aceite, uma vez que os trabalhos no contador já implicam o encerramento das válvulas de montante e de jusante.	Sem alteração quanto a este aspeto.
2. Constituem deveres dos utilizadores do serviço de gestão de resíduos urbanos, nos termos da legislação aplicável e das boas práticas do setor, designadamente:	<b>LIPOR</b>	Sem prejuízo de se considerar muito importantes os deveres estabelecidos nesta disposição, devia conceder-se de forma clara a possibilidade de os Regulamentos Municipais determinarem outros deveres.	Desde que sejam respeitadas as regras legais e do presente regulamento que definem uma proteção mínima dos utilizadores, não se considera que a presente redação impeça que os regulamentos municipais determinem outros deveres decorrentes da forma de organização e especificidade dos respetivos sistemas.	Sem alteração.



## Artigo 38º Direito à prestação do serviço

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Qualquer utilizador cujo local de consumo ou produção se encontre na área de intervenção da entidade gestora tem direito à prestação dos serviços de:	CM de Águeda	Considera-se que as situações de exceção deveriam ficar salvaguardadas por uma justificação técnica e económica e devidamente avaliada pela entidade gestora.	Sugestão não aceite – a situação referida já se encontra salvaguardada no artigo 43.º n.º 1 b).	Sem alteração.
a) Abastecimento público de água, sempre que o mesmo se considere disponível;  b) Saneamento de águas residuais urbanas, através de redes fixas, sempre que o mesmo se considere disponível, ou através da recolha e transporte das lamas da respetiva fossa séptica individual quando tal não suceda;  c) Gestão de resíduos urbanos.	CM de Santo Tirso	Sugere-se que sejam criadas exceções, nomeadamente no que refere ao serviço de recolha de Resíduos Urbanos. para abranger situações em que não é possível aplicar estas disposições.	Sugestão não aceite – o disposto reproduz o teor do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, não sendo possível inserir através de um regulamento exceções que não estejam previstas no mesmo.	
2. O serviço de abastecimento público de água através de redes fixas considera-se disponível desde que o sistema infraestrutural da entidade gestora esteja localizado a uma distância igual ou inferior a 20 metros do limite da propriedade.	AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	Falta clarificar que o limite da propriedade, não é a edificação, porque há terrenos em que o prédio não está a 20m, mas a propriedade está. A clarificação é relevante porque podemos estar no âmbito de um processo contraordenacional. A revisão do DL 194/2009 deverá estar compatibilizada com esta redação. Proposta: "O serviço de abastecimento público de água através de redes fixas considera-se disponível desde que o sistema infraestrutural da entidade gestora esteja localizado a uma distância igual ou inferior a 20 metros do limite da	A definição de limite de propriedade diz respeito ao limite físico da propriedade e não da edificação aí inserida.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		propriedade, independentemente da localização da edificação que se encontre dentro do imóvel."		
	<b>CAP (em contributo individual e no âmbito do Conselho Consultivo)</b>	O critério dos 20 metros de distância do limite da propriedade para determinar a disponibilidade do serviço é pouco adequado em áreas rurais, nas quais os edifícios de habitação podem situar-se a distâncias muito superiores das redes de abastecimento e saneamento.	Sugestão não aceite, uma vez que a distância ao limite de propriedade decorre de uma imposição legal. Importa no entanto salientar que o Decreto-lei n.º 194/2009 refere que podem ser aceites pela entidade gestora, em casos excecionais, soluções simplificadas, desde que garantidas as condições adequadas de saúde pública e ambiental.	
	<b>CM de Lousada</b>	Entende-se que deveria ser complementado com "e seja possível assegurar as condições de pressão nos termos legais".	Sugestão não aceite, uma vez que a distância ao limite de propriedade decorre de uma imposição legal, independentemente das condições de pressão que devem ser asseguradas pela entidade gestora.	
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Devem ser analisados os casos dos consumidores das franjas do perímetro do serviço, uma vez que a obrigação de ligação tem de ser considerada à medida que a rede pública vai crescendo marginalmente, fazendo que essa extensão aumente o raio de ação da obrigatoriedade de ligação.	Sugestão não aceite, uma vez que a distância ao limite de propriedade decorre de uma imposição legal.	
3. O serviço de saneamento de águas residuais urbanas considera-se disponível desde que o sistema infraestrutural da entidade gestora esteja localizado a uma distância	<b>AdAlenquer AEP SA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Falta referência às redes fixas e o referido no ponto anterior. Proposta: "O serviço de saneamento de águas residuais urbanas através de redes fixas considera-se disponível desde que o sistema infraestrutural da entidade gestora esteja localizado a uma distância igual ou inferior a	Sugestão parcialmente aceite, nomeadamente no que diz respeito à inclusão de redes fixas, pelo que será reformulado o presente número.	3. O serviço de saneamento de águas residuais urbanas <u>através de redes fixas</u> considera-se disponível desde que o sistema infraestrutural da entidade gestora esteja localizado a uma distância igual ou

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
igual ou inferior a 20 metros do limite da propriedade.		20 metros do limite da propriedade, independentemente da localização da edificação que se encontre dentro do imóvel."		inferior a 20 metros do limite da propriedade.
	<b>CAP (em contributo individual e no âmbito do Conselho Consultivo)</b>	O critério dos 20 metros de distância do limite da propriedade para determinar a disponibilidade do serviço é pouco adequado em áreas rurais, nas quais os edifícios de habitação podem situar-se a distâncias muito superiores das redes de abastecimento e saneamento. No caso do serviço de saneamento, esta questão coloca-se ainda com maior acuidade, dado que a pendente entre o local de descarga e o ponto de ligação à rede deverá ser também um fator a considerar na disponibilidade deste serviço.	Sugestão não aceite, uma vez que a distância ao limite de propriedade decorre de uma imposição legal. Importa, no entanto, salientar que o Decreto-lei n.º 194/2009 refere que podem ser aceites pela entidade gestora, em casos excecionais, soluções simplificadas, desde que garantidas as condições adequadas de saúde pública e ambiental, podendo as situações de impossibilidade de escoamento gravítico incluir-se nesta exceção.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Lousada</b>	Entende-se que deveria ser complementado com "e seja possível assegurar o escoamento gravítico".		
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Devem ser analisados os casos dos consumidores das franjas do perímetro do serviço, uma vez que a obrigação de ligação tem de ser considerada à medida que a rede pública vai crescendo marginalmente, fazendo que que essa extensão aumente o raio de ação da obrigatoriedade de ligação.		
4. O serviço de recolha de resíduos urbanos considera-se disponível desde que o equipamento de recolha indiferenciada se encontre	<b>CM de Arcos de Valdevez</b>	Considerando a extensão do Concelho de Arcos de Valdevez, com habitações muito dispersas e com casos de acessibilidades dificultadas a locais devido à reduzida	O critério da distância referido no presente Regulamento decorre do disposto legalmente, em concreto, e como referido, no Decreto-Lei n.º 194/2009. Assim, esta	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>instalado a uma distância inferior a 100 metros do limite do prédio e a entidade gestora efetue uma frequência mínima de recolha que salvguarde a saúde pública, o ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos.</p>		<p>dimensão dos caminhos, acrescentando ainda a dificuldade sentida na localização dos equipamentos de deposição de resíduos dada a contestação da população, que não querem os contentores à porta de casa; considera-se que o Município de Arcos de Valdevez é fortemente penalizado quando comparado com os restantes Concelhos a nível nacional.</p> <p>Assim, por razões de equidade territorial e porque o Município de Arcos de Valdevez tem investido para que a rede de recolha de resíduos esteja acessível a toda a população do Concelho, através do reforço da colocação de contentores em várias localidades com possibilidade de recolha (com acessibilidades aos veículos de recolha e maiores densidades populacionais), propõe-se a alteração ao artigo 59º do Decreto-Lei n.º 194/2009, e que seja revisto o indicador RU01 - Acessibilidade física do serviço.</p>	<p>proposta reporta-se a uma eventual revisão do diploma legal supra identificado e não, salvo melhor opinião, ao presente regulamento de relações comerciais.</p>	
	<p><b>CM de Viana do Alentejo</b></p>	<p>Devem ser analisados os casos dos consumidores das franjas do perímetro do serviço, assim como a realidade de obrigatoriedade de disponibilização de serviço em municípios de baixa densidade populacional (comentário idêntico foi apresentado para os restantes números deste artigo).</p>	<p>Não se entende o alcance do comentários, uma vez que os critérios de disponibilidade do serviço resultam expressamente do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 194/2009.</p>	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	DECO	Considera-se a distância indicada manifestamente excessiva, pelo que sugerimos a diminuição para 50 metros.	Sugestão não aceite – Tais limites resultam do disposto no n.º 4 e n.º 5 do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto	
	EGF	Entende-se que não deve ser aplicado às entidades gestoras em alta o capítulo IV, sob pena de criar dúvidas e incertezas sobre os normativos aplicáveis e os respetivos destinatários das obrigações. Neste sentido, a aplicação dos n.os 4, 5 e 7 do artigo 38º à recolha seletiva é suscetível de criar um ónus e custo nas concessionárias não compreensível.	O capítulo IV aplica-se às entidades gestoras que têm relacionamento comercial com os utilizadores finais. De todo o modo, não se entende o alcance do comentário, dado que a matéria constante no n.º 4, 5 e 7 do artigo 38.º se refere à recolha indiferenciada e não à recolha seletiva.	
5. O limite previsto no número anterior pode ser aumentado até 200 metros em áreas predominantemente rurais, quando tal esteja previsto em regulamento de serviço em vigor, com a indicação das freguesias abrangidas.	CCDR-Centro (no âmbito do Conselho Consultivo da ERSAR)	Deve ser compatibilizado com o que ficou previsto no PERSU a propósito da disponibilidade do serviço de recolha seletiva.	Sugestão não aceite uma vez que, no presente artigo, se enquadram os pressupostos inerentes à definição de disponibilidade do serviço de recolha indiferenciada legalmente definidos, i.e., no DL n.º 194/2009. As indicações apresentadas no PERSU 2020 relativamente à acessibilidade do serviço de recolha seletiva têm como enquadramento o sistema de avaliação da qualidade do serviço desenvolvido e aplicado pela ERSAR.	Sem alteração.
	DECO	Considera-se a distância indicada manifestamente excessiva, pelo que sugerimos a diminuição para 100 metros	Sugestão não aceite – Tais limites resultam do disposto no n.º 4 e n.º 5 do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto	
6. Para efeitos do disposto no número anterior é aplicável a classificação de área predominantemente rural atribuída ao nível da freguesia pelo Instituto	CM Ourém	Tendo em conta a especificidade do território do Município de Ourém, poderia ser aplicado o critério de acordo com o PDM em vigor, aferido no âmbito do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão	Sugestão não aceite – o critério da tipologia de áreas urbanas estabelecido pelo Instituto Nacional de Estatística, é, no entender da ERSAR, o mais adequado, tendo em atenção as competências específicas daquela	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Nacional de Estatística ou, na sua falta, pela que venha a ser indicada pela ERSAR.		Territorial n.º 80/2015 de 14 de maio e do Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto.	entidade. Desta forma é também assegurada a uniformização dos critérios a nível nacional. Refira-se por último, que tal critério se encontra versado nos guias da ERSAR relativos à avaliação da qualidade de serviço.	
	<b>SMSB de Viana do Castelo</b>	<p>Segundo este critério o Município de Viana do Castelo compreende, apenas, nove freguesias classificadas como Área Predominantemente Rural (APR), caso em que, nas restantes, a condição de disponibilidade do serviço de gestão de resíduos (e a respetiva cobrança aos utilizadores) é condicionada à observação de uma distância inferior a 100 metros aos equipamentos de recolha indiferenciada.</p> <p>Não contestando o referencial metrológico do INE, contesta-se a sua virtude de, com razoabilidade económica, ambiental e social, interpretar, na ótica do cumprimento do critério de disponibilidade auditado pela ERSAR, a realidade geomorfológica e demográfica das áreas predominantemente periurbanas e rurais do Município de Viana do Castelo e, consequentemente traduzir as exigências operacionais que essa realidade impõe ao modelo técnico de gestão de resíduos operado pelos SMSBVC e, por inerência, à recuperação de custos desse serviço que (necessariamente) terá de onerar, supletivamente, os seus utilizadores.</p> <p>Propõe-se a adoção de outros critérios que não o INE, recomendando-se a aplicação do critério de classificação adotado pelo programa de Desenvolvimento Rural</p>		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		(PRODER) 2020 <sup>3</sup> , este sim mais consentâneo com a nossa distribuição demográfica e geográfica à semelhança do que sucede com outras regiões do país”.		
7. A disponibilidade do serviço de resíduos urbanos é condição para a aplicação da tarifa de disponibilidade.	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se que este texto seja transferido para o artigo 82.º. Entende que este critério também deve ser aplicado ao serviço de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.	Sendo uma decorrência direta do conceito de disponibilidade do serviço de gestão de resíduos urbanos, considera-se pertinente a sua inserção no presente artigo.	Sem alteração.

### Artigo 39º Serviços auxiliares

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. As entidades gestoras em baixa disponibilizam aos utilizadores finais serviços auxiliares, objeto de tarifa específica, desde que sejam relacionados com as atividades que lhes estão legalmente atribuídas e resultem de solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de incumprimento contratual.	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir "disponibilizam" por devem disponibilizar.	Sugestão não aceite – a utilização do presente do indicativo exprime uma obrigação (de forma categórica) para os destinatários da norma.	Sem alteração.
3. Não se incluem no anterior n.º 1 as intervenções de reparação ou manutenção nas redes prediais, que	<b>AdPortugal</b>	Deve esclarecer-se se a manutenção aí prevista inclui ou não a manutenção das válvulas e dos filtros referidos no artigo	O contador é propriedade da entidade gestora de acordo com a legislação em vigor sendo que as válvulas a montante e a	Sem alteração.

<sup>3</sup> [http://www.proder.pt/ResourcesUser/Docuemtnos\\_Diversos/33/PRDc\\_Freg\\_ZRurais\\_NUTIs\\_rev2\\_corrigido.pdf](http://www.proder.pt/ResourcesUser/Docuemtnos_Diversos/33/PRDc_Freg_ZRurais_NUTIs_rev2_corrigido.pdf)

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
são responsabilidade dos respetivos proprietários.		36º/2/e) do projeto de Regulamento (caso se mantenha esta disposição, da qual se discorda). Acresce que a instalação das válvulas e dos filtros não fazem parte do elenco de serviços auxiliares previstos no artigo 39º/6 do projeto de Regulamento.	jusante do contador, utilizadas para sectionar a rede permitindo as operações de substituição do contador, e os filtros servindo como proteção ao mesmo, se consideram também como responsabilidade da entidade gestora. Esta disposição não se aplica, por isso, a nenhum destes acessórios.	
	<b>SIMAS de Oeiras e Amadora</b>	Contradiz o n.º 2, alínea e) do artigo 36.º (compete às entidades gestoras fornecer, instalar e manter os contadores, as válvulas a montante e a jusante e os filtros de proteção aos mesmos).		
	<b>AEPSA</b>	Clarificar se as EG não podem realizar estas atividades quando solicitadas pelos utilizadores e mediante orçamento (estas atividades e quaisquer que extravasem as legalmente atribuídas).	A presente regra pretende clarificar que estas atividades não se incluem no âmbito do serviço público (nem mesmo como serviços auxiliares), o que não significa que não possam ser desenvolvidas pelas entidades gestoras, mas sem exclusivo e em regime de concorrência com outras entidades.	
4. A disponibilização dos serviços auxiliares deve observar os seguintes princípios: a) Não discriminação; b) Transparência de custos, nos termos definidos no RT; c) Adequação do nível de informação e dos meios para a sua divulgação ao utilizador;	<b>AEPSA</b>	Questiona-se se os serviços auxiliares não podem cobrados ser mediante orçamento (Ex: Análises de água, Ampliações de rede (superior a 20 m.), Desinfecção de redes de loteamentos)	Os princípios elencados exigem que os utilizadores possam saber antecipadamente o custo (tarifa) em que incorrem com a prestação de cada serviço auxiliar. Caso o preço final de determinado serviço auxiliar esteja dependente de vários fatores, deve ser apresentado um tarifário suficientemente discriminado para contemplar as diferentes situações.	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
d) Garantia de identificação inequívoca dos serviços auxiliares e respetivas tarifas.				
5. A definição de um serviço como auxiliar está sujeita a apreciação prévia pela ERSAR.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Existem já serviços auxiliares definidos e aprovados em tarifário. Desde que sejam cumpridos os princípios subjacentes, não se entende a necessidade da aprovação da ERSAR. Também na Recomendação Tarifária elaborada pela ERSAR estão definidos estes serviços. Proposta: A definição de um <u>novo</u> serviço como auxiliar está sujeita a apreciação prévia pela ERSAR.	Sugestão não aceite. O facto de já estarem definidos e aprovados em tarifário não garante a sua conformidade com os princípios e regras do presente regulamento, pelo que o escrutínio da ERSAR assume relevância.	Sem alteração.
	<b>CM de Águeda</b> <b>CM de Palmela</b>	Considera-se excessiva esta disposição Regulamentar.	Sugestão não aceite: as entidades gestoras podem, por exemplo, querer cobrar como serviço auxiliar um serviço que a ERSAR entende que está incluído na normal prestação do serviço, pelo que o escrutínio da ERSAR assume relevância.	
6. São serviços auxiliares, designadamente, o restabelecimento do serviço de água, a leitura extraordinária de consumos de água, a verificação extraordinária do contador, a realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais quando solicitados pelo utilizador, a realização urgente do serviço de limpeza de fossas, bem como as recolhas específicas de	<b>AdPorto</b>	Propõe-se que se adite, ao n.º 6 do art.º 39.º, como exemplo de serviços auxiliares a instalação da válvula de a jusante do contador sempre quando na instalação do contador a entidade gestora verificar que a mesma está avariado e não permite o seu manuseamento., assim como a suspensão do serviço a pedido do cliente e o fornecimento da informação para efeitos do projeto da rede predial.	Sugestão não aceite: a expressão "designadamente" utilizada pela ERSAR tem como propósito indicar que tais situações são meramente exemplificativas, não constituindo, por isso, uma enumeração exaustiva. Por outro lado, os exemplos indicados pela entidade gestora poderão não ser todos considerados como serviços auxiliares, devendo estar sujeitos a apreciação prévia da ERSAR, conforme definido no n.º 5.	Sem alteração.
	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se o aditamento dos seguintes serviços:		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
resíduos efetuadas a pedido do utilizador.		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução de ramal, nos termos do n.º 4 e n.º 6 do Artigo 44.º, incluindo a ligação do sistema público ao sistema predial;</li> <li>• Reparações de danos na rede pública provocados pelos utilizadores ou por terceiros;</li> <li>• Análise de projetos de instalações prediais;</li> <li>• Análise dos projetos dos sistemas públicos integrados em operações de loteamento;</li> <li>• Encargos com débitos diretos, devolvidos pelas respetivas entidades bancárias, salvo quando se comprove que o motivo da devolução não é imputável ao utilizador;</li> <li>• Ligação temporária ao sistema público, designadamente para servir estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária;</li> <li>• Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização;</li> <li>• Emissão de aviso de suspensão do serviço;</li> <li>• Outros serviços que impliquem deslocação de funcionários da Entidade Gestora a pedido do utilizador</li> <li>• Autorização de descarga de águas residuais industriais;</li> <li>• Instalação de medidor de caudal, quando haja lugar à mesma nos termos previstos no Artigo 90.º, e sua substituição;</li> <li>• Substituição do contador ou de acessórios outros acessórios, cuja manutenção é da responsabilidade da entidade gestora, danificados por vandalismo.</li> </ul>		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	AdAlenquer AEP AQUAPOR CM de Alenquer	Não abrange todas as situações já existentes e previstas na Recomendação Tarifária elaborada pela ERSAR. Sugere-se que seja elencado nos serviços auxiliares o serviço de transmissão de dados que permitam ao cliente uma monitorização dos seus consumos de água nomeadamente situações de rotura e consumos mensais. Proposta de aditamento "São serviços auxiliares, nomeadamente, (...) <u>bem como todos os serviços decorrentes de pedidos do utilizador e devidamente previstos no Tarifário da Entidade Gestora.</u> "	Ver resposta aos comentários da AdPorto e AdRibatejo.	
	CM de Águeda CM de Viana do Alentejo	A palavra "designadamente" deverá ser substituída por 'entre outros', dado que o regulamento de serviços pode incluir outros serviços auxiliares. Julga-se também que deve ser incluída no artigo a referência aos ramais para distâncias superiores a 20 metros.	Sugestão não aceite: o termo "designadamente" é usado precisamente no sentido de não se estar a fazer uma enumeração exaustiva, pelo que não há necessidade de alterar.	
	SOMAGUE Ambiente	Deveria ser incluído o serviço de interrupção de água, seja a pedido do utilizador, seja por falta de pagamento de fatura ou outro motivo imputável ao utilizador.	Sugestão não aceite: a expressão "designadamente" utilizada pela ERSAR tem como propósito indicar que tais situações são meramente exemplificativas, não constituindo, por isso, uma enumeração exaustiva.	
7. A prestação de serviços para a construção e a instalação de caixas ou nichos destinados à colocação de instrumentos de medição não constitui um serviço auxiliar e a	AdPorto	Deve melhor ficar melhor esclarecido que as caixas ou nichos destinados à colocação de instrumentos de medição podem ser exigidos pelas entidades gestoras, mas que	Sugestão não aceite, uma vez que a redação atual se encontra clara. A obrigação de instalação das caixas decorre das regras de conceção e dimensionamento dos sistemas prediais.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
entidade gestora não pode impor o recurso aos seus serviços.		estas não podem impor o recurso aos seus serviços, como serviços auxiliares.  Proposta de redação: “A execução e instalação de caixas ou nichos destinados à colocação de instrumentos de medição é obrigatória e da responsabilidade do utilizador, pelo que não constitui um serviço auxiliar, não podendo a entidade gestora impor o recurso aos seus serviços.”		
	<b>SIMAS de Oeiras e Amadora</b>	Este número parece irrelevante uma vez que nos artigos anteriores o regulamento refere que a definição de um serviço auxiliar depende da aprovação prévia da ERSAR e de seguida elenca os serviços que considera auxiliares, não listando a instalação de caixas ou nichos, pelo que está implícito.	Sugestão não aceite- Como a lista do n.º 6 é exemplificativa, admite-se que serviços aí não referidos possam ser considerados como auxiliares. Este número pretende esclarecer que esse não é o caso dos serviços para a construção e a instalação de caixas ou nichos destinados à colocação de instrumentos de medição, que a ser prestado pela entidade gestora, não se trata de um serviço auxiliar, sendo prestado sem exclusivo e em regime de concorrência com outras entidades.	

#### Artigo 40º Direito à informação

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Os utilizadores têm o direito a ser informados de forma clara e conveniente pela entidade gestora acerca das condições em que o	<b>CM de Águeda</b>	Considera-se que o direito à informação deveria estar também aberto à sociedade civil e incluir ainda a referência à	Não se entende o alcance do comentário. A mencionada informação, designadamente o relatório e contas da entidade gestora, encontra-se já disponível à sociedade civil,	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
serviço é prestado, em especial no que respeita à qualidade da água fornecida, à qualidade do serviço e aos tarifários aplicáveis.		sustentabilidade financeira da entidade gestora.	sendo disponibilizada através do sítio da entidade – n.º 4 do mesmo artigo.	
2. Para efeitos do projeto da rede predial, a entidade gestora deve fornecer toda a informação relevante, designadamente a existência ou não de redes públicas e, no caso do abastecimento de água, as pressões máxima e mínima na rede pública de água e a localização da válvula de corte, regra geral, junto ao limite da propriedade, nos termos da legislação em vigor e, no caso do saneamento de águas residuais urbanas, a localização e a profundidade da soleira da câmara de ramal de ligação de águas residuais, nos termos da legislação em vigor.	<b>AdPorto</b>	Só no caso de já existirem ramais executados e/ou serem fornecidos elementos do prédio que possibilite a definição exata dos ramais será possível indicar o ramal, respetivo diâmetro e localização da válvula de corte de ramal já existente ou a executar. Proposta: “Para efeitos do projeto da rede predial, a entidade gestora deve fornecer toda a informação relevante, designadamente a existência ou não de redes públicas e, no caso do abastecimento de água, as pressões máxima e mínima na rede pública de água <u>e, quando existentes ou em função de elementos fornecidos pelo interessado, a localização e o diâmetro nominal do ramal e da</u> válvula de corte de ramal, <u>esta</u> regra geral, junto ao limite da propriedade, nos termos da legislação em vigor (...)”	Sugestão aceite.	2. Para efeitos do projeto da rede predial, a entidade gestora deve fornecer toda a informação relevante, designadamente a existência ou não de redes públicas e, no caso do abastecimento de água, as pressões máxima e mínima na rede pública de água <u>e, quando existentes ou em função de elementos fornecidos pelo interessado, a localização e o diâmetro nominal do ramal e da</u> válvula de <u>seccionamento</u> de ramal, <u>esta</u> regra geral, junto ao limite da propriedade, nos termos da legislação em vigor (...).
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	A EG deve disponibilizar a informação, mas mediante pagamento. Acresce que a solicitação não é feita diretamente pelos utilizadores, mas pelos gabinetes técnicos que aqueles contratam para a elaboração dos seus projetos, e, por conseguinte, os seus honorários já comportam estes encargos. Este deve, portanto, ser considerado um serviço auxiliar.	Concorda-se com o mencionado. No entanto, esta disposição refere-se ao direito à informação, estabelecendo-se o tipo de informação/esclarecimentos, que a entidade gestora deve disponibilizar aos utilizadores, a pedido destes, não prejudicando que possa estar sujeita à aplicação de uma tarifa específica, ao abrigo do estatuído no artigo 39.º (serviços auxiliares).	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer	Questiona-se o dever de fornecer informação sobre os valores de pressão máxima e mínima na rede de distribuição, pois pode dar azo a pedidos de indemnização. Não se entendendo ainda a que se refere a válvula de corte. Não é da competência dos utilizadores. Proposta de redação "Para efeitos do projeto da rede predial, a entidade gestora deve fornecer toda a informação relevante, designadamente a existência ou não de redes públicas e, no caso do abastecimento de água, <u>a pressão na rede pública de água, o seu diâmetro</u> , regra geral, junto ao limite da propriedade, nos termos da legislação em vigor e, no caso do saneamento de águas residuais urbanas, a localização e a profundidade da soleira da câmara de ramal de ligação de águas residuais, <u>se já existente, ou das caixas de visita da rede pública mais próximas</u> , nos termos da legislação em vigor."	A obrigação de fornecer informação sobre os valores das pressões máxima e mínima na rede pública no ponto de inserção naquela (válvula de corte) para efeitos de cálculo da rede predial decorre já do previsto no artigo 92.º do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto.	Sem alteração quanto a este aspeto
	SOMAGUE Ambiente	A informação de pressão máxima e mínima referida no artigo n.º 2 não deve vincular a entidade gestora ao fornecimento dessa pressão ao longo do tempo. A entidade gestora poderá, no futuro, instalar dispositivos de controlo de pressões, nomeadamente para controlo de fugas, que irão alterar os valores indicados. Propõe-se colocar uma nota de salvaguarda ou eliminar esse dever de informação.	A prestação desta informação também salvaguarda a entidade gestora, designadamente para impor como condição prévia ao licenciamento dos imóveis a instalação nas redes prediais de dispositivos próprios (para aumentar ou reduzir a pressão). No caso de haver uma alteração superveniente da pressão disponível na rede pública, constitui responsabilidade da	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			entidade gestora a reposição dos níveis anteriormente existentes.	
3. A entidade gestora publicita trimestralmente, por meio de editais afixados nos lugares próprios ou na imprensa regional, os resultados analíticos obtidos pela implementação do programa de controlo da qualidade da água.	<b>AdRibatejo</b>	A entidade gestora, quando não é a própria câmara municipal, não pode publicar editais. Propõe-se manter os pressupostos de comunicação e divulgação dos dados de qualidade da água previstos no n.º 3 do artigo 17.º do DL 306/2077, de 27 de setembro. <i>“As entidades gestoras em baixa que atuem por delegação ou concessão devem publicitar na imprensa regional os dados trimestrais da qualidade da água ou, em alternativa, fornecê-los aos respetivos municípios, para que estes procedam à sua publicitação por edital.”</i>	Sugestão parcialmente aceite e articulado alterado em conformidade.	3. A entidade gestora publicita trimestralmente, por meio de editais afixados nos lugares próprios ou <u>através da</u> imprensa regional, os resultados analíticos obtidos pela implementação do programa de controlo da qualidade da água, <u>nos termos exigidos pela legislação em vigor</u> .
	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir "publicita" por "deve publicitar"	Sugestão não aceite – a utilização do presente do indicativo exprime uma obrigação (de forma categórica) para os destinatários da norma.	Sem alteração quanto a este aspeto.
4. A entidade gestora dispõe de um sítio na internet no qual é disponibilizado o presente regulamento de relações comerciais dos serviços de águas e resíduos, bem como a informação essencial sobre a sua atividade, designadamente:	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não se concorda com a disponibilização deste regulamento no sítio da internet, juntamente com os Regulamentos de Serviço das EG. Esta disposição não está prevista para as EG em alta (art.13º, n.º 4). "A entidade gestora dispõe de um sítio na internet no qual é disponibilizada a informação essencial sobre a sua atividade [...]"	Sugestão não atendida – entende-se de relevante importância a disponibilização do presente regulamento aos utilizadores dos serviços. Neste sentido, mantém-se aqui a aludida disposição, acrescentando-se a mesma obrigação às entidades gestoras em alta (n.º 4 do artigo 13.º).	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a) Identificação da entidade gestora, suas atribuições e âmbito de atuação; b) Estatutos e contrato relativo à gestão do sistema e suas alterações, quando aplicável; c) Relatório e contas ou documento equivalente de prestação de contas; d) Regulamentos de serviço; e) Tarifários; f) Condições contratuais relativas à prestação dos serviços aos utilizadores; g) Resultados do controlo da qualidade da água; h) Avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, devendo conter, no mínimo, a informação da ficha correspondente à última avaliação realizada e divulgada pela ERSAR; i) Horários de deposição e recolha de resíduos e tipos de recolha utilizados com indicação das respetivas áreas geográficas; j) Informação sobre o destino dado aos diferentes resíduos recolhidos; k) Informações sobre interrupções do serviço; l) Contactos e horários de atendimento.	<b>CM de Águeda</b>	Deve ser incluída a referência a entidades gestoras em 'baixa'. Caso contrário seria idêntico ao conteúdo do Artigo 13º.	Sugestão não atendida pois o presente capítulo aplica-se à relação entre as entidades gestoras em baixa e os utilizadores finais.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>DECO</b>	Importa deixar claros os prazos para prestação da informação tarifária aos utilizadores, pois considera-se relevante que os consumidores sejam informados previamente, de forma adequada, à aplicação de novas tarifas, de todos os serviços faturados, e deve também ser clara qual a data da entrada em vigor da alteração tarifária. Deve remeter para os prazos estabelecidos no artigo 84.º.	Sugestão não atendida. Esta matéria é acautelada no n.º 4 do artigo 84.º	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>DECO</b>	Recomenda-se a inclusão, neste ponto, da obrigação de prestar informação relativa a comunicação de leituras por parte do cliente (ex dias em que o utilizador deve dar a leitura e os meios disponíveis) e aos contactos em caso de deteção de perda/fugas de água.	Sugestão parcialmente aceite. Desdobrou-se a alínea l) no sentido de autonomizar a informação sobre contactos exigindo-se a indicação dos contactos gerais e do piquete.	l) Horários de atendimento; m) (nova) Contactos gerais e piquete. n) (nova) Meios para a comunicação de leituras"
	<b>Joaquim Silva</b>	Substituir "dispõe" por "deve dispor"	Sugestão não aceite – a utilização do presente do indicativo exprime uma obrigação (de forma categórica) para os destinatários da norma.	Sem alteração quanto a este aspeto.



## Artigo 41º Atendimento ao público

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A entidade gestora dispõe de locais de atendimento ao público e de um serviço de atendimento telefónico e via internet, através dos quais os utilizadores podem proceder aos respetivos contactos diretos.	Joaquim Silva	Substituir "dispõe" por "deve dispor"	Sugestão não aceite – a utilização do presente do indicativo exprime uma obrigação (de forma categórica) para os destinatários da norma.	Sem alteração.
3. A entidade gestora responsável pelos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas dispõe ainda de um serviço de assistência permanente, que funciona de forma ininterrupta todos os dias do ano.	AdPortugal	Deve ser clarificado o âmbito de aplicação. Uma coisa é a capacidade de intervir na rede pública, outra é a necessidade de um serviço de assistência permanente ao público.	Redação clarificada. Pretende-se que a entidade gestora tenha uma capacidade de dar resposta aos problemas no sistema público, sinalizados pelos utilizadores pelos utilizadores por eles afetados e que não seja restrita ao normal horário de funcionamento.	3. (...) um serviço de assistência permanente, que funciona de forma ininterrupta todos os dias do ano, <u>para dar resposta a eventuais problemas no sistema público e sejam denunciados pelos utilizadores afetados.</u>
	AdAlenquer AEP AQUAPOR CM de Alenquer	Clarificar os serviços incluídos na assistência permanente.		
	CM de Estremoz	Onde se lê “serviço de assistência permanente”, deveria, tal como indica a epígrafe, ler-se “serviço de atendimento permanente”? ou tratar-se-á da disponibilização de um piquete de serviço?		
	CM de Estremoz	Considera-se não existirem condições, por insuficiência de meios nos sistemas de menores dimensões, para a criação de um piquete de serviço permanente ou para a criação de um serviço permanente de resposta a pedidos de informação. Propõe-se que esta regra se aplique apenas às entidades gestoras responsáveis pelos	Sugestão não aceite uma vez que todas as entidades gestoras deverão dispor de um serviço de assistência permanente que dê resposta a eventuais problemas que ocorram na prestação de serviço fora do horário normal de funcionamento da entidade gestora, independentemente do número de habitantes da sua área territorial..	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		serviços de águas que sirvam mais de 30000 habitantes.		
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Propõe-se a admissibilidade de Piquetes Intermunicipais, para lógicas de economia de escala em municípios de baixa densidade populacional.	Esta norma não impede que as entidades gestoras se associem, apenas se exigindo que a informação sobre a existência e modo de contacto deste serviço seja clara para os utilizadores..	Sem alteração quanto a este aspeto.

#### Artigo 42.º Obrigação de ligação ao sistema público de abastecimento de água e/ou ao sistema público de drenagem de águas residuais

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>DECO</b>	Deverá ficar expressa no presente artigo a possibilidade de o consumidor, independentemente da respetiva situação económica, pagar de forma fracionada os custos inerentes à obrigação de ligação, pois são, muitas vezes, custos elevados e com grande impacto no orçamento familiar.	A ERSAR sempre preconizou que não devem ser faturados de forma autónoma os custos com a execução de ramais até 20 metros, com a ligação, contratação ou colocação de contador. Os n.ºs 4 e 5 do artigo 44.º da versão do presente regulamento apresentada a discussão pública, em articulação com o n.º 6 do mesmo artigo, refletem isso mesmo quanto aos ramais. Assim, não seria coerente com esta posição, o estabelecimento de uma regra relativa ao fracionamento do pagamento de valores que se entende não deverem ser cobrados.	Sem alteração.
	<b>CM de Águeda</b>	Deveriam ser detalhadas formas concretas de 'obrigar' a ligação dos 'clientes'	O incumprimento da obrigação de ligação constitui, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 72.º do citado Decreto-Lei n.º 194/2009, contraordenação punível com coima pela entidade titular do serviço, que pode ir até 3740 euros, caso o infrator seja	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>peessoa singular, ou até 44 890 euros se for pessoa coletiva, sendo este, o único mecanismo legal para compelir os utentes de se ligarem às redes públicas.</p>	
	<b>CM de Águeda</b>	Deve ser clarificada a situação no caso em que sistemas particulares estão licenciados.	Se os sistemas particulares se encontrarem devidamente licenciados e a licença não caducar ou for revogável a partir do momento em que o sistema público ficar disponível, os correspondentes imóveis estão dispensados da ligação, nos termos do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 e do artigo seguinte do presente regulamento.	Sem alteração.
<p>1. Sempre que os serviços públicos de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais se considerem disponíveis nos termos do Artigo 38.º, os proprietários dos prédios existentes ou a construir são obrigados a:</p> <p>a) Instalar, por sua conta, a rede de distribuição e de drenagem predial;</p> <p>b) Solicitar a ligação ao sistema público de abastecimento de água e ao sistema público de drenagem de águas residuais urbanas.</p>	<b>AdPorto</b>	Proposta de redação para a alínea a). Instalar, por sua conta, a rede de distribuição de água predial, <u>nesta incluindo os acessórios para que a entidade gestora proceda à ligação aos instrumentos de medição e à válvula a montante (adufa)</u> , e de drenagem predial de águas residuais;	Sugestão não aceite uma vez que SE entende que compete às entidades gestoras do serviço de abastecimento público de água fornecer, instalar e manter os contadores, as válvulas a montante e a jusante e os filtros de proteção aos mesmos. Estas válvulas são utilizadas para seccionar a rede de forma a poder retirar o contador, sendo esta uma tarefa executada em exclusividade pela entidade gestora, pelo que deve ser esta a responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção das mesmas.	Sem alteração.
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se que seja acrescentado na alínea b) "... e, após autorização da entidade gestora, efetivar a respetiva ligação".	Sugestão não aceite uma vez que quem efetiva a ligação é a entidade gestora.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
3. Os usufrutuários, comodatários e arrendatários podem, mediante autorização dos proprietários, requerer a ligação dos prédios por eles habitados à rede pública.	<b>AdPorto</b>	Devem também considerar-se aquelas situações em que a legislação em vigor o permita, independentemente da autorização do proprietário (exemplo situações de arrendatário que resultam de decisão judicial (casa de morada de família) e de decisão do município (reabilitação urbana) independentemente da vontade do proprietário). Proposta: Os usufrutuários, comodatários e arrendatários podem, mediante autorização dos proprietários ou quando a legislação em vigor lhes atribua esse direito, requerer a ligação dos prédios por eles habitados à rede pública.	Sugestão atendida sendo o articulado alterado em conformidade.	3. Os usufrutuários, comodatários e arrendatários podem, mediante autorização dos proprietários, <u>decisão judicial ou disposição legal que lhes atribua esse direito</u> , requerer a ligação dos prédios por eles habitados à rede pública.
5. Após a entrada em funcionamento da ligação da rede predial à rede pública, os proprietários, usufrutuários, comodatários e arrendatários dos prédios que disponham de captações particulares de água para consumo humano devem deixar de as utilizar para esse fim no prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo de prazo diferente fixado em legislação ou licença específica.	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se que as ligações particulares deixem de ser utilizadas de imediato após a entrada em serviço do ramal de ligação, por razões do ponto de vista da saúde pública, considerando o perigo de contaminação da rede pública de distribuição. Proposta de redação: “Após a execução do ramal ligação da rede predial à rede pública, os proprietários, usufrutuários, comodatários e arrendatários dos prédios que disponham de captações particulares de água para consumo humano devem deixar de as utilizar para esse fim no prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo de prazo diferente fixado em legislação ou licença específica. O ramal de ligação entrará em serviço apenas após o cumprimento deste ponto.”	Sugestão aceite e reformulada a redação, no sentido de garantir também que o utilizador não fica privado do consumo de água.	5. Após <u>a execução do ramal ligação da rede predial à rede pública de abastecimento</u> , os proprietários, usufrutuários, comodatários e arrendatários dos prédios que disponham de captações particulares de água para consumo humano devem deixar de as utilizar para esse fim no prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo de prazo diferente fixado em legislação ou licença específica."  6. (novo) O ramal de ligação entra em serviço logo que sejam desativadas as eventuais ligações da

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer	As captações particulares de água para consumo humano devem deixar de ser usadas para esse fim no momento da ligação à rede pública, que não poderá ser feito sem a separação das redes devido ao perigo de contaminação. "Os proprietários, usufrutuários, comodatários e arrendatários dos prédios que disponham de captações particulares de água para consumo humano devem deixar de as utilizar antes da entrada em funcionamento da ligação da rede predial à rede pública."	Ver resposta ao comentário acima.	rede predial às captações particulares.
	AdPortugal	Considera-se que os utilizadores deverão deixar de usar as captações próprias imediatamente após a ligação da rede predial à rede pública, se o sistema da captação própria interligar com a rede predial abastecida pela entidade gestora, sob pena de contaminação da água do sistema público de abastecimento (por não haver garantia de água potável).		
	AdPortugal	Deve ser clarificado a quem cabe controlar este prazo e fazê-lo cumprir.	Redação reformulada.	
	CM do Barreiro	O princípio adequado deverá ser o que garanta que as captações próprias, nos casos em que elas existam, tem de ser desligadas do sistema predial que é utilizado para consumo humano em momento anterior ao da ligação à rede pública.	Ver resposta ao comentário acima.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Mafra</b>	Considerando o objeto da norma em causa, o seu âmbito deve ser alargado aos proprietários das fossas séticas ou de tanques de retenção de esgotos.	Sugestão atendida pelo que será introduzido um novo número referente aos sistemas de tratamento de águas residuais particulares.	7. (novo) Após a entrada em funcionamento da ligação da rede predial à rede pública de saneamento, os proprietários, usufrutuários, comodatários e arrendatários dos prédios que disponham de sistemas próprios de tratamento de águas residuais devem proceder à sua desativação, no prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo de prazo diferente fixado em legislação ou licença específica.
	<b>CAP (em contributo individual e no âmbito do Conselho Consultivo)</b>	Nas áreas predominantemente rurais e desde que seja salvaguardada a saúde pública e a preservação dos recursos naturais, deve ser reconhecida a coexistência da rede pública com as captações particulares, desde que não haja contaminação por mistura entre diferentes origens de água.  Em determinadas regiões e nomeadamente no caso do saneamento de águas residuais urbanas, a CAP é favorável à possibilidade de recurso a sistemas simplificados, individuais ou coletivos, desde que acompanhados das medidas necessárias para que possam cumprir com a legislação nacional e comunitária em matéria de proteção ambiental e de saúde pública.	Sugestão não atendida: a obrigação de ligação e a impossibilidade de utilização de soluções privativas, quando exista rede pública, justifica-se como forma de garantir a qualidade da água consumida, o tratamento adequado dos efluentes e a gestão racional e sustentada dos recursos hídricos. As situações de isenção de ligação aos sistemas públicos encontram-se expressamente previstas no artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, bem como no artigo 43.º do regulamento em análise.	Sem alteração quanto a este aspeto.
6. A entidade gestora comunica à autoridade ambiental competente as áreas servidas pela respetiva rede	<b>AdAlenquer AdCascais AQUAPOR</b>	Não se percebe o objetivo da comunicação prevista. Eliminar.	Sugestão não atendida - atenta a conjugação dos interesses públicos em causa, considera-se desejável a existência de troca de	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
pública na sequência da sua entrada em funcionamento.	<b>CM de Alenquer</b>		informação entre as entidades gestoras e as autoridades ambientais competentes para o licenciamento, no sentido de melhor identificar os imóveis com acesso à rede que não se encontrem ligados e continuam a utilizar soluções privativas, em violação do legal aplicável, facilitando assim as respetivas atuações.	
	<b>Agência Portuguesa do Ambiente</b>	Esta comunicação deverá ser instruída com todos os elementos considerados adequados para uma cabal transmissão da informação.	Comentário não aceite, uma vez que se trata de uma sugestão demasiado vaga, não concretizando a informação a disponibilizar.	
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Deve ser melhor definida a questão da coordenação entre as entidades licenciadoras dos recursos hídricos, por forma a não se verificarem vazios de competências / não comunicação entre as autoridades.	Comentário não aceite uma vez que o presente regulamento não é sede própria para definição de competências de coordenação entre entidades.	

#### Artigo 43º Dispensa de ligação aos sistemas públicos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Podem ser isentados da obrigatoriedade de ligação ao sistema público de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais urbanas:	<b>AdPorto CM de Sesimbra</b>	Substituir “isentados”, por “dispensados”, porque mais de acordo com a epígrafe do artigo.	Sugestão aceite sendo o articulado alterado em conformidade.	1. Podem ser <u>dispensados</u> da obrigatoriedade de ligação (...).

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a) Os edifícios que disponham de sistemas próprios de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais urbanas devidamente licenciados, nos termos da legislação aplicável, designadamente unidades industriais;	<b>AdSJoão</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	<p>Exceto se dedicadas à indústria alimentar</p> <p>As unidades industriais devem ser obrigadas a ligar à rede pública para os consumos domésticos (água para consumo humano), podendo ser desobrigadas para os consumos do processo industrial.</p>	<p>Nos termos do artigo 42.º do Decreto-lei n.º 226-A/2007 os sistemas de abastecimento particular de água para consumo humano só podem funcionar na condição de impossibilidade de acesso ao abastecimento público, pelo que apenas poderão ser licenciados para outros fins. De todo o modo, clarificou-se a redação.</p>	<p>a) Os edifícios que disponham de sistemas próprios de abastecimento de água <u>para fins que não o consumo humano</u> e/ou de saneamento de águas residuais urbanas devidamente licenciados, nos termos da legislação aplicável, designadamente unidades industriais;</p>
	<b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>AdAlenquer</b> <b>CM de Alenquer</b>	<p>Entende-se que se possa isentar a água para fins produtivos, mas não para fins de consumo humano. Os restaurantes fazem parte da Indústria Hoteleira que tem processos de fabrico na confeção de refeições e nem estes, nem qualquer outra indústria com refeitórios e outras utilizações para consumo humano, podem ser isentadas desta ligação</p>		
b) Os edifícios cuja ligação se revele demasiado onerosa do ponto de vista técnico ou económico para o utilizador e que disponham de soluções individuais que assegurem adequadas condições de salvaguarda da saúde pública e proteção ambiental, nos termos exigidos na legislação aplicável;	<b>APDA</b> <b>CM de Palmela</b>	<p>Devem ser especificados os responsáveis pela garantia de que estão asseguradas as condições de salvaguarda da saúde pública e proteção ambiental, aquando da dispensa da ligação à rede pública.</p>	<p>A entidade gestora deve consultar a autoridade ambiental, na medida em que esta é responsável pela fiscalização e controlo das descargas de águas residuais. Não se considera necessário alterar a redação, na medida em que se remete para a legislação aplicável.</p>	<p>Sem alteração quanto a este aspeto.</p>
	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	<p>Esta previsão é demasiado abrangente por comparação com a redação do Decreto-lei 194/2009 ("apenas são isentos da obrigatoriedade de ligação à rede pública os edifícios que disponham de sistemas</p>	<p>Se a ligação dos imóveis localizados a menos de 20 metros das redes públicas constituir uma solução demasiado onerosa do ponto de vista técnico e económico para o utilizador (designadamente quando</p>	<p>Sem alteração quanto a este aspeto.</p>



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		próprios devidamente licenciados nos termos da legislação aplicável e aqueles cujo mau estado de conservação ou manifesta ruína os torne inabitáveis e estejam de facto permanente e totalmente desabitados"). Adicionalmente, não se considera adequada a adoção de fatores de difícil definição e elevada subjetividade - solução onerosa ou demasiado onerosa - não só economicamente, mas também do ponto de vista técnico. Proposta "[...] nos termos exigidos na legislação aplicável e desde que a rede pública esteja localizada a mais de 20 metros do limite da propriedade."	<p>implique a instalação e manutenção de equipamentos de elevação de águas residuais), é entendimento da ERSAR que a entidade gestora poderá admitir soluções simplificadas nos termos do n.º 2 do artigo 69.º, desde que as mesmas garantam as condições adequadas de saúde pública e proteção ambiental - à semelhança do que ocorre nas obrigações comunitárias relativas à construção de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, onde se admite a utilização de sistemas individuais ou outros adequados que proporcionem o mesmo grau de proteção ambiental, sempre que fique demonstrado que a instalação de um sistema público não se justifica por não trazer qualquer vantagem ambiental ou por ser demasiado oneroso (n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho).</p> <p>O facto de uma ligação poder ser demasiado onerosa do ponto de vista técnico ou económico para o utilizador deve ser avaliado pela Entidade Gestora, caso a caso, face às condições necessárias a essa ligação.</p> <p>Este artigo, constituindo uma exceção à obrigação de ligação constante do anterior, apenas se aplica a imóveis localizados a menos de 20 metros da rede pública. Os que estejam a uma distância superior não estão, por esse simples motivo, obrigados a ligar-se.</p>	
	AdPorto	Propõe-se que seja retirada a “qualificação” de “demasiado oneroso” para a dispensa de ligação para evitar uma generalizada situação de “não ligação”, entre outras situações, nos sistemas prediais que exigem regulamentarmente a instalação de sistemas elevatórios de águas residuais, porque tecnicamente ser uma solução mais exigente e economicamente envolver mais custos de execução e de exploração.		
	AdPortugal	Deve ser clarificado o que se entende por “... demasiado onerosa do ponto de vista técnico ou económico para o utilizador ...”, e a quem compete efetuar a aferição da situação.		
	SOMAGUE Ambiente	O critério de “muito oneroso do ponto de vista técnico e financeiro” é demasiado vago, permitindo assim que os utilizadores		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		aleguem este ponto para não efetuarem a ligação. Considera-se necessário indicar critérios mais concretos ou retirar esta alínea.		
	CM da Azambuja	A possibilidade de dispensa por razões de onerosidade da ligação apenas deve ser aplicável às ligações de saneamento e não de abastecimento.	Também no caso do serviço de abastecimento a ligação pode vir a revelar-se demasiado onerosa, designadamente nos casos em que, apesar de o limite da propriedade privada se encontrar a menos de 20 m da rede pública, o edifício está implantado a uma grande distância desse limite.	Sem alteração quanto a este aspeto.
2. A isenção é requerida pelo interessado, podendo a entidade gestora solicitar documentos comprovativos da situação dos prédios a isentar.	AdPorto CM de Sesimbra	Substituir “isenção”, por “dispensa”, porque mais de acordo com a epígrafe do artigo.	Sugestão aceite sendo o articulado alterado em conformidade	2. A <u>dispensa de ligação aos sistemas públicos</u> é requerida (...).
	AdPorto	Substituir "dos prédios a isentar" por "que fundamenta o pedido".	Não se entende o alcance da questão na medida em que a isenção se refere aos prédios objeto do pedido.	Sem alteração quanto a este aspeto
	AdPorto	Propõe-se acrescentar a possibilidade de a entidade gestora solicitar pareceres às entidades de saúde, ambientais, ou outras que na área territorial em questão tenham jurisdição legalmente definida (ex. marítima, Infraestruturas rodoviárias e em geral quando exista uma zona de domínio público e/ou de servidão administrativas).	Sugestão aceite.	2. (...) podendo a entidade gestora solicitar documentos comprovativos da situação dos prédios a isentar, <u>bem como acesso ao mesmo para verificação das condições existentes e consultar as entidades competentes que sejam relevantes para a apreciação do pedido.</u>
	AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira	Deve acrescentar-se expressamente que a EG pode recusar a isenção solicitada.	Considera-se desnecessário. O articulado, no n.º 1, começa por estabelecer que "Podem ser isentados (...)", inferindo-se que o pedido ou é aceite ou indeferido pela entidade gestora. Por outro lado, o n.º 2	Sem alteração quanto a este aspeto

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde		reitera essa possibilidade ao indicar que a isenção 'é requerida'. Trata-se de um pedido do utilizador que irá ser analisado pela entidade gestora, avaliando ou não a oportunidade e aplicação dos motivos de isenção.	
	AEPSA AQUAPOR AdAlenquer CM de Alenquer	Prever possibilidade de fiscalização da rede por parte da EG. "A isenção é requerida pelo interessado, sujeita a aprovação da Entidade Gestora, podendo esta solicitar documentos comprovativos da situação dos locais a isentar e fiscalizar a rede predial existente."	Sugestão aceite.	Ver redação apresentada na resposta ao comentário da AdPorto.
	CM de Águeda	Além de dever ser clarificado a quem é feito o referido requerimento, deve ser também especificada a forma do mesmo ou remeter para o Regulamento de Serviços.	Considera-se que essa é uma matéria a tratar no regulamento de serviço, não sendo necessária a remissão para o mesmo.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Viana do Alentejo	Possibilidades de dispensa de ligação a serem analisadas nos casos dos consumidores, quando os mesmos estão nas franjas do perímetro público.	Este artigo, constituindo uma exceção à obrigação de ligação constante do anterior, apenas se aplica a imóveis localizados a menos de 20 metros da rede pública. Os que estejam a uma distância superior não estão obrigados a ligar-se, sem necessidade de verificação dos requisitos deste artigo..	Sem alteração quanto a este aspeto.

# Artigo 44º Responsabilidade pela execução, conservação, renovação e substituição de ramais de ligação e respetivos custos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Propõe-se aditar novo número que defina a propriedade dessa infraestrutura após concretização do investimento: "10. Ainda que sejam a expensas dos requerentes interessados, as extensões de rede ou as redes previstas nos números 5, 7 e 8 deste artigo serão mantidas sob gestão da Entidade Gestora e transitarão para propriedade pública."	O Decreto Regulamentar n.º 23/95 já estabelece que os ramais são parte integrante da rede pública. De todo o modo, procedeu-se à reformulação da redação do n.º 2 no sentido de também o referir.	2. A instalação dos ramais de ligação de água e/ou de águas residuais, <u>que fazem parte integrante da rede pública</u> , é da responsabilidade da entidade gestora, a quem incumbe, de igual modo, a respetiva conservação (...).
1. Cada prédio é normalmente abastecido por um único ramal de ligação de água e servido por um único ramal de ligação de águas residuais, podendo, em casos especiais, a definir pela entidade gestora, existir mais do que um ramal de ligação para cada serviço.	<b>AdPorto</b>	<p>Por razões de operação, quer da rede pública, quer da rede predial, cada vez mais é aconselhável a previsão e execução de mais do que um ramal para cada um dos serviços. Nas redes prediais é muitas das vezes aconselhável a segmentação dos serviços e de ligações quando estamos perante edifícios de maior complexidade, como por exemplo, edifícios simultaneamente com áreas comerciais mais ou menos extensas, unidades de serviços, hoteleiras e, ainda, habitações. como também naqueles edifícios de habitação com zonas comuns em pisos inferiores e vários acessos verticais (caixas de escadas) às zonas habitacionais.</p> <p>Por outro lado, porque partindo de condições de pressupostos para determinação de caudal de cálculo distintas, poderá ocorrer que as seções dos ramais, de abastecimento ou de drenagem,</p>	O articulado salvaguarda a possibilidade de existência de mais do que um ramal de ligação para cada serviço, considerando-se “casos especiais”, no sentido de não corresponderem à regra geral.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>apresentem secção superior à da respetiva infraestrutura pública. Poderemos mesmo estar perante um ramal de abastecimento de secção superior à da conduta da rede pública e, ao contrário, de um ramal de drenagem de secção superior ao do coletor de drenagem. Nestas situações verifica-se a impossibilidade de aumento ou redução da secção.</p> <p>Sendo a instalação, a conservação, a renovação e a substituição dos ramais de ligação de água e/ou de águas residuais da responsabilidade da entidade gestora, não se vê porque deva ser considerado especial que esta estabeleça nas suas normas regulamentares critérios que determinem a instalação de mais de um ramal de ligação por prédio.</p>		
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado o conceito de “... normalmente...” e de “... em casos especiais...”.	A regra geral corresponde à existência de um ramal, admitindo-se que em casos especiais possa existir mais do que um ramal de ligação para cada serviço. Considera-se a redação suficientemente clara.	Sem alteração.
2. A instalação dos ramais de ligação de água e/ou de águas residuais é da responsabilidade da entidade gestora, a quem incumbe, de igual modo, a respetiva conservação, renovação e substituição, sem prejuízo do disposto nos números	<b>AdSJoão</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b>	Acrescentar que a responsabilidade pelo pagamento da tarifa de instalação do ramal é do proprietário sempre que o tarifário assim o determine.	Sugestão não aceite, uma vez que, conforme resulta dos n.ºs 5 e 6 do artigo em análise, apenas se considera admissível a cobrança de ramais com extensão superior a 20 metros (e no comprimento que exceda esse valor).	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
seguintes e de acordo com o estabelecido no RT.	<b>INDAQUA Vila do Conde</b>			
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	A não cobrança das tarifas de construção de ramais terá que ser devidamente enquadrada nos processos de negociação de reequilíbrio das concessões já existentes.	Comentário sem impacto na redação. Vide apreciação dos comentários gerais (alínea d) do ponto 4.1).	Sem alteração.
3. Nenhum ramal de ligação pode entrar ao serviço sem que as redes de distribuição prediais tenham sido verificadas e ensaiadas, nos termos da legislação em vigor, exceto nas situações referidas no Artigo 73.º do presente Regulamento.	<b>AdPortugal</b>	Face à atual intervenção das entidades gestoras no licenciamento não se percebe como se implementa o disposto neste artigo, nomeadamente quando há uma rede nova que serve habitações muito antigas por comparação com uma casa da cidade já com ramal que seja totalmente remodelada.	Porque se trata de matéria que extravasa o relacionamento comercial, entende-se mais adequado remeter para a sede própria.	3. <u>A realização de verificações ou ensaios prévios à entrada em funcionamento dos ramais de ligação está sujeita ao disposto na legislação relativa ao licenciamento urbanístico e à concessão e dimensionamento dos sistemas públicos e prediais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.</u>
	<b>AdPortugal</b>	Como se conjuga esta imposição com as disposições legais em vigor do RJUE, pois a entidade gestora não tem legitimidade para proceder a essas vistorias e ensaios se tal não for solicitado pelo utilizador ou município, nem pode impor esses ensaios a terceiros. Quando muito, pode solicitar a exibição do licenciamento.		
	<b>CM de Lousada</b>	Deve clarificar-se a quem compete verificar e ensaiar as redes.		
4. A construção de ramais de ligação superiores a 20 metros está sujeita a uma avaliação da viabilidade técnica e económica pela entidade gestora.	<b>APDC</b>	Deve refletir-se quanto à distância (20 metros) estabelecida, uma vez que poderá pôr em causa princípios como o da igualdade. Com efeito, situando-se o prédio num terreno previamente aprovado para construção e licenciado, não poderão os proprietários ser mais onerados (atendendo a que têm obrigatoriamente de efetuar a	Sugestão não aceite. A distância de 20 metros decorre dos termos do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, não podendo a ERSAR alterar tal dispositivo legal. Só existe obrigação de ligação para os prédios localizados a menos de 20 metros da rede pública.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		ligação ao ramal) do que aqueles que vêm o seu imóvel situado a uma distância inferior a 20 metros.		
	<b>DECO</b>	Entende-se que a viabilidade técnica deve ser sempre avaliada pela EG, no entanto, no que respeita à viabilidade económica, caso o consumidor decida executar a instalação do ramal por sua iniciativa, como previsto no número 7 e suportando os custos, a EG apenas deve dar o seu aval técnico.	Sugestão não aceite. Situação já prevista no n.º 7 do presente artigo.	
5. Se daquela avaliação resultar que existe viabilidade, os ramais de ligação, instalados pela entidade gestora, apenas são faturados aos utilizadores no que respeita à extensão superior à distância referida no número anterior.	<b>ACOP</b>	Discorda-se que a extensão superior a 20 metros seja faturada aos utilizadores, dado que não impende sobre os mesmos suportar o pagamento dos ramais de ligação que se encontrem na via pública, salvo se for a pedido do utilizador, tendo que o mesmo ser devidamente informado dos custos em que vai incorrer.	Sugestão não aceite – Caso o limite da propriedade se situe a uma distância superior a 20 m não existe obrigação de ligação, pelo que esta ligação ao sistema público só será feita se solicitada pelo utilizador (e não da iniciativa da entidade gestora) sendo que após avaliação da viabilidade técnica e económica aquele decidirá se quer ou não a ligação ao sistema.	Sem alteração.
	<b>AEPSA INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	No caso das EG que ainda faturam ramais, se for obrigatório não cobrar, deverá ser previsto o direito ao reequilíbrio económico e financeiro do contrato.	Comentário sem impacto na redação. Não cabe ao regulamento prever o direito ao reequilíbrio. Vide apreciação dos comentários gerais (alínea d) do ponto 4.1).	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Águeda</b>	Sugere-se a melhoria da redação adicionando as palavras "viabilidade técnica e económica".	Sugestão não aceite sendo claro no articulado que a avaliação referida no n.º 5 se reporta à avaliação da viabilidade técnica e económica referida no número antecedente (n.º 4).	Sem alteração.
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Esta situação tem de estar também prevista nos serviços auxiliares admissíveis de cobrança, contrariando assim, por omissão, o n.º 6 do artigo 39.º.	A expressão "designadamente", constante do n.º 6 do artigo 39.º, tem precisamente no sentido de não se tratar de uma enumeração exaustiva, pelo que não há necessidade de acrescentar o serviço auxiliar previsto neste número.	
	<b>VIMÁGUA</b>	Reitera-se a convicção, assente naquilo que vêm refletindo as decisões judiciais em relação à matéria (do Tribunal Judicial de Guimarães, do Tribunal Central Administrativo do Norte), que a forma adequada de fazer repercutir o custo com a instalação de ramais e outros encargos de ligação às redes públicas, é a forma individualizada. Aliás, a fixação de preços e tarifas no que respeita à água e saneamento é da competência dos Municípios, não havendo qualquer justificação para que o governo, por intermédio da Entidade Reguladora, queira determinar o que cobrar e como cobrar.	Sugestão não aceite, defendendo a ERSAR que a execução de ramais de ligação inferiores a 20 metros, limite da acessibilidade física ao serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, não deve ser alvo de faturação autónoma, por constituir um obstáculo ao acesso ao serviço, dados os elevados custos inerentes e refletidos nas tarifas, preconizando que os mesmos sejam diluídos nas tarifas (fixa e variável) do serviço, o que não se considera penalizador para as entidades gestoras.	
6. A tarifa de ramal pode ainda ser aplicada no caso de:  a) Alteração de ramais de ligação por alteração das condições de	<b>AdPorto</b>	Face ao comentário apresentado ao n.º 1 deste artigo, não será apenas o 2.º ramal da responsabilidade do utilizador, mas o 2.º ou os que venha a solicitar em	Sugestão aceite e revista redação.	b) Construção para o mesmo <u>prédio de ramais adicionais aos definidos pela entidade gestora, nos termos previstos no n.º 1.</u>



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
prestação do serviço de abastecimento, por exigências do utilizador;  b) Construção de segundo ramal para o mesmo utilizador.		desconformidade com os definidos pela entidade gestora		
	<b>AEPSA AQUAPOR AdAlenquer CM de Alenquer</b>	Propõe-se o aditamento de nova alínea, para contemplar a situação prevista na Recomendação Tarifária como admissível para a cobrança de ramal. "Condições impostas no licenciamento urbanístico".	A ERSAR equaciona contemplar a mencionada situação no futuro regulamento tarifário dos serviços de águas, entendendo não ser esta a sede próprio.	
	<b>AEPSA</b>	Propõe-se o aditamento de nova alínea considerando como admissível a cobrança de ramais para utilização não doméstica pois não havendo redes prediais ou edificações considera-se não fazer sentido manter a gratuidade dos ramais.	A utilização não doméstica não coincide necessariamente com a inexistência de redes prediais ou edificações. Por outro lado, em matéria de cobrança de ramais de ligação, a ERSAR não discrimina a utilização doméstica ou não doméstica.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Sesimbra</b>	Os ramais são construídos para servir prédios independentemente do número de utilizadores, pelo que se considera mais coerente se na alínea b) se referisse "construção de segundo ramal para o mesmo prédio" e não para o mesmo utilizador.	Sugestão atendida.	Ver redação apresentada acima.
8. No âmbito de novos loteamentos a instalação dos ramais pode ficar a cargo do promotor, nos termos previstos nas normas legais relativas à urbanização e edificação.	<b>AdPorto</b>	Nos processos de loteamento com obras de urbanização cabe legalmente ao promotor executar as infraestruturas e posteriormente, após vistoria, transferi-las para a entidade gestora. Assim, onde está "pode" deve ser substituída por "é encargo".	Sugestão aceite sendo o articulado alterado em conformidade.	8. No âmbito de novos loteamentos a instalação dos ramais <u>é encargo</u> do promotor, nos termos previstos nas normas legais relativas à urbanização e edificação.
	<b>CM de Sesimbra</b>	A redação desta norma deve ser alterada de modo que a instalação dos ramais no âmbito de novos loteamentos fica a cargo dos promotores, em conformidade com o		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. A norma deve ser imperativa e não permissiva.		
9. Quando as reparações nos ramais de ligação resultem de danos causados por terceiros, os respetivos encargos são suportados por estes.	<b>DECO</b>	Importa salvaguardar que o ónus da prova da responsabilidade dos danos causados nos ramais de ligação é da EG, não sendo aceitável em qualquer caso, que a responsabilidade seja atribuída ao utilizador, sem comprovar essa responsabilidade.	Isso mesmo já resulta do artigo 342.º CC, bem como do artigo 6.º "ónus da prova" do presente Regulamento.	Sem alteração.

#### Artigo 45º Responsabilidade pelas redes prediais de águas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPorto</b>	Incluir novo número que preveja a obrigação dos proprietários de reparar ou substituir as redes prediais nos nichos ou caixas dos contadores quando as mesmas não oferecerem condições de segurança e de qualidade necessária ao fornecimento de água, bem como à correta medição dos consumos	Sugestão não atendida, uma vez que se encontra implícito no n.º 2 do presente artigo que apenas exclui os contadores e correspondentes válvulas, o que significa que as redes prediais incluem os troços localizados nos nichos ou caixas dos contadores.	Sem alteração.
1. Os sistemas de distribuição predial e os sistemas de drenagem predial têm início no limite de propriedade e prolongam-se até aos dispositivos de utilização.	<b>AEPSA AQUAPOR AdAlenquer CM de Alenquer</b>	Deve clarificar-se a quem pertence a responsabilidade e a obrigação da manutenção da rede até ao contador, responsabilidade pelas fugas de água e outros, nas situações em que o medidor fica dentro da propriedade, nomeadamente edifícios de utilização coletiva não está claro	Conforme resulta da definição constante do artigo 3.º, o ramal de ligação de água assegura o transporte de água entre a rede pública e o limite da propriedade do utilizador, ou seja, termina no limite de propriedade privada, pelo que se considera desnecessária a alteração proposta.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		de. No âmbito da revisão do DR 23/95 estas situações devem ficar clarificadas. Proposta "1. Os sistemas de distribuição predial e os sistemas de drenagem predial têm início <u>no ramal de ligação de água</u> e prolongam-se até aos dispositivos de medição."	Note-se ainda que a responsabilidade dos proprietários pela rede predial já se encontra salvaguardada nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo. No caso de propriedade horizontal a repartição de responsabilidades entre o condomínio e os proprietário de cada fração rege-se pelo regime específico aplicável a este tipo de compropriedade.	
2. Excetuam-se do número anterior o contador de água, as válvulas a montante e a jusante e o filtro de proteção do contador, se aplicável, cuja responsabilidade de colocação e manutenção é da entidade gestora.	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se a seguinte redação, de acordo com o comentário efetuado para o n.º 2, alínea e), do Artigo 36.º: "Excetuam-se do número anterior, o contador de água, a válvula de seccionamento e o filtro de proteção, quando aplicado pela entidade gestora ou por sua indicação, a montante do contador."	Sugestão não aceite, dado que as válvulas identificadas neste ponto são utilizadas para seccionar a rede de forma a poder retirar o contador, sendo esta uma tarefa executada em exclusividade pela entidade gestora, pelo que deve ser esta a responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção das mesmas.	Sem alteração de redação quanto a este aspeto (corrigiu-se a designação das válvulas na sequência dos comentários a este propósito).
	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	A menção de válvulas a jusante poderá ser incorretamente interpretada, pelo que se propõe a sua eliminação.		
	<b>AdPorto</b>	Comentário igual ao do Art.º 36º, n.º 2 e). Proposta: "Excetua-se do número anterior o contador de água e as válvulas a montante (adufa selada) do contador".		
	<b>AdPortugal SOMAGUE Ambiente</b>	Redação deve ser reformulada por forma a considerar que a válvula a jusante do contador seja componente da rede predial.		
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR</b>	Na questão das válvulas existem regulamentos de EG que preveem regras diferentes, pelo que se propõe acrescentar		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	CM de Alenquer	no final "salvo disposições contrárias previstas no regulamento de serviço da EG."		
	AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde SIMAS de Oeiras e Amadora VIMÁGUA	Reiterando argumentos apresentados a propósito do artigo 36.º considera-se que a entidade gestora não deve ser responsável pela colocação, instalação e manutenção de válvulas a montante e jusante.		
	Joaquim Silva	A discussão não é pacífica, mas a válvula de jusante é para uso do proprietário e como tal a sua degradação deve ser a seu cargo; pode é estabelecer-se a regra que a intervenção é coordenada pela EG.		
4. A responsabilidade dos proprietários pela conservação e manutenção das redes prediais inclui a deteção e reparação de roturas ou de anomalias nos dispositivos de utilização, assim como o pagamento da água perdida ou consumida devido a estas avarias, sem prejuízo das correções	AdPorto SOMAGUE Ambiente	Deve ser clarificada/separada a responsabilidade do proprietário, pela rede predial, e do efetivo utilizador cocontratante (que pode não ser o proprietário), pelo pagamento da água perdida, em caso de avaria/rotura. Quando o proprietário não for o titular do contrato não existe suporte contratual para a entidade gestora lhe exigir o pagamento da água perdida ou consumida devido a avarias.	Reconhecendo-se a pertinência do comentário reformulou-se a redação para tratar neste ponto exclusivamente dos deveres dos proprietários, estando o dever de pagamento dos volumes perdidos já tratado no artigo 100.º (e 96.º e 97.º no que respeita aos acertos devidos para os serviços de saneamento e resíduos urbanos);	4. A responsabilidade dos proprietários pela conservação e manutenção das redes prediais inclui a deteção e reparação de roturas ou de anomalias nos dispositivos de utilização.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
da faturação que sejam devidas nos termos do Artigo 100.º.	DECO	Deverá ficar explicitado o que se entende por “dispositivos de utilização”, através da inclusão de uma alínea no artigo 3º do RRC, uma vez que consideramos que o consumidor apenas deve ser responsabilizado pela rotura ou anomalia que ocorra nas tubagens do interior da sua habitação.	Como resulta da redação desta norma, apenas trata de responsabilidade relativa à rede predial, o que significa que os dispositivos de utilização referidos são os que se localizem no seu interior (ex: torneiras, autoclismos, etc).	Sem alteração quanto a este aspeto.
5. O proprietário deve ainda garantir:	AdAlenquer AEP SA AQUAPOR CM de Alenquer	Do ponto de vista do regulador, a possível utilização de água para consumo humano de outras origens, quando exista rede de água pública, é uma contradição à atividade de regulação do sector, um contrassenso na perspetiva da salvaguarda da saúde pública e um consequente atraso civilizacional. Propõe-se o aditamento de nova alínea: "É totalmente inviabilizada a possibilidade de utilização de água de outras origens, para efeitos de consumo humano, quando exista rede de abastecimento pública local."	A obrigação de ligação, estabelecida no artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e refletida igualmente no artigo 42.º do presente projeto de regulamento já implicam a proibição de utilização de água de outras origens para consumo humano quando exista rede pública disponível.	Sem alteração quanto a este aspeto.
b) A independência da rede predial alimentada pela rede pública de qualquer outro dispositivo alimentado por uma origem de água de captações particulares ou outra rede de água de qualidade inferior instalada no edifício, devendo eventuais sistemas de suprimento de reservatórios de água não potável ser concebidos e executados por forma a prevenir a	AdPorto	É necessário identificar de forma fácil e segura as redes alimentadas com águas de qualidades diferentes e que podem conduzir a utilizações diversas. Proposta de aditamento no final da alínea: "bem como as redes e respetivos dispositivos de utilização não alimentadas pela água da rede pública serem corretamente sinalizados.”.	Sugestão não aceite – a situação reportada deverá ser analisada pela entidade gestora aquando do licenciamento dos reservatórios de água não potável, não sendo este Regulamento a sede própria para o efeito.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdPortugal	Deve ser clarificado como se processa a faturação do serviço de saneamento (já não faz sentido indexar ao consumo registado no	Sugestão não aceite, uma vez que este artigo não diz respeito às tarifas a aplicar.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
contaminação da rede predial alimentada pela rede pública;		contador de água), e idem quando há origens próprias autorizadas.		
	<b>AdPortugal</b>	É necessário compatibilizar com o regime legal que coloca a entidade gestora como responsável pelo cumprimento das normas legais de qualidade da água distribuída até aos pontos de utilização (e.g. codificação de cores ou outro tipo que evidencie que a água não vem da rede pública), devendo ainda ficar claro que o cliente é responsável por contaminação na sua residência e por algum acidente que provoque refluxo para rede pública	Sugestão não aceite, uma vez que este artigo não diz respeito a questões relativas à qualidade da água.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AEPSA</b>	Sugere-se a substituição da frase “ou outra rede de água de qualidade inferior” por “ou outra rede de água instalada no edifício”	Sugestão aceite com pequenas alterações.	b) A independência da rede predial alimentada pela rede pública de qualquer <u>outra rede/dispositivo alimentados por uma origem distinta</u> instalada no edifício (...)
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Sugere-se a substituição da frase “ou outra rede de água de qualidade inferior” por “ou outra rede de água de origem diferente”:		
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	A alínea b) não impede a possibilidade de instalação de redes de água independentes para consumo humano com origem em captações de águas privativas. Assim, sugere-se que fique explícito que, com exceção dos sistemas de abastecimento predial utilizados para fins industriais que deverão estar devidamente licenciados para o efeito, estas redes e respetivos dispositivos destinam-se exclusivamente a regas e lavagens no exterior dos edifícios.	A obrigação de ligação, estabelecida no artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e refletida igualmente no artigo 42.º do presente projeto de regulamento já implicam a proibição de utilização de água de outras origens para consumo humano (ainda que por redes independentes) quando exista rede pública disponível.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
d) O acesso da entidade gestora às suas instalações para a realização de colheitas de amostras de água a analisar, bem como, para a inspeção das condições da rede predial no que diz respeito à ligação à rede pública, aos materiais utilizados e à manutenção e higienização das canalizações;	<b>AdPortugal</b>	O serviço referido não está previsto. Quando muito poderá ser feito no licenciamento, no entanto, a legislação em vigor praticamente afastou as entidades gestoras do processo.	Não se entende o alcance da questão tendo por referência as obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdRibatejo</b>	A obrigação deveria ser do utilizador e não do proprietário que não pode entrar no seu imóvel quando este está arrendado, tendo sempre que acordar com o arrendatário o respetivo acesso.	Sugestão parcialmente aceite sendo alterado o proémio do n.º 5.	5. O proprietário <u>e/ou o utilizador</u> deve ainda garantir: (...)
	<b>DECO</b>	Importa definir as condições em que a EG pode exigir este acesso, nomeadamente a necessidade de aviso prévio, respetivo prazo, e a posterior comunicação dos resultados aos utilizadores.	Sugestão aceite. Dado que todas as questões colocadas são respondidas pelo já disposto no artigo 47.º, aditou-se a correspondente remissão.	d) O acesso da entidade gestora às suas instalações, (...) e à manutenção e higienização das <u>instalações prediais, nos termos previstos no artigo 46.º.</u>
	<b>Joaquim Silva</b>	Sugere-se acrescentar que o acesso é feito mediante aviso prévio.		

#### Artigo 46º Instalação de reservatórios no sistema de distribuição predial

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPorto</b>	Propõe-se aditar um novo artigo depois do artigo 46.º relativo à instalação de câmaras de receção e bombeamento no sistema predial de drenagem, definindo condições em que estas são executadas, designadamente no que respeita aos	Sugestão não aceite, dado que o âmbito do presente regulamento diz respeito às relações comerciais, não sendo sede própria para as normas construtivas.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		construtivos, de dimensionamento e de localização.		
	<b>AdPortugal VIMÁGUA</b>	Propõe-se que sejam também, referidas as situações relativas a hidropressores e estações elevatórias.	Sugestão não aceite dado que quer os hidropressores quer as estações elevatórias deverão ficar previstos, em sede de licenciamento do imóvel e da respetiva rede predial, não sendo este regulamento sede própria para o efeito.	Sem alteração.
1. A instalação de reservatórios prediais é autorizada pela entidade gestora quando o sistema público não ofereça garantias necessárias ao bom funcionamento do sistema predial em termos de caudal e pressão.	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se a reformulação do texto para: “A instalação de reservatórios prediais não é permitida a não ser nos casos em que a lei o obrigue. Nos restantes casos, carece da prévia concordância da Entidade Gestora sendo autorizada a sua instalação caso se verifique que o sistema público não oferece as garantias necessárias ao bom funcionamento do sistema predial em termos de caudal e pressão.”	Sugestão não aceite, no n.º 1 já está implícita a necessidade prévia de autorização da entidade gestora.	Sem alteração.
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Propõe-se estabelecer a exigência de reservatório para todas os utilizadores não-domésticos que utilizem a água como matéria-prima.	Sugestão não aceite, uma vez que para estes utilizadores a instalação de reservatórios prediais também deve ser autorizada, pela entidade gestora, quando se verifiquem as situações referidas.	
2. A entidade gestora define os aspetos construtivos, de dimensionamento e de localização dos reservatórios prediais, de forma a assegurar adequadas condições de salubridade.	<b>AdPorto</b>	Deixar em absoluto ao critério da entidade gestora a definição de aspetos mínimos poderá não garantir a exigência de salubridade e, consequentemente, de garantia da preservação da qualidade da água armazenada. Propõe-se aditamento de alíneas ao n.º 2 onde se indicarão condições mínimas a ter	Sugestão não aceite, dado que o âmbito do presente regulamento diz respeito às relações comerciais, não sendo sede própria para as normas construtivas dos reservatórios prediais, que deverão ser analisadas pelas entidades gestoras no âmbito da autorização da instalação dos	Sem alteração quanto a este aspeto.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		em consideração pelas entidades gestoras quando aceitem nas redes prediais reservatórios de água para consumo humano.	mesmos, tal como previsto no n.º 2 do presente artigo.	
	<b>AdPortugal AEPsA</b>	A responsabilidade deverá ser do projetista da rede predial.	Sugestão não aceite, uma vez que a definição dos aspetos referidos cabe à entidade gestora devendo o projetista executar o projeto em conformidade com os mesmos.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Águeda</b>	Considera-se que as regras de caudal e pressão deveriam ser clarificadas ou remeter para a legislação correspondente.	Sugestão aceite.	2. A entidade gestora define os aspetos construtivos, de dimensionamento e de localização dos reservatórios prediais, de forma a assegurar adequadas condições de salubridade, <u>nos termos da legislação aplicável.</u>

#### Artigo 47º Inspeção aos sistemas prediais no âmbito de reclamações de utilizadores, perigos de contaminação ou poluição ou suspeita de fraude

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>VIMÁGUA</b>	Situações há que não cabem na previsão desta norma e para as quais é importante encontrar soluções alternativas, uma vez que têm expressividade. Assim, há um grande número de prédios, cujos contadores estão localizados no interior da fração/prédio e, portanto, estão inacessíveis à entidade gestora. Deste modo, de nada serve a cominação de interrupção do	A ERSAR recomenda que o impedimento de acesso ao contador para ações de inspeção e/ou possibilidade de efetivação do corte do serviço seja previsto como contraordenação no regulamento de serviço da entidade gestora.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		serviço, pois não é possível fazê-la. Propõe-se equacionar a aplicação de uma multa ou equivalente, com efeito imediato.		
1. Os sistemas prediais ficam sujeitos a ações de inspeção da entidade gestora sempre que haja reclamações de utilizadores, perigos de contaminação ou poluição ou suspeita de fraude.	<b>SOMAGUE Ambiente</b> (comentário ao artigo 55.º)	Deve permitir-se a suspensão do serviço em caso de fuga na rede predial quando o respetivo consumo não esteja a ser medido através de qualquer instrumento de medição.	Em caso de suspeita de fuga na rede predial cujo consumo não seja medido, a entidade gestora deve realizar uma inspeção e determinar as correções necessárias, procedimento que pode conduzir à suspensão do serviço. Para clarificar a inclusão destas situações neste artigo, reformulou-se o n.º 1.	1. Os sistemas prediais ficam sujeitos a ações de inspeção da entidade gestora sempre que haja reclamações de utilizadores, perigos de contaminação ou poluição, ou suspeita de fraude <u>ou de consumos não medidos</u> .
2. Para efeitos previstos no número anterior, o proprietário, usufrutuário, comodatário e/ou arrendatário permite o livre acesso à entidade gestora desde que avisado, por carta registada ou outro meio equivalente, com uma antecedência mínima de dez dias, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, previstos para a inspeção e da cominação da interrupção do serviço no caso de não ser possível a realização da inspeção na data indicada ou de o utilizador não indicar uma data alternativa.	<b>AdCascais AEPSA AQUAPOR</b>	Em caso de suspeita de fraude o aviso prévio vai dificultar ou impedir a deteção da mesma.	Sugestão não aceite, o disposto reproduz o estatuído no n.º 2 do art.º 70.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, não podendo a ERSAR inovar ou alterar esse aspeto.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	Devem ser previstas exceções em termos de prazos mais curtos para situações urgentes		
	<b>AEPSA</b>	O prazo de 10 dias é superior ao previsto no artigo 70.º do DL 194/2009, de 20 de agosto.	Acolhe-se a sugestão, alterando-se o prazo para 8 dias.	2. (...) desde que avisado, por carta registada ou outro meio equivalente, com uma antecedência mínima de <u>oito</u> dias (..)"
	<b>AEPSA AQUAPOR</b>	Clarificar o que se entende por "outro meio equivalente".	Outro meio equivalente significa qualquer meio de notificação com o mesmo efeito, nomeadamente de prova, que permita atestar, ao abrigo do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e do artigo 11.º da Lei dos Serviços Públicos Essenciais, que o utente rececionou as comunicações que lhe foram dirigidas.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AEPSA AQUAPOR</b>	Prever possibilidade da EG intervir em situações de emergência em que haja risco	Sugestão não aceite – o disposto reproduz o estatuído no n.º 2 do art.º 70.º do Decreto-	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		para a saúde pública (ex. contaminação da rede pública com origem em redes prediais) ou riscos ambientais graves, sem necessidade de aviso prévio.	Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, não podendo a ERSAR inovar ou alterar esse aspeto.	
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se que seja introduzida uma exceção como a que está redigida no n.º 4 do art.º 92.º “o aviso prévio referido no n.º anterior é dispensado quando o utilizador se encontra no local de consumo, ou seja contactado diretamente para que terceiros possam facilitar a entrada para inspeção”.	Considera-se que tal norma teria um alcance muito limitado pois a entidade gestora teria dificuldade em provar violação da mesma (a presença do utilizador no local de consumo quando este não permita o acesso). Acresce que o envio do aviso prévio permite a aplicação da cominação de interrupção do serviço no caso de não ser permitido o acesso.  Note-se ainda que, mesmo não sendo incluída uma norma como a sugerida, poderão ser realizadas inspeções nas situações em que o utilizador permita o acesso por estar no local de consumo, mesmo que não tenha sido previamente avisado, dado que o n.º 2 apenas impõe uma obrigação de permitir o acesso em determinadas condições, não impedindo que o utilizador faculte o acesso nas demais.	Sem alteração quanto a este aspeto.
4. Em função da natureza das circunstâncias referidas no n.º 1, a entidade gestora pode determinar a suspensão do fornecimento de água.	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	No caso da falta de acesso para inspeção para verificação do cumprimento da independência dos sistemas prediais ligados às redes públicas de outros sistemas de águas de origem pluvial (ligações a captações de água particulares e a sistemas de drenagem de águas de origem pluvial), a interrupção do abastecimento de água não resolve o problema da eventual produção de	Esta matéria não é objeto do presente artigo, sendo tratada a propósito das regras de faturação – vide n.º 4 e n.º 6 do artigo 96.º do regulamento (95.º na redação final).	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		águas residuais não medidas introduzidas no sistema público de drenagem de águas residuais.		

#### Artigo 48º Pressão do serviço de fornecimento de água e procedimentos em caso de diminuição

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo.	<b>AEPSA</b> <b>Joaquim Silva</b>	Propõe-se alterar a epígrafe para “Pressão do serviço de fornecimento de água”, dado que no corpo do artigo não são referidos procedimentos em caso de diminuição da pressão.	Acolhe-se a sugestão.	Alteração da epígrafe do artigo para: "Pressão do serviço de fornecimento de água".
A pressão de serviço nos dispositivos de utilização deve situar-se dentro do intervalo definido na legislação em vigor, sendo recomendável, por razões de conforto e durabilidade dos materiais, que se mantenha num intervalo mais restrito do mesmo, também aí definido.	<b>AdPortugal</b>	Deve ser suprimida a expressão “... sendo recomendável, por razões de conforto e durabilidade dos materiais, que se mantenha num intervalo mais restrito do mesmo, também aí definido.”.	Reconhecendo que a entidade gestora apenas é responsável pela pressão de serviço ao nível do arruamento, reformulou-se a redação.	A entidade gestora está obrigada a assegurar a manutenção da pressão de serviço dentro dos intervalos indicados nos termos do n.º 2 do artigo 39.º.
	<b>AEPSA</b>	A EG deve ser responsável pela pressão apenas no ponto de entrega, uma vez que não tem responsabilidade sobre a construção e manutenção das redes prediais.		

## Artigo 49º Redes de incêndios particulares

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Este artigo é uma novidade que se regista com muito interesse, mas carece de desenvolvimento que preveja a instalação de contador, celebração de contrato ou abertura de título de cliente utilizador, que habilite o registo das ocorrências, serviço prestado e respetiva faturação.	Sugestão não aceite – o n.º 2 já estabelece expressamente que os consumos poderão ser medidos ou estimados, não se entendendo como imprescindível a colocação de um contador dedicado. No caso de ser colocado um contador, as questões indicadas estão enquadradas no articulado relativo à contratação /medição.	Sem alteração quanto a este aspeto.
2. Nas instalações indicadas no número anterior, a água consumida é objeto de medição ou estimativa para efeitos de avaliação do balanço hídrico dos sistemas, não sendo cobradas quaisquer tarifas.	<b>AdPorto</b>	Deve especificar-se que, quando efetuada a medição, esta será efetuada por contador especialmente instalado para o efeito de controle da água para combate a incêndio.	Sugestão não atendida – o n.º 2 já estabelece expressamente que os consumos poderão ser medidos ou estimados, não se entendendo como imprescindível a colocação de um contador dedicado.	Sem alteração
	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Devem ser cobradas todas as tarifas se existir consumo de água não justificada conforme n.º 3 do mesmo artigo, bem como tarifa de disponibilidade em todas as situações, uma vez que esta tarifa visa a cobertura dos custos com a conservação e manutenção da rede pública que serve a rede privada de incêndios. Aliás, sendo uma rede “em carga” (ou seja, onde a reserva de água está permanentemente disponível para utilização), haverá uma maior necessidade de garantir a sua operacionalidade a todo o tempo, pelo que a tarifa de disponibilidade é devida.	Pelo fim a que se destina a utilização destes ramais, a ERSAR considera que não deve ser cobrada nem a tarifa de disponibilidade, nem a tarifa variável.  Se os dispositivos de combate a incêndios forem utilizados para outros fins, aplicar-se-á a tarifa variável dos utilizadores não-domésticos (condomínios), conforme disposto no n.º 4 do presente artigo e no artigo 9.º do presente Regulamento), sem haver lugar à aplicação da tarifa de disponibilidade. Considera-se esta faturação	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	<p>Quando o imóvel dispuser de ramal exclusivo para incêndio, tem de ser colocado contador e celebrado contrato, devendo ser cobrada a respetiva tarifa fixa de disponibilidade do serviço. Caso o regulamento em apreço venha a não permitir a cobrança da tarifa fixa, isso dará direito ao reequilíbrio económico do Contrato.</p> <p>Muitas vezes, estes pontos de consumo são utilizados para outros fins como, por exemplo, lavagens e regas por parte das administrações de condomínio pelo que as tarifas variáveis devem ser cobradas nestes locais exceto quando o Utilizador demonstrar que o consumo foi efetivamente para combate a incêndio.</p>	ajustada a dissuadir comportamentos erróneos por parte dos utilizadores.	
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	<p>No caso de ser obrigatório a rede manter-se permanentemente em carga (Decreto-lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que aprovou o regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE), e a Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro – Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE), determinam que a rede húmida deve manter-se permanentemente em carga), é necessária a instalação de contadores. Neste caso a água consumida é objeto de medição através de contador para o efeito e é celebrado o respetivo contrato.</p>	<p>A norma em análise permite a instalação de contadores. No que respeita à referência à celebração de contratos, importa notar que estas redes se destinam ao combate a incêndios e outros eventuais usos são indevidos, pelo que não se considera adequada a cobrança de tarifas fixas, sem prejuízo da aplicação das tarifas variáveis em caso de usos indevidos, conforme previsto no n.º 4 do presente artigo.</p>	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
3. Os dispositivos de combate a incêndio instalados nos sistemas de distribuição predial só podem ser utilizados em caso de incêndio, devendo a entidade gestora ser disso avisada pelos utilizadores finais nas 48 horas seguintes ao sinistro.	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Entende-se que o cliente deve avisar a entidade gestora da ocorrência de incêndios e apresentar prova de ocorrência das mesmas, através da apresentação de documento comprovativo da corporação de bombeiros, por forma a existirem evidências para a não cobrança dos volumes de água consumidos.	Concorda-se com o referido, mas não se considera necessário alterar a redação, podendo este procedimento ser especificado no regulamento de serviço.	Sem alteração quanto a este aspeto.
4. Caso não seja dado cumprimento ao estabelecido no número anterior, a faturação da água consumida é associada ao contrato estabelecido para os usos do condomínio.	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se a substituição do texto “... a faturação da água consumida é associada ao contrato estabelecido para os usos do condomínio.” por “... a faturação da água consumida é associada ao contrato existente para o efeito ou a outro do utilizador”.	Não se entende o alcance do proposto, tendo em atenção que a ERSAR, com esta disposição apenas pretende associar a faturação da água consumida à tarifa de não doméstico, e não definir relações contratuais e o seu âmbito.	4. Caso não seja dado cumprimento ao estabelecido no número anterior, a água consumida <u>é faturada ao condomínio ou responsável pela instalação predial de acordo com a tarifa aplicável aos usos não domésticos.</u>
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Proposta de redação: “Caso não seja dado cumprimento ao estabelecido no número anterior, para efeitos de faturação da água consumida, é aplicado o último escalão do contrato em vigor”.	Sugestão não aceite – nas situações em que não se verifique o aviso aqui requerido, entende a ERSAR que deve aplicar-se a tarifa variável para utilizadores não domésticos (condomínios), associada ao volume de água consumida.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>VIMÁGUA</b>	Existem situações além dos condomínios, nomeadamente no caso das indústrias, e que não estão previstas neste artigo.	Sugestão não aceite e redação reformulada.	Ver acima.

## Artigo 50º Lançamentos e acessos interditos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>EMAR – VILA REAL</b>	Concordando na plenitude com o estatuído neste artigo, considera-se que o mesmo carece de cominação por forma a torna-lo efetivamente exequível”.	Em matéria de processamento e aplicação de coimas aos utilizadores finais esclarece-se que a mesma é da competência das entidades titulares nos termos do n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, não sendo este regulamento a sede própria para o efeito.	Sem alteração quanto a este aspeto.
1. Sem prejuízo do disposto em legislação especial, é interdito o lançamento, diretamente ou por intermédio de canalizações prediais, no sistema público de drenagem de águas residuais, qualquer que seja o seu tipo, de quaisquer matérias, substâncias ou efluentes que danifiquem ou obstruam a rede pública e/ou os processos de tratamento das águas residuais urbanas e os ecossistemas dos meios recetores, nomeadamente:  a) Matérias explosivas ou inflamáveis;  b) Matérias microbiológicas, químicas, tóxicas e/ou radioativas, em concentrações consideradas inaceitáveis pelas entidades competentes e efluentes que constituam um elevado risco para a	<b>AdPortugal</b>	Propõe-se aditar novas alíneas para proibir o lançamento de águas residuais previamente diluídas e de efluentes a temperaturas elevadas, que possam danificar ou constituir um risco para a conservação das infraestruturas e equipamentos dos sistemas de drenagem e tratamento, que possam prejudicar o processo de tratamento ou constituam um risco para a saúde pública e para os ecossistemas dos meios recetores”.	Sugestões não aceites uma vez que:  - as águas residuais previamente diluídas podem ser descarregadas na rede desde que não incluam quaisquer matérias, substâncias ou efluentes, constantes no n.º 1 deste artigo;  - os efluentes a temperaturas elevadas (...) já se encontram implícitos na e) do n.º 1 do presente artigo.	Sem alteração
	<b>AdAlenquer AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Falta a referência aos lançamentos interditos de águas pluviais de pátios, terraços, telhados e outros, que não são objeto de medição e faturação e são causadores de um impacto operacional bastante significativo, pelo que se propõe o aditamento de uma nova alínea para. "Águas pluviais."	As interdições referidas no presente artigo referem-se a utilizações indevidas, enquanto que a questão colocada se prende com a conceção das redes prediais e respetiva ligação aos sistemas públicos, pelo que se entende não dever ser incluída aqui.	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>saúde pública ou para a conservação das redes;</p> <p>c) Entulhos, areias, lamas, cinzas, cimento, resíduos de cimento ou qualquer outro produto resultante da execução de obras;</p> <p>d) Lamas extraídas de fossas sépticas e gorduras ou óleos de câmaras retentoras ou dispositivos similares, que resultem de operações de manutenção;</p> <p>e) Quaisquer outras substâncias que, de uma maneira geral, possam obstruir e ou danificar as canalizações e seus acessórios ou causar danos nas instalações de tratamento e que prejudiquem ou destruam o processo de tratamento final.</p>				
<p>2. Só a entidade gestora pode aceder ao sistema público de drenagem de águas residuais, sendo proibido a pessoas estranhas a esta proceder:</p> <p>a) À abertura de caixas de visita ou outros órgãos da rede;</p> <p>b) Ao tamponamento de ramais e coletores;</p> <p>c) À extração dos efluentes.</p>	<b>AEPSA</b>	Proposta de alteração da redação da alínea a): "À abertura de caixas de visita <u>ou outras ações em quaisquer</u> órgãos da rede".	Sugestão aceite..	a) À abertura de caixas de visita <u>ou outras ações em quaisquer</u> órgãos da rede.
	<b>CM de Lousada</b>	Propõe-se aditar nova alínea com a seguinte redação: "Descarga de efluentes não autorizados pela Entidade Gestora".	Sugestão não aceite, uma vez que tal já se encontra implícito no n.º 1 do presente artigo.	Sem alteração quanto a estes aspetos.
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se que seja acrescentado na alínea c) "ou descarga nas caixas de visita":	Sugestão não aceite, uma vez que tal já se encontra implícito na alínea a) do n.º 2, do presente artigo.	

## Artigo 51º Descargas de águas residuais industriais

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>CAP</b>	<p>Deverá ser equacionada a possibilidade de isenção, total ou parcial, da tarifa aplicável à prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas quando se trate de processos industriais que, pelas características inerentes ao seu processo produtivo, incorporem grandes quantidades de água no produto final.</p> <p>Sendo a tarifa calculada em função da água consumida, a CAP é favorável ao estabelecimento de um indicador que permita aferir estas situações, de modo a evitar que algumas agro-indústrias sejam penalizadas pelo facto de utilizarem grandes quantidades de água no seu processo produtivo, que não são proporcionais ao (baixo) volume de descargas de águas residuais nos sistemas públicos de saneamento.</p>	A questão colocada deverá ser abordada no âmbito do futuro regulamento tarifário dos serviços de águas, sendo que o presente regulamento apenas estabelece preceitos de relacionamento comercial não especificando a questão tarifária.	Sem alteração quanto a este aspeto.
1. Os utilizadores que procedam a descargas de águas residuais industriais no sistema público devem respeitar os parâmetros de descarga definidos na legislação em vigor e os valores definidos no regulamento de serviço aplicável.	<b>AdCascais AdPorto AEPSA AQUAPOR AdAlenquer CM de Alenquer</b>	Propõe-se acrescentar a necessidade de obter junto da entidade gestora licença e/ou autorização de descarga no sistema público.	Sugestão aceite.	1. Os utilizadores que procedam a descargas de águas residuais industriais no sistema público devem <u>obter a correspondente autorização junto da entidade gestora</u> e respeitar os parâmetros de descarga definidos na <u>licença de</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				<u>descarga</u> , de acordo com o definido no regulamento de serviço aplicável.
3. No contrato de recolha são definidas as condições em que os utilizadores devem proceder ao controlo das descargas, por forma a evidenciar o cumprimento do disposto no n.º 1.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Devem referir-se os regulamentos das entidades gestoras, a par do contrato de recolha.	Acolhe-se a sugestão.	3. No contrato de recolha <u>ou no regulamento de serviço da entidade gestora</u> são definidas (...).
	<b>AdPorto</b>	Deve também ficar estabelecido que a entidade gestora define, em função das características e volume, a forma e periodicidade como o utilizador faz e demonstra o controlo das condições de operação e dos parâmetros de descarga. Proposta: 3. No contrato de recolha a entidade gestora define as condições em que os utilizadores devem proceder ao controlo das descargas, por forma a evidenciar o cumprimento do disposto no n.º 1, designadamente, comunicar as descargas indevidas e acidentais e as ações adotadas para as controlar, a periodicidade do controle analítico dos parâmetros de descarga e a periodicidade da entrega e do conteúdo dos relatórios de monitorização das descargas nas redes públicas.	Sugestão não aceite, uma vez que tais condições deverão ficar definidas no contrato de recolha ou no Regulamento de Serviço da Entidade Gestora, pelo que tal já se encontra implícito neste n.º 3.	Sem alteração quanto a este aspeto.
4. Sempre que entenda necessário, a entidade gestora pode proceder, direta ou indiretamente, à colheita de amostras para análise e aferição dos resultados obtidos pelo utilizador.	<b>José Colarejo</b>	Fora do contexto da Metrologia, mas suscetível de induzir confusões, o termo "aferição" deveria ser substituído por "avaliação" ou outro que se entenda mais adequado	Acolhe-se a sugestão.	4. (...) à colheita de amostras para análise e <u>avaliação</u> dos resultados obtidos pelo utilizador.

## Artigo 52º Manutenção, recolha, transporte e destino final de lamas de fossas sépticas individuais

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se o aditamento do seguinte ponto neste artigo: “A localização das fossas sépticas obedece a instruções da Entidade Gestora, sendo obrigatoriamente instaladas em locais de fácil acesso, de modo a permitir um trabalho regular de limpeza em boas condições”.	Sugestão não aceite, uma vez que a localização de novas fossas sépticas deve ser apreciada em sede de licenciamento, não cabendo a este regulamento a sua definição.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ser ainda estipulado, pelo menos, uma limpeza por ano e devidamente comprovada.	Sugestão não aceite, uma vez que, em média, a necessidade de limpeza de uma fossa séptica bem dimensionada é de 2 em 2 anos, podendo ser aceites limpezas em prazos superiores, desde que a entidade gestora tenha verificado junto do utilizador final a razão da subutilização, pelo que não se considera existir um prazo único aplicável a todas as situações que possa ficar definido em sede de regulamento.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM do Barreiro</b>	Deve ser esclarecido se os utilizadores são obrigados a solicitar o serviço apenas à entidade gestora, ou o podem fazer a outra entidade certificada.	De acordo com o estatuído na alínea b), do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, os serviços municipais de saneamento de águas residuais incluem a recolha, drenagem, elevação, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais. O legislador entendeu assim, que o serviço de limpeza de	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			fossas sépticas constitui uma obrigação de serviço público, e é prestado em regime de exclusivo (artigo 4.º do mesmo diploma).	
2. É interdito o lançamento das lamas de fossas sépticas diretamente no meio ambiente e no sistema público de drenagem de águas residuais.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Deve ser clarificado se esta norma pretende interditar o despejo de fossas sépticas no sistema público ou se este, consoante determinadas condições de exploração do sistema, pode ser autorizado.	Considera-se a norma clara no sentido de considerar interdito o lançamento das lamas de fossas sépticas diretamente no ambiente e nas redes de drenagem pública de águas residuais.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>Agência Portuguesa do Ambiente</b>	Sugere-se a substituição da expressão “meio ambiente” (utilizada habitualmente no português do Brasil e em língua castelhana) pelo termo “ambiente” (n.º 2 do artigo 52.º).	Sugestão aceite sendo o articulado alterado em conformidade.	3. (renumerado). (...) diretamente <u>no ambiente e/ou</u> no sistema público de drenagem de águas residuais.
	<b>Joaquim Silva</b>	Propõe-se substituir "e" por "ou" ou então "e/ou".	Sugestão aceite, pelo que este número será alterado em conformidade.	
3. Os utilizadores de fossas sépticas devem solicitar à entidade gestora do sistema municipal de saneamento de águas residuais urbanas o serviço de recolha e transporte das lamas, a qual o pode realizar por meios próprios ou recorrendo a prestação de serviços.	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Articular com Alta, se a mesma fornecer esse serviço.	Atento o exclusivo que resulta da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a entidade gestora do serviço em alta apenas presta à entidade gestora da baixa o serviço de tratamento das lamas provenientes de fossas sépticas. Nesta norma apenas se regula o relacionamento do utilizador final com a entidade gestora em baixa.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>SMAS de Sintra</b>	Não resulta claro do texto do Projeto se se visa que a recolha e transporte das lamas de fossas sépticas seja paga através de tarifa fixa de resíduos sólidos – e, nesse caso, importaria fixar o critério da quantidade de vezes ou da quantidade do volume a que o	As regras sobre estrutura tarifária estão previstas no artigo 82.º, cuja redação se clarificou para esclarecer a questão das tarifas aplicáveis ao serviço de limpeza de fossas.	Sem alteração quanto a este aspeto. Reformulada a redação do artigo 82.º através do aditamento de um novo n.º 2:

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		utilizador tem direito num determinado período de tempo.  Caso contrário, a estatuição, no artigo 52º, nº 3, parece violadora do princípio da concorrência, uma vez que, havendo operadores licenciados no mercado para recolha e transporte a destino final adequado de lamas, não deve ser uma obrigação do utilizador requisitar esse serviço à entidade gestora, devendo ser-lhe dada a liberdade para escolher no mercado o operador que melhores condições lhe ofereça.	Quanto à questão relativa aos operadores a quem o serviço pode ser solicitado, sublinha-se que, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, compete aos serviços municipais a recolha, transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais, pelo que a prestação deste serviço constitui um exclusivo municipal, sendo que o mesmo poderá ser efetuado diretamente por meios próprios e/ou de terceiros.	Artigo 82.º  (...)  2. (novo) <u>No caso do serviço de limpeza de fossas sépticas, a aplicação mensal das tarifas fixa e variável previstas no número anterior constitui a contrapartida pela realização de um número máximo anual de limpezas definido no contrato de recolha de acordo com a periodicidade estabelecida nos termos do n.º 2 do artigo 51.º, sendo cada serviço adicional faturado autonomamente, nos termos do RT.</u>
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se que seja acrescentado seguinte texto: “mediante pagamento da tarifa respetiva pelo requerente”.	As regras sobre estrutura tarifária estão previstas no artigo 82.º, cuja redação se clarificou para esclarecer a questão das tarifas aplicáveis ao serviço de limpeza de fossas.	
4. O serviço de limpeza é executado no prazo máximo de 10 dias após a sua solicitação pelo utilizador, devendo, no entanto, quando estejam em causa condições de saúde pública, segurança ou contaminação, ser efetuado logo que a entidade gestora delas tenha conhecimento.	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer SOMAGUE Ambiente</b>	Considera-se que o prazo deveria ser 10 dias úteis.	Sugestão não aceite uma vez que, se considera adequado o prazo de 10 dias corridos.	Sem alteração.
	<b>VIMÁGUA</b>	Considera-se o prazo máximo de 10 dias após solicitação pelo utilizador, para realizar o serviço de recolha e transporte de lamas muito curto, propondo-se que seja considerado o prazo de 30 dias, atenta a natureza do serviço e os meios envolvidos.	Sugestão não aceite uma vez que, quando o pedido de limpeza é efetuado quando a fossa está prestes a atingir o seu limite, um prazo de 30 dias seria excessivamente longo, pondo em causa as condições ambientais e de saúde pública.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
5. No caso de reservatórios ou fossas estanques as limpezas devem ser realizadas de acordo com um planeamento pré-definido com a entidade gestora.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Não se percebe a menção a "reservatórios" no contexto de águas residuais. Não faz sentido existir um planeamento pré-definido para a prestação destes serviços aos utilizadores finais; o serviço tem de ser solicitado à EG em função do nível de utilização dos equipamentos instalados. Eliminar.	Reformulou-se a redação no sentido de abranger todas as fossas sépticas (estanques ou não). Entende-se, porém, justificado o estabelecimento de um planeamento da periodicidade das limpezas, de acordo com as características da fossa e o nível de utilização estimado, por não ser adequado, por razões de segurança, ser o utilizador a proceder à abertura da respetiva fossa para verificar a necessidade de limpeza. Neste sentido, para além da reformulação do número em análise, aditou-se ainda no n.º 4 (n.º 3 do projeto de regulamento) a referência a esta periodicidade.	2. (renumerado) <u>A periodicidade das limpezas é estabelecida de acordo com um planeamento pré-definido com a entidade gestora, tendo por base as características da sua fossa séptica individual.</u>  (...) 4. (renumerado) Os utilizadores de fossas sépticas devem solicitar à entidade gestora do sistema municipal de saneamento de águas residuais urbanas, <u>com a periodicidade definida nos termos do n.º 2,</u> o serviço de recolha e transporte das lamas, a qual o pode realizar por meios próprios ou recorrendo a prestação de serviços.
6. Os efluentes recolhidos nas fossas sépticas individuais, águas residuais urbanas ou lamas, são encaminhados para uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) equipada para o efeito ou para uma entidade operadora de gestão de resíduos licenciada, que possa assegurar a sua valorização ou destino final.	<b>SOMAGUE</b> <b>Ambiente</b>	Propõe-se que o texto, "...que possa assegurar a sua valorização ou destino final" seja substituído por "que possa assegurar o destino de acordo com a legislação em vigor".	Sugestão não aceite, uma vez que uma entidade operadora de gestão de resíduos licenciada deve obrigatoriamente cumprir a legislação em vigor, por forma a garantir a manutenção da sua licença.	Sem alteração.

### Artigo 53º Prioridades de fornecimento

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
A entidade gestora, face às disponibilidades de cada momento, procede ao fornecimento de água atendendo preferencialmente às exigências destinadas ao consumo humano das instalações médico-hospitalares e instalações no âmbito da proteção civil na área da sua intervenção.	<b>AdPorto</b>	O fim habitacional deve constar expressamente dos abastecimentos prioritários. PROPOSTA: A entidade gestora, face às disponibilidades de cada momento, procede ao fornecimento de água atendendo preferencialmente às exigências destinadas ao consumo humano habitacional e das instalações médico-hospitalares, bem como das instalações no âmbito da proteção civil na área da sua intervenção.	Sugestão não aceite. Ainda que deva ser assegurada a disponibilidade de água para o abastecimento público, entende-se, estando em causa a vida e a saúde humanas, que deve ser dada prioridade às instalações médico-hospitalares e às instalações no âmbito da proteção civil na área da sua intervenção.	Sem alteração.

### Artigo 54º Interrupção do serviço de abastecimento de água por razões de exploração

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A entidade gestora pode interromper o abastecimento de água por razões de exploração nos seguintes casos	<b>AEPSA</b>	Propõe-se acrescentar nova alínea: "trabalhos de construção/ligação de novas redes e/ou ramais."	Sugestão não aceite, uma vez que a construção/ligação de novas redes e/ou ramais diz respeito a locais onde ainda não existia abastecimento de água, não sendo assim aplicável o presente artigo.	Sem alteração.
b) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição de ramais de ligação, quando não seja possível recorrer a ligações temporárias;	<b>AdRibatejo SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se a eliminação do texto "(...) quando não seja possível recorrer a ligações temporárias.", por se considerar que se trata de um critério subjetivo. Poderá entender-se que é sempre possível recorrer a ligações temporárias, sendo apenas uma questão de meios. A criação de uma ligação temporária	Sugestão não atendida – por defeito deverá ser equacionada a possibilidade de se estabelecer a uma ligação temporária. No entanto, dever-se-á ter em consideração critérios de razoabilidade, quer em termos técnicos, financeiros e temporais.	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		poderá demorar o mesmo tempo do que os trabalhos a realizar no ramal definitivo.		
d) Casos fortuitos ou de força maior;	<b>AdPortugal</b>	Devem ser adicionadas as situações de carácter urgente, posto que não se reconduzem, nem estão necessariamente compreendidas pelo conceito de “força maior” e/ou “caso fortuito”.	Não se entende o que se considera situações de carácter urgente e a razão pela qual se entende não estarem abrangidas pelas demais alíneas do presente número.	Sem alteração quanto a este aspeto.
2. A entidade gestora comunica aos utilizadores, com a antecedência mínima de 48 horas, qualquer interrupção programada no abastecimento de água.	<b>CM de Águeda</b>	Sugere-se que sejam especificada(s) a(s) forma(s) de comunicação.	Sugestão aceite	2. A entidade gestora comunica aos utilizadores, com a antecedência mínima de 48 horas, qualquer interrupção programada no abastecimento de água, <u>através do respetivo sítio da internet e por comunicação individual ou a afixação de avisos/editais, ou a difusão de anúncios nos meios de comunicação social.</u>
3. Quando ocorrer qualquer interrupção não programada no abastecimento de água aos utilizadores, a entidade gestora informa os utilizadores que o solicitem da duração estimada da interrupção, sem prejuízo da disponibilização desta informação no respetivo sítio da internet e da utilização de meios de comunicação social.	<b>AEPSA</b>	Não é justificável, exceto casos de serem abrangidos clientes especiais tipo hospitais, nem possível do ponto de vista operacional, disponibilizar a informação da interrupção nos meios de comunicação social e no sítio da internet quando a interrupção não programada tiver uma pequena duração. Sugere-se que essa informação via meios de comunicação social e sítio da internet seja obrigatória apenas para interrupções superiores a 4 horas.	Sugestão aceite.	3. Quando ocorrer qualquer interrupção não programada no abastecimento de água aos utilizadores, a entidade gestora informa os utilizadores que o solicitem da duração estimada da interrupção, <u>e, no caso de interrupções cuja duração se preveja superior a 4 horas, disponibiliza essa informação no respetivo sítio da internet e através de meios de comunicação social.</u>
4. Nos casos descritos no número anterior, e tratando-se de	<b>AdPorto</b>	Propõe-se que a adoção de medidas específicas fique sujeita a avaliação da	Sugestão não aceite, uma vez que as medidas específicas a adotar já deverão	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
utilizadores especiais, tais como hospitais, a entidade gestora adota medidas específicas no sentido de mitigar o impacto dessa interrupção.	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	situação, só sendo se exigindo a sua adoção desde que técnica e economicamente viável.	implicar a sua exequibilidade técnica e económica.	
6. Nas situações em que a interrupção se mantenha por mais de 24 horas, a entidade gestora providencia uma alternativa de água para consumo humano.	<b>AdPorto AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	Propõe-se ressalvar no final que a obrigação apenas de providenciar uma alternativa apenas existe se técnica e economicamente possível.	O n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto prevê que nas situações de persistência de incumprimento dos valores paramétricos da qualidade da água, as entidades gestoras devem providenciar uma alternativa de água para consumo humano aos respetivos consumidores, desde que aquelas se mantenham por mais de vinte e quatro horas. Considera-se que esta regra se justifica para todas as situações de interrupção prolongada, independentemente do motivo, por se tratar de um serviço público essencial.	Sem alteração.
	<b>AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	Uma obrigação similar deve também ser prevista para os sistemas em alta.	O n.º 3 e 4 do artigo 21.º regulam as situações em que as entidades gestoras em alta estão obrigadas a providenciar alternativas, sendo importante ter em conta a existência de uma capacidade de reserva por parte da entidade gestora do serviço em baixa (que não existe no caso dos utilizadores finais).	
	<b>AdAlenquer AEP SA AQUAPOR</b>	Esta regra deveria ser flexibilizada de modo a entrar em consideração com o nº de clientes afetados.	Sugestão não aceite, uma vez que se considera que deve existir um princípio de igualdade entre os utilizadores,	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	CM de Alenquer		independentemente do número total de utilizadores afetados.	

#### Artigo 55º Interrupção do serviço de abastecimento de água por facto imputável ao utilizador

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A entidade gestora pode interromper o abastecimento de água, por motivos imputáveis ao utilizador, nas seguintes situações:	AdPorto	Sugere-se acrescentar uma nova alínea com o texto “em caso de avaria na rede predial com perda de água sem medição”.	Sugestão não aceite, uma vez que tal já se encontra implícito na alínea d) do n.º 1 do presente artigo.	Sem alteração.
	AdPortugal	Deve ser incluído o prazo para quando possa ser efetuada a interrupção: de imediato, ou quando careça de notificação e respetivo prazo.	Os prazos já se encontram definidos nos n.ºs 3, 5 e 6 do presente artigo.	
	AdRibatejo	Propõe-se o aditamento de uma nova alínea com o seguinte texto: “Pela não garantia de independência entre a rede predial de abastecimento água para consumo humano, servida pela rede pública, e outras origens de água”, devendo nestes casos admitir-se a interrupção logo que a situação seja detetada.	Sugestão não aceite, uma vez que tal já se encontra implícito na alínea b) do n.º 1 do presente artigo.	
	AEPSA	Propõe-se o aditamento de uma nova alínea com o texto “ausência de condições de salubridade no sistema predial”, no intuito de uniformizar com o estabelecido no Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, alínea b) do nº1 do artigo 60º.”	Sugestão não aceite, uma vez que tal já se encontra implícito na alínea b) do n.º 1 do presente artigo.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se o aditamento de uma nova alínea com a seguinte redação: "Em caso de fuga na rede predial quando o respetivo consumo não esteja a ser medido através de qualquer instrumento de medição".	Em caso de suspeita de fuga na rede predial cujo consumo não seja medido, a entidade gestora deve realizar uma inspeção e determinar as correções necessárias, aplicando-se o procedimento previsto no artigo 47.º, que pode conduzir à suspensão do serviço nos termos da alínea b) do n.º 1 do presente artigo. Reformulou-se a redação do n.º 1 do artigo 47.º para clarificar a inclusão destas situações.	
b) Quando não seja possível o acesso ao sistema predial para inspeção ou, tendo sido realizada inspeção e determinada a necessidade de realização de reparações em auto de vistoria, aquelas não sejam efetuadas dentro do prazo fixado, em ambos os casos desde que haja perigo de contaminação, poluição ou suspeita de fraude que justifiquem a suspensão;	<b>AdPorto</b>	Propõe-se que sejam especificados os casos em que é necessária a substituição da rede predial junto do contador, para que a entidade gestora possa substituir o mesmo. Proposta "Quando não seja possível o acesso ao sistema predial para inspeção ou, tendo sido realizada inspeção e determinada a necessidade de realização de reparações em auto de vistoria, aquelas não sejam efetuadas dentro do prazo fixado, em ambos os casos, designadamente quando haja perigo de contaminação, poluição, suspeita de fraude <u>ou falta de condições para que a entidade gestora proceda à substituição do contador</u> "	Sugestão parcialmente aceite, aditando-se uma nova alínea dado que nas situações previstas na alínea b) é dispensado o aviso prévio, o que não deve ser aplicável à situação indicada.	c) (novo) Quando o utilizador não tenha assegurado as condições necessárias na rede predial para que a entidade gestora proceda à substituição do contador;
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser aditado "... desperdício de água, rotura iminente com risco para pessoas e bens, ou outros...".	Sem prejuízo da importância de combater usos ineficientes de água, entende-se que os desperdícios e roturas a jusante do contador devem ser penalizados através da cobrança dos correspondentes volumes nos termos dos artigos 96.º, 97.º e 100.º. No caso de roturas a montante do contador, veja-se a	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			resposta ao comentário da SOMAGUE Ambiente acima.	
g) Mora do utilizador no pagamento do serviço de fornecimento de água prestado;	DECO	Sugere-se a previsão “sem prejuízo do regime aplicável à prescrição e caducidade”.	Considera-se desnecessária a referência, uma vez que a matéria da prescrição e caducidade estão tratadas no artigo 109.º do projeto de regulamento.	Sem alteração.
h) Em outros casos previstos na lei.	AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	A alínea não considera os regulamentos das EG. Devem ser igualmente abrangidos os casos de não cumprimento do abandono da utilização de poços, e quando se detetam avarias que possam colocar em causa o normal funcionamento do sistema público ou causar danos ambientais ou a terceiros. "Em outros casos previstos na lei ou no Regulamento da Entidade Gestora."	Sugestão não aceite – as situações passíveis de interrupção do serviço estão elencadas no n.º 1 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, bem como noutras disposições legais, às quais os regulamentos de serviço das entidades gestoras se devem conformar não tendo legitimidade para criar outras situações que ultrapassem o legalmente previsto, atento ao direito à continuidade de um serviço que é público e essencial.	Sem alteração.
3. A interrupção do abastecimento de água com base nas alíneas a), b), c) e e) do n.º 1 do presente artigo só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de dez dias relativamente à data que venha a ter lugar.	AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	A menção à alínea b) não deve ser considerada pois, existindo perigo de contaminação, a possibilidade de interrupção do abastecimento deve ser imediata.	Sugestão aceite sendo o articulado alterado em conformidade no n.º 6. De todo o modo, considerando que nas situações a que se refere a alínea b), de interrupção por impossibilidade de acesso para inspeção ou falta de realização das correções solicitadas, é necessário cumprir os prazos previstos no artigo 46.º (inspeção aos sistemas prediais), foi aditado um novo n.º 5 (com renumeração dos subsequentes) clarificando este aspeto.	3. A interrupção do abastecimento de água com base nas alíneas a), c), d) e f) do n.º 1 do presente artigo só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de dez dias relativamente à data que venha a ter lugar".  4. (novo) A interrupção do abastecimento com base na alínea b) está sujeita ao procedimento previsto no artigo 46.º.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
6. Nos casos previstos nas alíneas d) e f) do n.º 1, a interrupção pode ser logo que aquelas situações sejam detetadas.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Deverá ser corrigido face ao comentário do n.º 3. "Nos casos previstos nas alíneas d) e f) do n.º 1 e ainda da alínea b) desde que tenham sido detetadas situações de contaminação, poluição e/ou de fraude, a interrupção pode ser logo que aquelas situações sejam detetadas."	Ver resposta ao comentário ao n.º 3. Foi aditado um novo n.º 5 relativo às situações previstas na alínea b).	Sem alteração
7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, não podem ser realizadas interrupções do serviço em datas que não permitam, por motivo imputável à entidade gestora, que o utilizador regularize a situação no dia imediatamente seguinte, quando o restabelecimento dependa dessa regularização.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Considera-se que esta limitação não deve ser aplicável em caso de roubo, fraude ou perigo de contaminação (uma vez que os restantes casos são objeto de aviso prévio). "7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, não podem ser realizadas interrupções do serviço em datas que não permitam, por motivo imputável à entidade gestora, que o utilizador regularize a situação no dia imediatamente seguinte, quando o restabelecimento dependa dessa regularização, salvo se essa interrupção for realizada nas situações previstas nas alíneas d) e f) no n.º 1 deste artigo e ainda da alínea b) desde que tenham sido detetadas situações de contaminação, poluição e/ou de fraude."	A referência inicial tinha esse objetivo, mas foi clarificada a redação.	8. (renumerado) Salvo nas situações a que se referem os n.ºs 5 e 7, não podem ser realizadas..."
	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se a adição do seguinte texto no final "...exceto nos casos d), f) e a1) do n.º1".		
8. A interrupção do abastecimento, com fundamento em causas imputáveis ao utilizador, não priva a entidade gestora de recorrer às entidades judiciais ou administrativas para garantir o exercício dos seus	<b>AdPortugal</b>	Presume que as entidades gestoras têm competência jurídica para impor coimas, a qual está atribuída aos órgãos administrativos. Não obstante o contrato de fornecimento e de recolha pode e deve	Sugestão não aceite – as entidades gestoras podem recorrer aos meios judiciais bem como participar no processamento das contraordenações nos termos previstos o artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
direitos ou para assegurar o recebimento das importâncias devidas e, ainda, de impor as coimas que ao caso couberem.		prever sanções contratuais por incumprimento.		
	DECO	<p>Não se concorda que seja permitido as entidades prestadoras de serviços públicos essenciais, independentemente do modelo de gestão adotado, recorrer a meios no âmbito do direito público, nomeadamente execuções fiscais, para cobrança de faturação. Os consumidores do serviço de fornecimento de água, nos casos em que este lhes seja prestado por empresas públicas do Estado, empresas municipais ou serviços municipalizados, passam a ser gravemente penalizados, uma vez que ao valor da fatura em dívida acresce o valor da respetiva taxa de justiça, para além dos juros moratórios, traduzindo-se no fim, na maioria dos casos, na duplicação ou triplicação do valor inicial da fatura a pagar.</p> <p>Toda e qualquer entidade que preste um dos serviços elencados no n.º 2 do artigo 1.º da Lei, independentemente da sua natureza pública ou privada ou do título a que o faça, encontra-se obrigada a igual e absoluto respeito dos direitos dos utentes consagrados naquele diploma, não podendo ser beneficiada ou prejudicada em razão da sua natureza.</p> <p>Simultaneamente, gozam os utentes de tais serviços exatamente dos mesmos direitos e estão vinculados aos mesmos deveres, perante as entidades que os prestam, não</p>	<p>Relativamente à competência jurisdicional para dirimir os conflitos em causa, a ERSAR segue o mesmo entendimento, ou seja, entendemos que serão competentes os tribunais cíveis e não os tribunais fiscais. No entanto, e estando em causa a atribuição de competências jurisdicionais, o regulamento de relações comerciais da ERSAR não será o lugar próprio para tal definição, sendo tal matéria da competência exclusiva dos órgãos legislativos.</p> <p>Por último, e tendo por referência a redação da norma, cumpre referir que na falta de pagamento voluntário, para além da interrupção do serviço por atraso no pagamento a entidade gestora pode garantir o pagamento através da obtenção de um título executivo, nomeadamente através do procedimento de injunção, e, posteriormente, da instauração da competente ação executiva. Embora a lei não impeça o recurso simultâneo à interrupção do serviço e à cobrança coerciva, a utilização desta última apenas após o insucesso da primeira medida poderá evitar custos desnecessários para ambas as partes (custas judiciais).</p>	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>podendo assim ser beneficiados ou prejudicados em função da natureza pública ou privada dessas mesmas entidades. Pode-se então concluir que a prestação de serviços públicos essenciais, nomeadamente o serviço de fornecimento de água, assume perentoriamente natureza privada, porquanto podem tais serviços ser indistintamente prestados por entidades de natureza pública ou privada.</p> <p>O preço pago pelo utente pela água consumida constitui a contraprestação (contrapartida) sinalagmática de um contrato de prestação de serviços (de direito privado) para o efeito celebrado com uma entidade prestadora e não um contrato que deva ser enquadrado como administrativo, não tendo, portanto, o preço natureza tributária.</p> <p>Pelo supra exposto, entende esta Associação que deverá ser contemplada no RRC somente a possibilidade de recurso aos Tribunais Judiciais e, em consequência, a proibição expressa do recurso aos Tribunais Administrativos e Fiscais.</p>		



## Artigo 56º Restabelecimento do fornecimento

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Sugere-se o aditamento de novo número para salvaguardar intervenções de cortes especiais, com a eliminação de ramais ou outros. "4. Caso tenha existido uma violação da interrupção do fornecimento de água e haja lugar a uma nova interrupção do fornecimento, pode ser exigido o pagamento de outros previstos no tarifário, para além da tarifa de restabelecimento."	O n.º 2 do presente artigo já se refere ao pagamento da tarifa de restabelecimento a prever no regulamento tarifário. Esta tarifa poderá assumir um valor diferenciado consoante se trate da primeira interrupção ou de nova interrupção na sequência de violação do primeiro	Sem alteração.
1. O restabelecimento do fornecimento de água por motivo imputável ao utilizador depende da correção da situação que lhe deu origem.	<b>AdPorto</b>	Deve acrescentar-se que serão faturados os custos da correção da situação. PROPOSTA: 1. O restabelecimento do fornecimento de água por motivo imputável ao utilizador depende da correção da situação que lhe deu origem, sem prejuízo de lhe serem faturados os custos associados à correção.	A correção da generalidade das situações previstas no artigo 55.º é feita pelo próprio utilizador e não pela entidade gestora. Quando tenha havido danos para a entidade gestora (ex: contador viciado) esta poderá exigir o correspondente ressarcimento nos termos gerais, não se considerando necessário alterar a redação da presente norma.	Sem alteração.
	<b>VIMÁGUA</b>	Há situações em que, depois de frustradas toda as tentativas de corte, os serviços são obrigados a realizar o corte na rua, com um acréscimo significativo de custos, pelo que se questiona a possibilidade de estabelecer uma previsão legal para estas situações, imputando ao devedor todos os custos incorridos pela entidade gestora, pela circunstância de ele ter recusado o acesso ao contador (ex: impor o pagamento de todos os valores que se vierem a apurar como condição para o restabelecimento).	Sugestão não aceite. Pela interrupção será devida a tarifa de restabelecimento, a qual deve recuperar os custos médios com a interrupção e restabelecimento não se entendendo adequado diferenciar em função de circunstâncias que podem ser alheias ao utilizador (configuração da rede predial).	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. No caso da mora no pagamento, o restabelecimento depende da prévia liquidação de todos os montantes em dívida, ou da subscrição de um acordo de pagamento, incluindo o pagamento da tarifa de restabelecimento, nos termos previstos no RT.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Deve salvaguardar-se que o acordo de pagamento poderá não ser autorizado e deve incluir-se referência aos juros.	Sugestão não atendida – o acordo de pagamento pressupõe que ambas as partes concordam quanto à forma e modo de liquidação dos valores em dívida (se a entidade gestora não concordar, não existirá acordo). Por outro lado, a liquidação de todos os montantes em dívida pressupõe o pagamento integral de todas as quantias exigíveis, incluindo eventuais juros de mora e outras penalizações aplicáveis.	Sem alteração.
	<b>AdPorto</b>	Propõe-se substituir “liquidação” por pagamento, tal como consta das faturas que referem “data limite de pagamento”.	Sugestão não atendida – para o presente efeito entende-se que os conceitos são sinónimos.	
	<b>AdPorto</b> <b>SOMAGUE</b> <b>Ambiente</b>	Deve acrescentar-se os restantes encargos: juros e custos administrativos do processamento de pagamento coercivo, quando exista.	A liquidação de todos os montantes em dívida pressupõe o pagamento integral de todas as quantias exigíveis, incluindo eventuais juros de mora e outras penalizações aplicáveis.  Quanto à referência a custos administrativos do processamento de pagamento coercivo não se pode deixar de notar que apenas se considera legítima a faturação de tarifas e valores devidos a título de cláusula penal, (desde que respeitem o regime das cláusulas contratuais gerais, designadamente em matéria de prévia publicitação/comunicação e proporcionalidade).	
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado o que se entende por “... nos termos previstos no RT.”.	Sugestão não aceite - “... nos termos previstos no RT.” significa que a tarifa será definida e aferida nos termos já impostos no RT do serviço de gestão de resíduos urbanos	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			e a definir no RT do serviço de gestão de águas (que vier a ser aprovado).	
3. O restabelecimento do fornecimento é efetuado no prazo máximo de 24 horas após a regularização da situação que originou a interrupção.	AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer	O facto de o prazo ser em horas torna a gestão deste processo desnecessariamente complexa. Salvar intervenções de cortes especiais, com a eliminação de ramais ou outros. "O restabelecimento do fornecimento é efetuado até ao final do dia útil seguinte após a regularização da situação que originou a interrupção, sem prejuízo de situações de natureza mais complexa, cujo restabelecimento carece de trabalhos técnicos não possíveis de realizar no prazo referido, decorrentes do previsto no número anterior".	Pretende-se evitar que os utilizadores possam ver-se privados deste serviço público essencial durante um período prolongado, nomeadamente por não ser dia útil.  Sem prejuízo, aditou-se novo número para salvar as situações em que seja necessária a realização de trabalhos técnicos pela entidade gestora, como executar um novo ramal.	4. (novo) O restabelecimento do fornecimento pode ser realizado em prazo superior ao referido no número anterior quando, justificadamente, careça da realização pela entidade gestora de trabalhos técnicos não possíveis de realizar naquele prazo, devendo, nestes casos o utilizador ser previamente informado das especificidades dos trabalhos a realizar e a duração previsível.
	AdRibatejo	Há situações que requerem vistorias para a verificar a regularização da situação, nomeadamente nas situações previstas nas alíneas d) e f) do artigo anterior. Também há situações extremas, em que a utilização recorrente de meios fraudulentos para consumir água leva à própria anulação do ramal, neste caso a regularização da situação é difícil de realizar em 24 horas, visto que para executar novo ramal pode ser necessário fazer o aviso de corte à população com 48h de antecedência. Propõe-se que sejam definidos prazos que contemplem estas situações.  Também devia ser explicitado o que tem de ocorrer para uma determinada situação ser considerada regularizada., designadamente		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		se é suficiente o utilizador afirmar que resolveu o problema ou se apenas pode ser considerada regularizada após constatação, através de vistoria, da entidade gestora, se esta assim o entender.		
	<b>AdRibatejo</b>	A redação está configurada num pressuposto de relação comercial entre as partes numa situação por falta de pagamento. No entanto, há motivos outros motivos de interrupção por motivo imputável ao utilizador.	O n.º 1 do artigo aplica-se a todas as situações em que a interrupção foi realizada por motivos imputáveis ao utilizador. Apenas o n.º 2 se aplica especialmente ao caso de mora.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Águeda</b>	Poderia ser reforçado que o mesmo se procederá em qualquer dia da semana.	Estabelecendo-se um prazo de 24 horas, o restabelecimento pode ter de ser realizado num dia não útil.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Palmela</b>	Questiona-se da possibilidade do restabelecimento no período indicado, 24 horas após regularização. O serviço de abertura de água/outro, não está disponível no fim-de-semana.	Tratando-se de um serviço público essencial, as interrupções devem ter a menor duração possível.	Sem alteração quanto a este aspeto.

#### Artigo 57º Interrupção ou restrição na recolha de águas residuais urbanas por razões de exploração

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A entidade gestora pode interromper a recolha de águas residuais urbanas nos seguintes casos:				

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
a) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição de ramais de ligação, quando não seja possível recorrer a ligações temporárias;	<b>AdRibatejo SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se a eliminação do texto “(...) quando não seja possível recorrer a ligações temporárias.”, por se considerar que se trata de um critério subjetivo. Poderá entender-se que é sempre possível recorrer a ligações temporárias, sendo apenas uma questão de meios. A criação de uma ligação temporária poderá demorar o mesmo tempo do que os trabalhos a realizar no ramal definitivo.	Sugestão não atendida – por defeito deverá ser equacionada a possibilidade de se estabelecer a uma ligação temporária. No entanto, dever-se-á ter em consideração critérios de razoabilidade, quer em termos técnicos, financeiros e temporais.	Sem alteração.
2. A entidade gestora comunica aos utilizadores, com a antecedência mínima de 48 horas, qualquer interrupção programada no serviço de recolha de águas residuais urbanas.	<b>AdPortugal CM de Águeda</b>	Deve ser clarificado que forma se faz a comunicação aos utilizadores.	Sugestão aceite e reformulada a redação.	2. A entidade gestora comunica aos utilizadores, com a antecedência mínima de 48 horas, qualquer interrupção programada no serviço de recolha de águas residuais urbanas, <u>através do respetivo sítio da internet e por comunicação individual ou a afixação de avisos/editais, ou a difusão de anúncios nos meios de comunicação social, devendo os utilizadores abster-se de utilizar o serviço durante esse período..</u>
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado o que se espera dos utilizadores, e como se procede caso as águas residuais continuem a afluir		
3. Quando ocorrer qualquer interrupção não programada na recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores, a entidade gestora informa os utilizadores que o solicitem da duração estimada da interrupção, sem prejuízo da disponibilização desta informação no respetivo sítio da internet e da	<b>AEPSA</b>	Não é justificável, exceto casos de serem abrangidos clientes especiais tipo hospitalares, nem possível do ponto de vista operacional, disponibilizar a informação da interrupção nos meios de comunicação social e no sítio da internet quando a interrupção não programada tiver uma pequena duração. Sugere-se que essa informação via meios de comunicação social e sítio da internet seja	No caso das interrupções do serviço de saneamento, a necessidade de informação dos utilizadores visa acautelar essencialmente questões operacionais do serviço pela entidade gestora, motivo pelo qual se reformulou a redação proposta (que se adequava ao serviço de fornecimento de água).	3. Quando ocorrer qualquer interrupção não programada na recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores, a entidade gestora informa os utilizadores <u>afetados quando haja risco de insalubridade pública.</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
utilização de meios de comunicação social.		obrigatória apenas para interrupções superiores a 4 horas.		
4. Nos casos descritos no número anterior, e tratando-se de utilizadores especiais, tais como hospitais, a entidade gestora adota medidas específicas no sentido de mitigar o impacto dessa interrupção.	CM de Águeda	Deveria ser feita também referência às escolas e às prisões.	Sugestão não atendida – a referência a hospitais é exemplificativa de um tipo de utilizador especial, conforme n.º 6 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, podendo a entidade gestora, no seu regulamento de serviço incluir outros.	Sem alteração.

#### Artigo 58º Interrupção da recolha de águas residuais urbanas por facto imputável ao utilizador

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A entidade gestora pode interromper a recolha de águas residuais urbanas, por motivos imputáveis ao utilizador, nas seguintes situações:	AdRibatejo	<p>Propõe-se o acréscimo das seguintes alíneas:</p> <p><b>a1)</b> “Verificação de descargas que excedam os valores de caudal instantâneo e/ou volume diário definidos pela Entidade Gestora, em autorização específica, ou valores apresentados em projeto aprovado, que coloquem em causa o correto funcionamento do sistema público;”</p> <p><b>a2)</b> “Verificação de descargas de efluentes gerados a partir de sistemas de captação particular, sem qualquer sistema de medição que permita aplicar a respetiva tarifa de recolha;”</p> <p><b>a3)</b> “Quando o medidor, quando aplicável, for encontrado viciado;”</p>	<p>Aceite a sugestão relativamente à primeira e última alínea. No que respeita à segunda alínea proposta, note-se que a ERSAR recomenda que, sempre que o utilizador não disponha de serviço de abastecimento ou, dispondo, comprovadamente produza águas residuais urbanas a partir de origens de água próprias, a entidade gestora estime o respetivo consumo em função do consumo médio dos utilizadores com características similares, no âmbito do território municipal, verificado no ano anterior.</p> <p>Atentos os impactos ambientais e em termos de salubridade da interrupção do serviço de saneamento, entende-se que todas as interrupções do serviço de saneamento devem ser precedidas de aviso ao utilizador.</p>	<p>c) (novo) Quando o medidor, quando aplicável, for encontrado viciado; (...)</p> <p>g) (novo) Quando sejam verificadas descargas que excedam os valores de caudal instantâneo e/ou volume diário definidos pela entidade gestora, em autorização específica, ou valores apresentados em projeto aprovado, que coloquem em causa o correto funcionamento do sistema público;</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Propõe-se ainda que nestas situações a interrupção possa ser realizada imediatamente, devendo, no entanto, ser depositado no local documento justificativo da mesma.		
	<b>APRH</b>	Compreende-se a necessidade deste artigo, mas questiona-se como será feita essa interrupção, em termos práticos, e como salvaguardar a proteção da saúde pública, em particular nos casos de habitações e locais não desocupados.	O disposto no artigo decorre do estabelecido no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (artigo 60.º e 70.º), sendo que a efetivação da interrupção do serviço de recolha de águas residuais cabe à entidade gestora, a qual deve resultar de uma avaliação criteriosa e ponderados os efeitos de tais interrupções no ambiente e na saúde pública.	Sem alteração.
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Sugere-se que seja incluída a suspeita ou constatação de incumprimento da independência dos sistemas prediais ligados às redes públicas de outros sistemas de águas de origem pluvial ou por outra (por exemplo, captações de água particulares ou sistemas de drenagem, de águas pluviais).	Sugestão não atendida – nas alíneas c) e d) já estão contempladas as ligações indevidas e clandestinas.	Sem alteração.
a) Quando o utilizador não seja o titular do contrato de recolha de águas residuais urbanas e não apresente evidências de estar autorizado pelo mesmo a utilizar o serviço;	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Questiona-se se nos casos em que o titular do contrato não é atualizado, é motivo para a interrupção do serviço.	Ainda que esta situação não esteja expressamente contemplada no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (direito à continuidade do serviço), deve entender-se que não assiste, ao utilizador, o direito à prestação dos serviços, por falta de titularidade ou de autorização para a ocupação do imóvel, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
b) Quando não seja possível o acesso ao sistema predial para inspeção ou, tendo sido realizada inspeção e determinada a necessidade de realização de reparações, em auto de vistoria, aquelas não sejam efetuadas dentro do prazo fixado, em ambos os casos desde que haja perigo de contaminação, poluição ou suspeita de fraude que justifiquem a suspensão;	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	No caso de não existir perigo de contaminação, poluição ou suspeita de fraude, se o cliente não facultar acesso e/ou efetuar as reparações de que foi notificado, dever-se-á poder interromper o serviço.	Sugestão não atendida – a situação aqui prevista encontra-se estatuída no n.º 4 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração.
d) Quando forem detetadas ligações indevidas ao sistema predial de recolha de águas residuais urbanas, nomeadamente pluviais;	<b>APRH</b>	Reconhece-se que deverão ser feitos esforços e criados instrumentos legais para evitar e inverter situações abusivas de afluência de águas pluviais à rede separativa de águas residuais urbanas. No entanto, entende-se que o texto da alínea d) deverá ter uma ressalva que salvguarde as situações excecionais previstas no Regulamento Geral (DR n.º 23/95, de 23 de Agosto, ou proposta de revisão do regulamento aí publicado).	A presente alínea refere-se apenas às ligações indevidas. Nas situações previstas no Decreto-Regulamentar n.º 23/95 não estarão em causa ligações indevidas.	Sem alteração.
	<b>CAP</b>	Apesar de se reconhecer a importância de tendencialmente serem eliminadas as afluências de águas pluviais às redes separativas de drenagem de águas residuais urbanas, entende-se que devem admitir-se, excecionalmente, as construções antigas ainda existentes, essencialmente nas zonas rurais, que foram licenciadas sem aquela separação, sem prejuízo de se promover gradualmente a sua transição para o sistema		



ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>separativo quando ocorram intervenções de reabilitação.</p> <p>Além disso, é conveniente que o disposto Regulamento em apreço fique coerente com a demais regulamentação produzida como é o caso, nomeadamente, da proposta de revisão do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que foi objeto de discussão informal em Julho de 2016. Nesta proposta de Regulamento, ainda que se pretenda promover a transição para o sistema separativo, previa-se a possibilidade de admitir, “em condições excecionais, a ligação de águas pluviais, por exemplo de pátios interiores, ao coletor de águas residuais domésticas e/ou industriais”.</p>		
f) Mora do utilizador no pagamento da utilização do serviço;	<b>AdPorto</b>	Tal como no abastecimento, art.º 55.º, n, º 1 da alínea g) se refere “do serviço de fornecimento de água prestado” deve também aqui precisar-se que a mora se refere ao “serviço de recolha de águas residuais prestado”.	Acolhe-se a sugestão.	h) (reordenado) Mora do utilizador no pagamento <u>do serviço de recolha de águas residuais urbana;</u>
2. A interrupção da recolha de água residuais com os fundamentos previstos no n.º 1 só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de vinte dias relativamente à data que venha a ter lugar e deve ter em	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificada a expressão “... em conta os impactos previsíveis...”.	Considera-se a norma suficientemente clara. Os impactos previsíveis são as consequências esperadas atendendo às circunstâncias de cada caso.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Águeda</b>	Deve ser corrigido para “interrupção da recolha de águas residuais...”.	Sugestão aceite- Efetuada a correção.	2. A interrupção da recolha de águas residuais com os fundamentos (...).

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
conta os impactos previsíveis na saúde pública e na proteção ambiental.	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ficar clarificado a questão de quem paga efetivamente os ramais pluviais.	Esta disposição não tem por objeto determinar custos e suas responsabilidades.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se que, para algumas situações, nomeadamente a prevista na alínea c) do n.º 1 deste artigo (detecção de ligações clandestinas), o prazo seja mais curto (10 dias).	Redação reformulada, diferenciando-se a antecedência em função do motivo que origina a interrupção. No caso das ligações clandestinas e nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a interrupção só pode ocorrer uma vez decorrido prazo razoável definido pela entidade gestora para a regularização da situação.	<p>2. A interrupção da recolha de águas residuais com os fundamentos previstos nas <u>alíneas a) a c) do número anterior</u> só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de <u>dez dias</u> relativamente à data que venha a ter lugar e deve ter em conta os impactos previsíveis na saúde pública e na proteção ambiental.</p> <p>3. A interrupção da recolha de água residuais com os fundamentos previstos nas alíneas <u>d) a g)</u> do n.º 1 apenas pode ocorrer uma vez decorrido prazo razoável definido pela entidade gestora para a regularização da situação, <u>nunca inferior ao previsto no número anterior</u>.</p> <p>4. (novo) A interrupção da recolha de águas residuais com base na alínea h) do n.º 1 só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de 20 dias relativamente à data que venha a ter lugar, nos termos previstos no artigo 105.º.</p>
3. A interrupção da recolha de água residuais com os fundamentos	<b>AdPorto</b>	Devem ressaltar-se, para o caso de alínea f), as situações em que se verifique a recolha de	Sugestão não atendida Se o utilizador do serviço de recolha de águas residuais não	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
previstos nas alíneas a) e f) do n.º 1 apenas pode ocorrer quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água.		águas residuais, quando não esteja contratado o abastecimento.	tiver contratado o abastecimento de água, esta disposição não é aplicável.	
	AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	Acrescentar: e não existam no local soluções privativas de abastecimento de onde decorra a produção de águas residuais.	Sugestão aceite.	5. (renumeração) A interrupção da recolha de água residuais com os fundamentos previstos nas alíneas a) e h) do n.º 1 apenas pode ocorrer quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água <u>ou esta não seja eficaz para impedir a utilização do serviço de drenagem de águas residuais.</u>
	AdAlenquer AEP AQUAPOR CM de Alenquer	Falta a referência à alínea b). Cortar a água pode não ser eficaz caso o Cliente disponha de uma outra fonte de abastecimento, nomeadamente de origem própria. "A interrupção da recolha de água residuais com os fundamentos previstos nas alíneas a), b) e f) do n.º 1 apenas pode ocorrer quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água ou se determine que esta interrupção de abastecimento de água não impede o utilizador de continuar a utilizar o serviço de drenagem de águas residuais, nomeadamente por via de utilização de origens próprias de água."		
	SOMAGUE Ambiente	Sugere-se que seja retirado o n.º 3 deste artigo pelos motivos enunciados no comentário ao n.º 4 do art.º 47.º.	Vide resposta ao comentário referido.	Sem alteração quanto a este aspeto

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4. A interrupção da recolha de água residuais com os fundamentos previstos nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 apenas pode ocorrer uma vez decorrido prazo razoável definido pela entidade gestora para a regularização da situação.	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado o que se entende por "...prazo razoável...".	Entende-se que as soluções técnicas adequadas para regularização da situação devem ser definidas casuisticamente pela entidade gestora, não podendo, por esse motivo, a ERSAR definir um prazo único e aplicável a todas as entidades gestoras. Clarificou-se, de todo o modo que não pode ser inferior ao prazo definido no n.º 2.	Renumerado como n.º 3. Ver nova redação acima em resposta ao comentário ao n.º 2.
	<b>CM de Mafra</b>	Esta norma deveria fixar um prazo mínimo, sob pena de se cair no livre arbítrio das entidades gestoras.		
	<b>AdAlenquer AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Propõe-se excluir a alínea c) (relativa às ligações clandestinas), por se tratar frequentemente de pessoas que não têm sequer qualquer relacionamento contratual com a entidade gestora.	Sugestão aceite.	
	<b>AdSão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	Substituir "pode" por "deve".	Sugestão não atendida – pretende-se definir uma condição necessária para que a entidade gestora possa interromper o serviço.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdSão AEP INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos</b>	Nas situações identificadas na alínea e) do n.º 1, em que as descargas possam por em causa o processo da ETAR, deve ser possível à EG proceder à interrupção do serviço de forma imediato, pese embora com aviso ao infrator.	Sugestão não aceite – entende-se que deve ser dada oportunidade para a regularização da situação num prazo razoável.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde			
5. Não podem ser realizadas interrupções do serviço em datas que não permitam, por motivo imputável à entidade gestora, que o utilizador regularize a situação no dia imediatamente seguinte, quando o restabelecimento dependa dessa regularização.	AdRibatejo	Propõe-se excetuar as situações previstas na alínea e) e nas duas alíneas que se propôs aditar (ver proposta relativa ao n.º 1), bem como retirar a referência à alínea e) do n.º 4.	Sugestão não atendida atento o acima exposto.	Sem alteração
6. A interrupção da recolha de águas residuais urbanas, com fundamento em causas imputáveis ao utilizador, não priva a entidade gestora de recorrer às entidades judiciais ou administrativas para garantir o exercício dos seus direitos ou para assegurar o recebimento das importâncias devidas e ainda, de impor as coimas que ao caso couberem.	DECO	Remete-se para os comentários efetuados ao número 8 do artigo 55º.	Considerações acima analisadas.	Sem alteração.

## Artigo 59º Restabelecimento da recolha

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. No caso da mora no pagamento, o restabelecimento depende da prévia liquidação de todos os montantes em dívida, ou da subscrição de um acordo de pagamento, incluindo o pagamento da tarifa de restabelecimento, nos termos previstos no RT.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Deve salvaguardar-se que o acordo de pagamento poderá não ser autorizado e deve incluir-se referência aos juros.	Sugestão não aceite - o acordo de pagamento pressupõe que ambas as partes concordam quanto à forma e modo de liquidação dos valores em dívida (se a entidade gestora não concordar, não existirá acordo). Por outro lado, a liquidação de todos os montantes em dívida pressupõe o pagamento integral de todas as quantias exigíveis, incluindo eventuais juros de mora.	Sem alteração.
	<b>AdPorto</b>	Propõe-se substituir “liquidação” por pagamento, tal como consta das faturas que referem “data limite de pagamento”.	Sugestão não atendida – para o presente efeito entende-se que os conceitos são sinónimos.	
	<b>AdPorto</b>	Deve acrescentar-se os restantes encargos: juros e custos administrativos do processamento de pagamento coercivo, quando exista.	A liquidação de todos os montantes em dívida pressupõe o pagamento integral de todas as quantias exigíveis, incluindo eventuais juros de mora e outras penalizações aplicáveis.  Quanto à referência a custos administrativos do processamento de pagamento coercivo não se pode deixar de notar que apenas se considera legítima a faturação de tarifas e valores devidos a título de cláusula penal, (desde que respeitem o regime das cláusulas contratuais gerais, designadamente em matéria de prévia publicitação/comunicação e proporcionalidade).	
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado o que se entende por “... nos termos previstos no RT.”.	Sugestão não aceite - “... nos termos previstos no RT.” significa que a tarifa será definida e aferida nos termos já impostos no	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			RT do serviço de gestão de resíduos urbanos e a definir no RT do serviço de gestão de águas (que vier a ser aprovado).	
3. O restabelecimento da recolha é efetuado no prazo máximo de 24 horas após a regularização da situação que originou a interrupção.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	O prazo de 24 horas pode não ser exequível. O facto do prazo ser em horas torna a gestão deste processo desnecessariamente complexa. "O restabelecimento do fornecimento é efetuado até ao final do dia útil seguinte após a regularização da situação que originou a interrupção."	<p>Pretende-se evitar que os utilizadores possam ver-se privados deste serviço público essencial durante um período prolongado, nomeadamente por não ser dia útil.</p> <p>Sem prejuízo, aditou-se novo número para salvaguardar as situações em que seja necessária a realização de trabalhos técnicos pela entidade gestora, como executar um novo ramal.</p>	4. (novo) O restabelecimento da recolha pode ser realizado em prazo superior ao referido no número anterior quando, justificadamente, careça da realização pela entidade gestora de trabalhos técnicos não possíveis de realizar naquele prazo, devendo, nestes casos o utilizador ser previamente informado das especificidades dos trabalhos a realizar e a duração previsível.
	<b>AdRibatejo</b>	<p>Propõe-se que sejam definidos prazos distintos que contemplem situações particularmente sensíveis para o sistema público, como o restabelecimento do serviço de águas residuais a indústrias.</p> <p>Também devia ser explicitado o que tem de ocorrer para uma determinada situação ser considerada regularizada, designadamente se é suficiente o utilizador afirmar que resolveu o problema ou se apenas pode ser considerada regularizada após constatação, através de vistoria, da entidade gestora, se esta assim o entender.</p>		
	<b>CM de Palmela</b>	Questiona-se da possibilidade do restabelecimento no período indicado, 24 horas após regularização. O serviço de abertura de água/outro, não está disponível no fim-de-semana.		
	<b>SOMAGUE</b> <b>Ambiente</b>	Considera-se que o prazo máximo deve ser alargado para 48 horas, uma vez que haverá		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		situações que não é tecnicamente possível executar em 24 horas.		

### Artigo 60º Exclusão da responsabilidade da entidade gestora

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
A entidade gestora não é responsável por danos que possam sofrer os utilizadores, decorrentes de avarias e perturbações ocorridas no sistema público de abastecimento de água e/ou no sistema público de drenagem de águas residuais, bem como de interrupções ou restrições ao fornecimento de água, desde que resultantes de:	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Propõe-se aditar nova alínea: "e) Trabalhos de reparação ou de substituição do sistema público, sempre que se exija essa suspensão".	Sugestão não atendida – a entidade gestora não responde por danos causados por trabalhos de reparação ou substituição se resultarem de casos fortuitos ou de força maior (conforme previsto na alínea a) do presente artigo) ou se corresponderem à execução de obras programadas e desde que os utilizadores tenham sido previamente avisados (alínea b) do presente artigo).	Sem alteração.
	<b>AdPortugal</b>	Devem ser também enunciadas as situações de interrupção do fornecimento de água por facto imputável ao utilizador, por remissão para o disposto no artigo 55º do projeto de Regulamento.	Sugestão não aceite – as situações previstas no artigo 55.º do regulamento referem-se a situações em que a entidade gestora poderá proceder à interrupção do serviço de abastecimento de água por facto imputável ao utilizador, não sendo evidente, ou sequer legal, que em todas as situações ali elencadas, designadamente, por mora no pagamento das faturas, a entidade gestora possa eximir-se da responsabilidade civil por eventuais danos causados nos sistemas prediais.	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AdPortugal</b>	Devem ser adicionadas as situações de carácter urgente, posto que não se reconduzem, nem estão necessariamente compreendidas pelo conceito de “força maior” e/ou “caso fortuito”.	Não se entende o que se considera situações de carácter urgente. A exclusão de responsabilidade prevista nesta norma resulta de uma disposição legal (artigo 294.º do Decreto-Regulamentar n.º 23/95).	Sem alteração.
a) Casos fortuitos ou de força maior;	<b>AdSão AEPSA INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	Há que clarificar, no conceito de Caso fortuito (artigo 3º n.º 2 alínea k) que se incluem nos casos fortuitos as avarias e interrupções não programadas devido a roturas.	Sugestão não atendida – as avarias e as interrupções não programadas apenas serão consideradas casos fortuitos ou de força maior, se se tratarem de acontecimentos imprevisíveis ou inevitáveis que impeçam, a continuidade do serviço, apesar de tomadas pela entidade gestora todas as precauções normalmente exigíveis.	Sem alteração.

#### Artigo 61º Dimensionamento do equipamento de deposição

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. O dimensionamento para o local de deposição de resíduos urbanos é efetuado com base nos seguintes fatores:				
c) Capacidade de deposição do equipamento previsto para o local.	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se que a expressão “capacidade de deposição” seja substituída por “volume útil”.	Sugestão não aceite: Neste contexto, entende-se que o conceito de “capacidade de deposição” é equivalente a “volume útil”	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. As regras de dimensionamento previstas no número anterior devem ser observadas nos projetos de loteamento e de legalização de áreas urbanas de génese ilegal, nos termos a definir no regulamento de serviço.	EGF	Como se referiu em sede de comentários gerais, entende-se que não deve ser aplicado às entidades gestoras em alta o capítulo IV, sob pena de criar dúvidas e incertezas sobre os normativos aplicáveis e os respetivos destinatários das obrigações. Neste sentido, considera-se que o n.º 2 é inaplicável à recolha seletiva.	Sugestão não aceite – pretende-se criar as condições para que as regras de dimensionamento dos equipamentos de deposição (quer indiferenciada, quer seletiva) possam ser atendidas nos projetos de loteamento e de legalização de áreas urbanas de génese ilegal. Reformulou-se a redação no sentido de tornar mais clara a obrigação e seus destinatários..	2. As regras de dimensionamento previstas no número anterior <u>são definidas pela entidade gestora no respetivo regulamento de serviço e comunicadas à entidade responsável pelo licenciamento urbanístico, de modo a poderem ser contempladas</u> nos projetos de loteamento e de legalização de áreas urbanas de génese ilegal.

#### Artigo 62º Localização e colocação de equipamento de deposição

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Compete à entidade gestora, em articulação com o município, sempre que diferente deste, definir a localização de instalação de equipamentos de deposição indiferenciada e/ou seletiva de resíduos urbanos e a sua colocação.	CCDR-Centro (no âmbito do Conselho Consultivo da ERSAR)	A CCDR-Centro manifestou dúvidas quanto à redação deste número.	Nas situações em que o município não constitui a entidade gestora, considera-se fundamental a articulação entre ambas as partes, tendo em conta as atribuições e competências dos municípios em matéria de gestão do espaço público, bem como a atividade das entidades gestoras e a inerente necessidade de instalação de equipamentos de deposição.	Sem alteração.
2. A localização e a colocação de equipamentos de deposição de resíduos urbanos respeitam, sempre que possível, os seguintes critérios:	CM de Águeda	Tendo em conta a matéria em causa, considera-se que deveria ser, igualmente, definida também uma distância mínima entre contentores do mesmo tipo.	Sugestão não aceite: considera-se que a definição de uma distância mínima entre contentores do mesmo tipo constitui um critério que poderá não ter reflexos diretos na qualidade do serviço nem na rentabilização dos equipamentos. Com	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			efeito, tal critério é alheio, entre outros aspetos, à distribuição de alojamentos e necessidades dos utilizadores.	
	CM de Águeda	Sugere-se que seja acrescentado que os contentores deveriam estar localizados em lugares de iluminação pública.	A alínea a) do n.º 2 deste artigo indica critérios para a localização de equipamentos de deposição, designadamente que os referidos locais apresentem condições de segurança aos utilizadores; pelo que se considera que a iluminação se encontra contemplada neste critério.	Sem alteração quanto a este aspeto.
e) Deve assegurar-se uma distância média entre equipamentos adequada, designadamente à densidade populacional e à otimização dos circuitos de recolha, garantindo a salubridade pública;	Joaquim Silva	PROPOSTA: " <i>designadamente, quanto à ...</i> "	Sugestão parcialmente aceite e articulado alterado em conformidade.	e) Deve assegurar-se uma distância média entre equipamentos adequada, <u>atendendo</u> designadamente à densidade populacional e à otimização dos circuitos de recolha, garantindo a salubridade pública;

### Artigo 65º Regras de deposição de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. A deposição está, ainda, sujeita às seguintes regras:	CM de Águeda	Recomenda-se que seja acrescentado "no mínimo", dado que poderão existir mais regras no Regulamento de Serviços.	Sugestão aceite. Acrescentando "no mínimo", a entidade gestora pode densificar a norma com as regras que considerar mais adequadas à sua área de intervenção.	2. A deposição está ainda sujeita, <u>no mínimo</u> , às seguintes regras:

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
b) É obrigatória a utilização do equipamento de deposição seletiva multimaterial, sempre que o mesmo esteja disponível, bem como o cumprimento das regras de separação;	<b>CM de Águeda</b>	Deveriam ser estipuladas regras para outros fluxos de resíduos, tais como pilhas, lâmpadas, etc	Entendeu-se importante definir a regra de proibição de deposição de pilhas e acumuladores usados, REEE, medicamentos fora de uso e resíduos de embalagem de medicamentos nos contentores destinados à recolha indiferenciada de resíduos urbanos (vide alínea f) do n.º 2. De todo o modo, a rede de recolha seletiva destes resíduos obedece a regras diferenciadas definidas nos respetivos diplomas.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>BRAVAL</b>	Propõe-se concretizar o conceito de “disponibilidade” para a recolha seletiva (o artigo 38.º apenas a define para a recolha indiferenciada). Na avaliação efetuada anualmente aos Sistemas, são estipulados os limites de “disponibilidade” para a recolha seletiva): sistema porta-a-porta ou a existência de ecoponto a 200 metros ou menos..	Não sendo formalmente definido na lei (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto) o conceito de disponibilidade do serviço de recolha seletiva, optou-se por clarificar a redação definindo a distância proposta e já considerada no âmbito da qualidade de serviço.	b) É obrigatória a utilização do equipamento de deposição seletiva multimaterial, sempre que o mesmo <u>se encontre a uma distância igual ou inferior a 200 metros</u> , bem como o cumprimento das regras de separação;"
c) Os OAU devem ser acondicionados em garrafa de plástico, fechada e colocada nos equipamentos específicos, não sendo permitido o despejo nos contentores destinados a resíduos urbanos, nas vias ou outros espaços públicos, ou no sistema de drenagem predial ou no sistema público de drenagem de águas residuais, incluindo sarjetas e sumidouros;	<b>BRAVAL</b>	Embora raros, ainda existem contentores para deposição de OAU (“oleões”) em que o sistema é o do despejo do óleo em si, sem qualquer recipiente. A atual redação exclui este tipo de recolha”.	Sugestão aceite, reformulando-se a redação,	c) Os OAU devem ser acondicionados em garrafa de plástico, fechada e colocada nos equipamentos específicos, <u>salvo se a entidade gestora definir outra regra de deposição que salvguarde de igual modo a saúde pública e o ambiente</u> ;  d) <u>Não é permitido</u> o despejo de OAU nos contentores destinados à <u>recolha indiferenciada</u> de resíduos urbanos, nas vias ou outros espaços públicos, ou no sistema de

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				drenagem predial ou no sistema público de drenagem de águas residuais, incluindo sarjetas e sumidouros;
f) Não é permitida a colocação de pilhas e acumuladores usados, REEE, medicamentos fora de uso e resíduos de embalagem de medicamentos nos contentores destinados a resíduos urbanos.	<b>BRAVAL</b>	Embora se perceba o objetivo da norma, atenta a definição legal de RU (resíduo proveniente de habitações, etc...), que também inclui as pilhas e acumuladores usados e os REEE, considera-se que os contentores a si destinados (Pilhão / Ponto Eletrão) também são destinados a resíduos urbanos, pelo que se entende necessário clarificar a presente redação	O que se pretende é evitar a deposição destes resíduos nos equipamentos destinados à recolha indiferenciada. Redação clarificada.	g) Não é permitida a colocação de pilhas e acumuladores usados, REEE, medicamentos fora de uso e resíduos de embalagem de medicamentos nos contentores destinados à <u>recolha indiferenciada</u> de resíduos urbanos.

## Artigo 67º Recolha porta a porta

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Nas zonas em que a recolha é efetuada porta a porta através de contentores de utilização individual, a entidade gestora define em regulamento de serviço as regras de gestão do equipamento de utilização individual, designadamente a responsabilidade de entrega, substituição, reparação, conservação e limpeza de contentores de utilização individual.	<b>DECO</b>	Entende-se que é da responsabilidade das EG a disponibilização, manutenção, reparação, substituição e limpeza dos contentores destinados aos consumidores domésticos. Neste sentido, o número 2 deve prever expressamente uma exceção para os consumidores domésticos e condomínios.	Sugestão não aceite – nos casos em que são disponibilizados contentores individuais aos utilizadores (incluindo os domésticos), ficando os mesmos à sua guarda (muitas vezes no interior dos prédios), pode não ser sempre praticável a realização da sua limpeza pela entidade gestora, cabendo a esta a definição de determinados aspetos inerentes à logística da gestão do serviço.  Note-se que o aqui descrito corresponde a uma prática generalizada, tendo a ERSAR	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. A responsabilidade pela conservação e limpeza desses contentores pode ser transmitida para o utilizador final.			tido a preocupação de exigir que as regras relativas à responsabilidade de entrega, substituição, reparação, conservação e limpeza de contentores de utilização individual sejam definidas através do regulamento de serviço.	

#### Artigo 68º Recolhas dedicadas de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	EGF	Como se referiu em sede de comentários gerais, entende-se que não deve ser aplicado às entidades gestoras em alta o capítulo IV. Entende-se que a aplicação desta disposição às recolhas seletivas realizadas pelas concessionárias de sistemas multimunicipais é suscetível de criar um ónus e custo não compreensível.	As recolhas dedicadas a que se refere o presente artigo constituem uma obrigação da entidade gestora responsável pela recolha indiferenciada, não se aplicando por isso às concessionárias de sistemas multimunicipais. Reformulou-se a redação do n.º 1 para clarificar o âmbito de aplicação.	1. A entidade gestora <u>responsável pela recolha indiferenciada disponibiliza</u> recolhas dedicadas <u>para resíduos volumosos e resíduos verdes, sem prejuízo de outros.</u>
3. A recolha por solicitação prévia é efetuada pela entidade gestora num prazo não superior a 5 dias úteis após a receção do pedido	CM de Águeda	Face à legislação em vigor, deve ser eliminada a referência aos dias úteis e manter apenas dias.	Sugestão não aceite – não sendo indicada que legislação se presume aplicável, refira-se que o n.º 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, referente ao prazo para o início do fornecimento do serviço de abastecimento e de saneamento, estabelece um prazo de cinco dias úteis, pelo que se considera pertinente a analogia.	Sem alteração.

## Artigo 71º Legitimidade para a contratação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas ou de gestão de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPorto</b>	Considerando que o proprietário é aquele que melhor conhece a situação de ocupação do imóvel, propõe-se o aditamento de um novo número entre os n.ºs 5 e 6. PROPOSTA: O proprietário do imóvel que, nos termos do número anterior, não pretenda autorizar a sua continuidade como utilizador dos serviços, deve comunicar à entidade gestora no prazo máximo de 30 dias a indicação do efetivo utilizador, seja arrendatário, comodatário, usufrutuário e/ou a qualquer outro título tenha por si sido autorizado a ocupar o imóvel, sem o que será responsável pelo pagamento dos serviços prestados.	Sugestão não aceite - se o proprietário for titular do contrato e não pretender continuar a sê-lo (consumindo ele ou terceiros autorizados por si), deve denunciar o contrato (sob pena de se manter responsável pelos consumos até que o faça).	Sem alteração quanto a este aspeto.
1. Os utilizadores que disponham de título válido para a ocupação do imóvel podem solicitar a contratualização dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos sempre que os mesmos possam ser prestados nos termos do Artigo 42.º	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Devem ser previstos casos de contratação para locais que não sejam imóveis (jardins, feiras). PROPOSTA: "Os utilizadores que disponham de título válido para ocupação ou utilização de um local de consumo podem solicitar a contratualização dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos sempre que os mesmos possam ser prestados nos termos do Artigo 42.º."	Sugestão não aceite – os jardins incluem-se na categoria de "imóvel" (artigo 204.º do Código Civil), sendo que o artigo 73.º do projeto de regulamento permite a contratação especial para situações como as feiras.	Sem alteração.
2. Para efeitos do número anterior, o título válido tanto pode resultar da compra do imóvel, arrendamento	<b>AEPSA</b>	O conceito de "título válido para a ocupação de imóvel" tem que ser especificado, tendo em consideração não só a contratação do(s)	Esta norma respeita às exigências que se considera legítimo impor a quem pretende contratar um serviço público essencial,	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
ou de outro contrato que legitime a ocupação do imóvel, nomeadamente de usufruto ou comodato.		serviço(s), mas também o cumprimento das obrigações declarativas das EG. De referir, a título de exemplo, a obrigação prevista no nº 1 do artigo 125º do Código do IMI - envio trimestral pela EG à Autoridade Tributária (AT), da lista de novos contratos celebrados bem como das alterações aos contratos existentes, que obriga a EG a ter acesso a informação adicional do proprietário do imóvel. Somos de opinião que a ERSAR deverá articular com a AT o(s) documento(s) necessário(s) apresentar para a celebração ou alteração de contratos.	entendendo-se que não se deve onerar quem pretende legitimamente utilizar o serviço com exigências em matéria fiscal (que em regra respeitam mais ao proprietário do que ao utilizador do imóvel). Perante eventuais dificuldades das entidades gestoras em cumprir a obrigação imposta pelo artigo 125.º do CIMI e tendo em atenção que a Autoridade Tributária e Aduaneira tem acesso aos elementos fiscais de todos os prédios, nomeadamente às inscrições matriciais, considera a ERSAR que a resolução desta questão deve ser encontrada em conjunto com aquela Autoridade a quem as entidades gestoras, enquanto sujeitos passivos da obrigação, devem expor a situação, fazendo notar a dificuldade em confirmar, designadamente, os artigos matriciais, nomeadamente no caso de contratos celebrados com arrendatários, comodatários ou usufrutuários.	
	<b>CM da Moita</b>	Não se prevê a hipótese de o título válido ser uma declaração do proprietário, como anteriormente a ERSAR admitia. Questiona-se se a ERSAR pretende excluir essa hipótese.	Sugestão aceite e articulado alterado em conformidade	2. Para efeitos do número anterior, o título válido tanto pode resultar da compra do imóvel, arrendamento ou de outro <u>documento</u> que legitime a ocupação do imóvel, nomeadamente de usufruto ou comodato.
3. Não pode ser recusada a celebração de contratos de fornecimento e de recolha com	<b>CM de Águeda</b>	Sobre esta matéria e, salvo melhor opinião, considera-se que os pontos 3 e 4 estão em conflito, pelo que se sugere a sua correção.	Sugestão não aceite – não encontra qualquer contradição entre os n.ºs 3 e 4. O n.º 3 aplica-se exclusivamente às situações	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
novo utilizador com base na existência de dívidas emergentes de contrato distinto com outro utilizador que tenha anteriormente ocupado o mesmo imóvel, salvo quando for manifesto que a alteração do titular do contrato visa o não pagamento do débito.			em que as dívidas são emergentes de contrato celebrado por outro utilizador, ou seja, um terceiro, ao passo que o n.º 4 se aplica às dívidas existentes em nome do utilizador em causa – coincidência de sujeitos com contratos sucessivos.	
4. Pode ser recusada a celebração do contrato de fornecimento e de recolha quando não se encontre regularizado o pagamento de dívidas provenientes de anteriores contratos entre a mesma entidade gestora e o mesmo utilizador, salvo se as dívidas se encontrarem prescritas e for invocada a respetiva prescrição ou se tiverem sido contestadas junto dos tribunais ou de entidades com competência para a resolução extrajudicial de conflitos	CM de Lagos	Talvez fosse útil prever a prestação de caução, no caso de contestação junto dos tribunais ou de entidades com competência para a resolução extrajudicial de conflitos, à semelhança do que se faz na execução fiscal para a suspender.	Sugestão não aceite – não compete à ERSAR estabelecer novos requisitos relativos à prestação de caução, matéria que é alvo de legislação própria.	Sem alteração.
	CM da Lousada	Recusa de contratos, sem que sejam pagas as dívidas de contratos anteriores. Procedimento danoso para os serviços.	Não se entende o alcance do comentário, na medida em que a norma confere a faculdade de recusa de contratação para salvaguardar as entidades gestoras.	
	APDA CM de Palmela	Deve ser equiparado ao utilizador o seu cônjuge ou pessoa que viva com ele em união de facto.	Tratando-se de contratos anteriores, considera-se difícil o conhecimento e comprovação da vivência em comum e consequente comunicabilidade das dívidas.	
5. Sem prejuízo das situações em que é admissível a transmissão da posição contratual, previstas no artigoError! Reference source not found. 79.º, sempre que haja alteração do utilizador efetivo do serviço de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas	AdPorto	Deve também ficar a responsabilização pelo pagamento dos serviços entretanto prestados. PROPOSTA: " (...) sob pena de interrupção do fornecimento de água e responsabilidade pelo pagamento dos serviços entretanto prestados, salvo se o titular do contrato em vigor autorizar a sua continuidade."	A responsabilização pelo pagamento de serviços utilizados sem contrato pode ser feita ao abrigo da responsabilidade extracontratual, não se considerando necessária essa referência. De notar apenas que o novo utilizador só poderá ser responsabilizado pelos consumos realizados	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
residuais urbanas, o novo utilizador, que disponha de título válido para a ocupação do local de consumo, deve solicitar a celebração do contrato de fornecimento antes do registo de novos consumos, sob pena de interrupção do fornecimento de água, salvo se o titular do contrato em vigor autorizar a sua continuidade.			posteriormente à data do título que legitima a sua ocupação do imóvel.	
	<b>AdPortugal</b>	Considera-se que esta regra é desnecessária e confusa. Sempre que há alteração do titular do contrato há uma nova celebração do contrato que é gratuita. Não há qualquer necessidade de transmissões da posição contratual. Se o novo utilizador não tiver título válido para ocupação do local, faz-se um contrato "condicionado" (similar ao previsto no artigo 73º/2).	Sugestão não aceite – entende-se que se deve admitir tanto a transmissão da posição contratual como a celebração de novos contratos.	
	<b>CM de Lagos CM de Mafra</b>	Deve prever-se que forma deve ser utilizada para a autorização da continuidade do contrato em nome do anterior titular.	Sugestão não aceite – entende-se que deve ser a entidade gestora a definir no respetivo regulamento de serviço a forma, bem como os procedimentos a adotar para a manutenção do contrato.	
6. Os proprietários dos prédios ligados à rede pública, sempre que o contrato de fornecimento de água não esteja em seu nome, devem solicitar aos respetivos ocupantes que permitam o acesso da entidade gestora para a retirada do contador, caso ainda não o tenham facultado e a entidade gestora tenha denunciado o contrato nos termos do Artigo 26.º.	<b>AdAlenquer AdPorto AEP AQUAPOR CM de Alenquer AdPortugal CM de Mafra SOMAGUE Ambiente</b>	A referência ao artigo 26.º está errada pois refere-se ao relacionamento das EG em alta e em baixa.	Corrigida a remissão para o artigo relativo à denúncia dos contratos com os utilizadores finais (79.º da redação final/80.º do projeto).	6. (...) caso ainda não o tenham facultado e a entidade gestora tenha denunciado o contrato nos termos do <u>artigo 79.º</u> .
	<b>AdAlenquer AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	O termo "solicitar" é demasiado vago, propondo-se estabelecer que os proprietários devem garantir o acesso da entidade gestora para a retirada do contador.	Sugestão não aceite – sem prejuízo de os locatários deverem permitir (e até colaborar e facilitar) que o proprietário/senhorio visite o local, para inspecionar (artigo 1038.º, alíneas b) do Código Civil), este último não	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			consegue garantir o efetivo acesso ao locado através de meios diretos.	
	<b>CM de Lagos</b>	Deveria referir-se que os proprietários e os ocupantes devem permitir diretamente o acesso à entidade gestora naquelas condições, sem necessidade de solicitação dos primeiros aos segundos.	A alínea h) do n.º 1 do artigo 37.º do presente regulamento já prevê a obrigação dos utilizadores permitirem o acesso ao contador, pelo que a presente disposição constitui um reforço da mesma, para as situações em que aquela obrigação não seja cumprida.	Sem alteração quanto a este aspeto.
7. Se o último titular do contrato e o requerente do novo contrato coincidirem na mesma pessoa, aplica-se o regime da suspensão e reinício do contrato a pedido do utilizador previsto no Artigo 76.º.	<b>CM de Palmela</b>	Não se entende o alcance do pretendido pelo texto.	Com a aplicação do regime da suspensão e reinício do contrato previsto no artigo 76.º (por oposição à celebração de novo e distinto contrato) pretende-se permitir à entidade gestora aplicar a tarifa de suspensão e restabelecimento (enquanto que na celebração de novo contrato não haverá lugar à aplicação de qualquer tarifa de contratação), evitando que os utilizadores denunciem e celebrem contratos, de forma sucessiva, em situações que correspondem materialmente ao da suspensão e reinício, tratada no artigo 76.º (a suspensão do contrato significa a não produção temporária de todos os efeitos decorrentes do contrato para ambas as partes – utilizador e entidade gestora. Embora a lei não regule especificamente a suspensão dos contratos de fornecimento e de recolha, esta figura pode revelar utilidade nas situações em que, por exemplo, o utilizador se pretende ausentar por um período significativo do local de consumo e	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			pretende evitar não apenas consumos abusivos por parte de terceiros, mas também o pagamento dos encargos fixos decorrentes da simples vigência do contrato). A existência de uma tarifa de suspensão e restabelecimento do serviço a pedido do utilizador desincentivará a utilização deste procedimento por ausências não prolongadas.	
	DECO	Recomenda-se que a aplicação deste regime, neste ponto, tenha uma validade no tempo, pois não parece razoável a sua aplicação quando a habitação estiver desocupada por longos períodos de tempo, por exemplo, superiores a 1 ano.	Sugestão não aceite. A ERSAR entende que a situação descrita neste número é aplicável unicamente se o titular e o requerente do novo contrato coincidirem na mesma pessoa, sendo que o período de suspensão depende da vontade daquele.	

#### Artigo 72º Contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Os contratos de fornecimento e de recolha devem ser titulados por documento escrito, sem prejuízo de poderem ser celebrados, nos termos da legislação aplicável em matéria de contratos celebrados à distância, ao domicílio e equiparados.	DECO	Sugere acrescentar-se a obrigação de entrega ao consumidor de um exemplar do contrato reduzido a escrito.	A obrigação de envio das condições contratuais não está prevista no n.º 3.	Sem alteração.
	Joaquim Silva	Eliminar a vírgula.	Sugestão aceite.	1. (...) sem prejuízo de poderem ser celebrados nos termos da legislação aplicável em matéria de contratos celebrados à distância, ao domicílio e equiparados.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
3. A entidade gestora disponibiliza aos utilizadores, por escrito e no momento da celebração do contrato de fornecimento e de recolha, ou no prazo máximo de 30 dias contados da solicitação do serviço, as condições contratuais da prestação do serviço, incluindo informação clara e precisa acerca:	CM de Águeda	Sugere-se que sejam incluídas as palavras “pelo menos” para complementar a frase.	Sugestão aceite.	3. (...) as condições contratuais da prestação do serviço, incluindo, <u>no mínimo</u> , informação clara e precisa acerca: (...)”
	DECO	Considera-se que o prazo de 30 dias deve ser retirado, pois as condições contratuais devem ser facultadas ao consumidor no momento da celebração do contrato, tendo em atenção o artigo 8.º da Lei nº 24/96, de 31 de julho, que exige que o consumidor seja informado de forma clara, objetiva e adequada, tanto na fase de negociações como na fase de celebração do contrato, assim como o artigo 4.º do Decreto-Lei nº 24/2014 de 14 de fevereiro (regime aplicável aos contratos celebrados à distância e aos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial), que estabelece que antes do consumidor se vincular a um contrato devem ser-lhe facultadas as informações pré-contratuais previstas nessa norma. É obrigação do fornecedor a entrega ao consumidor de uma cópia do contrato assinado, nos termos do artigo 9º nº 2 do Decreto-Lei 24/2014 de 14 de fevereiro.	Nas situações em que não seja a mesma entidade gestora a prestar os três serviços e o pedido de contratação seja feito pelo utilizador apenas à entidade gestora responsável pelo serviço de abastecimento, o n.º 5 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, permite que o envio das condições contratuais seja feita posteriormente. Reformulou-se a redação para clarificar que se pretendia aludir a esta situação.	3. (...), ou no prazo <u>referido no n.º 7 quando aplicável</u> (...)
f) Os meios e prazos de pagamento, bem como situações em que se admitem condições especiais de pagamento;	AdAlenquer AdCascais AQUAPOR CM de Alenquer	Propõe-se eliminar dado que os meios e prazos de pagamento podem ser alterados ao longo do contrato pelo que se considera que esta informação não deverá ser detalhada no documento das condições contratuais.	Sugestão não aceite – os meios e os prazos de pagamento integram elementos essenciais da faturação dos serviços prestados, sendo imprescindível que os utilizadores conheçam antecipadamente essas condições contratuais. havendo alteração dos meios e prazos de pagamento,	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			devem ser reenviadas novas condições contratuais. É informação suficientemente importante para ser objeto de uma comunicação individual.	
g) Condições de suspensão do serviço;	DECO	Recomenda-se a inclusão da informação sobre as condições de denúncia do contrato, adicionalmente às da suspensão do serviço.	Sugestão aceite.	g) Condições de suspensão do serviço <u>e denúncia do contrato</u> ;
4. Quando o serviço de abastecimento de água, serviço de saneamento de águas residuais urbanas e serviço de gestão de resíduos urbanos sejam disponibilizados simultaneamente, o contrato é único e engloba todos os serviços.	AdSJoão INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	Deve ser acrescentado “exceto quando prestado por entidades diferentes”.	Sugestão aceite.	4. Quando o serviço de abastecimento de água, o serviço de saneamento de águas residuais urbanas <u>e/ou</u> o serviço de gestão de resíduos urbanos sejam disponibilizados simultaneamente <u>e pela mesma entidade gestora</u> , o contrato é único e engloba todos os serviços prestados <u>por essa entidade</u> .
	AEPSA	Os serviços referidos são muitas vezes prestados por entidades diferentes, logo o contrato não deve ser único.  PROPOSTA: “[...] sejam disponibilizados simultaneamente pela mesma EG, o contrato é único, nos restantes casos, terão de existir contratos separados.”		
	DECO	Para garantir os direitos dos consumidores, nos casos em que existem múltiplas entidades prestadoras, mesmo sendo uma única entidade a faturar os serviços, recomenda-se que a EG seja responsável	Sugestão não aceite – A entidade gestora que fatura é responsável por identificar as demais entidades gestoras por conta de quem fatura os demais serviços, mas considera-se excessivo exigir-lhe o cumprimento dos demais deveres de	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		pelo cumprimento dos deveres de informação respeitantes a todos os serviços.	informação, que pressupõem um conhecimento dos termos da prestação desses serviços que ela não tem.	
5. Nas situações em que o serviço de saneamento de águas residuais urbanas ou o serviço de gestão de resíduos urbanos não sejam disponibilizados simultaneamente com o serviço de abastecimento de água, consideram-se contratados desde que haja efetiva utilização do serviço e a entidade gestora remeta por escrito aos utilizadores as condições contratuais da respetiva prestação.	<b>AdPortugal</b>	<p>Deve ser retirada a expressão “...efetiva utilização do serviço...”. Pode tratar-se de uma casa de emigrante ou de pessoa ausente por doença ou velhice. Acresce que existem clientes que podem não ligar à caixa de ramal, e esvaziar periodicamente a fossa por bombagem com tubo amovível para essa caixa. Por este critério nunca será faturado.</p> <p>Considerando o artigo 48º do Decreto-lei 226-A/2007 de 31 de maio, deverá bastar que a caixa de ramal tenha sido construída e a entidade gestora tenha remetido aos utilizadores as condições de ligação. Isto é coerente com artigo 75º deste Regulamento (ramais de saneamento). Idem para quando haja primeiro serviço de saneamento e só mais tarde serviço de abastecimento de água.</p>	<p>Sugestão não aceite – apenas a efetiva utilização dos serviços legitima a entidade gestora a faturar os mesmos, não bastando apenas a sua disponibilidade. O esvaziamento da fossa também corresponde a uma utilização do serviço.</p> <p>O artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007 refere-se às condições em que podem funcionar sistemas públicos e particulares de disposição de águas residuais, enquanto o presente artigo do regulamento das relações comerciais refere-se ao momento em que se considera contratado o serviço de saneamento, o que é matéria distinta.</p> <p>O artigo 75.º do regulamento refere-se ao início de produção de efeitos do contrato, considerando-se que com a conclusão do ramal de saneamento passa a existir utilização efetiva do serviço, salvo se o imóvel se encontrar comprovadamente desocupado.</p>	Sem alteração.
	<b>CM de Lagos</b>	Deve referir-se não à efetiva utilização - difícil de provar pela entidade gestora – mas sim à disponibilidade do serviço em função da distância mínima. Deve ser previsto igualmente um contrato específico para este tipo de situação.		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
6. Quando a entidade gestora do serviço de abastecimento de água não seja responsável pelos serviços de saneamento e de gestão de resíduos, deve enviar às entidades gestoras destes serviços uma listagem mensal dos novos utilizadores do serviço de abastecimento, considerando-se todos os serviços contratados a partir da data do início de fornecimento de água, caso estes não tenham sido objeto de contrato autónomo.	<b>AEPSA</b>	Não basta uma listagem mensal de novos contratos, são necessárias as rescisões bem como as leituras para efeitos de faturação.	Entende-se a mais valia da sugestão, entendendo-se, porém, mais adequado incluir este dever no artigo relativo aos deveres gerais das entidades gestoras.	Artigo 35.º (Deveres das entidades gestoras) (...) 5. (novo) Quando a entidade gestora do serviço de abastecimento de água não seja responsável pelos serviços de saneamento e de gestão de resíduos, deve enviar às entidades gestoras destes serviços toda a informação necessária para que conheçam o universo dos respetivos utilizadores e níveis de utilização do serviço de forma atempada, em condições a acordar entre as entidades gestoras envolvidas.
8. As entidades gestoras devem informar, de forma antecipada os seus utilizadores acerca de qualquer intenção de alteração das condições contratuais vigentes.	<b>AdPorto</b>	Deve ser estabelecido um prazo de antecedência em relação à aplicação das alterações, como por exemplo 30 dias.	Sugestão aceite e articulado alterado em conformidade.	8. As entidades gestoras devem informar, <u>por escrito, com antecedência mínima de 30 dias</u> , os seus utilizadores acerca de qualquer intenção de alteração das condições contratuais vigentes.
	<b>DECO</b>	Além da obrigação de informar sobre qualquer alteração contratual, esta deverá ficar dependente da concordância do consumidor. Considera-se ainda que apenas deve ser proposta uma alteração contratual unilateral, por parte da EG, em virtude de uma alteração legislativa ou regulatória que o justifique.	A alteração das condições contratuais não pode ser objeto de negociação, na medida em que se trata de contratos de adesão. A alternativa de que dispõem os utilizadores é a denúncia do contrato.	Sem alteração quanto a este aspeto.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	CM de Águeda	A frase deveria ser mais objetiva e clara, nomeadamente à definição de "antecipada".	Sugestão aceite e introduzido um prazo mínimo de 30 dias.	Ver redação proposta em resposta ao comentário da AdPorto.

### Artigo 73º Contratos especiais

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	AdPortugal	Para os contratos com utilizadores industriais, por exemplo, deverá ser prevista a possibilidade de o contrato incluir, quando aplicável, a obrigação de subscrição de seguro de risco ambiental, de seguro de responsabilidade civil, e a obrigação de prestação de caução.	A possibilidade de exigência de caução já está prevista no artigo 76.º do regulamento (77.º na versão do projeto). Quanto às demais exigências, a serem admissíveis resultarão de imposição legal e não serão de aplicação generalizada a todos os utilizadores industriais, pelo que não se considera adequado incluí-las no presente regulamento.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	CM de Águeda	Deve ser incluída a solicitação da indicação da empresa contratada.	Não se entende o alcance do comentário.	Sem alteração quanto a este aspeto.
1. São objeto de contratos especiais os seguintes serviços:	AdSJoão INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Vila do Conde INDAQUA Oliveira de Azeméis	Deve ser alterado para “Podem ser objeto de contratos especiais....”	Sugestão não atendida – a presente norma é vinculativa resultante expressamente do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	INDAQUA Sto. Tirso/Trofa			
<p>b) Serviços de fornecimento de água que, devido ao seu elevado impacto na rede pública, devam ter um tratamento específico, designadamente, hospitais, escolas, quartéis, complexos industriais e comerciais e grandes conjuntos imobiliários.</p> <p>c) Serviços de recolha de águas residuais urbanas que, devido ao seu elevado impacto no sistema público de drenagem de águas residuais, devam ter um tratamento específico, designadamente, hospitais e complexos industriais e comerciais.</p>	VIMÁGUA	O teor das alíneas b) e c) artigo deve ser esclarecido ou revisto, porquanto a excecionalidade decorrente de serviços com elevado impacto dos serviços públicos parece ser matéria que deve ser acautelada no processo de licenciamento e não no processo de contratação do serviço.	A presente disposição pretende contemplar condições especiais na prestação do serviço, designadamente a imposição de condições contratuais mais exigentes relativamente à continuidade do serviço para hospitais, ou a exigência aos utilizadores industriais de pré-tratamento das respetivas águas residuais ou auto controlo da qualidade das mesmas.	Sem alteração.
2. É admitida a contratação dos serviços de águas e resíduos em situações especiais, como as a seguir enunciadas, e de forma transitória:	AEPSA	Há que estabelecer quem define os termos dos contratos especiais.	As situações previstas no n.º 2 não exigem necessariamente que os contratos tenham termos especiais, salvo quanto à vigência (precária) dos contratos (até que seja clarificada ou resolvida a situação descrita nas alíneas a) e b)).	Sem alteração.
a) Litígios entre os titulares de direito à celebração do contrato, desde que, por fundadas razões	AdPorto	Entende-se que "fundadas razões sociais" é um termo vago e de difícil concretização e suscetível de divergências e conflitos, propondo-se: "Litígios entre os titulares de direito à celebração do contrato, desde que,	A redação sugerida afigura-se mais ampla do que a constante do projeto, permitindo maior discricionariedade à entidade gestora, o que se considera ser de evitar.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
sociais, mereça tutela a posição do possuidor;		quando devidamente comprovada, mereça tutela a posição do possuidor;"		
	<b>AEPSA</b>	<p>Propõe-se a exclusão desta alínea, por se considerar que deixa a EG numa posição fragilizada em caso de incumprimento do utilizador e caso pretenda recorrer a ação judicial (tem sido frequente a perda de ações em tribunal por falta de evidência de documentos habilitadores da relação contratual estabelecida)</p> <p>Relativamente aos prédios que não reúnam a documentação administrativa necessária para a celebração de contratos (ex; licença de utilização do imóvel) o contrato de arrendamento ou a escritura pública de aquisição, não tem sido impeditivo da celebração de contratos de abastecimento de água e/ou recolha de águas residuais, a título precário, normalmente designado tarifário para obras. Terminado esse período de obras e reunidas as condições para a celebração do contrato, por exemplo de utilizador doméstico, a transição decorre naturalmente e sem qualquer interrupção de serviço e sem custos para o utilizador.</p> <p>Considera-se que só haverá lugar à contratação dos serviços desde que a documentação apresentada pelo utilizador o habilite à celebração do contrato.</p>	Sugestão não aceite - por estar em causa um serviço público essencial, algumas situações especiais poderão justificar a celebração de contratos precários, apesar da inexistência de um título para a ocupação do imóvel, designadamente quando se verifique a existência de um litígio entre os titulares de direito à celebração do contrato e desde que, por fundadas razões sociais, a posição do possuidor mereça tutela (por exemplo num caso de divórcio com filhos menores), ou na fase prévia à obtenção de documentos administrativos necessários à celebração do contrato de fornecimento e de recolha. Não se prescinde da apresentação documental a qual terá necessariamente de ser posteriormente entregue ou ratificada.	
b) Na fase prévia à obtenção de documentos administrativos	<b>AdCascais</b>	Não deverá ser considerada a hipótese de celebração de contrato sem apresentação	Sugestão não aceite - por estar em causa um serviço público essencial, algumas situações	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
necessários à celebração do contrato.		da documentação necessária. PROPOSTA: Eliminar.	especiais poderão justificar a celebração de contratos precários, apesar da inexistência de um título para a ocupação do imóvel, designadamente na fase prévia à obtenção de documentos administrativos necessários à celebração do contrato de fornecimento e de recolha. Não se prescinde da apresentação documental a qual terá necessariamente de ser posteriormente entregue ou ratificada.	
	AdPorto	Esta situação pode abrir portas para que sejam solicitados contratos para situações ainda não legalizadas e nunca será possível legalizar. Propõe-se acrescentar-se que tal será aceite desde que comprovadamente os mesmos tenham sido solicitados e o prazo para a sua emissão se encontre excedido sem que a responsabilidade seja do utilizador.	Sugestão parcialmente aceite. Considera-se que a prova da ultrapassagem do prazo e da responsabilidade pela falta de decisão onera desnecessariamente o processo. Sendo uma contratação transitória, entende-se ser de admitir maior flexibilidade.	b) Na fase prévia à obtenção de documentos administrativos necessários à celebração do contrato, <u>desde que seja comprovada a sua solicitação;</u>
	AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	A hipótese de celebração de contrato sem apresentação da documentação necessária não deve estar prevista em casos de suspeita de fraude. Proposta: b) Na fase prévia à obtenção de documentos administrativos necessários à celebração do contrato, salvo quando for manifesto que a alteração do titular do contrato visa o não pagamento do débito.	Sugestão não atendida – em caso de suspeita de fraude, a entidade gestora poderá obstar a celebração do contrato, nos termos do n.º 3 do artigo 70.º (71.º do projeto de regulamento)	Sem alteração

## Artigo 74º Domicílio convencionado

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. No caso de se verificar a alteração do domicílio convencionado, a mesma produz efeitos no prazo de 30 dias após a sua comunicação pelo utilizador à entidade gestora.	DECO	O prazo de 30 dias para produção de efeitos de uma alteração do domicílio convencionado é claramente excessivo, e pode provocar constrangimentos ao pagamento das faturas entretanto emitidas. Tratando-se de um procedimento meramente administrativo, recomenda-se a redução deste prazo para, no máximo, 5 dias.	Sugestão parcialmente aceite, sendo o prazo alterado para 15 dias.	2. No caso de se verificar a alteração do domicílio convencionado, a mesma produz efeitos no prazo de 15 dias após a sua comunicação pelo utilizador à entidade gestora.

## Artigo 75º Vigência dos contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. O contrato de abastecimento de água produz os seus efeitos a partir da data do início de fornecimento, o qual deve ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis contados da solicitação do contrato, com ressalva das situações de força maior.	AdAlenquer AdCascais AdPortugal AQUAPOR CM de Alenquer	Deverão ser salvaguardados os casos em que o abastecimento não é iniciado por responsabilidade do cliente (falta de acesso, por exemplo).	Sendo a situação imputável ao utilizador, fica naturalmente a entidade gestora desonerada do cumprimento do prazo previsto nesta disposição.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdRibatejo	Nos casos simples 5 dias úteis será um prazo adequado, mas há outras situações em que poderá não ser assim, nomeadamente quando o ramal ainda não está executado (pode ser necessária a obtenção de licenças junto da IP para estradas nacionais), quando seja necessária a realização de vistorias e até de análise de projetos, nomeadamente no	Sugestão atendida e reformulada a redação.	1. O contrato de abastecimento de água produz os seus efeitos a partir da data do início de fornecimento, o qual deve ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis contados da solicitação do contrato, com ressalva das situações de força maior <u>e desde que asseguradas as</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		caso de utilizadores que produzem águas residuais industriais, etc.		<u>condições físicas para efetivação da ligação.</u>
	AdSJoão INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	No prazo estabelecido há que excecionar os casos em que é necessário executar um novo ramal uma vez que a construção de um ramal não é, muitas vezes, consentânea com o prazo indicado (necessidade de licenciamento e desvios de trânsito).		
	DECO	Deve existir uma maior clarificação no que diz respeito às situações de força maior que poderão obstar ao início da prestação do serviço, uma vez que se trata de um serviço público essencial.	Sugestão não aceite: o conceito integra o elenco das definições previsto no artigo 3.º deste regulamento.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. No caso de contrato autónomo para a prestação do serviço de recolha de água residuais, considera-se que o contrato produz os seus efeitos:  a) A partir da data de conclusão do ramal, se o serviço for prestado por redes fixas, salvo se o imóvel se encontrar comprovadamente desocupado;	VIMÁGUA	Deve ser esclarecido se isto significa, também, início de faturação do serviço, independentemente de existir efetiva ligação do prédio e rejeição de águas residuais. Os tribunais não o têm aceite, nomeadamente em procedimentos de cobrança coerciva de dívidas.	Redação clarificada. Tem de existir utilização efetiva do serviço e por esse motivo se ressalvam as situações em que o imóvel se encontre comprovadamente desocupado.	a) A partir da data de <u>ligação do ramal à rede predial</u> , se o serviço for prestado por redes fixas, salvo se o imóvel se encontrar comprovadamente desocupado;

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
b) A partir da data da outorga do contrato, se o serviço for prestado por meios móveis.	VIMÁGUA	Considera-se que o Regulamento não é suficientemente explícito quanto à obrigatoriedade de contratação deste serviço por todos quantos na área de intervenção da entidade gestora não têm disponível o serviço de rede pública de saneamento. Será, ainda, necessário esclarecer a tipologia do contrato pretendido e o modo de faturação que lhe deverá estar associado.	Nos termos dos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, o serviço de limpeza de fossas sépticas faz parte do serviço público de saneamento e constitui um exclusivo da entidade gestora, pelo que se entende a sua contratação como obrigatória.	Sem alteração.
5. A cessação do contrato de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas e/ ou de recolha de resíduos ocorre por denúncia, nos termos do artigo 80.º ou caducidade, nos termos do artigo 81.º.	AdPorto	Não parece que tenha que ser inserido aqui este número.  O mesmo deve ser inserido mais adiante, quando se estabelecem as disposições para a cessação do contrato, pois o regulamento deve ser um documento sequencial, sem necessidade de antecipar momentos jurídicos subsequentes.	Sugestão não atendida tendo em atenção que este artigo diz respeito à vigência dos contratos pelo que se considera essencial a existência de norma relativa à cessação do mesmo.	Sem alteração.

#### Artigo 76º Suspensão e reinício do contrato de fornecimento e/ou de recolha

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	APDA	Clarificar conteúdo	Não se entende o alcance do comentário, designadamente que matérias precisam de ser clarificadas.	Sem alteração.
	AdPortugal	O regime da suspensão de contrato deverá conter ainda uma previsão expressa que habilite a entidade gestora a proceder ao	Sugestão não atendida – resulta do n.º 3 do presente artigo, que a suspensão do contrato só produz efeitos a partir da data	Sem alteração-

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		fecho do fornecimento e mais deverá condicionar a eficácia da suspensão ao fecho efetivo do fornecimento, assim como ao pagamento do serviço de fecho e reabertura do fornecimento de água.	em que a suspensão do fornecimento se torna efetiva, pelo que está acautelada a questão suscitada.	
	<b>AdRibatejo</b>	Analisando o conteúdo, verifica-se que a opção do utilizador não será a suspensão do serviço mas sim a rescisão do contrato, já que tem um prazo igual para reinício do fornecimento e não tem custos acrescidos.	Nas situações apontadas o n.º 7 do artigo 71.º do projeto de regulamento (70.º na redação final) permite à entidade gestora aplicar o regime (e tarifa) da suspensão e reinício, exatamente para garantir que todas as situações iguais são tratadas da mesma forma (não dependendo de uma declaração do utilizador).	Sem alteração.
	<b>AdSJoão</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	Pode haver necessidade de conjugar esta disposição com o Tarifário em vigor, pelo que deve fazer-se menção a tal possibilidade.	Não se entende o alcance da proposta e não foi sugerida a alteração pretendida.	Sem alteração.
	<b>AdAlenquer</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	A suspensão do serviço por motivo de desocupação temporária do imóvel é uma situação muito problemática para as EG em cujo universo de clientes as 2ªs habitações têm um peso bastante significativo. O restabelecimento nestes casos deve cobrir o pagamento das tarifas de disponibilidade de abastecimento, saneamento e, caso aplicável, resíduos. Deverá dissociar-se esta	Comentário sem impacto, uma vez que a tarifa de restabelecimento deverá estar prevista no tarifário em vigor, o qual deverá obedecer às regras definidas no regulamento tarifário, não sendo este regulamento a sede própria para o efeito.	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		tarifa das pagas pelos utilizadores em situação de incumprimento devido a mora de pagamento, de modo a não penalizar excessivamente estes.		
	Joaquim Silva	Deve ser definido um período mínimo de interrupção do serviço (pode ser a EG, no seu regulamento de serviço)	Entende-se que cabe às entidades gestoras, nos regulamentos de serviço, definir o âmbito de aplicação daquele termo (“desocupação temporária do imóvel”).	Sem alteração-
1. Por motivo de desocupação temporária do imóvel, os utilizadores podem solicitar, por escrito e com uma antecedência mínima de dez dias úteis, a suspensão dos serviços de abastecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos.	CM de Águeda	Face à legislação em vigor, deve ser eliminada a referência aos dias úteis e manter apenas dias.	Não se entende a mencionada contradição, não tendo inclusive sido identificada a aludida legislação.	Sem alteração
	SOMAGUE Ambiente	O termo “desocupação temporária do imóvel” deverá estar detalhado e devidamente enquadrado, para evitar diferenciais interpretações. Propõe-se também acrescentar, no final, “mediante pagamento das tarifas de suspensão a pedido do utilizador”.	Sugestão não aceite – entende-se que cabe às entidades gestoras, nos regulamentos de serviço, definir o âmbito de aplicação daquele termo (“desocupação temporária do imóvel”) sendo que a tarifa a cobrar está prevista no n.º 4 do artigo em apreço.	
3. A suspensão do fornecimento nos termos do n.º 1 e do número anterior implica o acerto da faturação emitida até à data da suspensão e tem como efeitos, a partir da data em que se torne efetiva, a suspensão do contrato e da faturação das tarifas mensais associadas à normal prestação do serviço.	AdAlenquer AdPorto AQUAPOR CM de Alenquer SOMAGUE Ambiente	Mantém-se a obrigação da entidade gestora assegurar a disponibilidade do serviço, pelo que se entende que deveria ser mantida a tarifa de disponibilidade.	Sugestão não aceite – é entendimento da ERSAR que a cobrança da aludida tarifa pressupõe a efetiva prestação do serviço.  Note-se que as componentes da estrutura tarifária dizem respeito a uma única prestação de serviço (seja de abastecimento de água, seja de saneamento de águas residuais, seja de gestão de resíduos urbanos), pelo que as duas componentes se referem apenas à composição interna de um preço único por cada serviço. Assim, se a prestação de serviço é unitária e	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			corresponde a um preço único, não é correto ficcionar que, uma vez suspenso o serviço, exista uma componente do serviço que continua a ser prestada para efeitos de cobrança da tarifa fixa..	
	AdPorto SOMAGUE Ambiente	Deve referir-se que a fatura de acerto incluirá o custo da suspensão, pois esta suspensão é estabelecida no interesse do utilizador.	A tarifa a cobrar para as mencionadas situações está estipulada no n.º 4 do artigo em apreço.	Sem alteração.
	AdPortugal	Importa esclarecer o âmbito da expressão “tarifas mensais associadas à normal prestação de serviços”, de forma a incluir ou excluir expressamente as tarifas fixas, que não estão associadas ao consumo.	O disposto inclui todas as tarifas associadas à normal prestação do serviço, incluindo a componente fixa e variável. Ver acima resposta ao primeiro comentário a esta norma.	
	Joaquim Silva	Clarificar se tarifas mensais inclui a tarifa fixa, sendo de referi que a ERSAR tem defendido, e bem, que a tarifa fixa se relaciona com o encargo de infraestruturar e manter o serviço disponível.		
4. O serviço é retomado no prazo máximo de 5 dias úteis contados da apresentação do pedido pelo utilizador nesse sentido, sendo a tarifa de restabelecimento, prevista no tarifário em vigor, incluída na primeira fatura subsequente.	AdAlenquer AQUAPOR CM de Alenquer	O pagamento do restabelecimento deve ocorrer no momento em que se faz o pedido. "[...] sendo a tarifa de restabelecimento, aplicável a estas situações e prevista no tarifário em vigor, paga no ato do pedido."	Sugestão não aceite – a ERSAR entende que o serviço apenas deverá ser faturado/cobrado após a sua prestação.	Sem alteração.
	CM de Águeda	Face à legislação em vigor, deve ser eliminada a referência aos dias úteis e manter apenas dias.	Não se entende a mencionada contradição, não tendo inclusive sido identificada a aludida legislação.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	CM de Viana do Alentejo	Inclusão da tarifa de restabelecimento a introduzir nas faturas depois de suspensões temporárias?	Não se entende o alcance da questão.	

### Artigo 77º Prestação de caução

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	AdPortugal	Deve ser clarificado se o direito ao pagamento de caução apenas se exige para o consumo de água, ou se devem ser consideradas também águas residuais e/ou gestão de resíduos.	Sugestão aceite e redação alterada em conformidade – o Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, aplica-se aos contratos de fornecimento dos serviços públicos essenciais mencionados no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, incluindo por isso o serviço de fornecimento de água, serviço de recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos. Neste sentido será adicionada referencia a todos os indicados serviços.	1. A entidade gestora pode exigir a prestação de uma caução para garantia do pagamento do <u>serviço de abastecimento de água, do serviço de recolha e tratamento de águas residuais e do serviço de gestão de resíduos urbanos</u> nas seguintes situações:  a) No momento da celebração do contrato de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais ou de serviços de gestão de resíduos urbanos, desde que o utilizador não seja considerado como consumidor na aceção do Artigo 3.º;"  b) (ver abaixo dado que a redação foi ainda alterada na sequência de outros comentários)
	AdAlenquer AQUAPOR CM de Alenquer	Falta prever as situações em que os utilizadores sejam só de saneamento		
1. A entidade gestora pode exigir a prestação de uma caução para	AdPorto	Propõe-se o aditamento de nova alínea no final do n.º 1 para acautelar as situações em	Sugestão não atendida - entende-se que nessas situações deve-se aplicar	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
garantia do pagamento do consumo de água nas seguintes situações:		que o utilizador para não prestar caução opta pela transferência bancária e pouco tempo depois procede ao cancelamento dessa opção, ou volta pouco tempo depois a incumprir, entendendo-se que se deve ponderar o estabelecimento de um período temporal para que a opção vigore, podendo exigir-se a prestação da caução caso esse período não seja respeitado. Proposta: "Quando de acordo com a alínea anterior os consumidores optem pela transferência bancária como forma de pagamento dos serviços e, sem que tenha decorrido o prazo de um ano, a suspendam ou ocorra novamente a interrupção do serviço por mora no pagamento, pode a entidade gestora exigir a prestação de caução."	expressamente o estatuído no Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, sendo que o preceito não regulamenta especificamente essas situações, não podendo a ERSAR alterar o preceito legal.	
	AdPortugal	Deve prever-se no n.º 1, além da prestação (inicial) de caução, o reforço e a reposição do valor da caução.	As regras relativas à utilização da caução e consequente reconstituição ou reforço constam do artigo 107.º do projeto de regulamento (106.º na versão final).	Sem alteração quanto a este aspeto.
b) No momento do restabelecimento de fornecimento, na sequência de interrupção decorrente de mora no pagamento e, no caso de consumidores, desde que estes não optem pela transferência bancária como forma de pagamento dos serviços.	AdPortugal	Deve ser explicitado como se processa a prestação de caução no "momento do restabelecimento de fornecimento", eventualmente determinando que a mesma seja prestada previamente àquele momento, de forma pessoal e presencialmente pelo consumidor, no local do atendimento a clientes da entidade gestora.	Sugestão parcialmente aceite – reformulou-se a redação no sentido de clarificar que a prestação de caução pode ser imposta como condição prévia ao restabelecimento. Entende-se desnecessário definir a forma de prestação da caução, dado que decorrerá da modalidade que assuma.	b) <u>Como condição prévia ao restabelecimento de fornecimento ou da recolha</u> , na sequência de interrupção decorrente de mora no pagamento (...);
	AdPortugal	A redação deve ser reformulada dado o termo "transferência bancária" não ser	Entende-se que a referência à transferência bancária, constante do Decreto-Lei n.º	b) (...)desde que estes não optem pela transferência bancária <u>ou meio</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		adequado, já que não é um método de pagamento disponibilizado à maioria dos clientes. Considera-se que o que se pretende referir é "débito direto". Contudo a opção de adesão ao débito direto não deve ser uma imposição legal para inibir o direito de exigir caução.	195/99, pode hoje ser alargada ao débito direto, pelo que se reformula a redação.  Reconhecendo que pode haver incumprimento da obrigação de pagamento mesmo nas situações em que tenha havido opção por uma destas modalidades de pagamento, o regulamento da ERSAR não pode contrariar o citado Decreto-Lei que dispensa a prestação de caução nestas situações.	<u>equivalente como o débito direto</u> como forma de pagamento dos serviços.
	APDA	Questiona-se se, no caso de se verificar que a conta indicada não tem provisão para pagamento do respetivo valor, não deveria impedir-se a repetição do procedimento, impondo a prestação de caução.	Sugestão não aceite tendo em atenção que tal pressuposto consta expressamente do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, não podendo o regulamento da ERSAR contrariar esta disposição legal..	Sem alteração quanto a este aspeto.
	SOMAGUE Ambiente	Dado que a opção de pagamento por transferência bancária não é uma garantia de pagamento, propõe-se retirar o texto: “desde que estes não optem pela transferência bancária como forma de pagamento dos serviços”,		
2. A caução referida no número anterior é prestada por depósito em dinheiro, cheque ou transferência bancária ou através de garantia bancária ou seguro-caução, e o seu valor é calculado da seguinte forma:	AdPortugal	Não é usual as entidades gestoras aceitarem as modalidades de pagamento listadas no n.º 2, tendo adotado o débito direto. Acresce que, esta modalidade de pagamento, no âmbito do SEPA, é revogável pelo cliente até 12 meses, pelo que desprotege a entidade gestora para os efeitos pretendidos com o referido despacho, não sendo assim substituível,	Sugestão não aceite – este número refere-se às modalidades de prestação da caução e não de pagamento das faturas, sendo que constam expressamente do Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, não competindo à ERSAR alterar o mencionado diploma.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		neste sentido a transferência bancária pelo débito direto.		
a) Para os consumidores é igual a quatro vezes o encargo com o consumo médio mensal dos últimos 12 meses, nos termos fixados pelo Despacho n.º 4186/2000, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 22 de fevereiro;	<b>AdPortugal</b>	A redação deve ser reformulada tendo em consideração o Despacho n.º 4186/2000, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 22 de fevereiro.	Não se alcança qualquer contradição entre o teor do despacho e o preconizado no presente regulamento.	Sem alteração.
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado se a expressão "...consumo médio mensal." abrange todas as tarifas, as fixas e as variáveis, e as taxas e os impostos.  Uma vez que o valor da caução se propõe a figurar como uma garantia de pagamento, a expressão adequada deve ser "...valor médio mensal da fatura...".	A norma (que reproduz o Despacho indicado) refere-se ao encargo com o consumo médio mensal dos últimos doze meses, pelo que se considera claro que se reporta aos valores médios de faturação ao utilizador, não se entendendo necessário reformular a redação.	
	<b>DECO</b>	Considera-se que este valor não se encontra ajustado aos prazos de faturação e pagamento das faturas dos consumidores, sendo excessivo. Recomenda que este valor seja reduzido para o equivalente a 1 mês do consumo médio mensal, correspondente a uma fatura, uma vez que, o prazo de pagamento de uma fatura é inferior ao período entre faturas.	Sugestão não aceite: Conforme mencionado no articulado a fórmula de cálculo da caução está definida no Despacho n.º 4186/2000, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 22 de fevereiro	
b) Para os restantes utilizadores, o valor é definido pela entidade gestora, atendendo ao princípio da proporcionalidade.	<b>CM de Mafra</b>	O disposto nesta alínea é demasiado amplo e abstrato, não obstante a referência ao princípio da proporcionalidade. Esta norma deveria ser reformulada, sob pena de cairmos no livro arbítrio e excesso de discricionariedade por parte das Entidades Gestoras.	Tendo presente que esta caução pode ser exigida no momento da contratação, quando não existe histórico de consumo do utilizador (não podendo ser aplicável um critério similar ao previsto na alínea a) deste artigo) e que podem estar em causa realidades muito distintas (desde logo pela	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			diversidade de atividades económicas que podem ser prosseguidas pelos utilizadores), entendeu-se mais adequado deixar ao critério das entidades gestoras a definição do valor da caução, dado que estas dispõem de mais informação para definir critérios que permitam ajustar o valor da caução à atividade desenvolvida e aos potenciais consumos.	
3. Para as instituições de fins não lucrativos, desde que registadas nas suas próprias designações e sejam titulares da instalação, o valor da caução é calculado como se de uso doméstico se tratasse.	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Questiona-se se o tarifário social não doméstico também terá de verificar a aplicação de caução.	A exigência de caução constitui uma faculdade da entidade gestora, que pode optar por não a exigir aos beneficiários do tarifário social não doméstico. Por uma questão de equidade de tratamento entre os utilizadores e de transparência, o regulamento de serviço deve clarificar a opção da entidade gestora.	Sem alteração.

### Artigo 78º Restituição da caução

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. O consumidor, que tenha prestado caução nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, tem ainda direito à sua imediata restituição quando opte posteriormente pela transferência bancária como forma de pagamento.	<b>DECO</b>	Considera-se que onde se refere transferência bancária se quer referir ao débito direto.	Sugestão aceite - entende-se que a referência à transferência bancária, constante do Decreto-Lei n.º 195/99, pode hoje ser alargada ao débito direto, pelo que se reformula a redação.	2. (...) quando opte posteriormente pela transferência bancária <u>ou meio equivalente como o débito direto</u> como forma de pagamento.
	<b>DECO</b>	Recomenda-se que esteja também prevista a devolução da caução ao consumidor findo um período de tempo em que o consumidor	A exigência de caução constitui uma faculdade da entidade gestora, que pode optar por a devolver nas condições	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		cumpra atempadamente as suas responsabilidades de pagamento das faturas, nomeadamente passados 6 meses da prestação da caução.	descritas. De todo o modo, entende-se que não deve ser a ERSAR a impor uma regra que tem como consequência a diminuição de uma garantia de pagamento permitida por lei. Por uma questão de equidade de tratamento entre os utilizadores e de transparência, o regulamento de serviço deve clarificar a opção da entidade gestora.	
3. A quantia a restituir é atualizada em relação à data da sua última alteração, com base no índice anual de preços ao consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.	CM de Águeda	A referência ao "índice anual de preços ao consumidor" deve ser substituída pelo "índice harmonizado de preços no consumidor", de acordo com as recomendações da entidade reguladora.	Sugestão não aceite – o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de Junho (estabelece o regime aplicável às cauções nos contratos de fornecimento aos consumidores dos serviços públicos essenciais previstos na Lei n.º 23/96, de 26 de julho), refere expressamente 'índice anual de preços ao consumidor' e não o índice indicado, razão pela qual não se procede à sua alteração.	Sem alteração.
	SOMAGUE Ambiente	O fator de atualização deveria estar mais especificamente para não suscitar qualquer dúvida.		

### Artigo 79º Transmissão da posição contratual

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. O utilizador pode solicitar a transmissão da sua posição contratual para um terceiro que prove ter convivido com o utilizador no local de consumo.	AdPortugal	Não se entende por que razão se prevê a transmissão da posição contratual para terceiro (que tenha convivido com o utilizador, em qualquer altura e não também para o que com ele conviva e em qualquer caso) independentemente da exibição de título válido para a ocupação do local, posto	Exigir a apresentação de título válido corresponde à mesma formalidade aplicável à celebração de novo contrato, sendo que se pretende que a transmissão da posição contratual seja um mecanismo mais expedito e abrangente. No sentido de evitar uma utilização abusiva aditou-se um novo	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		que a dispensa de exibição do título redundará numa forma de contornar os requisitos legais predispostos para a celebração e titularidade do contrato. Sem prejuízo, a manter-se esta disposição, melhor seria que fossem enunciados critérios para aferir da prova de convivência.	n.º 2 exigindo o acordo ou aceitação do transmitente (salvo sucessão por morte).  Esta transmissão significa a simples alteração da identidade do titular do contrato, mantendo-se todas as demais condições, designadamente débitos e créditos de ambas as partes..	
	<b>AdAlenquer AdCascais AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Considera-se que esta cláusula pode fomentar abusos e consequentes litígios com proprietários, pelo que esta situação deverá ficar salvaguardada com celebração de novo contrato. Eliminar.		
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	O processo de transmissão da posição contratual deverá ser sempre por pedido escrito do titular do contrato.	Sugestão aceite – articulado alterado em conformidade.	
2. Caso se verifique a transmissão da posição contratual nos termos previstos no número anterior, o novo titular assume todos os direitos e obrigações do anterior titular, designadamente a responsabilidade por consumos já registados, bem como o direito a quaisquer créditos existentes.	<b>AEPSA</b>	Deve ser clarificado como poderá alguém receber valores em documentos emitidos no nome de outrem.	A situação descrita (transmissão dos créditos e débitos já vencidos) deve ficar salvaguardada no acordo entre transmitente e transmissário, exigível nos termos do novo n.º 2..	Sem alteração

## Artigo 80º Denúncia dos contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Os utilizadores podem denunciar a todo o tempo os contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de recolha de resíduos urbanos que tenham celebrado por motivo de desocupação do local de consumo, desde que o comuniquem por escrito à entidade gestora e facultem a nova morada para envio da última fatura.	<b>AEPSA</b>	Clarificar qual o documento comprovativo da desocupação do local de consumo ou como se verifica.	A desocupação do imóvel pode ocorrer por vários motivos, sendo que apenas alguns são passíveis de prova documental (ex: venda do imóvel, dação em cumprimento ou cessação do contrato de arrendamento), pelo que nas demais situações tem de se considerar suficiente a declaração do proprietário, sem prejuízo de a entidade gestora poder, em sede de fiscalização, averiguar da veracidade da mesma.	Sem alteração.
2. Nos 15 dias subsequentes à comunicação referenciada no número anterior, os utilizadores devem facultar o acesso ao contador instalado e/ou medidor de caudal, caso exista, para leitura, produzindo a denúncia efeitos a partir dessa data.	<b>CM de Mafra</b>	Convém clarificar se a denúncia produz efeitos no décimo quinto dia subsequente à comunicação ou no dia em que é efetuada a leitura.	Sugestão não atendida – nos termos do n.º 2 se o utilizador solicitar a denúncia do contrato e nos 15 dias subsequentes permitir o acesso ao contador instalado, a denúncia produz efeitos na data da leitura. Isso resulta ainda do n.º 3, que estabelece que o contrato se mantém em vigor enquanto não for possível a leitura.	Sem alteração.
3. Não sendo possível a leitura mencionada no número anterior por motivo imputável ao utilizador, a denúncia não produz efeitos e o utilizador continua responsável pelos encargos entretanto decorrentes do contrato.	<b>AdPortugal</b>	Deveria condicionar-se (expressamente) a eficácia da denúncia à data em que efetivamente se dá o acesso ao contador, ainda que o acesso se dê após o aludido prazo de 15 dias, por forma a clarificar o momento exato em que o contrato se extingue e bem assim para clarificar que o contrato não se extingue enquanto não se der o acesso ao contador por facto imputável ao cliente. A mera previsão de que o utilizador se mantém a responder	Sugestão não atendida – o n.º 3 do articulado deixa claro que se por motivo imputável ao utilizador não for possível, o acesso, por parte da entidade gestora ao contador e/ou medidor de caudal instalado "(...), a denúncia não produz efeitos (...)".	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		pelos encargos entretanto decorrentes do contrato parece apontar no sentido de que o contrato não se extingue até à data em que se der a leitura, ainda que se dê para além do decurso do prazo de 15 dias contados da denúncia. Mas a previsão deve ser mais clara, por forma a evitar equívocos de interpretação por ocasião da sua aplicação.		
	DECO	Discorda-se desta regra, recomendando-se que, caso a entidade gestora não efetue a leitura, o consumidor possa comunicar a leitura no último dia ou nos 3 dias seguintes ao final do prazo previsto no n.º 2, produzindo a denúncia efeitos a partir da data dessa comunicação de leitura.	Sugestão não aceite – O n.º 3 apenas e aplica às situações em que a não realização da leitura (real) seja imputável ao utilizador, especificamente nas situações em que o contador se encontra instalado dentro de casa. Nestas situações, em que o utilizador impossibilita o acesso ao contador, não se considera adequado que este possa comunicar uma leitura final para fecho de contas.	
4. A entidade gestora denuncia o contrato caso, na sequência da interrupção do serviço por mora no pagamento, o utilizador não proceda ao pagamento em dívida, com vista ao restabelecimento do serviço, no prazo de dois meses.	AdPorto CM de Sesimbra SOMAGUE Ambiente	A forma de redação impõe a efetiva denúncia, mas considera-se que a denúncia deve ser uma faculdade da entidade gestora.	Aceita-se a sugestão, alterando-se a redação.	4. A entidade gestora <u>pode denunciar</u> o contrato (...).
	AdPorto	Questiona-se se não é necessária comunicação/notificação prévia da denúncia.	Sugestão aceite, através do aditamento de novo número.	5.(novo) Para efeitos do número anterior, a entidade gestora notifica o utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de vinte dias relativamente à data a que a denúncia produza efeitos.

## Artigo 81º Caducidade

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Deve ter-se em atenção que, nos termos da lei civil, a caducidade também se dá nos contratos celebrados por tempo indeterminado (como é, aliás, o caso da maior parte dos contratos de abastecimento), pelo que para estes deveria prever-se, nomeadamente, a sua caducidade por morte ou extinção do titular do contrato.	Sugestão aceite, tendo sido aditado um novo número após o n.º 2 e renumerado o n.º 3.	3. (novo) Os contratos caducam ainda por morte do titular, salvo nos casos de transmissão por via sucessória quando demonstrada a vivência em economia comum nos termos do artigo 78.º, ou, no caso do titular ser uma pessoa coletiva, aquando da sua extinção.
2. Os contratos celebrados com base no Artigo 73.º podem não caducar no termo do respetivo prazo, desde que o utilizador prove que se mantêm os pressupostos que levaram à sua celebração.	<b>CM Lousada</b>	Deverá corrigir-se a norma no sentido de indicar “os contratos celebrados com base no n.º 3 do art.º 73.º”, dado que só estes são transitórios e celebrados por prazo certo.	Na alínea a) do n.º 1 do artigo 73.º do projeto (72.º na versão final) também estão incluídos contratos temporários. De todo o modo foi clarificada a redação.	2. Os contratos <u>temporários</u> celebrados com base no artigo 72.º podem não caducar (...).
3. A caducidade tem como consequências imediatas a retirada do contador e/ou medidor de caudal e o corte do abastecimento de água.	<b>AdPorto</b>	Sem prejuízo de ocorrer o efetivo corte do abastecimento de água (no passador de selar / válvula adufa e/ou na válvula de ramal), considera-se que pode ser do interesse da entidade gestora manter o contador instalado por forma a controlar eventuais usos abusivos (as chamadas ligações diretas clandestinas ao sistema de abastecimento de água) PROPOSTA: 3. A caducidade tem como consequências imediatas o corte do abastecimento de água, podendo a entidade gestora proceder à retirada do contador e/ou medidor de caudal.	Sugestão parcialmente aceite – sendo a manutenção do contador no local uma opção legítima da entidade gestora, reformulou-se a redação no sentido de acautelar que tal opção não acarreta, por outro lado, um ónus desnecessário para o utilizador.	4. (renumerado) A caducidade tem como consequências <u>o corte do abastecimento de água e a extinção das obrigações do proprietário do imóvel enquanto depositário do contador e/ou medidor de caudal.</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Considera-se que a caducidade automática dos contratos é contraproducente quer para a entidade gestora quer para o utilizador. Não faz sentido a existência de contratos de fornecimento de água “a termo”. Todo o contrato apenas deveria ser cancelado por incumprimento ou a pedido do utilizador, desde que satisfeitos os requisitos previstos na Lei.	Sugestão não aceite – não se considera fazer sentido manter em vigor contratos celebrados com uma justificação específica quando esta deixe de existir, ou exigir ao utilizador procedimentos adicionais de denúncia do contrato nestas situações, que à partida se sabe terem uma duração limitada. Mesmo para a EG não faz sentido continuar a emitir faturas nessas situações.	Sem alteração.

#### Artigo 82º Tarifas a aplicar pela prestação dos serviços

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Pela prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos é aplicável aos utilizadores finais uma tarifa de disponibilidade, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação, e uma tarifa variável, devida em função da quantidade de água consumida, de águas residuais urbanas ou de resíduos urbanos recolhidos, definidas nos termos no RT, às quais acresce o montante correspondente ao encargo suportado com a taxa de recursos hídricos e com a taxa de	<b>ACOP</b>	Considera-se que a cobrança da tarifa de disponibilidade é ilegal, dado que a mesma não corresponde a serviços efetivamente prestados aos consumidores/utentes, constituindo, pois, um consumo mínimo, de acordo com o art.º 8, n.º 1 e n.º 2, alínea c) da Lei dos serviços Públicos Essenciais. Ao consumidor só pode ser cobrado o que consome e na exata medida em que e do que consome, nem mais nem menos, de acordo com o corolário do princípio do direito à proteção dos interesses económicos, previsto no art.º 9.º da Lei de Defesa do Consumidor	Sugestão não aceite - a proibição de cobrança de consumos mínimos, imposta pela Lei n.º 23/96, de 26 de julho (na redação em vigor), não impede a cobrança de tarifas de disponibilidade nos serviços de águas e resíduos, na medida em que o n.º 3 do artigo 8.º do mesmo diploma expressamente determina que “ <i>Não constituem consumos mínimos, para efeitos do presente artigo, as taxas e tarifas devidas pela construção, conservação e manutenção dos sistemas públicos de água, de saneamento e resíduos sólidos, nos termos do regime legal aplicável</i> ”. Assim, entende-se que a tarifa de disponibilidade, reportando-se aos custos em que a entidade gestora incorre pela mera disponibilização	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
gestão de resíduos e o IVA legalmente exigível.			do serviço aos utilizadores em sede de dimensionamento de redes, equipamentos e infraestruturas de distribuição ou recolha, sua construção, operação, conservação e manutenção (o utilizador servido, mesmo que não consuma qualquer quantidade de água ou não produza águas residuais, também onera a estrutura de custos do prestador do serviço) não padece de ilegalidade. Note-se, de todo o modo, que a cobrança da tarifa de disponibilidade pressupõe a contratação dos serviços.	
	AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	Há EG que faturam TCQA à parte (não incluída na tarifa da água). PROPOSTA: "Pela prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos é aplicável aos utilizadores finais uma tarifa de disponibilidade, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação, e uma tarifa variável, devida em função da quantidade de água consumida, de águas residuais urbanas ou de resíduos urbanos recolhidos, definidas nos termos no RT, às quais acresce o montante correspondente ao encargo suportado com a taxa de recursos hídricos, com a taxa de controlo da qualidade da água e com a taxa de gestão de resíduos e o IVA legalmente exigível."	A TCQA deve ser mais um custo a considerar na construção da tarifa, ainda que possa ser prestada informação sobre o seu valor por m <sup>3</sup> de água fornecida. Apenas no caso da TRH e da TGR existem regras legais (Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, e Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro) que impõem a sua repercussão de forma autónoma, como mais uma parcela do preço do serviço (o que não sucede com a TCQA).	Sem alteração.
3. Quando a tarifa variável seja definida por escalões, os respetivos	AdPortugal	Na ausência de um Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas que tenha clarificadas	Sugestão não aceite – tal como mencionado, e previsto no articulado, remete-se para o	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
limites devem ser ajustáveis à dimensão dos agregados no caso de famílias numerosas, nos termos do RT.		as regras de cálculo da tarifa, e para a qual o artigo 82º deste Regulamento deva remeter sem inovar, o mesmo deve transpor as regras de definição de tarifas existentes, não podendo inviabilizar soluções tarifárias atualmente vigentes, porquanto as mesmas apresentam suporte legal e contratual.	que vier a ser previsto no regulamento tarifário.	
	AdSJoão APDA Conselho Consultivo da ERSAR INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	Deve compatibilizar-se esta norma com o Regulamento Tarifário dos serviços de águas.	Esta questão será tida em consideração aquando da elaboração de tal regulamento pela ERSAR.	
	SOMAGUE Ambiente	A questão das famílias numerosas terá se der acautelada, tendo em conta os tarifários existentes ao abrigo dos contratos de concessão em vigor.	Conforme remissão feita na norma em análise, a aplicação dos tarifários para famílias numerosas mencionados no presente número é definida nos Regulamentos Tarifários da ERSAR, pelo que a questão dos tarifários para famílias numerosas está já acautelada.	
	SOMAGUE Ambiente	Não é também esclarecido como e quando é feita a comunicação da composição do agregado familiar para efeitos de	As questões que não sejam definidas no RT, particularmente aspetos procedimentais de operacionalização da aplicação dos tarifários	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		comprovação do estatuto de “família numerosas”.	devem ficar estipulados em sede de regulamento de serviço	
4. As tarifas devem ser aprovadas com quatro casas decimais.	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado se é aplicada à tarifa de disponibilidade, à tarifa variável, ou a ambas.	Referindo-se o presente artigo a ambas as tarifas (de disponibilidade e variável), entende-se decorrer que se aplica a ambas, não se considerando necessária a clarificação.	Sem alteração.

#### Artigo 83º Utilizadores com carência económica

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
As entidades titulares devem assegurar a existência de mecanismos de apoio social que garantam que utilizadores com carência económica não sejam privados do acesso aos serviços de águas e resíduos para satisfação das suas necessidades básicas.	<b>AdPortugal</b>	<p>Não tem paralelo na lei a consagração do dever das entidades gestoras assegurarem a existência de mecanismos de apoio social com a amplitude prevista nesta disposição (para garantir que os utilizadores com carências económicas não sejam privados do serviço).</p> <p>Está na esfera da entidade gestora a prática de tarifas sociais para utilizadores que se enquadrem em determinados critérios de insuficiência económica, mas não está na disponibilidade desta garantir que os utilizadores com carências económicas não sejam privados do acesso aos serviços. A previsão deverá cingir-se ao dever da entidade gestora de assegurar a execução dos mecanismos de apoio social aos utilizadores que deles careçam, nos termos</p>	<p>A norma aplica-se às entidades titulares (que no caso dos serviços prestados a utilizadores finais serão, em princípio, os municípios e podem não ser as entidades gestoras) enquanto responsáveis últimos pela promoção da acessibilidade económica ao serviço. A redação da norma confere suficiente abertura para que a acessibilidade económica possa ser assegurada através de tarifários sociais ou outros mecanismos que os municípios entendam implementar.</p> <p>Note-se ainda que o Decreto Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, entretanto publicado, veio dispor que no caso de adesão por parte dos municípios ao regime da tarifa social aí prevista, o respetivo</p>	As entidades titulares devem assegurar a existência de mecanismos de apoio social, <u>designadamente tarifários sociais, nos termos previstos na lei</u> , que garantam que utilizadores <u>em situação de</u> carência económica não sejam privados do acesso aos serviços de águas e resíduos para satisfação das suas necessidades básicas.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		previstos na lei. A existência de tarifários sociais cabe à entidade titular.  Esta matéria não pode deixar de ser regulamentada sem aferir os impactos que terá na entidade gestora nos restantes utilizadores / clientes, e nas entidades titulares, nos termos que vierem a ficar consagrados no futuro regulamento tarifário.	financiamento deve ser assegurado pelos municípios.  Sem prejuízo, clarificou-se a redação neste mesmo sentido.	
	<b>APDA</b>	Deve ser articulada esta disposição com o início da vigência de lei resultante da autorização legislativa correspondente, prevista na lei de aprovação do Orçamento de Estado Para 2017.	A redação é ampla pelo que se entende não conflitar com a entrada em vigor do regime especial da tarifa social previsto no Decreto Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro. Sem prejuízo, clarificou-se a redação neste mesmo sentido.	
	<b>DECO</b>	Os consumidores economicamente vulneráveis ou em carência económica devem estar protegidos nos serviços públicos essenciais. Essa proteção deve ir além da aplicação de tarifas mais reduzidas, devem também ter uma proteção especial no que respeita as relações comerciais, nomeadamente nos prazos de pagamento e, em caso de incumprimento, no prazo de aviso prévio à interrupção do serviço, evitando tornar os serviços ainda mais dispendiosos para estes consumidores.	Sugestão não aceite – quer os prazos de pagamento, quer os de envio do aviso prévio resultam de lei (Lei n.º 23/96, 26 de julho – artigo 5.º e 10º).	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>EMAR Vila Real</b>	Considera-se que, pela sua especificidade, esta proposta de regulamento deveria conter uma secção destinada aos termos concretos do funcionamento da tarifa social,	O Decreto Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, já estabelece e uniformiza o universo de beneficiários das tarifas sociais e procedimento de atribuição. Este diploma	Sem alteração quanto a este aspeto

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		de modo a uniformizar os procedimentos de todas as entidades gestoras sobre esta matéria..	<p>deixa, porém, aos municípios a decisão sobre as reduções a aplicar nos tarifários sociais.</p> <p>A ERSAR entende, de resto, que as reduções (em absoluto) podem variar de município para município, na medida em que devem ser as necessárias e suficientes para tornar os encargos com os serviços economicamente acessíveis aos utilizadores em situação de carência económica (dependendo, por isso, do valor das tarifas definido para os demais utilizadores). Poderão, por outro lado, existir ainda limitações do ponto de vista da capacidade de financiamento dos municípios.</p>	
	VIMÁGUA	A ERSAR não está autorizada a, em sede de Regulamento, impor obrigações que respeitem matérias que são da competência dos Municípios e que são reguladas em Leis próprias, violando a autonomia local. Considera-se, pois, que este artigo é inconstitucional.	Enquanto regulador dos serviços, a ERSAR não pode deixar de consagrar o princípio/necessidade de assegurar a acessibilidade económica aos serviços. Não obstante, entende-se que a redação apresentada deixa bastante margem de liberdade aos municípios quanto à forma de promover a referida acessibilidade.	Sem alteração quanto a este aspeto
	SOMAGUE Ambiente	Esta situação terá que ser acautelada pelos municípios nos casos em que existe um tarifário ao abrigo do contrato de concessão assinado e que não prevê estas situações.	Não cabe ao regulamento estabelecer a forma de regularização dos impactos nos contratos em vigor. Vide apreciação dos comentários gerais (alínea d) do ponto 4.1). Sem prejuízo, note-se que o Decreto Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, estabelece que o financiamento das tarifas sociais deve ser assegurado pelos municípios..	Sem alteração quanto a este aspeto

## Artigo 84º Aprovação das tarifas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Não está acautelada a situação de aprovação dos tarifários para as entidades gestoras “ em baixa” (e.g. Águas da Região de Aveiro, S.A. e Águas do Norte, S.A. – sistema do Noroeste) atento a que o órgão competente para aprovação de tarifas é a Comissão de Parceria, nos termos da legislação aplicável.	Esta questão é objeto de regulamentação própria no Regulamento de Procedimentos Regulatórios da ERSAR e no Regulamento Tarifário, para os quais se remete.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	Propõe-se que seja incluída a referência de que a ERSAR irá publicitar no site institucional as tarifas aprovadas pelo órgão competente, indicando também o prazo em que o irá efetuar	Sugestão parcialmente aceite e redação do n.º 3 (renumerado como n.º 2) alterada no sentido de a ERSAR publicitar os tarifários.	2 (renumerado) Os tarifários são publicitados nos serviços de atendimento e <u>nos sítios da internet da entidade gestora e da entidade titular, nos restantes locais definidos na legislação aplicável, bem como no sítio da internet da ERSAR</u>
1. Os tarifários dos serviços de águas e resíduos são aprovados pela câmara municipal competente, no caso de serviços municipais, ou pela ERSAR, no caso de serviços de titularidade estatal, até ao termo do mês de novembro do ano civil anterior àquele a que respeitem.	<b>AEPSA</b>	Durante o mês de novembro ainda não são conhecidos os índices oficiais publicados pelo INE, utilizados em muitas das fórmulas de revisão anual de tarifários.	Considerando que as regras relativas ao procedimento de aprovação das tarifas, que não são efetivamente essenciais para o relacionamento comercial com os utilizadores, sendo mais adequadamente estabelecidas no regulamento de procedimentos regulatórios, procedeu-se à eliminação do n.º 1, remetendo-se para essa sede. A questão colocada foi analisada e respondida no âmbito da consulta pública do referido regulamento.	Eliminado.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Águeda</b>	Poderia ser salientada a necessidade de parecer da ERSAR previamente à sua aprovação das tarifas.	Ver resposta ao comentário anterior. O parecer da ERSAR está previsto no regulamento de procedimentos regulatórios.	
	<b>CM da Lousada</b>	Já anteriormente no artigo 28.º era feita referência, estando prevista a aprovação até setembro. Terá sempre que ser antecipada a aprovação do tarifário.	Ver resposta ao comentário da AEPSA. O prazo aqui referido respeitava aos serviços em baixa, enquanto o do artigo 28.º respeitava aos serviços em alta.	
	<b>CM de Palmela</b>	Devem ser esclarecidos os textos dos art.º 28.º e 84.º, já que não são claras as datas.		
	<b>CM de Palmela</b>	No que aos SIMAR diz respeito, pensa-se não haver condições para remeter às Câmaras a proposta de tarifário até ao fim de setembro, pelo que se julga de rever a data mencionada conciliando-a com a do calendário orçamental.	Ver resposta ao comentário da AEPSA. A questão colocada foi analisada e respondida no âmbito da consulta pública do regulamento de procedimentos regulatórios.	
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	O Tarifário terá de ser aprovado até final de novembro do mês anterior, mas tal significa que o município não pode utilizar os contributos do parecer no ano subsequente, uma vez que o mesmo só tem chegado em dezembro.	Ver resposta ao comentário da AEPSA. A questão colocada foi analisada e respondida no âmbito da consulta pública do regulamento de procedimentos regulatórios.	
2. Os tarifários de águas e resíduos produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de cada ano civil, sem prejuízo de eventuais revisões	<b>AdPortugal</b>	Importa que seja esclarecido que produz efeitos a 1 de janeiro do ano civil os tarifários aprovados ao abrigo do n.º 1 deste artigo.	A remissão considera-se desnecessária, na medida em que a norma trata de tarifários com uma vigência anual. Acresce que o n.º 1 foi eliminado, pelos motivos acima expostos.	Sem alteração (renumerado como n.º 1).

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
extraordinárias nos termos da legislação aplicável.	AdSão AEPSA INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	Contraria o estabelecido nalguns Contrato de Concessão e é incongruente com o artigo 28.º nº 2.	Não se identifica a enunciada contradição com o artigo 28.º.  A entrada em vigor dos tarifários a 1 de janeiro de cada ano é exigida pelo n.º 1 do artigo 11.º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (aditado pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março), pelo que eventuais calendários distintos previstos em contratos existentes devem ser adaptados).	
4. A informação sobre a alteração dos tarifários acompanha a primeira fatura subsequente à sua aprovação, que deve ser remetida aos utilizadores antes da produção de efeitos dos novos tarifários.	AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	Nos casos de clientes com faturação diferente de mensal, a primeira fatura emitida após aprovação do tarifário poderá já o aplicar, pelo que se propõe eliminar a parte final ("que deve ser remetida aos utilizadores antes da produção de efeitos dos novos tarifários").	Reconhecendo a pertinência dos comentários, mas no sentido de assegurar a possibilidade de conhecimento pelos utilizadores das tarifas antes da sua entrada em vigor, reformulou-se a redação.	3 (renumerado) A informação sobre a alteração dos tarifários acompanha a primeira fatura subsequente à sua aprovação e <u>é publicitada no sítio da internet da entidade gestora antes da respetiva entrada em vigor.</u>
	AdPortugal	Propõe-se que a informação sobre os tarifários acompanhe na fatura subsequente à sua aprovação, salvo se outros meios forem utilizados pela entidade gestora para a sua divulgação		
	AdSão AEPSA INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos	Tendo em consideração a entrada em vigor da atualização tarifária prevista para 1 de janeiro e os prazos e pressupostos para aprovação das atualizações tarifárias, para muitas EG não se afigura possível remeter a atualização tarifária anteriormente à produção de efeitos. Considera-se que deverá ser previsto incorporar essa		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde	informação com a primeira fatura onde é refletido o novo tarifário.		

### Artigo 85º Medição do consumo de água por contadores

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	AdPorto	O n.º 4 do art.º 87.º deve passar para aqui, pois regula medição e não trata de tipologia, no sentido metrológico, de contadores. Deste modo, também se propõe que seja retirado do n.º 1 a referência: "sem prejuízo do disposto no n.º 4 do Artigo 87.º."	Sugestão aceite.	N.º 4 do artigo 87.º do projeto passa a constituir o n.º 2 do presente artigo.
	AdPorto	O n.º 5 do art.º 87.º deve passar para aqui, pois regula medição/tarifas e não de tipologia, no sentido metrológico, de contadores a que se refere aquele artigo.  Por outro lado, entende-se que onde se diz "utilizadores" se pretendia dizer "totalizadores", pelo que se propõe a retificação.	Sugestão aceite	N.º 5 do artigo 87.º do projeto passa a constituir o n.º 3 do presente projeto, corrigindo-se a gralha apontada.
	AdPorto	Propõe-se o aditamento de dois novos números para contemplar a instalação de um contador destinado a contabilizar a utilização para consumo de águas de outras origens, desde logo, quando gerem águas residuais recolhidas pelo sistema público de	Sugestão não aceite – Tratando-se de uma infraestrutura privada de captação própria não se vê legitimidade para a entidade gestora impor a colocação de um contador. Quanto à forma de medição das águas	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>saneamento e não seja tecnicamente possível ou justificável a instalação de medidor de caudal de águas residuais.</p> <p>4. No caso de um utilizador final, após prévia autorização da entidade gestora, usar água de outra origem e que gere águas residuais recolhidas pelo sistema público de saneamento será para efeito de medição de águas residuais produzidas instalado um contador..</p>	residuais aplicar-se-á o previsto na alínea c) do número 1 do artigo 94.º	
1. Deve existir um contador destinado à medição do consumo de água em cada local de consumo, incluindo as partes comuns dos condomínios quando nelas existam dispositivos de utilização, sem prejuízo do disposto no n.º 0 do artigo 87.º.	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se que seja aditada a esta norma a parte assinalada a sublinhado, em consonância com o disposto no n.º 2 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. PROPOSTA: “Deve existir um contador destinado à medição do consumo de água em cada local de consumo, <u>adequado às características do local e ao perfil de consumo do utilizador</u> , incluindo as partes comuns dos condomínios quando nelas existam dispositivos de utilização, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do Artigo 87.º.”	As questões apontadas são tratadas no artigo relativo ao tipo de contadores, tendo-se reformulado a redação do n.º 3 do artigo 87.º do projeto (86.º na versão final).	Sem alteração do presente artigo (salvo a eliminação da remissão para o n.º 4 do artigo 87.º, dado que foi transferido para o presente artigo). Vide reformulação do n.º 3 do artigo 87.º do projeto (86.º na versão final).
2. Os contadores são propriedade da entidade gestora, que é responsável pela respetiva instalação, manutenção e substituição.	<b>AdPorto</b>	Deve ficar melhor esclarecido que as caixas ou nichos destinados à colocação de instrumentos de medição podem ser exigidos pelas entidades gestoras, mas não podem impor o recurso aos seus serviços, como serviços auxiliares. Propõe-se uma clarificação da sua obrigatoriedade, bem como de que a sua execução é da responsabilidade do utilizador. PROPOSTA:	Sugestão não aceite – este artigo apenas trata dos contadores e não dos nichos, sendo que a possibilidade de a EG poder prestar esse serviço e cobrá-lo já está contemplada no artigo relativo aos serviços auxiliares.	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		"Os contadores, instalados em caixas ou nichos executados pelos utilizadores, são propriedade da entidade gestora, que também é responsável pela respetiva instalação, manutenção e substituição		
3. Os custos com a instalação, a manutenção e a substituição dos contadores não são objeto de faturação autónoma aos utilizadores.	AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	Retirar a referência aos custos de instalação, os quais são imputados aos utilizadores.	Pretende-se que não haja tarifas de colocação de contador. Os respetivos custos devem ser recuperados através das tarifas mensalmente cobradas a todos os utilizadores pela normal prestação do serviço.	Sem alteração
	AdAlenquer AdSão AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde SOMAGUE Ambiente	Acrescentar possibilidade de imputação de custos se decorrentes de danos provocados por atuações dolosas dos utilizadores.	Sugestão não atendida – a situação de exclusão mencionada já se encontra acautelada no artigo 88.º do projeto de regulamento, não sendo necessária a sua menção nesta disposição.	



## Artigo 86º Contadores para usos de água que não originem águas residuais urbanas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Propõe-se acrescentar <u>mais um número ao artigo</u> , com a seguinte redação: “O utilizador é responsável por garantir a total separação entre o sistema produtor de águas residuais prediais do sistema predial que não produz águas residuais (e sua associação aos contadores de consumo).	Sugestão aceite.	2. (novo) A entidade gestora pode definir, no respetivo regulamento de serviço, condições técnicas para a instalação do segundo contador destinadas a evitar utilizações indevidas.
1. Os utilizadores finais podem requerer a instalação de um segundo contador para usos que não deem origem a águas residuais recolhidas pelo sistema público de saneamento.	<b>AdPorto</b>	Só garantindo a completa independência de utilização, através da execução das redes perfeitamente autónomas e permanente e efetivamente inspecionáveis em todos os seus componentes se considera possível aceitar este 2.º contador. Se na água para a indústria é geralmente possível a verificação das redes porque instaladas “à vista”, como controlar redes de rega, redes para lavagens, etc?  Propõe-se eliminar o artigo ou, em alternativa, alterar o n.º 1 para uma possibilidade a avaliar pelas entidades gestoras.	Sugestão não aceite – entende-se que no n.º 1 do artigo 106.º do Decreto-Regulamentar 23/95, de 23 de agosto, pretende-se apenas definir a obrigatoriedade de, no mínimo, ser instalado um contador por cada local de consumo, não invalidando a possibilidade de um utilizador solicitar a instalação de outro	Sem alteração
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	A redação para o n.º 1 deste artigo, à partida, não está em consonância com o disposto no n.º 1 do artigo 106.º do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, em vigor (aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto), que expressamente dispõe que os contadores		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		devem ser instalados obrigatoriamente um por cada consumidor.	contador, especificamente para os fins indicados neste artigo.	
	Joaquim Silva	Devia definir-se as condições em que tal é possível, seja em termos de exequibilidade, seja em termos de alteração ao projeto inicial da instalação. Pode ficar uma referência, por exemplo, à avaliação da viabilidade por parte da EG.	Sugestão aceite – ver redação do novo n.º 2.	
2. Aos consumos do segundo contador são aplicadas as tarifas variáveis de abastecimento previstas para os utilizadores não-domésticos, nos termos do RT	AdPorto SOMAGUE Ambiente	O 2.º contador deve ficar também sujeito à tarifa de disponibilidade, não apenas à variável.	Sugestão não aceite – Tratando-se de um segundo equipamento de medição, entende-se que não deve ser paga a tarifa de disponibilidade já que a mesma é suportada pela instalação do primeiro instrumento de medição do serviço.	Sem alteração.
	AdPorto	Na tarifa variável deve a entidade gestora poder faturar pelas tarifas dos não-domésticos ou pelo escalão das tarifas domésticas que resultar do somatório dos contadores instaladas para o mesmo utilizador. Não sendo assim, pode estar a autorizar o consumo para fins menos nobres (rega, lavagem de pavimento) a um valor de tarifa mais vantajoso que a de consumo doméstico.	Sugestão não aceite – sendo água que não gera águas residuais, não são consumos que se devam considerar domésticos.	

## Artigo 87º Tipo de contadores

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>2. O diâmetro nominal e/ou a classe metrológica dos contadores são fixados pela entidade gestora, tendo em conta:</p> <p>a) O caudal de cálculo previsto no sistema de distribuição predial;</p> <p>b) A pressão de serviço máxima admissível;</p> <p>c) A perda de carga.</p>	<b>José Colarejo</b>	<p>No contexto da Directiva MID, os contadores deixaram de ser definidos pelo seu "diâmetro nominal" e passaram a ser definidos pelo seu "caudal permanente" (Q3). O conceito de "classes metrológicas" foi substituído pelo de "intervalo de medição" (Q3/Q1).</p> <p>Assim, os termos "diâmetro nominal" e "classes metrológicas" deveriam ser substituídos por, respetivamente "caudal permanente" (Q3) e "intervalo de medição" (Q3/Q1).</p>	Aceites as sugestões e revista a terminologia nos n.ºs 2, 3 e 4	<p>2. O <u>caudal permanente e/ou o intervalo de medição</u> dos contadores são fixados pela entidade gestora, tendo em conta:</p> <p>(...)</p>
<p>3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, para utilizadores não-domésticos podem ser fixados pela entidade gestora diâmetros nominais de contadores tendo por base o perfil de consumo do utilizador.</p>	<b>Joaquim Silva</b>	<p>Deve substituir-se diâmetros nominais de contadores por caudais de funcionamento característicos ou características metrológicas de contadores.</p>	<p>Sugestão parcialmente aceite. O termo "diâmetro nominal" foi substituído por "caudal permanente".</p> <p>Na sequência do comentário da CM de Mafra ao n.º 1 do artigo 85.º do projeto, alargou-se ainda a aplicação deste número a todo o tipo de utilizadores</p>	<p>3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, podem ser fixados pela entidade gestora <u>caudais permanentes</u> de contadores tendo por base o perfil de consumo do utilizador.</p>
<p>4. Em prédios em propriedade horizontal são instalados instrumentos de medição em número e com o diâmetro estritamente necessários aos consumos nas zonas comuns ou, em alternativa e por opção da entidade gestora, nomeadamente quando</p>	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	<p>Os contadores instalados em zonas comuns não servem a limpeza e manutenção do reservatório, pelo que se considera que deve ser eliminado o termo "em alternativa".</p>	<p>Sendo uma opção da entidade gestora, tem sempre a possibilidade de medir todos os consumos.</p>	Sem alteração quanto a este aspeto
	<b>AdPorto</b>	<p>Já acima se propôs a sua passagem para o art.º 85.º, como n-º 2.</p>	Sugestão aceite .	Artigo 84.º (medição de consumo de água por contadores)

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
existir reservatório predial, podem ser instalados contadores totalizadores.	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se que seja aditada no final desta norma, em consonância com o disposto no n.º 3 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, "(...)sem que neste caso o acréscimo de custos possa ser imputado aos proprietários."	Sugestão aceite e o articulado alterado em conformidade.	(...) 2. Em prédios em propriedade horizontal são instalados instrumentos de medição em número e <u>com o caudal permanente</u> estritamente necessários aos consumos nas zonas comuns ou, em alternativa e por opção da entidade gestora, nomeadamente quando existir reservatório predial, podem ser instalados contadores totalizadores, <u>sem que neste caso o acréscimo de custos possa ser imputado aos proprietários.</u> "
5. Existindo dispositivos de utilização nas partes comuns associados a contadores utilizadores, é devida pelo condomínio uma tarifa de disponibilidade cujo valor depende do caudal permanente do contador que seria necessário para o perfil do consumo verificado nas partes comuns.	<b>AdAlenquer AdCascais AdPortugal AEPSA CM de Alenquer CM de Sesimbra SOMAGUE Ambiente AQUAPOR</b>	Considera-se que o termo "utilizadores" se trata de um lapso. "Existindo dispositivos de utilização nas partes comuns associados a contadores totalizadores, é devida pelo condomínio uma tarifa de disponibilidade."	Tratando-se de uma gralha, a sugestão foi aceite e o articulado corrigido.	Artigo 84.º (medição de consumo de água por contadores) (...)
	<b>CM da Lousada</b>	Solicita-se indicação à ERSAR como se aplica.	Cabe à entidade gestora definir qual o caudal permanente do contador associado aos consumos das partes comuns, de acordo com as condições estabelecidas nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 86.º do presente regulamento, aplicando-se, posteriormente, a correspondente tarifa.	3. Existindo dispositivos de utilização nas partes comuns associados a contadores <u>totalizadores</u> , é devida pelo condomínio uma tarifa de disponibilidade cujo valor depende do caudal permanente do contador que seria necessário para o perfil do consumo verificado nas partes comuns.
	<b>AdPorto</b>	Já acima se propôs a sua passagem para o art.º 85.º, como n.º 3.	Sugestão aceite.	

## Artigo 88º Responsabilidade pelo contador

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Com exceção dos danos resultantes da normal utilização, o utilizador responde por todos os danos, deterioração ou perda do contador, salvo se provocados por causa que não lhe seja imputável e desde que dê conhecimento imediato à entidade gestora.	DECO	Considera-se que esta norma implica uma inversão do ónus da prova, devendo ser a EG a provar que os danos foram causados pelo consumidor. Não é uma função dos consumidores verificar o funcionamento nem o estado do contador com regularidade.	Sugestão não atendida - embora essa classificação não seja expressamente dada pela lei, os utilizadores podem ser considerados como «depositários» dos contadores. Nos termos dos artigos 1185.º e 1186.º do Código Civil <i>«depósito é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra uma coisa, móvel ou imóvel, para que a guarde, e a restitua quando for exigida»</i> , ficando o depositário obrigado a <i>«guardar a coisa depositada»</i> e a <i>«avisar imediatamente o depositante, quando saiba que algum perigo ameaça a coisa ou que terceiro se arroga direitos em relação a ela, desde que o facto seja desconhecido do depositante»</i> . Neste sentido o artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece que os utilizadores estão obrigados a avisar a entidade gestora de anomalias que detetem no funcionamento dos contadores.	Sem alteração.
3. Para além da responsabilidade criminal que daí resultar, o utilizador responde ainda pelos prejuízos causados em consequência do emprego de qualquer meio capaz de interferir com o funcionamento ou marcação do contador, salvo se provar que aqueles prejuízos não lhe são imputáveis.	DECO	É novamente, invertido o ónus da prova, cabendo ao consumidor provar que não foi responsável pelos danos e prejuízos causados, situação que se considera totalmente inaceitável.	Atenta esta semelhança, será possível fazer, ainda, a analogia para a norma que exonera o depositário das obrigações de guarda e restituição da coisa (no caso o contador) se for privado da sua detenção por causa que lhe não seja imputável, desde que dê conhecimento imediato da privação ao	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			depositante (artigo 1187.º do Código Civil). Assim, o utilizador apenas poderá ser responsabilizado por danos no contador ou pelo seu desaparecimento se o mesmo lhe puder ser imputado, nomeadamente por indícios de fraude ou evidências de que o comportamento do utilizador tenha contribuído para os danos ou desaparecimento do contador (por exemplo por ter deixado o seu imóvel aberto e ao abandono) e se não tiver avisado imediatamente a entidade gestora, para efeitos de participação da ocorrência às autoridades policiais.	

#### Artigo 89º Verificação metrológica e substituição de contadores

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais	<b>CM de Águeda</b>	Face à legislação em vigor, deve ser eliminada a referência aos dias úteis e manter apenas dias.	Sugestão não aceite tendo em atenção que não foi indicada a legislação a que se remete. Note-se que não se aplica a regra do Código de Procedimento Administrativo.	Sem alteração quanto a este aspeto.
1. A entidade gestora procede à verificação periódica dos contadores nos termos da legislação em vigor, e, sempre que o julgar conveniente, procede ainda à verificação extraordinária do contador.	<b>DECO</b>	É importante ressaltar que as verificações extraordinárias do contador por iniciativa da EG não têm qualquer custo para o consumidor	Não se considera necessário explicitar a responsabilidade da entidade gestora pelo custo de uma verificação que a própria decidiu realizar.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>DECO</b>	Quando estejam incluídos ensaios metrológicos em instalações credenciadas,	Considera-se uma medida positiva em prol do princípio da transparência, sendo o	Ver abaixo redação final do n.º 4.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		o consumidor tem o direito a receber uma cópia do relatório final, mesmo sendo a verificação realizada por iniciativa da EG.	articulado alterado em conformidade no que respeito ao n.º 4 do mesmo artigo.	
2. O utilizador pode solicitar a verificação extraordinária do contador em instalações de ensaio devidamente credenciadas, tendo direito a receber cópia do respetivo boletim de ensaio, mediante o pagamento de uma tarifa, nos termos do RT, a qual deve ser devolvida caso se venha a comprovar que existe efetivamente funcionamento irregular do contador.	AdPortugal	Deve ser acrescentado no final "... desde que não seja imputável ao utilizador.".	Sugestão aceite.	2. (...)a qual deve ser devolvida caso se venha a comprovar que existe efetivamente funcionamento irregular do contador, <u>desde que não seja imputável ao utilizador.</u>
	AdPortugal	Deve ser clarificado o que se entende por "... nos termos previstos no RT.	Sugestão não aceite - "... nos termos previstos no RT." significa que a tarifa será definida e aferida nos termos já impostos no RT do serviço de gestão de resíduos urbanos e a definir no RT do serviço de gestão de águas (que vier a ser aprovado).	Sem alteração quanto a este aspeto.
	VIMÁGUA	Deverá precisar-se se também será de devolver a tarifa quando se provar que o contador está a contar em benefício do utilizador.	Sugestão não atendida – esclarece-se que a devolução da tarifa decorre do anormal funcionamento do equipamento de medição, independentemente dos acertos de consumo serem a favor da entidade gestora ou do utilizador.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade gestora procede ao levantamento do contador no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da solicitação do utilizador.	AdPorto	Deverá ser feita uma referência à substituição do contador, para que seja possível realizar o "levantamento do contador". PROPOSTA: 3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade gestora procede ao levantamento do contador, substituindo-o por outro com o mesmo diâmetro nominal, no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da solicitação do utilizador.	Sugestão aceite, tendo este número sido reformulado, com terminologia harmonizada com o previsto nos artigos anteriores em matéria de metrologia.	3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade gestora procede ao levantamento do contador, <u>substituindo-o por outro com o mesmo caudal permanente,</u> no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da solicitação do utilizador.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4. Após a receção do relatório de verificação extraordinária do contador, a entidade gestora remete o mesmo ao utilizador no prazo máximo de 5 dias úteis.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Considera-se excessiva a limitação do prazo de envio a 5 dias úteis, propondo-se a alteração para 10 dias úteis.	Sugestão não aceite, considerando-se que o prazo máximo de 5 dias é exequível e desnecessário ampliar o mesmo.  A redação é alterada na sequência do comentário apresentado pela DECO a propósito do n.º 1.	4. Após a receção do relatório de verificação extraordinária do contador, <u>efetuada nos termos dos n.ºs 1 ou 2 deste artigo</u> , a entidade gestora remete o mesmo ao utilizador no prazo máximo de 5 dias úteis.
6. No caso de ser necessária a substituição de contadores por motivos de anomalia, exploração e controlo metrológico, a entidade gestora avisa o utilizador, com uma antecedência mínima de dez dias, da data e do período previsível para a deslocação, que não ultrapasse as duas horas, assim como da cominação da suspensão do fornecimento no caso de não ser possível a substituição na data indicada ou de o utilizador não indicar uma data alternativa para o efeito.	<b>Joaquim Silva</b>	PROPOSTA: exploração <b>ou</b> controlo metrológico.  Acrescentar no fim: " aceite pela entidade gestora"	Sugestão aceite, reformulando-se a redação.	6. No caso de ser necessária a substituição de contadores por motivos de anomalia, exploração <b>ou</b> controlo metrológico, a entidade gestora avisa o utilizador (...) assim como da cominação da suspensão do fornecimento no caso de não ser possível a substituição na data indicada ou de o utilizador não indicar uma data alternativa, <u>a ser acordada com a entidade gestora para o efeito</u> .
	<b>AEPSA</b>	Nos casos de anomalia, uma antecedência mínima de 10 dias é excessiva. A EG deverá ter a possibilidade de substituir de imediato, cumprindo com o disposto no ponto 8.	Sugestão não aceite, uma vez que a substituição imediata, quando seja possível o acesso ao contador e o utilizador se encontre no local de consumo, já se encontra salvaguardada no n.º 7 do mesmo artigo.	Sem alteração quando a este aspeto.
7. O aviso prévio referido no número anterior é dispensado quando seja possível o acesso ao contador e o utilizador se encontre no local de consumo.	<b>Joaquim Silva</b>	(trocar a ordem). PROPOSTA: quando o utilizador se encontre no local de consumo e seja possível o acesso ao contador.	Sugestão não aceite – as condições são cumulativas razão pela qual a sua ordem é irrelevante.	Sem alteração
	<b>DECO</b>	Considera-se que qualquer intervenção no contador, para além da verificação de leitura, deve sempre ser comunicada	Comentário sem impacto, uma vez que o n.º 7 já prevê a necessidade do consumidor se encontrar no local de consumo, condição	



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>previamente ao consumidor, em especial a substituição do mesmo, para que o consumidor possa exercer o seu direito de estar presente, ou pelo menos poder verificar os dados de consumo antes da substituição do contador e, posteriormente, compará-los com os dados no novo contador que lhe for instalado.</p> <p>No caso de substituição do contador por suspeita de prática fraudulenta ou adulteração do mesmo, o processo de inspeção de substituição deve ser comunicado previamente ao consumidor e deve ser sempre efetuado na presença de testemunhas, preferencialmente o consumidor ou um seu representante, ou em alternativa um elemento dos órgãos policiais.</p>	cumulativa com a possibilidade de acesso ao contador.	
<p>11. A correção da faturação a que se refere o número anterior tem por base a percentagem de erro apurada na verificação periódica ou extraordinária do contador e afeta apenas os meses em que os consumos se afastem mais de 25% do valor médio relativo:</p> <p>a) Ao período de seis meses anteriores à substituição do contador;</p>	<b>Joaquim Silva</b>	Não parece acertado que a correção utilize a percentagem de erro apurada no ensaio; deve ser antes com base no histórico de leituras.	Sugestão não atendida – o dispositivo decorre do estabelecido no artigo 300.º do Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, entendendo-se que não pode a ERSAR alterar a mesma por via do presente regulamento.	Sem alteração
	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	O período de 6 meses poderá implicar variações de sazonalidade. PROPOSTA: "Ao período homólogo anterior à substituição do contador;"		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
b) Ao período de funcionamento, se este for inferior a seis meses.				
12. No caso de comprovada paragem do contador, a faturação é corrigida com base no consumo médio apurado entre as duas leituras subsequentes à substituição do contador.	<b>AdPortugal</b>	Deverá prever-se, expressamente, que a ocorrência de paragem do contador não impede a faturação e cobrança do valor da estimativa fixada ao cliente, no período (anterior e) subsequente ao da substituição do contador.	Não se considera necessária tal regra, pois o presente artigo apenas trata da correção da faturação antes emitida (com base em leituras ou estimativas).	Sem alteração.
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	A utilização de leituras subsequentes deverá ser aplicada com muita prudência, em especial quando existem origens alternativas de água. No caso de existir um histórico de consumos anteriores à paragem do contador, propomos que seja aplicada as regras do art.º 94.º - estimativa de consumo de água “,”... ou desaparecimento do contador”.	Devem distinguir-se e tratar-se de forma diferente as situações de paragem do contador (por anomalia de funcionamento) das situações em que, por serem utilizadas origens próprias, não são realizados consumos a partir da rede pública.  Quando existam origens próprias não se pode faturar água que não é consumida, sem prejuízo de o volume de águas residuais poder ser estimado com base nos consumos de utilizadores equivalentes (n.º 3 do artigo 95.º)	
	<b>AdAlenquer AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	As 2 leituras é um critério subjetivo junto do consumidor e com mais do que 1 interpretação em tribunal. "No caso de comprovada paragem do contador, a faturação é corrigida pela média do consumo, apurado entre a leitura registada no momento da instalação do contador e outra leitura subsequente à referida instalação."	O sentido de norma é exatamente o descrito no comentário.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AdPorto</b>	Além da paragem deve ser referida a situação de desaparecimento do contador, por furto ou qualquer outra circunstância, PROPOSTA: 12. No caso de comprovada paragem ou de desaparecimento do contador, a faturação é corrigida com base no consumo médio apurado entre as duas leituras subsequentes à substituição do contador.	No caso de desaparecimento do contador não há leituras e por isso aplica-se diretamente o artigo 94.º.	
	<b>AdPorto</b>	Em situação de rescisão contratual pode vir a verificar-se que o contador se encontra parado e/ou desaparecido. Nestes casos, e para esse utilizador, não haverá leituras subsequentes. Assim, propõe-se o aditamento de novo número para contemplar esta situação: "Quando, no caso de rescisão contrato, seja comprovada a paragem ou o desaparecimento do contador, a faturação é corrigida com base no consumo médio apurado entre as duas leituras anteriores à rescisão, ou no caso de estas não existirem, em função do consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior à rescisão".	Sugestão aceite, aditando-se um novo número.	13. (novo) No caso de a paragem do contador ser detetada no momento da rescisão do contrato, a correção da faturação é feita com base no previsto no artigo 93.º.
	<b>SMAS de Sintra</b>	Devem ser aplicadas as mesmas regras de estimativa de consumo nos períodos em que não haja leitura do contador (estabelecidas no artigo 94º, nº 1 do Projeto) às situações em que se verifique a paragem do contador (artigo 89º, nº 12).	Porque a paragem indicia anomalia do contador, considera-se mais adequado considerar as leituras subsequentes à instalação do novo contador.	Sem alteração.

## Artigo 90º Medição de águas residuais por medidores de caudal

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A pedido do utilizador não-doméstico do serviço de águas residuais urbanas ou por iniciativa da entidade gestora pode ser instalado um medidor de caudal, desde que isso se revele técnica e economicamente viável.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Deverá ser sujeito a aprovação das EG. "A pedido do utilizador não-doméstico do serviço de águas residuais urbanas, sujeito a apreciação da Entidade Gestora, ou por iniciativa desta última, pode ser instalado um medidor de caudal, desde que não haja uma solução mais simplificada e que se revele técnica e economicamente viável."	A condição imposta no final da norma implica a apreciação em termos técnicos e económicos pela entidade gestora, pelo que se entende desnecessária a reformulação proposta.	Sem alteração
2. Os medidores de caudal são fornecidos e instalados pela entidade gestora, a expensas do utilizador não-doméstico.	<b>AdPortugal</b>	Deve ser acrescentado que a sua manutenção e substituição serão efetuadas pela entidade gestora a expensas do utilizador não-doméstico.	Sugestão não atendida – as regras relativas à manutenção e eventual substituição dos medidores de caudal, do utilizador não-doméstico, encontram-se previstas no n.º 1 do artigo 91.º (92.º no projeto de regulamento), remetendo-se para o mesmo.	Sem alteração

## Artigo 91º Localização e tipo de medidores de caudal

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>CM de Águeda</b>	Julga-se que sobre esta matéria poderia ser enfatizada a necessidade de salvaguardar as questões relacionadas com a propriedade privada.	Não se entende o alcance do comentário, dado que não é apresentada uma proposta concreta de alteração.	Sem alterações

## Artigo 92º Manutenção e verificação de medidores de caudal

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>CM de Águeda</b>	Na epígrafe deve acrescentar-se águas residuais, para estar em linha com o abastecimento de água.	Sugestão aceite.	Manutenção e verificação de medidores de caudal de águas residuais
1. As regras relativas à manutenção, à verificação periódica e extraordinária dos medidores, bem como à respetiva substituição são definidas com o utilizador não-doméstico no respetivo contrato de recolha.	<b>AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	As regras referidas podem não estar definido nos contratos já existentes pelo que se propõe o aditamento da referência ao Regulamento da Entidade Gestora."	Sugestão aceite, tendo o presente número sido alterado em conformidade.	1. As regras relativas à manutenção, à verificação periódica e extraordinária dos medidores, bem como à respetiva substituição são definidas com o utilizador não-doméstico no respetivo contrato de recolha <u>e/ ou no Regulamento de Serviço da Entidade Gestora.</u>

## Artigo 93º Periodicidade das leituras e acesso aos instrumentos de medição

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPorto</b>	Propõe-se o aditamento de um novo número entre o n.º 4 e n.º 5, onde de forma expressa se transcreva o legalmente previsto sobre a suspensão do prazo de caducidade das dívidas. Assim, será de eliminar o n.º 3 do Art.º 106.º. PROPOSTA: (novo) 5 - Sem prejuízo da suspensão do serviço, o prazo de caducidade das dívidas relativas aos consumos reais não começa a correr enquanto não puder ser realizada a leitura por parte da entidade gestora por motivos imputáveis ao utilizador.	Sugestão não aceite – tal norma consta do artigo relativo à prescrição e caducidade (n.º 3 do artigo 109.º do projeto de regulamento/108.º na versão final).	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A entidade gestora procede à leitura real dos instrumentos de medição, por intermédio de agentes devidamente credenciados, com uma frequência mínima de duas vezes por ano e um distanciamento máximo entre duas leituras consecutivas de seis meses.	<b>AdPorto</b> <b>AdPortugal</b> <b>AEPSA</b> <b>CM Moita</b> <b>CM Sesimbra</b>	Deve indicar-se não "seis", mas "oito", tal como dispõe o art.º 67.º, n.º 2 do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Com um intervalo de oito meses entre leituras poderá ser difícil à EG evitar a caducidade do direito a exigir o acerto, que, nos termos da lei dos serviços públicos essenciais, ocorre no prazo de seis meses contados do pagamento inicial, pelo que não se entende haver mais-valia na reprodução da redação do Decreto-Lei n.º 194/2009.	1. A entidade gestora procede à leitura real dos instrumentos de medição, por intermédio de agentes devidamente credenciados, com uma frequência mínima de duas vezes por ano <u>e respeitando o prazo de caducidade para a realização dos acertos de faturação, exceto quando utilize sistemas tecnológicos que assegurem os mesmos efeitos.</u>
	<b>AdSão</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	A frequência mínima de leitura, com carácter de obrigatoriedade para a Entidade Gestora, por agentes devidamente credenciados não se deve aplicar a contadores com telemetria.	Sugestão aceite uma vez que tal também vai ao encontro do legalmente previsto no n.º 7 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	
	<b>AEPSA</b>	Considera-se que não se justifica aplicar aos contadores com telemetria a frequência mínima de leitura, com carácter de obrigatoriedade para a Entidade Gestora. Poderia ser de 1 ano, ou mais. PROPOSTA: "[...], salvo as situações em que existam sistemas de telemetria residencial instalados."		
	<b>CM de Águeda</b>	Julga-se que deveria ser feita referência para a legislação específica.	Sugestão não aceite — considera-se desnecessário.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Mafra</b>	Sugere-se uma nova redação, em que o número mínimo de leituras seja superior.	Atentos os comentários acima reproduzidos, a redação foi reformulada. A entidade	Ver acima.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		PROPOSTA: “A entidade gestora procede à leitura real dos instrumentos de medição, por intermédio de agentes devidamente credenciados, com uma frequência mínima de quatro vezes por ano e um distanciamento máximo entre duas leituras consecutivas de três meses”	gestora tem a liberdade de definir a periodicidade que entender, respeitado que seja o limite da caducidade do direito ao acerto (seis meses contados do pagamento inicial/consumo estimado).	
	DECO	Propõe-se que os prazos sejam mais ambiciosos e que as leituras do contador não distem mais do que três meses, salvo se o consumidor comunicar regularmente as leituras do seu contador.		
	Fernando Vilas Boas	Detetando-se, muitos problemas na faturação dos serviços, propõe-se uma alteração com vista à redução de leituras por estimativa, com pelo menos 4 leituras reais, em vez das atuais 2 leituras. As leituras por estimativa, originam maiores acertos, grande parte deles prejudiciais ao utilizador final.		
3. Sempre que, por indisponibilidade do utilizador, se revelar impossível por duas vezes consecutivas o acesso ao contador por parte da entidade gestora, esta deve avisar o utilizador, por carta registada ou meio equivalente, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, da terceira deslocação a fazer para o efeito, assim como da cominação da suspensão do fornecimento no caso	AdPortugal	Deve ser clarificado como se deve efetuar a suspensão se não houver qualquer acesso ao contador. De igual modo se se tratar de um prédio em propriedade horizontal não pode existir suspensão no ramal porque afeta todos os apartamentos. Devem, por isso, ser definidos procedimentos alternativos.	Cabe às entidades gestoras analisar, em função das circunstâncias de cada caso, qual a melhor forma de executar a suspensão. O regulamento oferece uma salvaguarda para a entidade gestora em termos de faturação posterior no número seguinte.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	AdAlenquer AdCascais AEPsA	O utilizador deverá indicar uma data alternativa com antecedência razoável relativa à data prevista de execução do	Sugestão aceite.	3. Sempre que, por indisponibilidade do utilizador, se revelar impossível por duas vezes consecutivas o

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
de não ser possível a leitura na data indicada ou de o utilizador não indicar uma data alternativa .	<b>AQUAPOR CM de Alenquer</b>	serviço. PROPOSTA: "Sempre que, por indisponibilidade do utilizador, se revelar impossível por duas vezes consecutivas o acesso ao contador por parte da entidade gestora, esta deve avisar o utilizador, por carta registada ou meio equivalente, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, da terceira deslocação a fazer para o efeito, assim como da cominação da suspensão do fornecimento no caso de não ser possível a leitura na data indicada ou de o utilizador não indicar uma data alternativa no prazo previsto no aviso."		acesso ao contador por parte da entidade gestora, esta deve avisar o utilizador, por carta registada ou meio equivalente, <u>com uma antecedência mínima de dez dias</u> , da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, da terceira deslocação a fazer para o efeito, assim como da cominação da suspensão do fornecimento no caso de não ser possível a leitura na data indicada ou de o utilizador não indicar uma data alternativa <u>no prazo previsto no aviso, não inferior a cinco dias</u> .
5. Nos casos de impossibilidade de acesso ao contador após a notificação a que se refere o n.º 3 do e enquanto não proceda à suspensão do fornecimento nos termos aí previstos, a entidade gestora deixa de estar sujeita aos critérios de estimativa de consumo previstos no Artigo 94.º.	<b>AdAlenquer AdCascais AdPorto AEPSA APDA AQUAPOR CM de Alenquer CM de Mafra SIMAS de Oeiras e Amadora</b>	Gralha: (...) a que se refere o n.º 3 do e (...)	Corrigido o lapso de escrita	5. Nos casos de impossibilidade de acesso ao contador após a notificação a que se refere o n.º 3 <u>do presente artigo</u> e enquanto não proceda à suspensão do fornecimento nos termos aí previstos, a entidade gestora <u>pode estimar o consumo do utilizador nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 93.º</u> ainda que exista histórico de <u>leituras</u> .
	<b>AdPorto</b>	Parece que este n.º 5 contraria o disposto no n.º 6 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, ao apontar imperativamente para que “a entidade gestora deixa de estar sujeita”. Se não for efetuada qualquer estimativa, quando se venha a obter a leitura real, o valor de faturação, sobretudo na componente	Com a presente disposição não se pretende proibir a faturação por estimativa, mas sim criar um incentivo a que os utilizadores permitam o acesso ao contador (sem constituir uma verdadeira penalidade, na medida em que se trata ainda de estimar um consumo que posteriormente será sujeito a acerto), entendendo-se justificado algum	



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		variável, poderá ser elevado e inoportável para o utilizador, mesmo imputando-se o valor médio mensal do volume consumido aos meses decorridos entre duas leituras reais sucessivas.	afastamento da aplicação estrita da ordem de critérios do n.º 6 do artigo 67.º do Decreto-Lei nº 194/2009 para evitar potenciais situações de abuso de direito por parte dos utilizadores. De forma a clarificar o sentido da norma procedeu-se à sua reformulação.	
	CM de Lagos CM Lousada	Devem ser clarificados os critérios que a EG fica sujeita no caso de impossibilidade de acesso ao contador.		
	DECO	Considera-se inaceitável, pois os horários para leituras das EG são, em muitas situações, incompatíveis com os horários de trabalho dos consumidores, e esta disposição está a responsabilizar o consumidor pela ausência de leituras. Acresce que, ao deixar de estar sujeita a critérios de estimativa e não existindo leituras, a EG pode faturar consumos de forma discricionária e sem fundamento, por isso, consideramos que em momento algum a EG pode deixar de estar sujeita a critérios de estimativa, na ausência de leituras, para efeitos de faturação. Importa referir que, para salvaguardar os interesses das EG, já está prevista a possibilidade de corte do fornecimento pela reiterada negação do acesso ao contador.		
	AdPortugal	Deverá prevenir-se expressamente a faculdade da entidade gestora faturar e cobrar o consumo estimado, ainda que o acesso ao contador não lhe tenha sido facultado, por três vezes consecutivas.	Ver acima.	Ver acima.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
6. A entidade gestora disponibiliza aos utilizadores meios alternativos para a comunicação de leituras, tais como internet, serviço de mensagens curtas de telemóvel (sms), serviços postais ou o telefone, as quais devem ser consideradas para efeitos de faturação sempre que realizadas nas datas para o efeito indicadas nas faturas anteriores e a entidade gestora não disponha de informação mais atualizada ou que indicie a incorreção da leitura comunicada.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Não são disponibilizados SMS para comunicação de leituras, existindo, contudo, uma APP para o efeito. As leituras comunicadas pelo cliente apenas são utilizadas para faturação se validadas. "A entidade gestora disponibiliza aos utilizadores meios alternativos para a comunicação de leituras, tais como internet ou o telefone, as quais devem ser consideradas para efeitos de faturação sempre que realizadas nas datas para o efeito indicadas nas faturas anteriores e após validação da Entidade Gestora e caso esta não disponha de informação mais atualizada ou que indicie a incorreção da leitura comunicada."	Sugestão não aceite – os meios de comunicação de leituras referidos na disposição são exemplificativos e alternativos. A parte final da redação salvaguarda eventuais procedimentos de validação que a EG queira implementar.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>DECO</b>	Importa ressaltar que os meios de comunicação de leituras devem ser gratuitos para os consumidores e	Entende-se não ser da competência da ERSAR fixar a gratuitidade da comunicação das leituras. Não obstante, as entidades gestoras poderão fazê-lo, caso assim entendam, esta medida como uma boa prática comercial.	Sem alteração quanto a este aspeto
	<b>DECO</b>	Considera-se que a EG deve informar os consumidores de qual o melhor período do mês, com um intervalo de 2 a 4 dias, para comunicar a leitura a tempo de ser considerada na fatura seguinte.	O presente n.º 6 já refere que a comunicação deve ser efetuada nas datas indicadas nas faturas anteriores, tendo-se complementado no artigo 98.º (99.º do projeto de regulamento), n.º 3, alínea a), subalínea (xiii) e alínea b), subalínea (xi), com a informação de que o período para comunicar a leitura deve ser de 2 a 4 dias	Vide alteração no artigo 98.º do regulamento (99.º na redação final)

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>CM de Águeda</b>	Poderia ser ainda contemplado o correio eletrónico / e-mail.	Sugestão aceite e articulado alterado em conformidade.	6. A entidade gestora disponibiliza aos utilizadores meios alternativos para a comunicação de leituras, <u>designadamente, correio eletrónico ou outro serviço baseado na internet, (...).</u>
7. Os valores lidos são arredondados para o número inteiro anterior ou seguinte volume efetivamente medido, devendo a entidade gestora utilizar sempre a mesma metodologia.	<b>CM Mafra</b>	Deverá ficar inequivocamente exposto a forma como são efetuados os arredondamentos, sob pena de os utilizadores ficarem subordinados à discricionariedade de cada entidade gestora.	Sugestão aceite e redação alterada em conformidade.	7. Os valores lidos são arredondados para o número inteiro anterior do volume efetivamente medido.
	<b>AEPSA AdPortugal</b>	Gralha. Deve ser acrescentada a expressão "... do ..." antes de "... volume ...".	Corrigida a gralha	

#### Artigo 94º Estimativa de consumo de água

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Nos períodos em que não haja leitura do contador, o consumo é estimado:  a) Em função do consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela entidade gestora;	<b>CM de Águeda</b>	Considera-se que a redação do n.º 1 poderia ser alterada para "verificado ao longo do ano anterior".	Não se compreende em que ponto do n.º 1 se propõe fazer o aditamento referido. De todo o modo, julga-se que as referências temporais das várias alíneas do n.º 1 estão corretas.	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
b) Em função do consumo médio do período homólogo do ano anterior quando o histórico de consumos revele a existência de sazonalidade;	<b>CM de Lagos</b>	Acrescenta um critério aos previstos no art.º 67.º n.º 6 do DL 194/2009, contrariando assim o seu normativo.	Sugestão não atendida - O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, foi omissivo relativamente às situações de sazonalidade, bastante recorrentes. A alínea b), não estando expressamente prevista no artigo 67.º do mencionado decreto-lei, deverá ser entendida como a forma de cálculo que permite o apuramento mais aproximado do consumo real naquelas situações, de sazonalidade, razão pela qual foi prevista no regulamento. Tal metodologia é ainda fundamentada em razão dos princípios gerais estipulados no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, em especial, o da proteção dos interesses dos utilizadores.	Sem alteração.
c) Em função do consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador.	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Dado que, nas zonas rurais e semi-rurais, persiste o consumo de água de captações particulares, o valor médio não exprime o consumo médio efetivo da região, pelo que se propõe que seja considerado um consumo de 10m³ para os consumidores domésticos.	Sugestão não atendida – com esta norma pretende-se estimar o consumo a partir da rede e não o consumo total. Havendo utilizadores com e sem captações próprias, cujo consumo médio seja distinto, pode a entidade gestora fazer igualmente essa diferenciação na aplicação desta norma, dado que se refere ao "consumo médio de utilizadores com características similares".	Sem alteração.

## Artigo 95º Estimativa do volume de águas residuais urbanas recolhidas

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Deve ser clarificado o alcance desta norma, cuja redação atual não permite perceber.	Este artigo respeita a metodologias de estimativa do volume de águas residuais recolhidas quando, existindo medidor de caudal, a entidade gestora não proceda à sua leitura, conforme seu n.º 1, concretizando o seu n.º 2 o conceito de consumo médio referido no n.º 1. O n.º 3 deste artigo foi eliminado, porquanto respeita à avaliação do volume de águas residuais urbanas quando não exista medidor de caudal e não seja adequada a indexação ao consumo de água como metodologia de apuramento do volume de águas residuais urbanas produzidas (matéria tratada no artigo seguinte).	Sem alteração
<p>1. Nos locais em que exista medidor de caudal e nos períodos em que não haja leitura, o volume de águas residuais urbanas recolhido é estimado:</p> <p>c) Em função do volume médio de águas residuais urbanas recolhido de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do medidor.</p>	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Dado que, nas zonas rurais e semi-rurais, persiste o consumo de água de captações particulares, o valor médio não exprime o consumo médio efetivo da região, pelo que se propõe que seja considerado um consumo de 10m <sup>3</sup> para os consumidores domésticos.	Sugestão não atendida – Havendo utilizadores com e sem captações próprias, cujo valor médio de águas residuais produzida seja distinto, pode a entidade gestora fazer igualmente essa diferenciação na aplicação desta norma, dado que se refere ao "volume médio de águas residuais urbanas recolhido de utilizadores com características similares".	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
3. A metodologia referida na alínea b) do n.º 1 deve também ser utilizada sempre que o utilizador não disponha do serviço de abastecimento ou, dispondo, comprovadamente produza águas residuais urbanas a partir de origens próprias.	<b>CM de Águeda</b>	Deve ser esclarecido se a referência corresponde à alínea b) ou à alínea a).	Este número foi eliminado, porquanto respeita a matéria tratada no artigo seguinte, relativo à avaliação do volume de águas residuais urbanas quando não exista medidor de caudal, situação em que se prevê a indexação ao consumo de água como metodologia de apuramento do volume de águas residuais urbanas produzidas.  Nas situações em que seja instalado um medidor de caudal, as águas residuais produzidas a partir de eventuais captações próprias são medidas pelo mesmo, não exigindo qualquer alteração da regra de estimativa para os meses em que não há leitura.	Eliminado.
	<b>AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Considera-se que todo o n.º 1 é aplicável e não apenas a alínea b) do n.º 1. "A metodologia referida no n.º 1 deve também ser utilizada sempre que o utilizador não disponha do serviço de abastecimento ou, dispondo, comprovadamente produza águas residuais urbanas a partir de origens próprias."		
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Onde se lê "alínea b) do n.º 1" dever-se-á ler "alínea c), do n.º 1". No caso dos clientes (AA+AR) que são considerados clientes zero pois consomem, comprovadamente, água do poço, poderia ser permitido estimar uma variável de AR considerando o consumo de 10m³, no caso de clientes domésticos.		
	<b>AdPorto</b>	Deve alterar-se para "nas alíneas do n.º 1 ", pois as situações poderão não ser meramente sazonais, mas permanentes. Deste modo, se preenchem todas as possíveis situações. PROPOSTA: 3. A metodologia referida na alínea do n.º 1 deve também ser utilizada sempre que o utilizador não disponha do serviço de abastecimento ou, dispondo, comprovadamente produza águas residuais urbanas a partir de origens próprias.		

## Artigo 96º Avaliação do volume de águas residuais urbanas quando não exista medidor de caudal

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Considerações gerais ao artigo	<b>AdAlenquer</b> <b>AdPorto</b> <b>AdPortugal</b> <b>AdRibatejo</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Águeda</b> <b>CM de Alenquer</b> <b>CM de Sesimbra</b> <b>CM Lousada</b> <b>CM Mafra</b> <b>DECO</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA</b> <b>Matosinhos</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b> <b>INDAQUA Vila do Conde</b>	Deve ser corrigida a numeração dos vários números do artigo e correspondentes remissões.	Correção efetuada.	N.º 4 passa a n.º 2. N.º 5 passa a n.º 3. N.º 6 passa a n.º 4, remetendo para o n.º 2. N.º 7 passa a n.º 5, remetendo para o n.º 2.
1. Quando não exista medidor de caudal, o volume de águas residuais urbanas recolhidas pode ser aferido através da indexação ao volume de água consumida, ou com base noutro indicador com correlação com a produção de águas residuais urbanas, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ficar explícito que a ERSAR deverá validar a metodologia adotada, caso esta não esteja aqui prevista.	Sugestão não atendida – Conforme se refere na parte final do n.º 1 dever-se-á aplicar as normas legais e regulamentares, sendo que no caso em apreço se aguarda a publicação do Regulamento Tarifário das Águas que poderá desenvolver esta questão.	Sem alteração.
	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b>	Explicitar quais são as normas legais e regulamentares aplicáveis.	O futuro Regulamento Tarifário das Águas, cuja aprovação se aguarda e que poderá desenvolver esta questão, bem como os	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	CM de Alenquer		regulamentos de serviço das entidades gestoras que contenham outras metodologias que não contrariem o aqui estabelecido.	
4. Quando seja aplicada a metodologia de indexação ao consumo de água, não é considerado o volume de água consumido quando:	DECO	Devem prever-se situações onde os utilizadores tenham o serviço de abastecimento de água, mas, comprovadamente, não produzam águas residuais urbanas.	Sugestão não atendida – a situação reportada já se encontra prevista no n.º 3 do artigo 85.º do presente regulamento.	Sem alteração
a) O utilizador comprove ter-se verificado uma rotura no sistema de distribuição predial;	AdRibatejo	Propõe-se o acréscimo do seguinte texto: “e a água proveniente desta não foi drenada para o sistema público de drenagem;”	Sugestão atendida redação alterada em conformidade.	a) O utilizador comprove ter-se verificado uma rotura no sistema de distribuição predial, <u>e que a água proveniente desta não foi drenada para o sistema público de drenagem;</u>
c) A indexação ao consumo de água não se mostre adequada a atividades específicas que os utilizadores não-domésticos prosseguem.	DECO	Esta previsão não se deve aplicar apenas aos utilizadores não-domésticos, por um princípio de não discriminação, uma vez que, cabe ao consumidor demonstrar que a indexação não é adequada.	Relativamente à alínea c), entende-se que tal critério apenas se aplica aos utilizadores não-domésticos derivado da multiplicidade de atividades comerciais/industriais que podem ser desenvolvidas no local de consumo, ou seja, multiplicidade de tipologias de atividades, ao contrário dos utilizadores domésticos que, em princípio, integram apenas uma tipologia inerente à utilização do local de consumo para habitação, ou seja, em que a procuração de águas residuais está diretamente relacionada com o consumo de água efetuado.	Sem alteração.
6. Nas situações previstas na alínea b) do n.º 5, a tarifa variável de	AdAlenquer AdCascais	As EG podem não ter uma base de dados com informação do agregado familiar que	Sugestão não aceite – a indicação do agregado familiar é feita a título	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
serviço de saneamento de águas residuais urbanas é aplicada ao volume médio de água abastecida aos utilizadores com características similares, nomeadamente atendendo à dimensão do agregado familiar, no âmbito do território abrangido pela entidade gestora, verificado no ano anterior, ou natureza da atividade económica desenvolvida pelo utilizador não doméstico.	<b>AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	permita construir um perfil. PROPOSTA: "Nas situações previstas na alínea b) do n.º 2 (numeração corrigida), a tarifa variável de serviço de saneamento de águas residuais urbanas é aplicada ao volume médio de água abastecida aos utilizadores com características similares, nomeadamente atendendo ao tipo de utilizador, no âmbito do território abrangido pela entidade gestora, verificado no ano anterior, ou natureza da atividade económica desenvolvida pelo utilizador não doméstico."	exemplificativo, podendo ser utilizadas outras características consideradas pertinentes para a obtenção de um padrão para cada tipo de utilizador – doméstico e não doméstico.	
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Entende-se que deve considerar-se 10m³ no caso dos consumidores domésticos.	Sugestão não aceite – considera-se que podem existir perfis de consumo diferentes.	
7. Nas situações previstas na alínea c) do n.º 5, a tarifa variável serviço de saneamento de águas residuais urbanas é reajustada tendo em conta o perfil do utilizador não-doméstico e mediante justificação perante a ERSAR.	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Gralha: "... a tarifa variável serviço ..."	Gralha corrigida.	5. (renumerado) Nas situações previstas na alínea c) do n.º 2, a tarifa variável <u>do</u> serviço de saneamento de águas residuais urbanas (...)"
	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Considera-se que estas situações deverão estar previstas nos regulamentos das EG's e não serem sujeitas a justificação à ERSAR. PROPOSTA: "Nas situações previstas na alínea c) do n.º 2 (numeração corrigida), a tarifa variável serviço de saneamento de águas residuais urbanas é reajustada em conformidade com o Regulamento da Entidade Gestora."	Sugestão não aceite – entende-se que a utilização de outras metodologias, previstas neste número, devem ser justificadas perante a ERSAR, no sentido de se indagar a adequação das mesmas e harmonizar tais metodologias em todo o território nacional.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	Deve ser salvaguardado que o utilizador não-doméstico interessado deva	Sugestão não atendida – entende-se que tal quesito deverá ficar ao critério da entidade	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		disponibilizar informação em formato auditável e certificada, reduzindo o incentivo à deturpação de valores.	gestora, a constar do seu regulamento de serviço, devendo contudo existir um critério de razoabilidade quanto à informação a solicitar ao utilizador.	
	<b>AdRibatejo</b>	Propõe-se a reformulação da redação dado que não é claro o objetivo da norma.	Não se entende o alcance do comentário, dado que não foi identificada a dúvida de interpretação.	Sem alteração quanto a este aspeto
	<b>SOMAGUE Ambiente</b>	Deve ser clarificado o que é entendimento como “mediante justificação perante a ERSAR”:	“Mediante justificação perante a ERSAR” significa que as outras metodologias, propostas pela entidade gestora, devem previamente ser remetidas à ERSAR, no âmbito da suas atribuições e regulação, no sentido de serem avaliadas com o propósito se indagar a adequação das mesmas e harmonizar tais metodologias em todo o território nacional.	Sem alteração quanto a este aspeto

#### Artigo 97º Medição do serviço de gestão de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Quando não exista sistema de medição do peso ou volume da quantidade de resíduos urbanos recolhida, deve ser utilizada a indexação ao consumo de água para efeitos de determinação dos resíduos produzidos, nos termos do RT.	<b>CM de Águeda</b>	Julga-se que a palavra ‘deve’ deve ser substituída por ‘pode’.	Pretende-se reproduzir a ordem de metodologias constante do regulamento tarifário (medição direta, indexação ao consumo de água, outras metodologias justificadas perante a ERSAR), tendo sido reformulada a redação no sentido de o tornar mais claro.	1.Quando não exista sistema de medição do peso ou volume da quantidade de resíduos urbanos recolhida, deve ser utilizada a indexação ao consumo de água para efeitos de determinação dos resíduos produzidos, nos termos do

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				RT, <u>sem prejuízo do disposto no número seguinte.</u>
3. Quando seja aplicada a metodologia de indexação ao consumo de água, não é considerado o volume de água consumido quando:	<b>CM de Águeda</b>	Deveria ser especificada a forma de prova, para evitar possíveis conflitos.	Sugestão não atendida - entende-se que a comprovação poderá ser qualquer meio idóneo que ateste, perante a entidade gestora, qualquer das situações elencadas nas diferentes alíneas (documento de reparação da rotura, comprovativo da atividade desenvolvida, etc).	Sem alteração.
b) O utilizador não contrate o serviço de abastecimento ou comprovadamente produza águas residuais a partir de origens de água próprias;	<b>AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Considera-se um lapso a menção a "águas residuais". "O utilizador não contrate o serviço de abastecimento ou comprovadamente produza resíduos urbanos;"	Sugestão parcialmente aceite – reformulou-se a redação no sentido de identificar as situações em que o consumo de água da rede pública não é um indicador representativo da quantidade de resíduos produzida.	b) O utilizador não contrate o serviço de abastecimento ou comprovadamente <u>utilize origens de água próprias;</u> "
5. Nas situações previstas na alínea b) do n.º 5, a tarifa variável de gestão de resíduos urbanos é aplicada ao volume médio de água abastecida aos utilizadores com características similares, nomeadamente atendendo à dimensão do agregado familiar, no âmbito do território abrangido pela entidade gestora, verificado no ano anterior ou natureza da atividade económica desenvolvida pelo utilizador não doméstico.	<b>AdAlenquer AdPortugal AEP AQUAPOR CM da Azambuja CM de Águeda CM de Alenquer CM de Lousada CM de Ourém CM de Palmela CM de Sesimbra CM Lagos SOMAGUE Ambiente</b>	A remissão constante nesta norma deverá ser corrigida para a alínea b) do n.º 3.	Correção efetuada	5. Nas situações previstas na alínea b) do n.º <u>3</u> (...).

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
6. Nas situações previstas na alínea c) do n.º 5, a tarifa variável de gestão de resíduos urbanos é reajustada tendo em conta o perfil do utilizador não-doméstico e mediante justificação perante a ERSAR.	AdAlenquer AdPortugal AEPSA AQUAPOR CM da Azambuja CM de Águeda CM de Alenquer CM de Ourém CM de Palmela CM de Sesimbra CM Lagos	A remissão constante nesta norma deverá ser corrigida para a alínea c) do n.º 3.	Para maior simplificação da redação, passou-se o conteúdo da alínea c) do n.º 3 para o n.º 6 (eliminando-se aquela alínea)	6. Nas situações em que a indexação ao consumo de água não se mostre adequada a atividades específicas que os utilizadores não-domésticos prosseguem, a tarifa variável de gestão de resíduos urbanos é reajustada tendo em conta o perfil do utilizador não-doméstico e mediante justificação perante a ERSAR

## Artigo 98º Faturação

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	AdPortugal	Falta especificar neste artigo como apresentar a informação na fatura quando se fatura um período com 2 tarifários distintos (e.g. 15/12/n a 15/01/n+1). Atualmente em termos de apresentação na fatura, consta o valor médio do período faturado, sendo que o valor unitário não corresponde a nenhum dos tarifários (nem ao tarifário do ano n, nem ao tarifário do ano n+1).	Sugestão atendida – por uma questão de clareza, introduziu-se um número neste artigo, dispondo que, quando uma fatura abranger dois períodos tarifários distintos, deve ficar evidenciado quais os dias faturados com base num e noutro(s), correspondentes volumes e tarifas faturados.	11. (novo) As faturas cujo período de faturação abranja dois tarifários distintos, devem evidenciar os dias faturados com base num e noutro(s) tarifário(s), os consumos associados, bem como as correspondentes tarifas e valores faturados.
1. As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas, como os	AdPortugal	Deve-se incluir os termos do previsto no artigo 9º n.º1 da Lei n.º23/96, de 26 de julho.	Sugestão não atendida: a redação do n.º 1 responde ao n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho (na redação em vigor) nomeadamente à exigência de as faturas	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
correspondentes impostos legalmente exigíveis.			discriminarem devidamente os valores que apresentam.	
	<b>AEPSA</b>	Gralha. Proposta "... tarifas, bem como ..."	Sugestão atendida e articulado alterado em conformidade, tendo-se ainda harmonizado a redação com a alteração feita ao artigo 33.º (no sentido de incluir a repercussão com os encargos relativos à taxa de recursos hídricos e a taxa de gestão de resíduos).	1. (...) e as correspondentes tarifas, <u>bem como os demais encargos e impostos (...).</u>
2. A periodicidade das faturas é mensal, podendo ser diferente, desde que corresponda a uma opção do utilizador por ser por este considerada mais favorável e conveniente.	<b>AdPortugal</b>	Deverá prever-se o seguinte segmento "a periodicidade das faturas é mensal, podendo ser diferente caso corresponda a opção do utilizador".	Sugestão não atendida – considera-se importante manter a parte final da norma, atendendo ao disposto nos artigos 13.º e 14.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AdPortugal</b>	Deve prever-se um valor mínimo de débito de consumo abaixo do qual não se justifica a emissão da respetiva fatura, justificando-se a cumulação desse débito com o débito a faturar no período de faturação seguinte (e.g. na EPAL, se o valor a faturar for inferior a €2,50, não é emitida fatura e esse valor acumulará com o que for devido a quando da emissão da fatura seguinte).	Sugestão não atendida – tendo por referência os valores das tarifas fixas, bem como os demais encargos e impostos (IVA) associados e legalmente exigíveis, entendemos que a mencionada opção poderá, ainda que os valor seja diminutos, potenciar a acumulação dos valores (pois trata-se de um serviço público essencial e uma faturação irregular dificultaria a gestão dos orçamentos familiares) e, por outro, a faturação mensal permitirá ao utilizador controlar os seus consumos e, idealmente, modelá-los e racionalizá-los.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM de Lagos</b>	Esta norma implica para os municípios uma adequação logística e funcional que pode importar custos consideráveis, dado o controlo a efetuar sobre tais opções – consumidores com faturação diferente torna a atividade e os meios necessários	A faturação com uma periodicidade diferente da mensal deve depender de uma opção do utilizador, quando a mesma seja disponibilizada pela entidade gestora, conforme resulta do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	2. A periodicidade das faturas é mensal, <u>podendo as partes acordar expressamente numa periodicidade diferente, desde que o utilizador</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		mais exigentes. Deve ficar claro que a sua concessão depende de tal disponibilidade e possibilidade da entidade gestora.	Reformulou-se a redação no sentido de clarificar esta questão.	<u>considere esta opção</u> mais favorável e conveniente.
	<b>SMAS de Sintra</b>	<p>Considera-se esta disposição nula ao prever outra periodicidade de faturação diferente da mensal estabelecida pelo n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na redação dada pela Lei n.º 12/2008, de 26 de maio, sendo tal consequência decorrente do previsto no n.º 1 do artigo 13.º da mesma lei.</p> <p>Entende-se o legislador, em nome da defesa dos direitos do consumidor, considerou que quanto mais frequente for a faturação, mais fácil é para o utente gerir o seu orçamento, uma vez que a generalidade dos rendimentos do trabalho tem uma periodicidade mensal.</p>	<p>Nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, os direitos estabelecidos neste diploma são irrenunciáveis e o artigo 14.º apenas admite disposições legais que, em concreto, se revelem mais favoráveis ao utente.</p> <p>Desenvolvendo este regime, o artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, reafirma a periodicidade mensal da faturação, como regime regra, admitindo, porém, que sejam disponibilizados ao utilizador mecanismos alternativos e opcionais de faturação, passíveis de serem por este considerados mais favoráveis e convenientes. Atento o quadro legal acima exposto, entende a ERSAR que as entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos podem emitir faturas com uma periodicidade bimestral ou outra se houver manifestação expressa do utilizador nesse sentido.</p>	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. Sempre que não seja respeitada a periodicidade aplicável por força dos números anteriores e a fatura emitida inclua um período igual ou superior ao dobro daquele que seria devido, a entidade gestora deve facultar ao utilizador o pagamento	<b>AdPortugal</b>	Deverá prever-se a articulação entre a faculdade de fracionamento do pagamento aí conferida ao utilizador e o prazo de pagamento (vencimento) da fatura (cujo valor é objeto de pagamento fracionado) previsto no artigo 102.º n.º1 do projeto de Regulamento.	Sugestão não aceite – se for acordado o fracionamento do valor em dívida, as datas limite de cada prestação serão as definidas nesse mesmo acordo. Por sua vez, o artigo 102.º é de aplicação genérica.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
fracionado do respetivo valor, sem prejuízo do regime aplicável em sede de prescrição e caducidade.	<b>CM de Mafra</b> <b>Joaquim Silva</b>	Em vez de “(...) aplicável por força dos números anteriores (...)” deverá ser “(...) aplicável por força do número anterior(...)”.	Correção efetuada.	3. Sempre que não seja respeitada a periodicidade aplicável por força <u>do</u> <u>número anterior</u> (...).

### Artigo 99º Conteúdo da fatura

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>AdPortugal</b>	Não é clara a forma como este artigo pondera as obrigações decorrentes da Lei n.º 12/2014, de 6 de março, e do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho.	Comentário – não tendo sido elencadas as eventuais desconformidades, não é possível à ERSAR avaliar a crítica efetuada, sendo que foi precisamente preocupação da ERSAR concretizar as obrigações expressas nos referidos normativos legais.	Sem alteração.
	<b>CM de Águeda</b>	Sobre esta matéria julga-se que se podia eliminar repetições e incluir referência para legislação em vigor e recomendações da ERSAR.	Sugestão não aceite – sendo o processo de faturação, designadamente, o conteúdo da fatura uma matéria essencial no desenrolar das relações comerciais, entende-se útil e pertinente elencar aqui a informação a constar nas faturas, ainda que isso represente repetição de normativos legais	Sem alteração.
2. A informação comum a constar das faturas é, no mínimo, a seguinte:	<b>AdPorto</b>	Propõe-se introduzir uma nova alínea após a alínea i) e j), alertando para as consequências da falta de pagamento até à data limite de pagamento. PROPOSTA: "O não pagamento da fatura até à data limite de pagamento determina a suspensão do serviço após pré-aviso e, a remessa para cobrança coerciva do valor em dívida,	Sugestão não atendida - o presente artigo estipula o conteúdo mínimo a constar da fatura dos serviços, não obstante as entidades gestoras poderão aditar informação que considerem relevantes no âmbito da relação contratual estabelecida com os utilizadores.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		acrescido dos juros de mora legais e dos custos de processamento."		
a) Identificação da entidade gestora do serviço objeto de faturação, incluindo o seu endereço postal e contactos telefónico e eletrónico para efeitos de esclarecimento de questões relativas à faturação ou, caso a entidade que emite a fatura seja distinta desta, a explicitação de tal facto, com indicação dos contactos da entidade gestora do serviço;	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Considera-se que, no final da alínea, a informação dos contactos da EG do serviço deve ser substituída pela identificação da EG. PROPOSTA: "Identificação da entidade gestora do serviço objeto de faturação, incluindo o seu endereço postal e contactos telefónico e eletrónico para efeitos de esclarecimento de questões relativas à faturação ou, caso a entidade que emite a fatura seja distinta desta, a explicitação de tal facto, <u>com identificação da entidade gestora do serviço;</u> "	Sugestão não aceite: considera-se que a redação utilizada é adequada para o efeito pretendido (permitir ao utilizador entrar em contacto com a entidade gestora responsável pelo serviço faturado)..	Sem alteração.
n) Informação sobre tarifários especiais disponibilizados pela entidade gestora;	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	A informação sobre tarifários especiais disponibilizados vem acrescer uma complexidade maior na fatura e não é este o meio adequado para o fazer, pelo que se propõe eliminar.	Sugestão não aceite: dada a pertinência da questão dos tarifários especiais, entende-se que informar os utilizadores finais quanto à sua existência, através da fatura, ainda que de forma resumida, constitui um meio adequado e expedito, sem prescindir de poder ser consultada informação mais detalhada sobre as condições de elegibilidade.	Sem alteração.
3. A informação específica a constar da fatura relativamente a cada um dos serviços prestados é, no mínimo, a seguinte:  a) Quanto ao serviço de abastecimento de água:				



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
(i) Diâmetro nominal do contador de água instalado;	<b>Joaquim Silva</b>	Propõe-se substituir diâmetro nominal por características metrológicas	O termo "diâmetro nominal" foi substituído por "caudal permanente".	(i) <u>Caudal permanente</u> do contador de água instalado;
	<b>José Colarejo</b>	No contexto da Directiva MID, os contadores deixaram de ser definidos pelo seu "diâmetro nominal" e passaram a ser definidos pelo seu "caudal permanente" (Q3).		
(ii) Método de aferição do volume de água consumido e objeto de faturação (medição ou estimativa);	<b>AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	O mesmo documento poderá faturar consumo real e estimado. "Método de aferição do volume de água consumido e objeto de faturação (medição e/ou estimativa);"	Sugestão não aceite: a ERSAR entende que a inclusão na mesma fatura de consumos estimados e lidos causa uma complexidade adicional, em termos de compreensão pelo utilizador, que não se justifica.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>Joaquim Silva</b>	Proposta: Método de <b>obtenção</b> do volume	Redação alterada, substituindo-se aferição por avaliação.	(ii) Método de <u>avaliação</u> do volume de água consumido e objeto de faturação (medição ou estimativa);
	<b>José Colarejo</b>	Sugere-se a utilização do termo "avaliação" ou outro que se entenda mais adequado, considerando que o termo "aferição" é suscetível de induzir confusões.		
(xiii) Período para comunicação de leituras pelo utilizador;	<b>AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Poderá ser uma data limite pelo que se propõe alteração de "Período" para "Prazo" (aplicável em ambas as situações). "Prazo para comunicação de leituras pelo utilizador;"	Sugestão não aceite: pretende-se que seja indicado um período, compreendido entre duas datas, e não um prazo (uma data limite).	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>CM Mafra</b>	Neste ponto, para além de ser indicado o "período para comunicação de leituras pelo utilizador", também deverá ser indicada a referência para efetuar a comunicação, bem como os meios de comunicação à disposição para comunicar as leituras.	Sugestão aceite e redação da subalínea (xiii) da alínea a) do n.º 3 do artigo 99.º e da subalínea (xi) da alínea b) também do n.º 3 do artigo 99.º aditadas em conformidade.	(xiii) Período para comunicação de leituras pelo utilizador, <u>no mínimo de dois a quatro dias, e meios disponíveis para essa comunicação;</u>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	DECO	Vide comentário da DECO ao n.º 6 do artigo 93.º - "Considera-se que a EG deve informar os consumidores de qual o melhor período do mês, com um intervalo de 2 a 4 dias, para comunicar a leitura a tempo de ser considerada na fatura seguinte"	Considerando a sugestão pertinente, considera-se que a informação deve ser incluída na fatura.	
(xiv) Informação sobre qualidade da água.	AdRibatejo	Deve ser explicitado o conteúdo referente à informação sobre a qualidade da água. Consideramos que publicação através de editais é adequada.	Redação clarificada.	(xiv) <u>Indicação dos meios disponíveis para aceder a</u> informação relativa à qualidade da água;
	Joaquim Silva	Observação: qualidade da água, quer dizer informação resumida? Não deve ser o edital.		
b) Quanto ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas:  (ii) Método de aferição do volume de águas residuais urbanas recolhidas (medição, estimativa ou indexação);	Joaquim Silva	Proposta: Método de <b>obtenção</b> do volume ...	Redação alterada, substituindo-se aferição por avaliação.	(ii) Método <u>de avaliação</u> do volume de águas residuais urbanas recolhidas (medição, estimativa ou indexação);
	José Colarejo	Sugere-se a utilização do termo "avaliação" ou outro que se entenda mais adequado, considerando que o termo "aferição" é suscetível de induzir confusões.		
(xi) Período para comunicação de leituras pelo utilizador, quando aplicável	DECO	Vide comentário da DECO ao n.º 6 do artigo 93.º - "Considera-se que a EG deve informar os consumidores de qual o melhor período do mês, com um intervalo de 2 a 4 dias, para comunicar a leitura a tempo de ser considerada na fatura seguinte"	Considerando a sugestão pertinente, considera-se que a informação deve ser incluída na fatura.	(xi) Período para comunicação de leituras pelo utilizador, quando aplicável, <u>no mínimo de dois a quatro dias, e meios disponíveis para essa comunicação.</u>
c) Quanto ao serviço de gestão de resíduos urbanos:				

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
(i) Método de aferição dos resíduos recolhidos (medição ou indexação);	Joaquim Silva	Proposta: Método de <u>obtenção</u> dos ...	Por uma questão de uniformidade substitui-se aferição por avaliação.	(i) Método <u>de avaliação</u> dos resíduos recolhidos (medição ou indexação <u>a um indicador de base específico</u> );
4. Os serviços auxiliares prestados pela entidade gestora podem ser faturados conjuntamente na fatura dos serviços de águas ou resíduos, através de fatura específica emitida separadamente ou por via de fatura-recibo emitida no ato da prestação do serviço em causa.	AdAlenquer AEP SA AQUAPOR CM de Alenquer	A redação contradiz-se. Deve esclarecer se os serviços auxiliares podem ser faturados na mesma fatura ou têm de ser emitidas faturas distintas.	Sugestão aceite – para uma clarificação do teor do presente n.º altera-se a sua redação.	4. <u>O valor devido por tarifas correspondentes a serviços auxiliares prestados pode ser incluído na fatura relativa ao serviço principal de águas ou resíduos, ou objeto de uma fatura específica emitida e remetida separadamente ou de uma fatura recibo emitida no ato da prestação do serviço.</u>

### Artigo 100º Acertos de faturação

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais	AdAlenquer AdCascais AdSJoão AEP SA AQUAPOR CM de Alenquer INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Sto.	Deve ser verificada a numeração dos pontos (repetida e não sequencial).	Corrigida a numeração.	Ver versão final.

	INDAQUA Vila do Conde Tirso/Trofa			
	Fernando Vilas Boas	<p>Propõe-se criar a figura de "acerto de faturação anual" para minimizar os impactos dos acertos que são feitos nas faturas, com consequentes aumentos de escalão, bem como definir a figura do utilizador final - não sazonal, como todo aquele que tem um consumo mensal regular e sem grande variabilidade, aditando um novo artigo com a seguinte redação: <i>Artigo 101 (Acerto de faturação anual para utilizador final – não sazonal)</i></p> <p><i>1. Caso se verifiquem as situações referidas no artigo 100º, no seu ponto n.º 1, deverá a entidade gestora, no final de cada ano civil, proceder à elaboração de um mapa resumo anual, no qual se constatem todos os consumos efetuados (faturados e/ou estimados) pelo cliente/utilizador, durante esse período.</i></p> <p><i>2. O mapa resumo anual, de forma que o utilizador não seja prejudicado devido às ocorrências referidas no artigo 100º, no seu ponto n.º 1, deve: com base nos consumos anuais, divididos sobre o número de meses em que houveram consumos, determinar o consumo médio mensal sobre cada tipo de serviço prestado, aplicando-se novamente os tarifários aos escalões e consumos determinados.</i></p> <p><i>3. Da diferença entre os valores efetivamente faturados mensalmente pela</i></p>	<p>Sugestão não atendida – os acertos anuais contenderiam com o prazo de caducidade para a realização de acertos (de seis meses) estabelecido na Lei n.º 23/96.</p> <p>Note-se que os acertos de faturação, feitos nos termos do disposto do artigo 100.º, visam precisamente o ajustamento dos escalões de consumo aos volumes reais apurados, descontando, para o efeito, os valores (volumes * tarifas) anteriormente faturados, sendo o acerto feito de forma mais rigorosa do que pelo recurso a consumos médios mensais apurados apenas ao final do ano.</p> <p>Entende-se ainda que não se justifica criar a figura do utilizador final não sazonal, uma vez que os acertos, para a generalidade dos utilizadores, sazonais ou não, acautelam os seus interesses económicos, nos termos acima definidos.</p>	Sem alteração.

		<i>entidade gestora, no período de um ano civil, e os valores determinados em mapa de resumo anual, aplicável a utilizadores não sazonais, com médias mensais de consumo semelhantes, deverá a entidade gestora emitir documento legal e contabilístico, com vista à regularização dessas diferenças.</i>		
	<b>AdPortugal</b>	Deve proibir-se a cumulação da cobrança adiantada de valor de estimativa com o valor resultante do acerto sempre que a fatura de acerto tenha sido emitida com fundamento no disposto no artigo 100º/1/b).	Sugestão aceite, tendo sido acrescentado um novo número a seguir ao n.º 1, referindo que nas faturas em que é efetuado um acerto decorrente da situação prevista na alínea b) do número anterior, a entidade gestora não deve proceder nessa mesma fatura à cobrança de novos consumos por estimativa. Com efeito, entendemos que as faturas enviadas aos utilizadores não devem apresentar, em simultâneo, valores estimados e valores reais (apurados com base em leituras) por representarem uma dificuldade acrescida para a compreensão dos valores cobrados aos utilizadores, ao mesmo tempo que se nos afigura antagónico com a realização de leituras reais do contador. Recomendamos, deste modo, que, existindo uma leitura, a sua data coincida com a data de fim do período de faturação.	2. (novo) Nas faturas em que seja efetuado um acerto de estimativas decorrente de uma leitura real, nos termos previstos na alínea b) do número anterior, não pode ser incluída nova estimativa de consumo, ainda que para parte do período de faturação.
2. Os acertos de faturação são efetuados descontando os valores anteriormente pagos e não deduzindo os volumes anteriormente faturados.	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Considera-se existir mistura entre termos de faturação e de tesouraria. PROPOSTA: "Os acertos de faturação são efetuados descontando os valores anteriormente faturados e não deduzindo os volumes anteriormente faturados."	Sugestão aceite e redação alterada.	3. (renumerado) Os acertos de faturação são efetuados descontando os valores anteriormente <u>faturados</u> e não deduzindo os volumes anteriormente faturados.

	<b>AdPortugal</b>	Não se descortina razão que justifique o desconto de valores, em lugar do desconto de volumes (multiplicados pelo respetivo preço unitário), posto que o que é objeto de acerto é a diferença verificada entre a quantidade de serviço - já faturada e a faturar – expressa em volumes, estimados e fornecidos, apurados entre leituras.	Sugestão não aceite – uma vez que o preço aplicado às quantidades faturadas depende da distribuição do consumo pelos escalões de consumo e esta, por sua vez, depende do período de faturação (que é diferente na fatura emitida por estimativa e na fatura de acerto), o método que assegura que nenhuma das partes é penalizada consiste no desconto dos valores e não dos volumes anteriormente faturados.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3. A correção das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do presente artigo deve ter por base o disposto no n.º 0 do Artigo 88.º.	<b>AdPorto AdPortugal CM de Lagos CM de Ourém CM Lousada CM Sesimbra Joaquim Silva</b>	Existe um erro na remissão para o artigo 88º (o qual não tem nº 10).	A remissão pretendia ser para o artigo 89.º do projeto de regulamento, relativo à verificação metrológica e substituição dos contadores. Face à renumeração dos artigos na redação final, a remissão acaba por ser para o artigo 88.º.	4. (renumerado) A correção das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do presente artigo deve ter por base o disposto no n.º 10 e seguintes do artigo 88.º.
6. Nos casos de acertos por comprovada rotura na rede predial, conforme alínea e) do n.º 1 do presente artigo, há lugar à correção da faturação emitida nos seguintes termos:	<b>AdCascais AEPSA AQUAPOR AdAlenquer CM de Alenquer</b>	Numa ótica de responsabilização, não se considera correta a aplicação da tarifa do escalão que permite a recuperação de custos. Considera-se que esta situação deverá estar definida no regulamento das EG, pelo que se propõe eliminar ambas as alíneas e remeter para o regulamento de serviço.	Sugestão não aceite – uma vez que as situações de comprovada rotura na rede predial presumem-se não intencionais, ainda que sejam da responsabilidade do utilizador, entende-se que o mesmo não deve ser excessivamente penalizado salvaguardando-se, simultaneamente, a recuperação de custos por parte da entidade gestora.	Sem alteração.
a) Ao consumo médio apurado nos termos do Artigo 94.º aplicam-se as tarifas dos respetivos escalões tarifários e ao volume remanescente, que se presume imputável à rotura, a tarifa do escalão que permite a recuperação de custos nos termos do RT;	<b>AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Sto.</b>	Afigura-se por razões de simplicidade e de objetividade que seja considerado o 3º escalão.	Sugestão não aceite – uma vez que as várias entidades gestoras podem ter diferentes escalões de recuperação de custos, não se define aqui um determinado escalão a aplicar, razão pela qual a ERSAR não recomenda exclusivamente a aplicação do 3.º escalão.	Sem alteração

	INDAQUA Vila do Conde Tirso/Trofa			
	Macedo Alves	<p>Nos casos de fugas acidentais de água resultando em situação de consumo involuntário comprovado pelo utilizador, se parece haver consenso quanto à recomendação da ERSAR quanto à não faturação do serviço de saneamento nem do serviço de resíduos urbanos, já o mesmo não acontece quanto à faturação da água perdida, em que cada empresa de águas parece fazer o que lhe apetece.</p> <p>Ora os consumidores atingidos por estas fatalidades não podem ser vítimas de tanta arbitrariedade e discricionariedade, pelo que se defende dever o regulador uniformizar e definir com clareza o tarifário a aplicar nestes acidentes, que não deverá permitir aumentar injustificadamente (e em certos casos despidoradamente) os lucros das empresas de água, mas tão somente cobrir custos.</p>	Considera-se que a presente disposição responde ao pretendido.	Sem alteração.
6. Quando o valor apurado com o acerto de faturação resultar num crédito a favor do utilizador, o seu pagamento é efetuado por compensação na própria fatura que tem por objeto o acerto.	AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer	Não se tratando de um acerto resultante de solicitação de VE, não são suspensos os prazos de pagamento, pelo que a fatura poderá já estar vencida ou, pela mesma razão, liquidada. Proposta: "Quando o valor apurado com o acerto de faturação resultar num crédito a favor do utilizador, o seu pagamento é efetuado por compensação na própria fatura que tem por objeto o acerto, caso esta não tenha sido ainda liquidada."	Importa esclarecer que a fatura que se pretende referir neste número é a fatura em que é realizado o acerto e não a fatura em que, pelos motivos elencados no n.º 1, se cobraram volumes que não correspondiam aos reais; neste sentido, a redação deste número foi melhorada.	"8. (numeração corrigida) Quando o valor apurado com o acerto de faturação resultar num crédito a favor do utilizador, o seu pagamento é efetuado por compensação na fatura em <u>que é efetuado</u> o acerto

	<b>AEPSA</b>	As EG têm limitações na compensação de Notas de Crédito com Faturas para manterem o direito da dedução do IVA. Enquanto não for alterada a legislação sobre a dedutibilidade do IVA nas NC, que obriga a que o beneficiário demonstre à EG o conhecimento do valor do IVA a regularizar referente à Nota de Crédito, a compensação direta traduz-se numa perda daquele valor para a EG.	Sugestão não aceite – trata-se de um problema de resolução pela Autoridade Tributária, decorrente de um procedimento normal de emissão de notas de crédito, pelo que a ERSAR não tem legitimidade para se pronunciar acerca do mesmo, salvaguardando apenas a situação do utilizador em receber a respetiva compensação/crédito.	Sem alteração quanto a este aspeto.
7. Se a compensação prevista no número anterior for insuficiente para pagar o crédito a favor do utilizador, este pode receber esse valor autonomamente no prazo de 15 quinze dias, procedendo a entidade gestora à respetiva compensação nos períodos de faturação subsequentes, caso essa opção não seja utilizada.	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Não se concorda com a entrega de valores ao cliente se já existirem valores a pagamento. "Se a compensação prevista no número anterior for insuficiente para pagar o crédito a favor do utilizador, este pode receber esse valor autonomamente a qualquer momento, desde que não existam valores pendentes de pagamento, procedendo, neste último caso, a entidade gestora à respetiva compensação."	Sugestão aceite, adotando-se, porém, uma redação que se considera mais clara, aditando um novo número, subsequente ao objeto do presente comentário (que passa a ser o n.º 9 depois da correção da numeração e aditamento de um novo n.º 2).	"10. (novo) O crédito a favor do utilizador a que se refere o número anterior pode ainda ser utilizado pela entidade gestora para pagamento, por compensação, de eventuais dívidas já vencidas do utilizador.
	<b>CM de Mafra</b>	Considerando a possibilidade de o utilizador receber autonomamente o valor do crédito, deverá ser aditado um novo número a este artigo, estabelecendo os princípios gerais de proteção do consumidor a que deve ficar subordinado tal procedimento. PROPOSTA: "No caso de o utilizador pretender receber o valor autonomamente, conforme previsto no número anterior, compete à entidade gestora facultar ao utilizador os meios necessários para beneficiar daquela prerrogativa, sem necessidade de deslocação aos locais de atendimento".	Atendendo a que o utilizador tem a opção de receber esse crédito por compensação nas faturas seguintes, o que dispensa a deslocação aos locais de atendimento, considera-se desnecessário e eventualmente desproporcionado impor a obrigação sugerida.	Sem alteração quanto a este aspeto.



<p>8. Nos casos em que o acerto se traduza num débito do utilizador de valor superior ao consumo médio mensal do local de consumo a que diz respeito, a entidade gestora deve facultar ao utilizador a possibilidade de este realizar o pagamento de forma faseada.</p>	<p><b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b></p>	<p>Considera-se que não deverá ser aplicável aos casos em que o utilizador tem responsabilidade (1 b) e 1c)). "Nos casos em que o acerto se traduza num débito do utilizador de valor superior ao consumo médio mensal do local de consumo a que diz respeito, a entidade gestora deve facultar ao utilizador a possibilidade de este realizar o pagamento de forma faseada, exceto para as situações previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1."</p>	<p>Sugestão atendida no que respeita à alínea c), considerando-se, porém, que os acertos na sequência de estimativas dependem da periodicidade das leituras e das estimativas realizadas pela entidade gestora, não devendo, por isso, considerar-se existir responsabilidade do utilizador.</p>	<p>11. (numeração corrigida) Nos casos em que o acerto se traduza num débito do utilizador de valor superior ao consumo médio mensal do local de consumo a que diz respeito, a entidade gestora deve facultar ao utilizador a possibilidade de este realizar o pagamento de forma faseada, de modo a que o valor mensal a pagar decorrente do acerto de faturação não ultrapasse, em mais de 25%, o consumo médio mensal do utilizador nos últimos seis meses, salvo nas situações previstas na alínea c) do n.º 1 em que tal fracionamento depende do acordo da entidade gestora.</p>
	<p><b>DECO</b></p>	<p>Considerando-se positiva a proposta de um mecanismo automático para pagamento fracionado dos acertos de faturação, contudo, falta referir que as frações são de valor igual ou atribuir um valor máximo a acrescer pelos acertos em cada uma das faturas, assim como definir número de fracionamentos. Sugere-se, por exemplo, que o fracionamento seja efetuado de modo a que o valor mensal a pagar pelo acerto de faturação não ultrapasse em 20% o consumo médio mensal do consumidor nos últimos 6 meses.</p> <p>O mesmo critério deve ser aplicado aos pagamentos fracionados definidos no artigo 98.º, referente ao não cumprimento dos prazos de faturação, no montante que excede o valor médio mensal dos últimos 6 ou 12 meses do consumidor.</p>	<p>Sugestão parcialmente atendida e redação alterada.</p>	

### Artigo 101º Modalidades de pagamento

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
As entidades gestoras disponibilizam aos seus utilizadores diversos meios de pagamento, nomeadamente que permitam dispensar a deslocação aos locais de atendimento.	CM de Águeda	Poderiam ser fornecidos exemplos de modalidades de pagamento dos referidos serviços e ser imposto um número mínimo de modalidades a serem disponibilizadas.	Sugestão não aceite – considera-se que a indicação “(...) que permitam dispensar a deslocação aos locais de pagamento” pressupõe a existência, designadamente, os débitos diretos e da referência para pagamento no multibanco.	Sem alteração.

### Artigo 102º Prazo de pagamento

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. O prazo de pagamento das faturas é de, pelo menos dez dias úteis, contados da sua apresentação aos utilizadores.	CM de Águeda	Face à legislação em vigor, deve ser eliminada a referência aos dias úteis e manter apenas dias.	Sugestão não aceite – o n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na redação dada pela Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro estabelece expressamente um prazo de 10 dias úteis.	Sem alteração
	DECO	Recomenda-se que estejam previstos prazos de pagamento mais alargados para os consumidores economicamente vulneráveis ou em carência económica.	Sugestão não aceite – o prazo de pagamento resulta de dispositivo legal. Por outro lado, os consumidores economicamente vulneráveis ou em carência económica poderão beneficiar do regime de tarifa social	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			diminuindo assim o impacto deste encargo no seu orçamento familiar.	
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a fatura é emitida com uma de antecedência mínima 20 dias relativamente à respetiva data limite de pagamento.	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Ou se considera o n.º 1 ou o n.º 2. Concorde-se com ambas redações, mas não com a conjugação das duas que podem ser contraditórias. Eliminar o ponto 1 ou o ponto 2.	<p>Sugestão não aceite – de acordo com o estatuído no n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na redação dada pela Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro, a exigência de pagamento dos serviços de águas e resíduos deve ser comunicada ao utilizador, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data-limite fixada para efetuar o pagamento.</p> <p>Para que o utilizador disponha de 10 dias úteis, após a receção da fatura, para proceder ao pagamento, a entidade gestora deve proceder ao respetivo envio com uma antecedência maior, no sentido de descontar os dias gastos na expedição postal. Neste sentido e porque as faturas remetidas por correio simples, o que torna difícil a determinação do exato dia da sua receção, a ERSAR estabeleceu na presente norma um prazo superior (20 dias), contado já não desde a receção da fatura mas sim da respetiva emissão, facto que é objetivamente controlável e, não havendo atrasos na entrega das faturas para expedição postal, garantirá o cumprimento do prazo legal.</p>	
3. A apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do consumo de água ou do volume	<b>DECO</b>	Considera-se que deve ser suspenso o prazo de pagamento da fatura sempre que seja apresentada uma reclamação, devidamente	Sugestão não aceite – o estatuído resulta expressamente do n.º 1 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto,	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
de águas residuais recolhidas suspende o prazo de pagamento da respetiva fatura, caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do instrumento de medição, após ser devidamente informado acerca da tarifa aplicável, nos termos do RT.		fundamentada, que justifique a alteração dos montantes faturados, devendo esta ser anulada e emitida nova fatura ao consumidor.	sendo que o alargamento pretendido poderia potenciar o recurso às reclamações como mero instrumento dilatório para atrasar o pagamento das faturas, exigindo ainda uma avaliação subjetiva ou discricionária do que se entende como reclamação fundamentada.	

### Artigo 103º Quitação parcial

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>LIPOR</b>	Considera-se que a opção de permitir a quitação parcial deve ser reequacionada, já que pode fragilizar o pagamento dos serviços de recolha de resíduos, que quando “comparados com a questão da água são, como se usa dizer, a parte mais fraca”.	O direito e os pressupostos da quitação parcial resultam diretamente da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na redação em vigor, sendo que não pode a ERSAR alterar uma norma legal.	Sem alteração.
	<b>EMAR Vila Real</b>	Atualmente, a emissão/anulação ou parcial compensação de uma fatura possui implicações fiscais que, considerando a interligação em tempo real com a autoridade tributária, se considera não se compadecerem com esta proposta, pelo que se propõe a sua eliminação.		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2. Não é admissível o pagamento parcial de uma fatura quando estejam em causa as tarifas fixas e variáveis associadas aos serviços de águas e resíduos, bem como dos valores referentes às respetivas taxas de recursos hídricos e de gestão de resíduos.	<b>AdSJoão</b> <b>INDAQUA Oliveira de Azeméis</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>INDAQUA Matosinhos</b> <b>INDAQUA Sto. Tirso/Trofa</b>	Esta redação que suscita dúvidas de interpretação.	Redação clarificada.	2. Não é admissível o pagamento parcial de uma fatura <u>no que respeita às</u> tarifas fixas e variáveis associadas aos serviços de águas e resíduos, bem como <u>aos</u> valores <u>correspondentes</u> à repercussão das taxas de recursos hídricos e de gestão de resíduos associadas aos mesmos.
	<b>AdPorto</b>	Deve dizer-se expressamente que "águas" se refere a águas e águas residuais e resíduos.	Sugestão não atendida – conforme resulta da definição constante da alínea bbb) do n.º 2 do artigo 3.º, os serviços de águas englobam o serviço de abastecimento público de água e o serviço de saneamento de águas residuais urbanas, pelo que a redação se encontra correta.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	<b>AEPSA</b>	Deve excecionar-se acordos em prestações. Proposta: "[...], com exceção dos acordos em prestações em vigor."	Sugestão aceite, aditando-se um novo n.º 3 por questão de maior clareza da redação.	3. (novo) O disposto nos números anteriores não se aplica aos acordos de pagamento fracionado estabelecidos entre as partes.

#### Artigo 104º Mora

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. O não pagamento das faturas dentro do prazo estipulado para o efeito constitui a parte faltosa em mora e é fundamento para a	<b>AdPorto</b> <b>AEPSA</b> <b>CM de Lagos</b> <b>CM de Mafra</b>	Contém os lapsos assinalados a sublinhado: "O não pagamento das faturas dentro do prazo estipulado para o efeito constitui a parte faltosa em mora e é fundamento para	Lapsos corrigidos.	1. O não pagamento das faturas dentro do prazo estipulado para o efeito constitui a parte faltosa em mora e é fundamento para a

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
entidade gestora recorrer à caução ou, no caso de a mesma não ter sido prestada ou interromper o fornecimento ou da recolha, nos termos do artigo 105.º.		a entidade gestora recorrer à caução ou, no caso de a mesma não ter sido prestada <u>ou</u> interromper o fornecimento ou <u>da</u> recolha, nos termos do Artigo 105.º.		entidade gestora recorrer à caução ou, no caso de a mesma não ter sido prestada, interromper o fornecimento ou <u>a</u> recolha, nos termos do artigo 105.º.
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Permitindo a possibilidade de não haver caução, parece que a mesma só deverá ser aplicada a novos contratos, não tendo assim que notificar todos os outros utilizadores	Não se entende o alcance do comentário. De acordo com o previsto na legislação aplicável, as cauções podem ser exigidas a consumidores na sequência de uma interrupção e restabelecimento por mora no pagamento ou aos demais utilizadores no momento da celebração do contrato. A presente norma apenas pressupõe as cauções permitidas por este quadro legal.	Sem alteração quanto a este aspeto.
2. No caso de ter sido acordado o pagamento de uma fatura em prestações, a falta de pagamento de uma prestação no prazo estabelecido implica o vencimento de toda a dívida e faz incorrer o utilizador em mora.	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Verificar o que ocorre em casos de falhas sucessivas em sucessivos acordos de pagamento	Sem prejuízo da aplicação do regime de juros de mora ao utilizador faltoso, entende a ERSAR que ficará ao critério da entidade gestora (plasmado no regulamento de serviço) a eventual celebração sucessiva de acordos de pagamento com utilizador que já demonstrou reiterados incumprimentos.	Sem alteração.
3. Os atrasos de pagamento ficam sujeitos à cobrança de juros de mora à taxa de juro legal em vigor, calculados a partir do primeiro dia seguinte ao do vencimento da correspondente fatura.	<b>AdPorto</b>	Propõe-se uma redação, que se entende ser mais clara. PROPOSTA: 3. Os atrasos de pagamento ficam sujeitos à cobrança de juros de mora à taxa de juro legal em vigor, calculados com início no dia seguinte à data limite de pagamento da fatura e até à data do seu efetivo pagamento.	Sugestão não aceite – entende-se que a redação está clara e objetiva.	Sem alteração.
4. Se o valor resultante do cálculo dos juros previsto no número anterior não atingir uma quantia	<b>AEPSA</b>	Afigura-se preferível fixar desde já o valor, a ser revisto anualmente, função do IPC.	Sugestão não aceite – a ERSAR não está ainda em condições de fixar o valor e admite-se que se possam justificar variações	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>mínima a publicar anualmente pela ERSAR, os atrasos de pagamento podem ficar sujeitos ao pagamento dessa quantia, de modo a cobrir exclusivamente os custos de processamento administrativo originados pelo atraso.</p>			<p>diferentes da inflação, caso o valor se revele desadequado.</p>	
	<b>AdPorto</b>	<p>Não parece existir qualquer disposição legal que permita a ERSAR, ou a qualquer outra entidade, estabelecer valores mínimos de quantias de juros, bem como afetar juros legalmente devidos para suportar outros custos, mesmo que de processamento administrativo originados pelo atraso de pagamento. Os juros e custos administrativos visam objetivos distintos, os primeiros uma penalização pelo incumprimento e os segundos o ressarcimento do preço de custo incorridos com esse mesmo processamento, pelo que se propõe eliminar o n.º 4 do Art.º 104.º.</p>	<p>A presente disposição pretende definir um limite para as cláusulas penais que as entidades gestoras podem estabelecer. Nos termos conjugados dos artigos 806.º e 810.º do Código Civil, pela mora no cumprimento de prestações pecuniárias pode ser estabelecido o pagamento de juros legais, ou um juro moratório diferente do legal ou indemnização diferente nos termos da cláusula penal que seja fixada.</p> <p>Qualquer destes mecanismos visa indemnizar o credor pelos prejuízos causados pela mora, nos quais se incluem a eventual necessidade de incorrer em custos de processamento administrativos, como, por exemplo, o envio de novo aviso de pagamento.</p>	
	<b>AdPortugal</b>	<p>Importa clarificar qual a quantia mínima, os termos em que a mesma é apurada, quando a ERSAR irá publicitar anualmente essa quantia (prazo) e onde (site institucional?).</p>	<p>A ERSAR irá recolher informação junto das entidades gestoras no sentido de determinar um valor adequado e fará a publicitação adequada, designadamente no respetivo sítio da Internet.</p>	
	<b>CM de Lagos</b>	<p>Parece haver ali uma estipulação de juros que carece de forma legal para o efeito. Será a criação de uma taxa strictu sensu ("... cobrir exclusivamente os custos de processamento administrativos originados pelo atraso")?</p>	<p>Vide resposta ao comentário da AdPorto.</p>	

## Artigo 105º Interrupção do fornecimento ou da recolha por falta de pagamento

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. A interrupção por atraso no pagamento só pode ter lugar após pré-aviso escrito, enviado por correio registado ou outro meio equivalente com uma antecedência mínima de 20 dias relativamente à data em que a mesma poderá ocorrer.	DECO	Propõe-se a alteração da redação de forma a garantir que o consumidor receciona o aviso de interrupção de fornecimento com a antecedência mínima de 20 dias relativamente à data em que a mesma poderá ocorrer.	A proposta de redação reproduz o teor do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, pelo que entendemos que é a data de interrupção do serviço que releva, o qual só poderá ser efetuado 20 dias após o utente ter sido advertido da mesma.	Sem alteração
2. Quando o pré-aviso seja enviado por correio registado, o custo do registo postal é imputável ao utilizador em mora, a título de cláusula penal.	AdPorto	Entende-se não se tratar de cláusula penal, mas tão somente de imputação dos custos incorridos, não apenas com o registo postal, mas com todo o processamento administrativo (custos de gestão, impressão, custo de papel e envelopes e, também, o custo do registo), por motivos unicamente imputáveis ao utilizador. PROPOSTA: 2. Quando o pré-aviso seja enviado por correio registado, os respetivos custos de processamento são imputáveis ao utilizador em mora.	Após melhor reflexão e no sentido de simplificar o funcionamento das cláusulas penais (indemnizatórias dos custos incorridos com a mora), optou-se por admitir a aplicação de uma penalização única pelo atraso no pagamento, prevista no artigo anterior, cujo valor cobrirá os custos com o processamento do envio do aviso prévio, pelo que se elimina a presente norma.	Eliminado.
	AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos	Devem também ser incluídos os restantes custos com o envio do aviso: impressão, envelopagem, gestão administrativa do processo e programas informáticos necessários para o mesmo.		



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	INDAQUA Sto. Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde			
	ACOP	Entende-se que o custo do registo postal só poderá ser imputado ao utilizador em mora, a título de cláusula penal, se o mesmo for devidamente informado da cláusula da contratação, sob pena de não o ser, a cláusula em questão não o vincular.	Sem prejuízo da eliminação da presente norma, concorda-se com a interpretação, que se aplica igualmente à penalização a que se refere o artigo anterior (tratando-se de cláusulas contratuais elaboradas de antemão pela entidade gestora e que os utilizadores se limitam a aceitar quando solicitam fornecimento do serviço, as mesmas estão sujeitas ao regime das cláusulas contratuais gerais constante do Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, o qual exige que as cláusulas contratuais gerais sejam comunicadas na íntegra aos seus destinatários, considerando-se excluídas as cláusulas que não tenham sido comunicadas, salvo se constarem da lei ou de regulamentos publicados e com eficácia externa.	
	CM de Lagos	É de referir que a cláusula penal no fundo tem sempre uma base contratual, que não a derivada do presente regulamento. Terá que ser transcrita em contrato. Contudo a sua admissibilidade em termos de Município é duvidosa, dado que tal aparece como uma taxa com vista a cobrir um custo administrativo e, aí, terá que cumprir o previsto no regime geral das taxas das autarquias locais. Na transição para a	Vide resposta ao comentário anterior, Mesmo no caso de o serviço ser prestado por um município, trata-se de um contrato de direito privado, pelo que as correspondentes cláusulas penais estão abrangidas pelo regime das cláusulas contratuais gerais.	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		execução fiscal entra obviamente em termos de custas. Neste procedimento administrativo terá natureza duvidosa.		
	DECO	Considera-se inadmissível que um custo inerente à atividade de cobrança efetuada pela EG seja imputado ao consumidor. O consumidor, ainda que em mora, tem direito, de acordo com o previsto no artigo 5º da Lei nº 23/96, de 26 de julho, a receber um pré-aviso de modo a poder efetuar o pagamento e evitar a suspensão do serviço. Acresce ainda o facto de caber à EG o ónus da prova do envio do aviso de corte, nos termos do artigo 11º da Lei nº 23/96 de 26 de julho, ou seja, o referido registo postal é um meio de prova que pode ser utilizado pela EG, pelo que não podemos aceitar que seja imputado esse custo ao consumidor.	Vide resposta ao comentário da AdPorto.	

#### Artigo 106º Faturação durante a interrupção do fornecimento ou da recolha

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
A interrupção do fornecimento ou da recolha por facto imputável ao utilizador suspende a faturação dos serviços.	AdRibatejo	No que respeita à tarifa fixa entendemos que tal não devia ocorrer.  Estranha-se esta suspensão no serviço de resíduos, sendo um serviço genérico da região, prestado através de contentores na	sugestão aceite - o serviço de gestão de resíduos nunca poderá ser interrompido por falta de pagamento, exceto em situações de casos fortuitos ou de força maior. Relativamente ao serviço de drenagem de águas residuais a entidade gestora poderá	A interrupção <u>dos serviços de águas</u> , por facto imputável ao utilizador, suspende a faturação <u>desses</u> serviços.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>via pública, como é que se suspende o serviço?</p> <p>A mesma questão também se pode aplicar ao serviço de drenagem de águas residuais num prédio com várias frações, com apenas 1 ramal de ligação. O que resulta disto é o prevaricador acabar por usufruir dos serviços gratuitamente.</p>	<p>suspender o fornecimento de água através da válvula de suspensão a montante do contador apenas a esse utilizador e consequentemente o utilizador não produzirá águas residuais.</p>	
	<b>AdAlenquer</b> <b>AdCascais</b> <b>AdPorto</b> <b>AdSão</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer,</b> <b>INDAQUA Fafe</b> <b>INDAQUA</b> <b>Matosinhos</b> <b>INDAQUA Vila do</b> <b>Conde</b> <b>INDAQUA Oliveira</b> <b>de Azeméis</b> <b>INDAQUA Sto.</b> <b>Tirso/Trofa,</b> <b>INDAQUA Feira</b> <b>SOMAGUE</b> <b>Ambiente</b> <b>VIMÁGUA</b>	<p>A faturação das tarifas fixas deve manter-se até à rescisão contratual até porque referem-se a custos de disponibilidade do serviço, manutenção e conservação das redes, que não cessam com a sua interrupção. Interrupção essa que apenas ocorre por facto imputável ao utilizador.</p>	<p>Sugestão não aceite - as tarifas cobradas aos utilizadores correspondem a preços, os quais devem corresponder à contrapartida devida pelos serviços efetivamente prestados pelas entidades gestoras.</p> <p>Optando as entidades gestoras por suspender o serviço de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (fazendo uso da figura da exceção de não cumprimento, legalmente prevista no artigo 428º do Código Civil), entende a ERSAR que não poderão, simultaneamente, cobrar as tarifas associadas à prestação de um serviço que, assumidamente, não foi prestado. Diante do incumprimento por parte do utilizador, a entidade gestora não se mostra obrigada a proceder à suspensão do serviço, podendo antes recorrer aos meios judiciais próprios para a reclamação do pagamento do valor das faturas em dívida. Ao socorrer-se desta figura que lhe permite recusar – ainda que de forma legítima – o cumprimento da sua obrigação contratual</p>	<p>Sem alteração quanto a este aspeto.</p>

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>enquanto o utilizador não cumprir a obrigação de pagamento do preço, a entidade gestora não pode pretender, concomitantemente, exigir o pagamento das tarifas que seriam devidas caso o serviço estivesse a ser prestado.</p> <p>Com efeito, a parte que invoca a exceção do não cumprimento suspende a execução da prestação a que está adstrita até à realização da contraprestação pela outra parte, colocando-se numa posição de recusa provisória de cumprimento (cfr. acórdão do STJ de 16 03-2010, n.º 97/2002.L1.S1, in CJUSTJ, ano XVIII, Tomo I/2010, página 127). Trata-se, nas palavras de Galvão Telles (in Direito das Obrigações, 4ª Ed., Coimbra Editora, página 358), da figura da suspensão do contrato por inexecução, pelo que, estando suspensa a prestação do serviço – e tratando-se de contrato de prestação continuada – ficará necessariamente suspensa a obrigação de pagamento do preço correspondente ao serviço que, neste período de suspensão, deixa de ser [definitivamente] prestado.</p> <p>Note-se que uma das finalidades deste instituto da exceção do não cumprimento é impedir que uma das partes se veja compelida a cumprir quando a outra não o faz. Ora, o instituto honrará a sua finalidade quando a entidade gestora, que se vê privada do preço, priva o utente do serviço.</p>	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>Já não será assim – ocorrendo uma subversão da <i>ratio legis</i> – quando, sob invocação desta exceção, uma das partes se permite não cumprir, e simultaneamente obriga a outra (o utilizador) a cumprir (ainda que em parte) a sua obrigação de pagamento do preço.</p> <p>Acresce que o preço dos serviços decorre da estrutura tarifária estabelecida pelas entidades gestoras, dentro da qual é comum distinguirem-se as componentes da tarifa fixa e variável. Ora, as componentes da estrutura tarifária dizem respeito a uma única prestação de serviço (seja de abastecimento de água, seja de saneamento de águas residuais, seja de gestão de resíduos urbanos), pelo que as duas componentes se referem apenas à composição interna de um preço único por cada serviço. Assim, se a prestação de serviço é unitária e corresponde a um preço único, não é correto ficcionar que, uma vez suspenso o serviço, exista uma componente do serviço que continua a ser prestada para efeitos de cobrança da tarifa fixa.</p> <p>Diante do que antecede, entende a ERSAR que não deverá ser exigido aos utilizadores o valor de quaisquer tarifas – designadamente das tarifas fixas – durante o qual o serviço se manteve interrompido.</p>	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	<b>AdPortugal</b>	Importa clarificar se a suspensão da faturação do serviço abrange também as quantias relativas às tarifas fixas e, caso não as abranja, se as respeitantes ao período da interrupção serão devidas e, sendo devidas, se poderão ser cobradas na fatura que vier a ser emitida imediatamente após o restabelecimento do serviço, ou por ocasião da extinção do contrato, conforme o caso.	Comentário - a interrupção dos serviços, facto imputável ao utilizador, suspende a faturação, incluindo assim todas as tarifas que lhe estão associadas (incluindo tarifas fixas), julgando-se que tal resulta claro da redação apresentada.	Sem alteração quanto a este aspeto.

#### Artigo 107º Exigência e utilização de caução por mora no pagamento

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. Verificando-se a interrupção do serviço por mora no pagamento, a entidade gestora pode exigir, como condição para o respetivo restabelecimento, que o utilizador preste caução para garantia dos pagamentos futuros.	<b>CM de Mafra</b>	Questiona-se se esta caução é fixada nos termos do artigo 77.º.	A sugestão aceite – a caução é fixada nos termos do artigo 77.º., alterando-se o articulado por forma a remeter para o mesmo.	1. (...) o utilizador preste caução para garantia dos pagamentos futuros, <u>nos termos previstos no artigo 77.º.</u>
3. Uma vez acionada a caução, a entidade gestora pode exigir ao utilizador, através de aviso prévio enviado por correio registado ou outro meio equivalente com a antecedência mínima de dez dias úteis, a sua reconstituição ou	<b>AdPorto</b>	Propõe-se a eliminação do n.º 3 neste artigo e a sua inclusão no artigo 93.º.	Sugestão não aceite – o artigo 93.º é relativo à periodicidade das leituras e acesso aos instrumentos de medição pelo que não se considera adequada a inclusão no mesmo de norma relativa à caução.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
reforço, sob pena de suspensão do serviço.				

### Artigo 108º Cobrança coerciva

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Na falta de pagamento voluntário dos serviços de águas e resíduos, além da interrupção do serviço por atraso no pagamento, a entidade gestora pode garantir o pagamento através do recurso aos meios de cobrança coerciva.	<b>AdAlenquer</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b> <b>CM de Alenquer</b>	Propõe-se o aditamento de novo número que permita a imputação de custos acrescidos pelo recurso a outros meios de cobrança. "Os custos pelo recurso aos meios de cobrança coerciva podem ser imputados ao utilizador devedor."	Sugestão não atendida – a imputação dos custos processuais à parte faltosa decorre diretamente e nos termos de legislação específica (conforme o meio de cobrança utilizado, judicial ou para-judicial), pelo que a matéria não deverá ser alvo de especificação pela ERSAR.	Sem alteração
	<b>DECO</b>	Defende-se a eliminação deste artigo por se entender que é inaceitável o recurso à cobrança coerciva, isto é, execução fiscal para cobrança dos serviços de águas e resíduos, conforme comentários ao artigo 55º número 8.	A cobrança coerciva não se refere à execução fiscal, mas sim ao recurso às normais vias judiciais. Vide análise da ERSAR aos comentários ao artigo 55.º	Sem alteração.

## Artigo 109º Prescrição e caducidade

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	<b>CM de Lousada</b>	Deveria ser acrescentado um número no sentido de elucidar que a celebração de um acordo de pagamento relativamente a faturas em débito interrompe o prazo de prescrição em curso, iniciando-se novo prazo em caso de incumprimento do plano acordado.	Sugestão aceite e aditado um novo n.º 4.	4. (novo) A celebração de acordo de pagamento de dívidas vencidas interrompe a prescrição e impede a contagem da caducidade, nos termos gerais do direito civil.
2 .Se, por qualquer motivo, incluindo o erro da entidade gestora, tiver sido paga importância inferior à que corresponde ao consumo efetuado, o direito do prestador ao recebimento da diferença caduca dentro de seis meses após aquele pagamento.	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Convirá especificar o que acontece quando são realizados acordos de pagamento e as suas prestações entram também em interrupção de pagamento, podendo correr-se por esta via, o risco de caducidade do direito de recebimento.	A falta de pagamento de qualquer uma das prestações importa o vencimento imediato de todas as outras, nos termos do artigo 781.º do Código Civil e também previstos no n.º 2 do artigo 104.º do projeto de regulamento. Como resulta do novo n.º 4 aditado ao presente artigo (ver acima) o prazo de prescrição que se tenha interrompido, reinicia nova contagem após tal incumprimento.	Sem alteração

## Artigo 110º Reclamações

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4. A entidade gestora deve responder por escrito, no prazo máximo de 22 dias úteis, a todos os utilizadores que apresentem reclamações escritas por qualquer	<b>AdAlenquer AdCascais AEPSA AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Poderá não ser possível, em todas as situações, enviar uma resposta conclusiva (exemplo de reclamações com solicitação de VE). "A entidade gestora deve responder por escrito, no prazo máximo de 22 dias úteis, a	Se a entidade gestora se não tiver todos os elementos necessários para decidir e fundamentar a questão, deverá informar o reclamante que a questão carece que uma análise mais demorada e que	Sem alteração.



ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
meio, notificando o utilizador do teor da sua decisão e respetiva fundamentação.		todos os utilizadores que apresentem reclamações escritas por qualquer meio."	oportunamente será remetida a resposta. Pretende-se, essencialmente, que o reclamante tenha conhecimento que a sua reclamação foi rececionada pela entidade gestora, que está a ser objeto de tratamento e análise, e que em tempo útil receberá uma resposta conclusiva.	
	DECO	Entende-se que o prazo de resposta é excessivo e que o mesmo deve ser reduzido para 15 dias. Considera-se positivo o facto de estar previsto que a resposta deve ser acompanhada da respetiva fundamentação, pois permitirá um melhor esclarecimento do consumidor.	Entende-se que não deve este regulamento fixar prazos contrários ao previsto na lei. O prazo de 22 dias resulta do estipulado no n.º 3 do art.º 68.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. Na sequência das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho e pela Portaria n.º 201-A/2017 de 30 de junho, que impuseram um prazo de 15 dias para resposta à reclamações apresentadas no livro de reclamações, adaptou-se a redação da presente disposição.	4. A entidade gestora deve responder por escrito <u>e de forma fundamentada</u> , no prazo máximo de 22 dias úteis, a todos os utilizadores que apresentem reclamações escritas, <u>salvo no que respeita às reclamações previstas no n.º 2 para as quais o prazo de resposta é de 15 dias úteis</u> .  Vide redação final para o n.º 2 no ponto 5 do presente relatório.
5. A reclamação não tem efeito suspensivo, exceto na situação prevista no n.º 2 do artigo 102.º do presente Regulamento.	AdPortugal DECO	A remissão está errada.	Correção efetuada.	5. A reclamação não tem efeito suspensivo, exceto na situação prevista no <u>n.º 3</u> do artigo 102.º do presente Regulamento.
	DECO	Sugere a eliminação deste número por se considerar que a reclamação deve ter efeito suspensivo, de acordo com o já referido anteriormente.	Ver resposta ao comentário apresentado pela DECO ao n.º 3 do artigo 102.º	Sem alteração quanto a este aspeto.
6. Sem prejuízo do recurso aos tribunais judiciais e arbitrais, nos termos da lei, se não for obtida uma resposta atempada ou	CM de Mafra	É necessário concretizar o que se entende por "resposta atempada" e	Sugestão não aceite: entende-se que o articulado é clarificador quanto aos mencionados conceitos - por "atempada" entende-se a resposta facultada dentro do	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
fundamentada ou a mesma não resolver satisfatoriamente a reclamação apresentada, os interessados podem solicitar a sua apreciação pela ERSAR, individualmente ou através de organizações representativas dos seus interesses.		“satisfatoriamente”, já que são conceitos demasiado indeterminados.	prazo estipulado. Quanto à expressão "satisfatoriamente" a mesma só poderá ser aferida pelo reclamante, na medida em que vai ao encontro das suas pretensões	

#### Artigo 114º Regime sancionatório

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais	<b>AdPorto</b> <b>AdRibatejo</b> <b>AEPSA</b> <b>AQUAPOR</b>	Propõe-se que o regulamento inclua um regime sancionatório aplicável ao incumprimento de obrigações dos utilizadores finais (foram apresentadas propostas),	Atento o princípio da legalidade, estabelecido no artigo 2.º do regime geral das contraordenações (Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro) e na ausência de norma habilitante, entende-se não poder a ERSAR tipificar através de regulamento contraordenações (motivo pelo qual se remete para o regime sancionatório que será aprovado por diploma legal).	Sem alteração
	<b>AdRibatejo</b>	Após a revogação da Lei n.º 2/2007 (aprovou a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto), desapareceu a possibilidade legal de serem criadas, por regulamento administrativo, contraordenações em regulamento municipal, pelo que um regime sancionatório no presente regulamento permitiria complementar o previsto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	No que respeita ao estabelecimento de contraordenações em regulamento municipal, apesar de não existir já uma norma equivalente ao artigo 55.º da Lei n.º 42/98, na sessão trimestral de Coordenação Jurídica de 2014-11-25 da Direção Geral das Autarquias Locais e das Comissões de	

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			Coordenação e Desenvolvimento Regional, foi entendido que se mantém em vigor a competência dos municípios para, por via regulamentar, criarem contraordenações, aplicando-se como montantes os limites previstos no Regime Geral das Contraordenações.	
1-A inobservância das disposições estabelecidas no presente Regulamento está sujeita ao regime geral sancionatório dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.	<b>AdPortugal</b>	O regime geral sancionatório dos serviços públicos referido ainda não se encontra sequer aprovado.	Os poderes sancionatórios atribuídos à ERSAR e distribuídos em vários diplomas legais, serão integrados num regime geral sancionatório dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos consubstancia, sendo que o projeto desse regime foi apresentado ao Ministério do Ambiente, encontrando-se em fase de apreciação e posterior aprovação. Em concreto, aplicar-se-á exclusivamente às infrações praticadas pelas entidades sujeitas à intervenção da ERSAR, ficando, assim, excluídas do seu âmbito de aplicação as infrações praticadas pelos utilizadores dos serviços de águas e resíduos. Face ao exposto, julga-se necessário e imperativo efetuar-se a remissão para o regime geral sancionatório dos serviços públicos de abastecimento, que esperamos seja brevemente aprovado.  Relativamente à vinculação do presente regulamento, refira-se que o mesmo também se aplica aos utilizadores finais, sendo certo que a ERSAR, quanto a estes,	Sem alteração.
	<b>CM de Águeda</b>	Recomenda-se que seja densificado o regime sancionatório em função do incumprimento/falha.		
	<b>CM de Lagos</b>	Questiona-se que regime geral é referido nesta disposição.  Veja-se igualmente que, caso os regulamentos municipais não façam menção das mesmas, que as que se referem a obrigações diretas dos utilizadores não lhes serão aplicáveis, pelo facto do presente regulamento apenas vincular o Município (enquanto titular ou entidade gestora) e não diretamente os particulares.		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			não tem competências contraordenacionais.	
	DECO	Dada a relevância das relações comerciais, na prestação de serviços públicos essenciais com qualidade, o incumprimento de algumas das disposições regulamentares mais relevantes por parte das EG, deveria ter um regime de compensações automáticas aos consumidores afetados. Por exemplo, a interrupção do serviço sem fundamento (por engano) ou sem o cumprimento dos prazos estabelecidos para o efeito, o incumprimento dos deveres de informação prévia ao consumidor nos casos de substituição do contador ou de interrupções programadas e incumprimento dos prazos para ativação ou restabelecimento do serviço ou do agendamento de visitas ao local de consumo.	Concordando-se com o proposto, faz-se notar que tais regras serão definidas no futuro Regulamento da Qualidade de Serviços de Águas e Resíduos a elaborar pela ERSAR.	

#### Artigo 116º Aplicação no tempo

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1. As condições gerais e específicas, previstas no presente Regulamento, aplicam-se aos contratos existentes à data da sua entrada em vigor, salvaguardando-se os efeitos já produzidos.	AdAlenquer AEP SA AQUAPOR CM de Alenquer	Deve ser previsto um prazo para alteração de eventuais disposições previstas em contratos de concessão, de forma a mitigar os impactos negativos que são referidos no preâmbulo deste regulamento.	A ERSAR entende que o prazo de 1 ano, previsto no n.º 2 do presente artigo é suficiente para as entidades gestoras procederem às alterações decorrentes deste regulamento.	Sem alteração.

<p>2. Os contratos de fornecimento de água, de recolha de águas residuais urbanas ou de entrega e receção de resíduos urbanos já celebrados com os utilizadores municipais devem ser objeto de aditamento, sempre que necessário para refletir as condições impostas no presente Regulamento, no prazo máximo de um ano.</p>	<p><b>AdPortugal</b></p>	<p>Não parece razoável ter de celebrar novos contratos com todos os utilizadores, atendendo à carga burocrática e aos custos envolvidos.</p> <p>De salientar que, à semelhança do que decorreu com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, os contratos de fornecimento e/ou recolha vigentes não foram objeto de aditamento por esse decreto-lei ter sido publicado e ter entrado em vigor. No entanto os sistemas multimunicipais abrangidos por esta legislação observaram as disposições introduzidas.</p> <p>Acresce que, os contratos fornecimento e/ou recolha celebrados após a entrada em vigor do diploma atrás enunciado, já observaram o disposto no mesmo, não se vendo, quanto ao sistema de titularidade estatal, o efeito útil da imposição constante do n.º 2 do artigo 116.º, em face do teor do n.º 1 do mesmo preceito.</p> <p>Mais deve ser respeitado o disposto nos artigos 15.º do Decreto-Lei n.º 92/2015 e do Decreto-Lei n.º 93/2015, ambos de 29 de maio, do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e dos artigos 16.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, e das entidades gestoras recém criadas, que salvaguarda a manutenção dos contratos de fornecimento e recolha outorgados com as concessionárias e os utilizadores, não sendo admissível, à luz do princípio da legalidade, que o presente</p>	<p>Ao contrário do que se passa no caso dos serviços prestados a utilizadores finais, considera-se absolutamente praticável a revisão dos contratos com os utilizadores finais. Esta revisão apenas será necessária se os contratos vigentes contiverem disposição que contrariem o presente regulamento. O mesmo sucedeu com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009 e de todos os diplomas que procederam à agregação e cisão de sistemas multimunicipais. As normas citadas dos diplomas das agregações limitam-se a estabelecer um regime transitório até à substituição dos contratos de fornecimento e recolha e não estabelecem que os contratos não devem ser substituídos.</p>	<p>Sem alteração.</p>
--	--------------------------	---	--	-----------------------

		regulamento se sobreponha em conteúdo normativo ao definido em preceitos legais.		
	<b>CM de Viana do Alentejo</b>	Aplicação aos contratos já existentes, no prazo máximo de um ano? Devem a estes consumidores serem remetidos a informação dos direitos e deveres que decorrem da aplicação deste tarifário?	Esta norma não se aplica no caso dos contratos estabelecidos com os utilizadores finais mas apenas com utilizadores municipais (serviços em alta).	Sem alteração.

#### Artigo 117º Entrada em vigor

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação no Diário da República.	<b>AdAlenquer AdCascais AEP AQUAPOR CM de Alenquer</b>	Face a algumas das alterações decorrentes da alteração dos atuais procedimentos (incluindo desenvolvimentos dos sistemas de informação), o prazo de 30 dias para entrada em vigor é escasso. "O presente Regulamento entra em vigor 90 dias após a sua publicação no Diário da República."	Sugestão aceite e redação alterada em conformidade, definindo-se um prazo de 90 dias para a entrada em vigor.	O presente Regulamento entra em vigor <u>90 dias</u> após a sua publicação no Diário da República.
	<b>AdSJoão INDAQUA Oliveira de Azeméis INDAQUA Fafe INDAQUA Feira INDAQUA Matosinhos INDAQUA Santo Tirso/Trofa INDAQUA Vila do Conde</b>	É necessária a estipulação de um período de transição.		

ARTICULADO	ENTIDADES	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	EGF	O prazo de 30 dias previsto para a entrada em vigor do presente regulamento é manifestamente reduzido face às alterações que se pretendem introduzir, propondo-se um prazo não inferior a 180 dias, pois estão em causa alterações significativas do site e do sistema de faturação.		
	ESGRA	Considera-se 30 dias insuficiente considerando o impacto e o período de preparação necessário para assegurar o regular relacionamento entre as entidades gestoras de serviços em alta e de serviços em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, nos termos exigidos no regulamento em apreço.		
	LIPOR	Considera-se 30 dias um prazo reduzido, propondo-se 60 dias.		

## 5. Correções introduzidas pela ERSAR no Regulamento

Para além das alterações acima indicadas, em resposta direta aos comentários apresentados, foram ainda introduzidas outras alterações ao texto do projeto de regulamento de relações comerciais, correspondentes a melhorias de redação ou outros aperfeiçoamentos do documento, cuja necessidade foi detetada pela própria ERSAR ao longo do processo de trabalho.

Listam-se seguidamente as alterações mais relevantes e respetiva justificação:

- No artigo 3.º, face à repetição a definição de rede predial, constante da alínea oo) e das alíneas eee) e ggg), eliminou-se a primeira, acrescentando-se "ou rede predial" na definição de sistema de drenagem predial.
- No artigo 32.º (31.º na redação final) e visando clarificar as diferentes terminologias de aferição, substituiu-se o termo "calibração" constante do n.º 2 por "verificação periódica" – "2. A verificação periódica das básculas é feita por entidade acreditada nos termos legais"
- No n.º 1 do artigo 39.º (38.º na redação final), relativo aos serviços auxiliares, julga-se necessário, no sentido de limitar a noção de terceiro, aditar ao conceito a menção "devidamente habilitado" - "1. *As entidades gestoras em baixa disponibilizam aos utilizadores finais serviços auxiliares, objeto de tarifa específica, desde que sejam relacionados com as atividades que lhes estão legalmente atribuídas e resultem de solicitação do utilizador ou de terceiro devidamente habilitado, ou de incumprimento contratual*".
- No n.º 4 do artigo 55.º (54.º na versão final), clarificou-se o seu âmbito de aplicação, passando a redação a; "A *interrupção do abastecimento com base na alínea c) do n.º 1 está ainda sujeita ao previsto no artigo 92.º* (93.º do projeto de regulamento);
- No sentido de uniformizar a epígrafe do artigo 90.º (91.º do projeto de regulamento) com a epígrafe do artigo 86.º (87.º do projeto) alterou-se a primeira para "Tipo de medidores de caudal de águas residuais";
- Considerou-se necessário corrigir a redação do n.º 3 do artigo 109.º do projeto (108.º da versão final) no sentido de estabelecer que a suspensão do prazo de caducidade se conta desde a data marcada para a terceira leitura e não do envio da notificação para o efeito, dado que pode haver um lapso temporal relevante entre as duas que não pode penalizar o utilizador. Assim, a redação final é: "3. *O prazo de caducidade das dívidas relativas aos*



*consumos reais suspende-se se a entidade gestora não puder realizar a leitura do contador por motivos imputáveis ao utilizador, a partir da data marcada para a terceira deslocação para leitura constante da notificação a que se refere o artigo 92.º".*

- No que respeita ao artigo 110.º do projeto (109.º da versão final), atendendo às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho e pela Portaria n.º 201-A/2017 de 30 de junho procedeu-se à adaptação da redação do n.º 2 e 3 "2. As entidades gestoras estão obrigadas a dispor do livro de reclamações em todos os serviços de atendimento ao público, bem como a disponibilizarem na página de entrada do respetivo sítio de Internet, de forma visível e destacada, o acesso à Plataforma Digital, onde o utilizador poderá apresentar reclamações em formato eletrónico, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro", "3. Para além do livro de reclamações, previsto no número anterior, as entidades gestoras devem disponibilizar outros mecanismos apropriados para a apresentação de reclamações relativamente às condições da prestação do serviço que não impliquem a deslocação às instalações da entidade gestora", "4. A entidade gestora deve responder por escrito e de forma fundamentada, no prazo máximo de 22 dias úteis, a todos os utilizadores que apresentem reclamações escritas, salvo no que respeita às reclamações previstas no n.º 2 para as quais o prazo de resposta é de 15 dias úteis".
- Entendeu-se necessário, no sentido de proceder à clarificação do cômputo dos prazos estabelecidos neste regulamento, a introdução de uma norma (artigo 116.º, da versão final) determinando que os prazos são contados em dias corridos, salvo indicação expressa em contrário.

## 6. Conclusões

Este regulamento tem por objetivo definir as regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais, promovendo, assim, uma maior segurança e certeza jurídicas, bem como uma maior harmonização nos procedimentos das entidades gestoras no relacionamento com os seus clientes.

Por outro lado, e no que à ERSAR diz respeito, o presente regulamento também assume uma especial relevância, uma vez que visa a clarificar alguns procedimentos no âmbito das relações comerciais estabelecidas entre as partes, bem como colmatar lacunas legais de relevo no relacionamento comercial entre entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os utilizadores.

Analizados os contributos recebidos no âmbito da consulta pública e consulta ao Conselho Consultivo da ERSAR, pese embora algumas críticas, considera-se que a apreciação global das entidades do setor foi positiva relativamente à iniciativa desenvolvida pela ERSAR.

No âmbito desta análise foram integrados no regulamento as sugestões consideradas como pertinentes, tendo sido rejeitadas aquelas que a ERSAR considerou não terem fundamento ou não serem as mais adequadas. Para as sugestões não acolhidas foi apresentada a respetiva fundamentação, pretendendo-se assim encontrar um equilíbrio que atenda às preocupações das entidades reguladas, aos direitos dos utilizadores e às necessidades do sector.

Conforme acima indicado para além da resposta direta aos comentários apresentados, foram igualmente introduzidas outras alterações ao texto do regulamento, correspondentes a melhorias de redação ou outros aperfeiçoamentos do documento, cuja necessidade foi detetada pela própria ERSAR ao longo do processo de trabalho.